

Grécia

CRONOLOGIA

O período conhecido como Antiguidade é o mais extenso da tradicional cronologia histórica. Seu marco inicial é a invenção da escrita, datada de aproximadamente 4 000 anos antes de Cristo, e seu final se deu com a queda do Império Romano do Ocidente em 476 d.C.

FORMAÇÃO

A civilização grega se formou na região sul da Península Balcânica, no sudeste da Europa, na bacia oriental do Mar Mediterrâneo, entre os mares Egeu e Jônico. O território grego era dividido em três regiões: a Grécia Continental, a Grécia Peninsular (Península do Peloponeso) e a Grécia Insular. Essa região foi ocupada inicialmente por cretenses e, posteriormente, por aqueus (civilização micênica), dórios, jônios e eólios, povos de origem indo-europeia.

A localização geográfica e o solo pouco fértil transformaram o comércio na principal atividade econômica desses grupos. A expansão comercial grega, a partir do século VIII a.C., levou à colonização de vários pontos ao longo do Mediterrâneo, como a Grécia Asiática, e o sul da Itália, região conhecida como Magna Grécia. Isso ocorreu por causa de um vasto movimento de expansão, o que levou à fundação de cidades gregas na costa do Mediterrâneo, solucionando a demanda de terras por parte dos mais pobres e estabelecendo-se novos vínculos comerciais.

Regiões do território grego



Internamente, a sociedade se baseava nos genos, comunidades agrícolas autossuficientes. Na chamada comunidade gentílica, a propriedade era comunal e a política era comandada pelo *pater*, geralmente, o homem mais velho. Esse período ficou conhecido como Período Homérico, já que as poucas fontes que restam se encontram nos poemas *Ilíada* e *Odisseia*, ambos atribuídos a Homero.

O crescimento demográfico da comunidade gentílica levou à disputa de terras e à consequente união de vários genos, visando à formação de alianças defensivas, o que pôs fim à divisão interna desses genos. A propriedade da terra deixou de ser comunal, surgindo, desse modo, uma elite proprietária de terras no interior do mundo grego. Além disso, as condições do território –

marcado por acidentes geográficos –, bem como as constantes disputas entre povos de culturas diferentes (dórios, jônios e eólios), levaram ao isolamento desses grupos e à posterior formação das cidades-estado.

Cada cidade possuía completa autonomia política e econômica, bem como suas próprias práticas religiosas e culturais. A partir da Acrópole, normalmente o centro geográfico e local mais elevado, organizava-se a administração da pólis, culminando no desenvolvimento de um núcleo urbano. O poder passou, gradativamente, a ser exercido por um pequeno grupo de proprietários que se revezavam no controle político, constituindo uma oligarquia.

Pelas características adquiridas, entre elas a configuração e consolidação das estruturas políticas supracitadas, os anos compreendidos entre os séculos VIII a.C. e VI a.C. compuseram o período conhecido como Arcaico – assim denominado inicialmente pela Arqueologia, que situa nesse período as primeiras manifestações da arte grega. Apesar da existência de inúmeras cidades-estado durante esse período, sobre duas delas nos debruçaremos: Atenas e Esparta.

ATENAS

Localizada no sul da Grécia, Atenas foi ocupada inicialmente por aqueus e, posteriormente, por eólios e jônios. A unificação em cidade-estado, no século X a.C., proporcionou a formação de uma monarquia, na qual o poder era concentrado nas mãos do chamado basileu, proprietário mais poderoso, que exercia a função de rei. A deposição do último basileu, entretanto, levou à formação de um regime oligárquico, baseado no Arcontado, órgão que controlava a política. Os arcontes eram escolhidos entre os nobres para ocupar mandatos anuais. A política ateniense, àquela época, seguia, portanto, uma forma aristocrática de governo, comandado pelos nobres.

Após a expansão ateniense, entre os séculos VIII a.C. e VI a.C., uma grave crise social mergulhou Atenas em violência. Buscou-se, assim, a organização jurídica. Nesse contexto, destacaram-se as figuras de dois grandes legisladores: Drácon e Sólon. O primeiro transformou em registro escrito o conjunto de leis baseado na tradição oral ateniense, reafirmando o poder da elite, os eupátridas. Já Sólon aboliu a escravidão por dívidas, enfatizou o direito de qualquer pessoa prestar queixa, mesmo em nome de terceiros, de modo a corrigir uma injustiça, e propôs uma divisão censitária da sociedade, ou seja, de acordo com a renda de cada indivíduo.

Ao invés de sanarem os problemas atenienses, as medidas de Sólon agravaram os problemas sociais, proporcionando o surgimento das tiranias, ou seja, a ascensão política de líderes autoritários que não tinham respeito pelas tradicionais normas que regulavam a vida da pólis. Foi somente em 510 a.C. que Clístenes retirou do poder o último tirano e instalou em Atenas as condições para a implantação da democracia. O governo popular (*demos* = povo, *kratos* = governo) é uma das maiores contribuições gregas para as sociedades atuais.

A construção da democracia ateniense

A constituição do regime democrático em Atenas foi um longo processo, tendo em vista as diversas formas de resistência a essa instituição. O domínio de novas áreas de exploração também colaborou para o fortalecimento da democracia, já que a prosperidade proporcionada pelos recursos provenientes dessas regiões permitia que os cidadãos atenienses tivessem tempo suficiente para exercerem maior participação na vida política.

Diferentemente da aristocracia, a democracia é baseada na premissa da igualdade e não da distinção. No caso de Atenas e de outras cidades gregas, com exceção de Esparta – que continuou sendo uma diarquia –, a democracia era direta. Isso significa que não havia representação, como no caso das eleições atuais, ou seja, cada cidadão ateniense podia tomar parte nas decisões públicas.

Na Ágora, edificação situada no centro da pólis, era organizada a Eclésia, assembleia que se reunia cerca de quarenta vezes por ano para discutir assuntos políticos, questões de guerra e paz, bem como temáticas referentes à religião e às festas.

Para participar dessa assembleia, era preciso ser livre, afinal, os gregos acreditavam que a liberdade e a ociosidade estavam intimamente conectadas à participação política. Desse modo, os membros da Eclésia necessitavam de escravos para que, livres das atividades manuais e do trabalho, pudessem praticar a política.

Eram considerados cidadãos os homens, filhos de pai e mãe atenienses, maiores de dezoito anos. Por volta de 430 a.C., a região possuía cerca de 310 mil habitantes, dos quais 40 mil eram cidadãos. A democracia ateniense, portanto, excluía alguns grupos, como as mulheres, os estrangeiros (chamados metecos) e os escravos. Apesar disso, o sistema dava direito a pequenos proprietários e camponeses de tomarem decisões junto aos grandes proprietários (eupátridas). É nisso que residia a força da democracia antiga: nela, os relativamente pobres tinham o mesmo poder de decisão que os mais ricos.

Outra instituição política era a Bulé, uma espécie de conselho ou senado, que era encarregada de analisar os projetos de lei e de supervisionar a administração pública, a diplomacia e os assuntos militares. A ocupação dos cargos da Bulé se dava por sorteio, e seus ocupantes eram remunerados. Existiam também os magistrados, incumbidos de executar as decisões da Eclésia.

Para reforçar os princípios da justiça, os gregos instituíram, ainda, o ostracismo, que consistia no banimento por um período de dez anos de todo indivíduo considerado uma ameaça à democracia.



Com a instituição de tais práticas políticas, iniciou-se em Atenas o chamado Período Clássico, durante o qual a democracia ateniense teve seu apogeu, principalmente com a atuação do estadista Péricles. A força de Atenas nesse período tornou-se tão grande que o século V a.C. é conhecido como o século de Péricles.

Apesar de sua curta duração e de suas restrições, a democracia ateniense deixou um grande legado, pois construiu a noção da participação de todos nos assuntos de ordem pública. As leis aprovadas deveriam ser respeitadas por todos, as decisões tomadas eram públicas e a modificação dessas deliberações só poderia ocorrer com o consenso da maioria. Mesmo com as transformações sofridas pela democracia quando esta passou a ser revalorizada no Ocidente a partir do século XVIII, seus conceitos e sua prática são referências (ou deveriam ser) para a prática política na atualidade.

A sociedade ateniense

A sociedade ateniense era dividida em três grupos principais: os cidadãos, os metecos e os escravos. Os cidadãos controlavam o poder político e detinham a maioria das terras. Podiam se dedicar à vida política, já que o trabalho era todo executado por seus escravos, e as mulheres se dedicavam às atividades domésticas e à criação dos filhos, futuros cidadãos.

Apesar de serem considerados livres e se dedicarem às mais diversas tarefas, como artesanato, arte e comércio, os metecos não tinham direitos políticos e eram proibidos de se casar com cidadãos. Em sua maioria, eram estrangeiros e pagavam uma taxa para viver na pólis. Ainda assim, alguns conseguiam, por meio de seu trabalho, acumular riqueza.

Os escravos, por sua vez, eram a base da sociedade e exerciam todo tipo de função dentro do território ateniense. Um indivíduo poderia se tornar escravo por nascimento, caso fosse filho de escravo, por dívida (até as reformas de Sólon) ou por ser prisioneiro de guerra. Como já foi dito, o trabalho escravo foi fundamental para que os cidadãos pudessem se dedicar completamente à vida pública, ou seja, às atividades políticas realizadas na Ágora. De acordo com Pedro Paulo Funari:

Os escravos de Atenas eram em sua maioria prisioneiros de guerra (gregos ou “bárbaros”, como eram chamados pejorativamente os não gregos) e seus descendentes, considerados não como seres humanos dignos, mas como “instrumentos vivos”. Dos escravos, cerca de 30 mil trabalhavam nas minas de prata, das quais se extraía metal para armamentos, ferramentas e moedas, 25 mil eram escravos rurais e 73 mil eram escravos urbanos empregados nas mais variadas tarefas e ofícios, permitindo que seus donos se ocupassem dos assuntos públicos.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Grécia e Roma: vida pública e vida privada. Cultura, pensamento e mitologia, amor e sexualidade*. São Paulo: Contexto, 2002. [Fragmento]



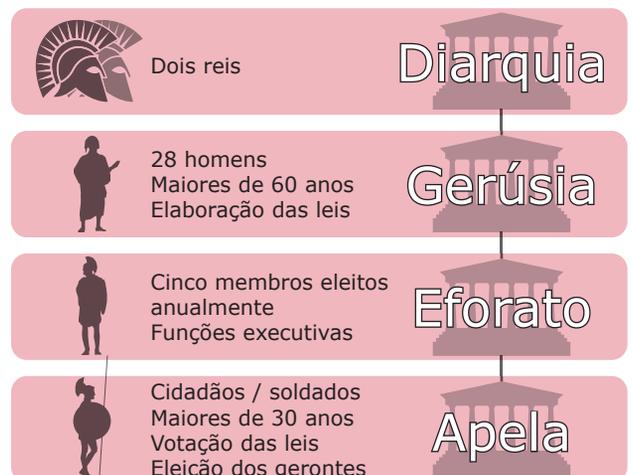
Arquivo Bernoulli

Os trabalhadores gregos dedicavam-se à olaria. As cenas do cotidiano e da mitologia pintadas nos vasos servem como fontes históricas.

ESPARTA

Fundada pelos dórios no século IX a.C., Esparta se desenvolveu na Península do Peloponeso e, diferentemente das demais regiões da Grécia, apresentava terras férteis. Desse modo, sofreu menos com crises econômicas do que as outras cidades-estado.

A política espartana era controlada por uma oligarquia guerreira que dominava o Estado e a propriedade da terra. A pólis espartana era, portanto, oligárquica e aristocrática, com o monopólio político nas mãos dos cidadãos-guerreiros. A política era debatida em uma assembleia conhecida como Apela, onde eram eleitos a Gerúsia e o Eforato, órgãos com função legislativa e executiva, respectivamente. A religião e o Exército ficavam a cargo de dois reis na chamada diarquia.



A sociedade se dividia entre espartanos, periecos e hilotas. Os espartanos constituíam a elite militar e a minoria dos habitantes da cidade. Detinham o poder político e o controle da maioria das terras férteis da região. Os homens dedicavam-se à guerra e aos assuntos públicos, enquanto as mulheres deviam criar, dentro do espírito espartano, os futuros guerreiros. Os periecos eram livres e não possuíam direitos políticos, dedicando-se ao comércio e ao artesanato. O casamento entre periecos e espartanos era proibido, e aos primeiros eram reservados os cargos inferiores no Exército e a obrigatoriedade do pagamento de tributos. Os hilotas eram servos do Estado e estavam presos à terra. Trabalhavam nas propriedades dos espartanos e deviam pagar tributos a estes. Não tinham direitos políticos e estavam submetidos a maus-tratos sem que lhes coubesse proteção legal.

Em uma sociedade na qual a maioria da população era constituída por hilotas, o grupo mais explorado, cabia à elite a preocupação com sua própria proteção. A militarização, portanto, foi a característica mais marcante de Esparta. Os homens, desde a infância, eram treinados na arte da guerra, e a preocupação com a excelência física era fundamental. A educação militar das crianças ficava a cargo do Estado, e as mais saudáveis eram instruídas até se tornarem hoplitas, soldados das forças espartanas.



No filme 300, baseado na história em quadrinhos homônima de Frank Miller, fica claro o ideal guerreiro espartano.

GUERRAS MÉDICAS

As Guerras Médicas ou persas foram uma série de batalhas durante o século V a.C. Naquele momento, as cidades gregas enfrentaram seguidas tentativas de invasão, quando Dario I e, posteriormente, Xerxes, reis persas, investiram contra o território grego.

Para fazer resistência frente aos fortes exércitos persas, as cidades-estado abdicaram de seu relativo isolamento e de sua autonomia e, assim, formaram a Liga de Delos, uma associação militar entre as cidades gregas que arrecadava impostos, depositados na ilha de Delos, visando ao fortalecimento do Exército grego.

Após a vitória dos gregos, possibilitada pela união das poleis, Atenas insistiu na manutenção da Liga, dando início a um período de submissão das demais cidades a seu poder. Essa fase recebeu o nome de imperialismo ateniense.

GUERRA DO PELOPONESO

O domínio de Atenas sobre as demais cidades marcou o apogeu da cultura clássica. Atenas viveu sua idade de ouro principalmente durante o governo de Péricles. A democracia se consolidou entre os atenienses e as tradições dessa cidade-estado foram impostas ao restante da Grécia.

As demais cidades, porém, não aceitaram pacificamente o domínio ateniense e, comandadas por Esparta, formaram a Liga do Peloponeso. Em 431 a.C., eclodiu uma guerra entre Esparta e Atenas, conflito que acabou se expandido para as demais cidades aliadas. Assim, em 404 a.C., na batalha de Egos Potamos, confirmou-se a vitória dos espartanos.

A partir desse período, várias cidades sucederam-se no controle do poder na região, ocasionando conflitos diversos, o que gerou o enfraquecimento geral das cidades gregas e permitiu a invasão dos macedônios no século IV a.C.

PERÍODO HELENÍSTICO

O Período Helenístico, compreendido entre os séculos III a II a.C., abrange o período da expansão territorial e cultural da Grécia, que se deu especialmente pelo Oriente, onde, mesmo após a derrocada grega, manteve-se preservada a cultura helênica.

O principal responsável por essas transformações foi Alexandre, o Grande, imperador da Macedônia, que havia conquistado a região da Grécia. Durante sua expansão, Alexandre derrotou os persas e atingiu a região da Índia, fundando uma série de cidades que levavam o seu nome, sendo a mais célebre Alexandria do Egito.

Essa expansão não resistiu, no entanto, à morte de Alexandre. Mergulhado em conflitos internos e divisões políticas, o Império Macedônico desintegrou-se, formando monarquias na Macedônia, no Egito e na Síria, que foram, gradativamente, incorporadas ao domínio romano a partir do século II a.C. No entanto, as cidades gregas mantiveram suas instituições e parte de sua cultura.

A Macedônia de Alexandre, o Grande



Expansão das conquistas de Alexandre.

CULTURA

O legado cultural dos povos gregos foi fundamental para a formação das sociedades ocidentais atuais. Suas contribuições estão presentes especialmente nos campos da Filosofia e das artes. Nas Ciências Humanas, destacam-se as obras de Sócrates, Platão e Aristóteles, além da contribuição dos gregos para os estudos históricos, com os trabalhos desenvolvidos por Heródoto e Tucídides.

A religião dos gregos, por sua vez, era politeísta, ou seja, cultuava uma série de deuses antropomórficos, com desejos e paixões humanas como a raiva, o ódio e a vingança. Para manifestar sua devoção aos deuses, os gregos faziam orações e oferendas, para que a interferência divina na vida terrena fosse positiva. Essas divindades poderiam se apaixonar por mortais, e o filho desse relacionamento seria um semideus. Esses deuses participavam diretamente da vida dos homens, diferenciando-se destes por sua imortalidade. Entre as várias divindades, podemos citar: Zeus, Atena, Apolo, Poseidon, Afrodite, Hermes, etc.

Na literatura, destacam-se dois grandes poemas épicos, ambos atribuídos a Homero: *Íliada* e *Odisseia*. O primeiro narra os eventos vinculados à Guerra de Troia e à vida do guerreiro Aquiles. Na *Odisseia*, é narrada a aventura de Ulisses, ou Odiseu, em sua volta para casa após a mesma guerra.

Outro aspecto importante da cultura grega foi o desenvolvimento da dramaturgia, com peças de cunho político e ligadas a aspectos do cotidiano. O teatro grego foi marcado pelas tragédias e pelas comédias, com autores como Ésquilo, de *Prometeu acorrentado* e *Sete contra Tebas*, considerado o pai da tragédia; Sófocles, que escreveu as grandes tragédias *Édipo Rei* e *Antígona*; e Aristófanes, conhecido principalmente por suas comédias, como *As rãs* e *As nuvens*.

Outra grande área de destaque foi a arquitetura, em que se destacaram os estilos jônico, dórico e coríntio, bem como grandes construções, como a do Partenon.



Partenon na Acrópole de Atenas.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



- 01.** (UFC-CE) Na cidade grega antiga, ser cidadão não significava apenas fazer parte de uma entidade 'nacional', mas também participar numa vida comum.

MOSSÉ, Claude. *O cidadão na Grécia antiga*. Lisboa: Edições 70, 1999. p. 51.

Tomando por base a afirmativa anterior, pode-se compreender corretamente que a vida na pólis, para o cidadão, significava:

- A) romper com a religião e os mitos e adotar o modo de vida proposto pelos filósofos, o de disseminar a filosofia e a democracia para todas as cidades-estado gregas.
- B) realizar o ideal grego de unificação política, militar, geográfica, econômica, religiosa e cultural de todas as cidades-estados e assim suprimir as tiranias e as oligarquias.
- C) exercer obrigatoriamente uma magistratura ao longo da vida, pois o aprendizado político por todos representava a garantia do bem-estar social e da manutenção da democracia.
- D) formar um corpo de súditos cujas decisões políticas se orientavam para a manutenção do poder econômico e religioso das famílias detentoras de frotas que comercializavam pelo Mediterrâneo.
- E) integrar uma comunidade que visava ao seu bem comum por meio de decisões políticas, da adoção de uma defesa militar e de práticas religiosas que buscavam benefícios e proteção dos deuses da cidade.

- 02.** (UEG-GO) Para os gregos da Antiguidade, a palavra "idiota" era usada para representar o cidadão que não se preocupava com a vida política da cidade-estado. Portanto, de acordo com essa acepção grega, poderia ser considerado um "idiota"

- A) o filósofo Sócrates, que afirmava que a verdadeira sabedoria estava em reconhecer que "tudo que sei é que nada sei".
- B) o general Alexandre, o Grande, que, tendo sido aluno de Aristóteles, pretendia dominar militarmente todo o mundo conhecido.
- C) o habitante da pólis, portador de direitos políticos, que ignorava os discursos e as decisões tomadas durante os debates públicos ocorridos na Ágora.
- D) os escravos, os estrangeiros, as mulheres e as crianças, que não tinham direito à cidadania, ao voto ou à voz na assembleia.

- 03.** (UFV-MG) Leia o texto a seguir:

Nosso regime político não se propõe tomar como modelo as leis de outros: antes somos modelo que imitadores. Como tudo nesse regime depende não de poucos, mas da maioria, seu nome é democracia. Nela, enquanto no tocante às leis todos são iguais para a solução de suas divergências particulares, no que se refere à atribuição de honrarias o critério se baseia no mérito e não na categoria a que se pertence; inversamente, o fato de um homem ser pobre não o impede de prestar serviços ao Estado.

Trecho da Oração Fúnebre de Péricles, citado por Tucídides em A Guerra do Peloponeso. In: GRAIEB, Carlos. O rei do discurso. *Veja*, São Paulo, n. 2 057, 23 abr. 2008.

Disponível em: <http://www.veja.abril.com.br/230408/p_122.shtml>. Acesso em: 19 ago. 2010.

Com base no texto anterior e nos conhecimentos sobre a democracia na Grécia Antiga, é correto afirmar que

- A) as mulheres expressavam sua opinião e participavam dos debates públicos e políticos.
- B) aos metecos eram garantidos direitos políticos integrais, devido ao pagamento de impostos.
- C) a isonomia era o princípio pelo qual se estabelecia a igualdade dos cidadãos perante a lei.
- D) a participação na vida política era permitida a toda a população de Atenas, sem exclusão.

- 04.** (Fatec-SP) Considere o texto a seguir:

As cidades-estado [...] eram muito diferentes entre si: nas dimensões territoriais, nas riquezas, em suas histórias particulares e nas diferentes soluções obtidas ao longo dos séculos para os conflitos de interesses entre seus componentes. A maioria delas nunca ultrapassou a dimensão de pequenas unidades territoriais, abrigando alguns milhares de habitantes – não mais do que 5 mil, quase todos envolvidos com o meio rural. Outras, de porte médio, chegaram a congregar 20 mil pessoas. Algumas poucas, portos comerciais ou centros de grandes impérios, atingiram a dimensão de verdadeiras metrópoles, com mais de 100 mil habitantes [...].

GUARINELLO, Norberto Luiz. Cidades-Estado na Antiguidade Clássica. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 30.

De acordo com o texto, na Grécia antiga, as cidades-estado

- A) abrigavam os mesmos ideais democráticos, independente de seu porte, como foi o caso de Atenas.
- B) mantinham um forte equilíbrio de força, uma vez que havia uma cidade centralizadora que controlava política e economicamente todas as outras.

- C) tinham como principal característica serem diferentes entre si, no tamanho e nas suas escolhas políticas, como foi o caso de Atenas e Esparta.
- D) possuíam a cidadania como um bem maior, em que, independente do número de sua população, todo grego tinha direito de participar dos rumos de sua cidade.
- E) exerciam, por consenso, em um determinado momento, o domínio político e religioso do Império grego.

05. (FAMERP-SP-2016) A cidade grega é o modelo por excelência, origem e paradigma da democracia. É dela que retiramos as exigências constituídas de toda a política moderna. Mas a cidade grega não é uma democracia modelo. Ela funciona à custa de exclusões.

CASSIN, B. et al. *Gregos, bárbaros, estrangeiros*. 1993 (Adaptação).

A afirmação do excerto é, aparentemente, contraditória, ao reafirmar a democracia grega como modelo e sustentar que o seu funcionamento era excludente. A aparente contradição ocorre porque

- A) o governo era dirigido pela classe senatorial, embora os senadores fossem eleitos pelo conjunto dos cidadãos.
- B) o poder político era exercido diretamente no interior das propriedades rurais, embora dele permanecessem afastados os que aravam a terra.
- C) a pólis era internamente dividida em corporações de ofício, embora o Governo Geral fosse composto por um representante de cada uma delas.
- D) a assembleia de cidadãos era formada por camponeses e artesãos, embora eles estivessem afastados dos assuntos militares.
- E) a participação dos cidadãos nas decisões públicas era plena e direta, embora mulheres, estrangeiros e escravos permanecessem fora da política.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



01. (PUC-SP-2016) “Em termos constitucionais mais convencionais, [na Atenas antiga] o povo não só era elegível para cargos públicos e possuía o direito de eleger administradores, mas também era seu o direito de decidir quanto a todos os assuntos políticos e o direito de julgar, constituindo-se como tribunal, todos os casos importantes civis e criminais, públicos e privados. A concentração da autoridade na Assembleia, a fragmentação e o rodízio dos cargos administrativos, a escolha por sorteio, a ausência de uma burocracia remunerada, as cortes com júri popular, tudo isso servia para evitar a criação da máquina partidária e, portanto, de uma elite política institucionalizada.”

FINLEY, M. I. *Democracia antiga e moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 37.

A partir do texto, pode-se afirmar que a democracia, na Atenas antiga,

- A) limitava a atuação do conjunto da sociedade nas decisões e nos assuntos políticos, que ficavam restritos à elite intelectual e econômica.
- B) reconhecia a necessidade da tripartição do poder, com a separação e a isonomia entre o executivo, o legislativo e o judiciário.
- C) dependia do bom funcionamento do aparato administrativo, composto por funcionários estáveis e por ampla hierarquia burocrática.
- D) permitia a ampla manifestação dos cidadãos e tinha mecanismos que impediam a perpetuação das mesmas pessoas em cargos administrativos.

02. (FUVEST-SP) As cidades (do Mediterrâneo antigo) se formaram, opondo-se ao internacionalismo praticado pelas antigas aristocracias. Elas se fecharam e criaram uma identidade própria, que lhes dava força e significado.

GUARINELLO, Norberto Luiz. *A cidade na Antiguidade Clássica*. São Paulo: Atual, 2006. p. 20 (Adaptação).

As cidades-estado gregas da Antiguidade Clássica podem ser caracterizadas pela

- A) autossuficiência econômica e igualdade de direitos políticos entre seus habitantes.
- B) disciplina militar imposta a todas as crianças durante sua formação escolar.
- C) ocupação de territórios herdados de ancestrais e definição de leis e moeda próprias.
- D) concentração populacional em núcleos urbanos e isolamento em relação aos grupos que habitavam o meio rural.
- E) submissão da sociedade às decisões dos governantes e adoção de modelos democráticos de organização política.

03. (UFPA) Aristóteles propunha dois critérios para diferenciar senhores e escravos:

O primeiro critério é de ordem política: o homem é, por natureza, um animal político, um ser cívico; por conseguinte, só o homem livre é totalmente homem porque só ele está apto para a vida política. O senhor coincide com o cidadão. Pelo contrário, o escravo é, por natureza, incapaz de deliberar; participa da razão sem a possuir.

O segundo critério articula-se com o primeiro. Certos trabalhos que implicam apenas o uso da força são, por essência, servis e são esses os que se adequam aos indivíduos que foram definidos como escravos pela sua incapacidade de raciocinar.

ARISTÓTELES, *Política*.

Baseado nos critérios de Aristóteles, é correto afirmar:

- A) Na Grécia Antiga, a escravidão e a política estavam vinculadas contraditoriamente, pois a existência de uma justificava a outra, ou seja, para que os homens livres pudessem se dedicar exclusivamente à política, o trabalho, que garantia sua subsistência, deveria ser feito pelos escravos.
- B) A condição de escravo, em qualquer época, implica o reconhecimento, pelo indivíduo escravizado, da perda de sua condição humana e de sua inferioridade em relação ao senhor, o que o leva a aceitar mais facilmente tal situação, que passa a ser vista como inevitável.
- C) A escravidão no mundo antigo greco-romano recaía sobre povos de tradição guerreira, que, por serem portadores de grande força física e de culturas primitivas, eram considerados mais capazes de realizar trabalhos que exigiam apenas o uso da força.
- D) A escravidão na Antiguidade Clássica adotava critérios étnicos e culturais, o que fazia com que somente povos considerados bárbaros, incultos, incapazes de usar a razão fossem escravizados nas guerras. Portanto, os povos vistos como civilizados ficavam isentos de tal condição.
- E) Os escravos antigos assemelhavam-se aos modernos, principalmente no que dizia respeito à destinação dos produtos de seu trabalho, já que, em ambas as situações, o trabalho escravo vinculava-se à produção de alimentos que garantiam a subsistência dos homens livres.

- 04.** (Fatec-SP) O texto a seguir é um trecho do famoso discurso atribuído a Péricles, governante e legislador de Atenas, no século V a.C.

Vivemos sob uma forma de governo que não se baseia nas instituições de nossos vizinhos; ao contrário, servimos de modelo a alguns ao invés de imitar outros. Seu nome, como tudo depende não de poucos mas da maioria, é democracia.

Olhamos o homem alheio às atividades públicas não como alguém que cuida apenas de seus próprios interesses, mas como um inútil; nós, cidadãos atenienses, decidimos as questões públicas por nós mesmos, ou pelo menos nos esforçamos por compreendê-las claramente, na crença de que não é o debate que é empecilho à ação, e sim o fato de não se estar esclarecido pelo debate antes de chegar a hora da ação.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*, Livro II.

Trad. do original grego por Mário da Gama Kury.
Brasília: Editora da UnB, 1986.

Considerando as informações do texto e os conhecimentos sobre a prática da vida política ateniense naquele período, assinale a alternativa correta.

- A) Durante o século V a.C., em Atenas, a aplicação dos princípios democráticos resultou na substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre.
- B) Embora o regime ateniense tenha garantido ampla participação popular, não era verdadeiramente democrático, pois negava a igualdade dos cidadãos perante a lei.
- C) Na democracia ateniense, os cidadãos participavam diretamente do processo de tomada de decisões, expressando sua vontade por voto direto em cada assunto particular.
- D) Atenas foi a única pólis a desenvolver plenamente a democracia na Antiguidade, pois concedia a todos os cidadãos o direito de escolher livremente os seus representantes.
- E) Na democracia ateniense, todos os habitantes da cidade tinham direito de participar das assembleias, mas apenas os mais ricos podiam votar e assumir cargos importantes.

05.
A05P

(Unesp-2016) A cidade tira de seu império uma parte da honra, da qual todos vós vos gloriáveis, e que deveis legitimamente apoiar; não vos esquivéis às provas, se não renunciais também a buscar as honras; e não penseis que se trata apenas, nesta questão, de ser escravos em vez de livres: trata-se da perda de um império, e do risco ligado ao ódio que aí contraístes.

PÉRICLES apud CABANES, Pierre.
Introdução à história da Antiguidade. 2009.

O discurso de Péricles, no século V a.C., convoca os atenienses para lutar na Guerra do Peloponeso e enfatiza

- A) a rejeição à escravidão em Atenas e a defesa do trabalho livre como base de toda sociedade democrática.
 - B) a defesa da democracia, por Atenas, diante das ameaças aristocráticas de Roma.
 - C) a rejeição à tirania como forma de governo e a celebração da república ateniense.
 - D) a defesa do território ateniense, frente à investida militar das tropas cartaginesas.
 - E) a defesa do poder de Atenas e a sua disposição de manter-se à frente de uma confederação de cidades.
- 06.** (FGV) Ninguém cuidava de atingir um objetivo honesto, pois não se sabia se se ia viver o suficiente para realizá-lo. Ninguém era retido nem pelo temor dos deuses nem pelas leis humanas; não se cuidava mais da piedade do que da impiedade desde que se via todos morrerem indistintamente.

TUCÍDIDES. In: WOLFF, Francis. *Sócrates*.
São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 31.

Sobre a crise provocada pela Guerra do Peloponeso, é correto afirmar:

- A) O final da guerra resultou em um período de florescimento cultural e político, denominado “Século de Péricles”.
- B) Após o tratado de paz assinado por atenienses e espartanos em 421 a.C., a guerra recomeçou com a traição de Péricles.
- C) A primeira potência hegemônica da guerra foi Esparta, sucedeu-lhe Tebas e, por fim, Atenas.
- D) A guerra que durou quase trinta anos e provocou uma terrível peste em Atenas, da qual foi vítima o próprio Péricles, criou as condições para a intervenção de Filipe da Macedônia.
- E) A guerra foi um conflito entre os persas e os gregos e teve início com a invasão persa da cidade grega de Mileto em 430 a.C.

07.
JIMD

(Unesp) A *Ilíada*, de Homero, data do século VIII a.C. e narra o último ano da Guerra de Troia, que teria oposto gregos e troianos alguns séculos antes. Não se sabe, no entanto, se esta guerra de fato ocorreu ou mesmo se Homero existiu. Diante disso, o procedimento usual dos estudiosos tem sido

- A) desconsiderar os relatos atribuídos a Homero, pois não temos certeza de sua procedência, nem se eles nos contam a verdade sobre o passado grego.
- B) identificar na obra, apesar das dúvidas, características da sociedade grega antiga, como a valorização das guerras e a crença na interferência dos deuses na vida dos homens.
- C) desconfiar de Homero, pois ele era grego e assumiu a defesa de seu povo, abrindo mão da completa neutralidade que todo relato histórico deve ter.
- D) acreditar que a Guerra de Troia realmente aconteceu, pois Homero não poderia ter imaginado tantos detalhes e personagens tão complexos como os que aparecem no poema.
- E) descartar o uso da obra como fonte histórica, pois, mesmo que a guerra tenha ocorrido, a *Ilíada* é um relato literário e não foi escrita com rigor e precisão científica.

08. (UFPR) Sobre o período helenístico (séculos IV a II a.C.) é correto afirmar:

- A) Com a rápida conquista territorial feita pelos macedônios, liderados especialmente por Alexandre Magno, houve a difusão da cultura grega do Egito até a Índia, por meio da adoção da *koiné*, uma variante mais simples do grego. Ocorreu a fusão entre culturas orientais e a cultura grega, além da construção de polos culturais, como Alexandria.

Esse período deixou uma influência duradoura, que se manteve também dentro dos limites do Império Romano.

- B) Foi um longo período de desenvolvimento econômico, em que a agricultura foi incentivada por todos os territórios conquistados por Alexandre Magno. O objetivo desse imperador era rivalizar com o Império Romano, estabelecendo em Alexandria um governo despótico e centralizador. Nesse período, a cultura grega se expandiu do Egito até a China.
- C) Foi marcado pelas conquistas de Alexandre Magno, que teve dificuldades em expandir o seu governo, por conta da resistência dos romanos e dos persas. Apesar de ter reinado por décadas, Alexandre Magno não conseguiu manter a independência grega, perdendo seus territórios para o nascente Império Romano.
- D) Foi um período de decadência cultural, em que manifestações culturais gregas misturaram-se a influências de outras culturas conquistadas pelos exércitos de Alexandre Magno. Devido ao seu rápido crescimento, o império helenístico permitiu que as culturas e costumes locais se preservassem em troca de lealdade política. Isso levou ao fim da língua, da filosofia, do teatro e da arquitetura gregas.
- E) Foi uma era de violência endêmica e de escravidão dos povos conquistados por Alexandre Magno, o que explica sua breve duração. Logo após a morte de Alexandre, o império se dividiu e foi conquistado pelos persas. Dessa forma, o projeto de difusão da cultura grega foi abandonado, deixando alguns poucos monumentos e bibliotecas pelo Oriente.

SEÇÃO ENEM

- 01.** (Enem–2015) O que implica o sistema da pólis é uma extraordinária preeminência da palavra sobre todos os outros instrumentos do poder. A palavra constitui o debate contraditório, a discussão, a argumentação e a polêmica. Torna-se a regra do jogo intelectual, assim como do jogo político.

VERNANT, J. P. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992 (Adaptação).

Na configuração política da democracia grega, em especial a ateniense, a ágora tinha por função

- A) agregar os cidadãos em torno de reis que governavam em prol da cidade.
- B) permitir aos homens livres o acesso às decisões do Estado expostas por seus magistrados.
- C) constituir o lugar onde o corpo de cidadãos se reunia para deliberar sobre as questões da comunidade.
- D) reunir os exercícios para decidir em assembleias fechadas os rumos a serem tomados em caso de guerra.
- E) congrega a comunidade para eleger representantes com direito a pronunciar-se em assembleias.

02. Texto I

[...] Olhamos o homem alheio às atividades públicas não como alguém que cuida apenas de seus próprios interesses, mas como um inútil; nós, cidadãos atenienses, decidimos as questões públicas por nós mesmos [...] na crença de que não é o debate que é empecilho à ação, e sim o fato de não se estar esclarecido pelo debate antes de chegar a hora da ação [...].

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: UnB, 1987.

Texto II

Um cidadão integral pode ser definido por nada mais nada menos que pelo direito de administrar justiça e exercer funções públicas; algumas destas, todavia, são limitadas quanto ao tempo de exercício, de tal modo que não podem de forma alguma ser exercidas duas vezes pela mesma pessoa, ou somente podem sê-lo depois de certos intervalos de tempo prefixados.

ARISTÓTELES. *Política*. Brasília: UnB, 1985. [Fragmento]

Comparando os textos I e II, tanto para Tucídides (no século V a.C.) quanto para Aristóteles (no século IV a.C.), a cidadania era definida pelo(a)

- A) prestígio social.
- B) acúmulo de riqueza.
- C) participação política.
- D) local de nascimento.
- E) grupo de parentesco.

03. (Enem) Compreende-se assim o alcance de uma reivindicação que surge desde o nascimento da cidade na Grécia antiga: a redação das leis. Ao escrevê-las, não se faz mais que assegurar-lhes permanência e fixidez. As leis tornam-se bem comum, regra geral, suscetível de ser aplicada a todos da mesma maneira.

VERNANT, J. P. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992 (Adaptação).

Para o autor, a reivindicação atendida na Grécia antiga, ainda vigente no mundo contemporâneo, buscava garantir o seguinte princípio:

- A) Isonomia – igualdade de tratamento aos cidadãos.
- B) Transparência – acesso às informações governamentais.
- C) Tripartição – separação entre os poderes políticos estatais.
- D) Equiparação – igualdade de gênero na participação política.
- E) Elegibilidade – permissão para candidatura aos cargos públicos.

04. (Enem) Alexandria começou a ser construída em 332 a.C., por Alexandre, o Grande, e, em poucos anos, tornou-se um polo de estudos sobre matemática, filosofia e ciência gregas. Meio século mais tarde, Ptolomeu II ergueu uma enorme biblioteca e um museu – que funcionou como centro de pesquisa. A biblioteca reuniu entre 200 mil e 500 mil papiros e, com o museu, transformou a cidade no maior núcleo intelectual da época, especialmente entre os anos 290 e 88 a.C. A partir de então, sofreu sucessivos ataques de romanos, cristãos e árabes, o que resultou na destruição ou perda de quase todo o seu acervo.

RIBEIRO, F. Filósofa e mártir. *Aventuras na história*. São Paulo: Abril, ed. 81, abr. 2010 (Adaptação).

A biblioteca de Alexandria exerceu durante certo tempo um papel fundamental para a produção do conhecimento e memória das civilizações antigas, porque

- A) eternizou o nome de Alexandre, o Grande, e zelou pelas narrativas dos seus grandes feitos.
- B) funcionou como um centro de pesquisa acadêmica e deu origem às universidades modernas.
- C) preservou o legado da cultura grega em diferentes áreas do conhecimento e permitiu sua transmissão e outros povos.
- D) transformou a cidade de Alexandria no centro urbano mais importante da Antiguidade.
- E) reuniu os principais registros arqueológicos até então existentes e fez avançar a museologia antiga.

GABARITO

Meu aproveitamento

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

- 01. E
- 02. C
- 03. C
- 04. C
- 05. E

Propostos

Acertei _____ Errei _____

- 01. D
- 02. C
- 03. A
- 04. C
- 05. E
- 06. D
- 07. B
- 08. A

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

- 01. C
- 02. C
- 03. A
- 04. C



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Roma

FORMAÇÃO

A Península Itálica foi sucessivamente ocupada por samnitas, sabinos, latinos, gregos e etruscos. A cidade de Roma teria surgido por volta do ano 1000 a.C., com a ocupação da região do Lácio pelos latinos. Outra versão sobre sua origem, de características mitológicas, baseada nas versões de Tito Lívio e Virgílio, seria a da sua fundação pelos irmãos Rômulo e Remo. Após serem salvos da morte por uma loba, teriam sido amamentados por ela e, posteriormente, Rômulo teria se tornado o primeiro rei da cidade.



A loba Capitolina e os gêmeos Rômulo e Remo – escultura etrusca do século V a.C.

MONARQUIA OU PERÍODO DA REALEZA

A forma monárquica prevaleceu em Roma desde a sua fundação até a formação da República, em 509 a.C. A partir do século VII a.C., prevaleceu o poder dos reis etruscos que invadiram a península e a dominaram. O rei possuía caráter sagrado, exercia o Poder Executivo e era o chefe militar e religioso. Seu poder era, no entanto, controlado pelo Senado. Existia, ainda, uma Assembleia, ou Cúria, formada por homens em idade militar, que podia ratificar ou não as decisões do Senado.

A sociedade romana era dividida entre os patrícios, os plebeus e os escravos. Os patrícios formavam a elite econômica, concentrando a propriedade da terra e o poder político, já que controlavam o Senado. A plebe era formada por homens livres, que, no entanto, não tinham direitos políticos.

Parte dos plebeus vivia sob o domínio dos patrícios, sendo, por isso, chamados de clientes. Por fim, os escravos ocupavam a parte inferior da pirâmide social. Eram a força de trabalho e se encontravam nessa situação por dívidas ou por derrotas nas guerras.

A escravidão antiga tem características específicas que a distinguem da escravidão moderna. Por exemplo, o escravo na Antiguidade poderia executar as mais diversas tarefas no interior da sociedade, não ficando relegado apenas ao trabalho manual. Foi comum, nesse período, a existência de escravos professores, médicos e artistas. A escravidão no campo, no entanto, era a mais desgastante de todas.

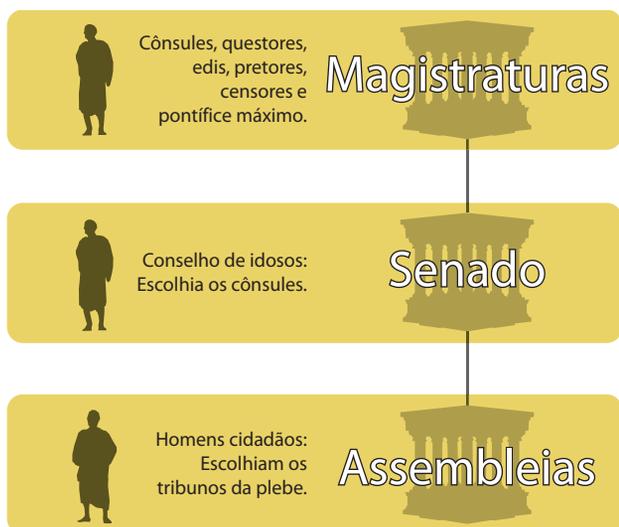
O declínio da Monarquia foi assinalado pelo acirramento dos conflitos políticos entre as classes dos patrícios e dos plebeus. Com efeito, o último rei etrusco, Tarquínio, foi retirado do poder pelos patrícios por temerem uma aliança do monarca com os plebeus. A elite romana, cada vez mais próspera pelo crescimento das atividades comerciais, não aprovava a aproximação do rei junto aos setores populares da cidade, cada vez mais ansiosos por maior participação política. Inicia-se, a partir desse momento, a República Romana.

REPÚBLICA

A revolta aristocrática que pôs fim à monarquia deu início a uma nova fase da sociedade romana: a República. O regime republicano em Roma, no entanto, teve características oligárquicas, pois, durante esse período, o poder esteve concentrado nas mãos de uma restrita elite patriciana, que se manteve à frente do regime entre os séculos VI a.C. e I a.C.

O poder, antes nas mãos do rei, passou a ser dividido entre os demais representantes da elite. Dois cargos ocupavam a instituição política mais importante – a Magistratura – e, por isso, merecem atenção: o de cônsul e o de pretor. Os cônsules eram sempre nomeados aos pares, representavam o Poder Executivo e podiam propor leis. Já o pretor era responsável pela administração da Justiça. Ainda ocupavam outros cargos de magistrados o questor, o edil e o censor.

Além das Magistraturas, duas outras instituições faziam parte da estrutura política romana: o Senado e as Assembleias. À Assembleia Popular cabia representar os interesses da plebe, tanto que, após uma série de revoltas e motins, os plebeus tiveram seus desejos de participação política atendidos com a criação do cargo de tribuno da plebe, que, poderia vetar, inclusive, as decisões do Senado. A este, por sua vez, cabiam a participação na administração pública e as decisões referentes à política externa.



Mesmo com algumas exigências atendidas, os plebeus ainda entraram em conflito com os patrícios. Tais tensões levaram à elaboração da Lei das Doze Tábuas, em 450 a.C., considerada a base do Direito romano, pois representava a oficialização da legislação, antes baseada no direito consuetudinário. Os plebeus ainda conseguiriam outras vitórias, como a abolição da escravidão por dívidas e a permissão dos casamentos entre nobres e plebeus.

Entre os séculos V a.C. e III a.C., ocorreu a expansão geográfica e comercial de Roma. A conquista se iniciou pelos povos da própria península e estendeu-se até a Península Ibérica, passando por parte do que hoje é a França e a Grécia. Os romanos dominaram também o norte da África e parte da Ásia Menor. Essa expansão só foi possível graças ao domínio do Mar Mediterrâneo, conseguido após a vitória sobre Cartago nas Guerras Púnicas em 146 a.C. Assim, como Cartago, no norte da África, controlava o comércio no Mar Mediterrâneo, sua derrota, após três guerras, permitiu aos romanos o controle dessa região estratégica.

Os territórios conquistados deviam a Roma submissão e uma pesada carga de impostos. As populações derrotadas normalmente eram transformadas em mão de obra escrava. Roma passava, portanto, a ser a capital de um vasto império, possuidor de grandes quantidades de terra e de escravos. No entanto, foi justamente esse crescimento que provocou a decadência da República Romana.

Um dos problemas que contribuiu para a crise romana foi a grande concentração de terras, advinda das conquistas territoriais, que, nas mãos dos patrícios, provocou a decadência e a revolta dos pequenos proprietários rurais. Estes, arruinados, buscavam trabalho na cidade, o que, por sua vez, possibilitava a eclosão de revoltas encabeçadas por escravos ou pelas populações submetidas a Roma. A corrupção e o poder dos militares aumentavam as tensões sociais, e os gastos com as Guerras Púnicas e o consequente aumento de impostos desagradavam parte da população.

Para diminuir essa tensão, os irmãos Caio Graco e Tibério Graco, que ocupavam a tribuna da plebe, apresentaram propostas de reformas. A principal medida adotada foi a reforma agrária, que, embora tenha visado à diminuição da concentração de terras nas mãos dos patrícios, não se mostrou suficiente para reverter tal problema. Foi proposta também pelos irmãos Graco a Lei Frumentária, que garantia a venda de trigo a preços menores para os pobres.

A transição para o Império se deu em meio às guerras civis instaladas nos domínios romanos em decorrência das insatisfações populares. Inicialmente, foram os militares que se sucederam no poder, tendo Mário e Sila ocupado o cargo de ditador, previsto para comandar a República excepcionalmente em épocas de crise.

O poderio do Exército durante as conquistas territoriais havia enfraquecido o Senado. Assim, a partir de 60 a.C., houve a formação dos Triunviratos, ou seja, um governo comandado por três homens. O primeiro deles foi formado por Pompeu, Crasso e Júlio César. César conquistou territórios importantes, tornando-se um grande general. Após a morte de Crasso, César começou a tentar se impor sobre Pompeu e o Senado Romano. César invadiu Roma, tornando-se ditador com o apoio do Exército. Acusado de trair os ideais da república e de tentar retornar à forma de governo monárquico, foi assassinado, em 44 a.C., por Brutus, seu filho adotivo. A morte de Júlio César fez retornar a guerra civil, que só foi atenuada pela formação do segundo Triunvirato, do qual faziam parte Otávio, Lépido e Marco Antônio.

Após derrotar seus adversários, com apoio do Senado, Otávio recebeu o título de imperador e se proclamou Augusto. Iniciou-se, em 31 a.C., o Império Romano.

IMPÉRIO

Quando Otávio assumiu o Império, ele passou a concentrar o poder nas suas mãos, subordinando o Senado à força do imperador. Além disso, o imperador passou a ser considerado um escolhido dos deuses; daí o nome Augusto, que significa sagrado. Para tentar solucionar os graves problemas sociais, Otávio tomou uma série de medidas, visando pacificar o Império. Estas obtiveram relativo sucesso e seu governo ficou conhecido como o período da *Pax Romana* (Paz Romana).

Para conseguir o apoio da elite, foi criada uma vasta burocracia imperial, que possuía uma série de privilégios. Assim, a antiga elite patrícia passou a compor esse grupo juntamente com os novos grandes proprietários das terras recém-conquistadas, já que a expansão do Império não havia cessado.

Com o objetivo de amenizar as tensões entre as classes baixas, foi criada a Política do Pão e Circo, que consistia em distribuir trigo e promover espetáculos para as parcelas mais pobres da plebe. O Estado se encarregava de sustentar esse grupo e, com isso, evitava maiores tensões.

Com a expansão romana, o poder do Exército tornou-se cada vez maior, garantindo certa estabilidade nos limites do Império. Após a morte de Otávio, essa estabilidade foi mantida, apesar das dificuldades vividas pelas classes populares. No entanto, os imperadores que sucederam a Otávio, como Calígula e Nero, célebres pelo seu comportamento desregrado e pela postura tirânica, não foram tão eficientes na administração. Os imperadores tentaram manter a sucessão hereditária, mas precisavam do apoio do Exército para se manterem no poder. Assim, várias famílias governavam Roma, sem que nenhuma delas conseguisse estabelecer uma longa dinastia. A expansão do Império voltou a se intensificar a partir do ano 96 d.C. e se encerrou no século III d.C., quando se iniciou a crise do Império Romano.



David Iltiff / Creative Commons

O Coliseu comportava cerca de 50 000 pessoas. Nele, eram realizados espetáculos vinculados à Política do Pão e Circo.

Expansão romana



Almapes

O COLAPSO DO IMPÉRIO ROMANO DO OCIDENTE

Após um longo período de expansão territorial e conquistas militares, o Império Romano passou por um processo de declínio, que se iniciou no século III d.C. A grande extensão do Império dificultava o controle desse vasto território e sua expansão. As longas distâncias geraram problemas de comunicação, e os povos dominados, assim como a resistência dos vizinhos do Império, passaram a dificultar o controle nas fronteiras romanas.

Como grande parte dos escravos do Império era proveniente das áreas dominadas, a retração das conquistas teve como consequência a diminuição do fluxo de prisioneiros que serviam como escravos. Assim, houve um grande aumento dos preços dos escravos e o consequente aumento dos preços dos produtos no interior do Império. A crise era agravada ainda pela pouca produtividade registrada em virtude da escassez de mão de obra.

Na tentativa de solucionar a crise escravista, foi instituído o colonato, que buscava o aumento da produtividade no campo. Nesse sistema, escravos e camponeses passaram a gozar de nova posição jurídica, a de colonos. O camponês, dessa forma, teria direito ao arrendamento de uma porção de terra e, em troca disso, pagaria ao proprietário em dias de trabalho e em produtos. A expansão do colonato ocorreu em um período de ruralização e atendia aos interesses dos grandes proprietários, que necessitavam de mão de obra. Os camponeses tinham, em troca, estabilidade e segurança, o que era importante, já que, naquele contexto, a violência e a penetração dos povos vizinhos se intensificavam.

A relação de dependência entre o trabalhador rural e o proprietário era chamada de *patrocinium* e, com ela, os latifundiários tomavam para si algumas atribuições do Estado. Os colonos estavam vinculados aos lotes em que trabalhavam, não podendo ser vendidos sem a terra e nem a terra vendida sem eles. Assim, como pode-se perceber, as raízes da servidão medieval encontram-se na generalização dessa prática.

É importante lembrar que, no entanto, a escravidão não foi completamente abolida, persistindo de forma reduzida no Período Medieval.

Os gastos excessivos do Império também colaboraram para a sua desagregação. A imensa burocracia e o grande contingente militar necessário para a manutenção das estruturas romanas geravam grandes despesas. A paralisação das conquistas e do fluxo de escravos provocou retração nos recursos do Estado e contribuiu para o aumento da crise. Nesse contexto, o poder político foi controlado pelos chefes das grandes legiões romanas. Como consequência, o Império passou por um período de instabilidade, denominado anarquia militar. Nesse período, os militares lutavam pela ocupação do posto de imperador, provocando, com o conflito entre grandes generais e seus companheiros de Exército, a fragilidade política. Entre os anos 235 d.C. e 285 d.C., Roma teve 26 imperadores, dos quais 25 foram assassinados em disputas pelo poder.

No final do século III e durante o século IV, os chefes políticos tomaram medidas para conter a crise, iniciando um processo de intervenção direta do Estado na vida social. Diocleciano (284-305), por exemplo, criou o Édito do Máximo, que fixava o preço dos salários e das mercadorias, visando combater a inflação. Estabeleceu, também, a tetrarquia, que dividia o poder político entre quatro generais.

Nesse período, o Império havia concedido ao povo uma relativa liberdade religiosa. Relativa porque fazia restrições ao cristianismo, que era visto como uma ameaça devido à grande adesão da população. No entanto, apesar das perseguições, essa religião foi se disseminando pelo Império. Diante dessa situação, o imperador Constantino, alegando ter tido visões associadas ao cristianismo, converteu-se e concedeu a liberdade de culto aos cristãos por meio do Édito de Milão. A conversão de Constantino tinha como objetivo consolidar o seu poder e amenizar a oposição. Essa medida foi imitada pelos imperadores que lhe sucederam, adotando também o cristianismo como religião.

Constantino ainda criou uma nova capital para o Império. Constantinopla (atualmente Istambul, na Turquia), antiga cidade de Bizâncio, situada em uma região menos afetada pela crise escravista, seria o centro difusor da cultura bizantina durante toda a Idade Média.

No final do século IV, Teodósio (378-395) proibiu as manifestações pagãs no Império. Dessa forma, o cristianismo passou de religião do imperador a religião oficial e ganhou ainda mais importância política. Na tentativa de evitar o colapso do Império, Teodósio dividiu-o em dois: o Império Romano do Ocidente, com sede em Roma, e o do Oriente, com sede em Constantinopla. O Império Romano do Oriente, ou Bizantino, perdurou até o fim da Idade Média, quando foi tomado, em 1453, pelos turco-otomanos; já a parte ocidental encontrou o seu fim cerca de mil anos antes.

Divisão do Império Romano



Além dos fatores internos já citados, as migrações dos povos germânicos colaboraram para a derrocada do Império Romano. O evento, que durante muito tempo ficou conhecido como invasões bárbaras, representou o fim do domínio de Roma. Para os romanos, assim como para os gregos, bárbaros eram todos aqueles que não falavam o seu idioma e não professavam sua cultura. Nesse caso, os bárbaros eram aqueles que habitavam as regiões mais ao norte da Europa, chamados também de germânicos.

Inicialmente, esses grupos, que viviam nos limites do Império, foram utilizados como mão de obra na agricultura e auxiliavam na proteção das fronteiras, constituindo uma força militar. Com o passar do tempo e com o progressivo enfraquecimento do Império devido aos fatores internos, as migrações germânicas passaram a se intensificar e adquiriram caráter violento. Vários povos, como os vândalos, os suevos, os francos, os lombardos, os godos e os visigodos, colaboraram para a conquista do Império Romano. No entanto, foram os hérulos, em 476 d.C., que tomaram Roma, destituindo seu último imperador, Rômulo Augusto.

A compreensão da estrutura da sociedade feudal, que se consolidou na Europa nos séculos X e XI, só é possível pela análise desses fatores. As características da sociedade medieval tiveram suas raízes em estruturas do antigo Império Romano e dos povos de origem germânica que colaboraram para a sua desagregação.

CULTURA

Com a conquista da Grécia, o Império Romano absorveu diversos aspectos da cultura grega, especialmente aqueles relacionados à religião. Os romanos eram politeístas e seus deuses, semelhantes às divindades gregas, porém com nomes diferentes: Júpiter, Baco, Marte e Vênus, respectivamente, Zeus, Dionísio, Ares e Afrodite na cultura grega, são apenas alguns exemplos. O cristianismo, por sua vez, só passou a ser permitido no século IV d.C. Antes disso, os cristãos eram perseguidos por venerarem apenas um Deus.

A educação dos romanos variava de acordo com a classe social e o sexo. Os meninos das classes privilegiadas aprendiam a ler e a escrever em latim e grego, já os de classes menos abastadas dedicavam-se ao trabalho agrícola ou artesanal.

Na arquitetura, a importância maior era dada à utilidade, como a construção de grandes edifícios públicos, estradas e de sistemas de distribuição de água – os famosos aquedutos romanos. Na literatura, podem ser citados os nomes de Ovídio, autor de *A Arte de Amar*, de Virgílio, autor da *Eneida* e de Tito Lívio, que, com os seus relatos, contribuiu com a História. A língua latina foi a base de boa parte das línguas da Europa Ocidental, como o português, o espanhol e o italiano.

O Direito romano, retomado durante o Renascimento, é também uma contribuição dos romanos, já que sua influência sobre os direitos nacionais europeus ainda se faz presente.



Deuses gregos e romanos

Assista a esse vídeo para conhecer algumas características e diferenças das divindades idolatradas pelos povos romanos e pelos gregos.

TH7W

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



01. (UNIFESP) [...] não era a falta de mecanização [na Grécia e em Roma] que tornava indispensável o recurso à escravidão; ocorrera exatamente o contrário: a presença maciça da escravidão determinou a “estagnação tecnológica” greco-romana.

SCHIAVONE, Aldo. *Uma história rompida: Roma Antiga e Ocidente Moderno*. São Paulo: Edusp, 2005.

A escravidão na Grécia e na Roma antigas

- A) baseava-se em características raciais dos trabalhadores.
- B) expandia-se nos períodos de conquistas e domínio de outros povos.
- C) dependia da tolerância e da passividade dos escravos.
- D) foi abolida nas cidades democráticas.
- E) restringia-se às atividades domésticas e urbanas.

02. (FUVEST-SP) *Cesarismo* / *cesarista* são termos utilizados para caracterizar governantes atuais que, à maneira de Júlio César (de onde o nome), na antiga Roma, exercem um poder

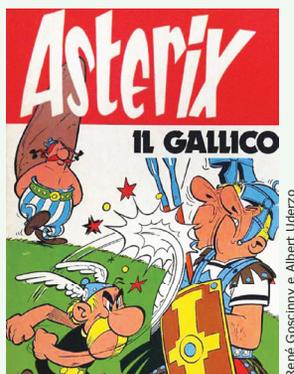
- A) teocrático.
- B) democrático.
- C) aristocrático.
- D) burocrático.
- E) autocrático.

03. (Unicamp-SP) O termo “bárbaro” teve diferentes significados ao longo da história. Sobre os usos desse conceito, podemos afirmar que:

- A) Entre os gregos do período clássico o termo foi utilizado para qualificar povos que não falavam grego e depois disso deixou de ser empregado no mundo mediterrâneo antigo.
- B) Bárbaros eram os povos que os germanos classificavam como inadequados para a conquista, como os vândalos, por exemplo.
- C) Gregos e romanos classificavam de bárbaros povos que viviam da caça e da coleta, como os persas, em oposição aos povos urbanos civilizados.
- D) Bárbaro foi uma denominação comum a muitas civilizações para qualificar os povos que não compartilhavam dos valores destas mesmas civilizações.

04. (UFAC) Durante a década de 1970, Asterix, uma personagem de histórias em quadrinhos, alcançou grande popularidade. Gaulês, Asterix liderava, com a ajuda de uma poção mágica e de seu companheiro Obelix, a resistência de sua tribo contra os invasores romanos.

ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. *Toda a História: História Geral e História do Brasil*. São Paulo: Ática, [s.d.]. p. 95.



Por Tutatis! *Digestivo Cultural*. Disponível em: <<http://www.digestivocultural.com/colunistas/coluna.asp?codigo=1387>>.

O quadrinho anterior apresenta a imagem de Asterix e Obelix, personagens de Uderzo e Goscinny. Ao observá-los e ler o texto, podemos compreender que

- A) o expansionismo do Império Romano não significou alteração nos ordenamentos territoriais e políticos europeus.
- B) os gauleses combatiam o imperialismo grego.
- C) os gauleses foram responsáveis pelo crescimento da usura, que seria uma das causas de decadência do Império Romano.
- D) os romanos tentavam dominar os povos bárbaros para a erradicação do helenismo.
- E) a expansão do Império Romano ocorreu com oposição dos povos bárbaros.
05. (ESPM-SP) O mundo romano mergulhou num prolongado período de crises. O Baixo Império foi marcado pela decadência e pela anarquia. Finalmente as invasões bárbaras minaram as forças imperiais já agonizantes, tomando pouco a pouco seus territórios e colocando fim ao império romano em 476.

VICENTINO, Cláudio. *História Geral*.

Sobre o mundo romano no Baixo Império, é correto afirmar que

- A) o período foi caracterizado pela continuidade da política de guerras de conquistas.
- B) ocorreu uma expansão das áreas cultivadas em consequência da expansão territorial derivada das guerras.
- C) o fim das guerras de conquistas fez escassear o número de prisioneiros e prejudicou a produção, acarretando a crise do escravismo.
- D) as guerras e as conquistas permitiram obter ouro e prata abundantes, ocasionando uma inflação crescente.
- E) para proteger as fronteiras do império romano, ameaçadas pelos bárbaros, foi criada a guarda pretoriana.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



01. (FUVEST-SP) César não saía de sua província para fazer mal algum, mas para se defender dos agravos dos inimigos, para restabelecer em seus poderes os tribunos da plebe que tinham sido, naquela ocasião, expulsos da Cidade, para devolver a liberdade a si e ao povo romano oprimido pela facção minoritária.

CÉSAR, Caio Júlio. *A Guerra Civil*. São Paulo: Estação Liberdade, 1999. p. 67.

O texto, do século I a.C., retrata o cenário romano de

- A) implantação da Monarquia, quando a aristocracia perseguia seus opositores e os forçava ao ostracismo, para sufocar revoltas oligárquicas e populares.
- B) transição da República ao Império, período de reformulações provocadas pela expansão mediterrânea e pelo aumento da insatisfação da plebe.
- C) consolidação da República, marcado pela participação política de pequenos proprietários rurais e pela implementação de amplo programa de reforma agrária.
- D) passagem da Monarquia à República, período de consolidação oligárquica, que provocou a ampliação do poder e da influência política dos militares.
- E) decadência do Império, então sujeito a invasões estrangeiras e à fragmentação política gerada pelas rebeliões populares e pela ação dos bárbaros.

02. (Unesp-2018)



Disponível em: <<http://recursostic.educacion.es>>.

O mapa do Império Romano na época de Augusto (27 a.C.–14 d.C.) demonstra

- A) a dificuldade das tropas romanas de avançar sobre territórios da África e a concentração dos domínios imperiais no continente europeu.
- B) a resistência do Egito e de Cartago, que conseguiram impedir o avanço romano sobre seus territórios.
- C) a conformação do maior império da Antiguidade e a imposição do poder romano sobre os chineses e indianos.
- D) a iminência de conflitos religiosos, resultantes da tensão provocada pela conquista de Jerusalém pelos cristãos.
- E) a importância do Mar Mediterrâneo para a expansão imperial e para a circulação entre as áreas de hegemonia romana.

03. (UFJF-2016) Esse é um fragmento de uma obra produzida no século I a.C.

B.T.M.P.

“Os romanos possavam-se de escravos através de procedimentos extremamente legítimos: ou compravam do Estado aqueles que fossem vendidos “debaixo de lança” como parte do botim; ou um general poderia permitir àqueles que fizessem prisioneiros de guerra conservá-los, juntamente com o resto do produto do saque”.

HALICARNASSO, Dionísio de. História Antiga dos Romanos, IV, 24 apud CARDOSO, C. *Trabalho compulsório na Antiguidade*. Rio de Janeiro: Graal, 2003. p. 141.

Em relação à escravidão na Roma antiga, assinale a alternativa correta.

- A) Os escravos possuíam entre si uma forte identidade étnica e cultural, pois apresentavam uma origem territorial africana única.
- B) O número de escravos diminuiu fortemente com o processo expansionista, pois havia a prática de libertá-los em massa para que se tornassem soldados.
- C) A utilização da mão de obra escrava dos derrotados de guerra foi ampliada com o término da prática de escravizar indivíduos livres por dívidas.
- D) Revoltas de escravos durante a crise republicana, como a liderada por Espártaco, se caracterizaram por serem movimentos urbanos limitados à cidade de Roma.
- E) A escravidão foi abolida em definitivo pelo Édito Máximo do imperador Otávio Augusto no contexto em que o Cristianismo tornou-se a religião oficial.

04. (UEL-PR) Observe os quadrinhos sobre mercado de escravos a seguir:



UDERZO, A.; GOSCINNY, R. *Asterix – Os louros de César*. Rio de Janeiro: Companhia Editorial Brasileira, [s.d.].

Na imagem, os criadores de Asterix se referem a um aspecto importante da sociedade romana no final do período republicano. Trata-se

- A) da utilização em larga escala do trabalho escravo nas províncias romanas, como a Gália, devido à imposição pelos conquistadores aos povos conquistados de seu modo de produção escravista.
- B) do caráter mercadológico dos escravos no mundo antigo, o que impedia aos ex-escravos alforriados e a seus descendentes a ascensão à cidadania e a sua plena integração à sociedade romana.
- C) da escravização por dívidas dos plebeus de Roma e de suas províncias, que, tendo sido empobrecidos pelas guerras civis e destituídos de suas terras, tinham se tornado dependentes dos patrícios romanos.
- D) do desenvolvimento da escravidão mercadoria, em Roma e na Península Itálica, associado ao sucesso das conquistas e ao aumento do número de escravos advindos das capturas de prisioneiros de guerra.
- E) da escravidão voluntária e temporária de estrangeiros, como os personagens Asterix e Obelix, que buscavam nos mercados de escravos da Roma antiga uma forma de ascender à cidadania romana após sua manumissão.

- 05.** (UEL-PR) A expansão imperial romana resultou, a partir do século I d.C., na utilização do trabalho escravo em grande escala e no aumento significativo do número de plebeus desocupados, aos quais se juntaram levas de pequenos agricultores arruinados. Isso incrementou o êxodo rural e provocou o inchamento das cidades, especialmente de Roma. Para amenizar o problema social dessas massas, o Estado passou a dar-lhes subsídios.

Esta política caracterizou-se pela distribuição de

- A) terras para os desocupados, caracterizando uma verdadeira reforma agrária, conhecida como a Política Agrária de Licínio.
- B) dinheiro para a aquisição de roupas e alimentos, combatendo a inflação que assolava a República, provocada pela política de Tucídides.
- C) grãos a preços baixos e espetáculos públicos gratuitos, conhecida como Política do Pão e Circo, de Augusto.
- D) sementes, instrumentos agrícolas e escravos para o cultivo de terras na Sicília e no norte da África: a Política de Colonização, de Suetônio.
- E) escravos para estimular a agricultura na Península Ibérica, conhecida como a Política Agrícola, de Cláudio.

Instrução: Para responder à questão a seguir, considere o seguinte texto:

Finalmente, a bandeira. Tiradentes propôs que fosse adotado o triângulo representando a Santíssima Trindade, com alusão às cinco chagas de Cristo crucificado, presente nas armas portuguesas. Já Alvarenga propôs a imagem de um índio quebrando os grilhões do colonialismo, com a inscrição "Libertas quae sera tamen" (Liberdade, ainda que tardia), do poeta latino Virgílio, e que foi adotada e consagrada.

MOTA, Carlos Guilherme; LOPEZ, Adriana.
História do Brasil: uma interpretação. 4. ed.
São Paulo: Ed. 34, 2015 p. 261.

- 06.** (PUC-Campinas-SP-2016) O texto, ao se referir ao poeta Virgílio, nos remete a um período da história da Roma Antiga: o Império Romano. Durante esse período, foram características do Estado romano
- A) recuperação de antigas práticas do período anterior, como a escravidão em grande escala, e o imperialismo econômico romano.
 - B) introdução de novos ideais baseados na economia de mercado, na condenação da guerra e na valorização da democracia romana.
 - C) transformação da estrutura administrativa nas cidades, fragmentação dos latifúndios e penetração dos bárbaros no Império.

- D) centralização político-administrativa nas mãos do imperador, utilização da política do "pão e circo" e adoção da Pax Romana.
- E) participação de todos os cidadãos romanos nas instituições políticas, uma educação humanista e conquista do Mediterrâneo.

07.
XCAR

(UFTM-MG) Os romanos deram o nome de *pax romana* ao período de estabilização das fronteiras. Nesse período, 300 mil soldados, deslocando-se rapidamente pelas estradas do Império, defenderam as fronteiras junto aos rios Reno e Danúbio contra as incursões das tribos germânicas, contiveram invasões orientais e sufocaram rebeliões internas. A paz romana foi, antes de tudo, uma "paz armada", o maior símbolo do apogeu do Império, que, no entanto, já carregava em seu interior os sinais de sua decadência.

CAMPOS, Flavio de; MIRANDA, Renan Garcia.
A escrita da História.

O fim das conquistas romanas

- A) fortaleceu os plebeus, em especial os mais ricos, que conquistaram a instituição do tribonato da plebe e a permissão do casamento com os patrícios.
- B) provocou a guerra de Roma contra Cartago – as Guerras Púnicas –, pois os cartagineses colocaram em risco as conquistas romanas na Sicília e no norte da África.
- C) gerou o término do suprimento de escravos, decorrendo disso todo um processo de desordem econômica em Roma, com a fragilização do Exército e o avanço dos germanos.
- D) estabeleceu uma nova condição jurídica para os plebeus, que não podiam mais ser vítimas da escravização por dívidas e foram beneficiados com a distribuição de terras.
- E) motivou o crescimento dos espaços urbanos no Império, com o consequente aumento das atividades manufatureiras e comerciais, além do crescimento da população.

- 08.** (FGV-2016) "Não descreverei catástrofes pessoais de alguns dias infelizes, mas a destruição de toda a humanidade, pois é com horror que meu espírito segue o quadro das ruínas da nossa época. Há vinte e poucos anos que, entre Constantinopla e os Alpes Julianos, o sangue romano vem sendo diariamente vertido. A Cítia, Trácia, Macedônia, Tessália, Dardânia, Dácia, Épiro, Dalmácia, Panônia são devastadas pelos godos, sármatas, quedos, alanos [...]; deportam e pilham tudo.

Quantas senhoras, quantas virgens consagradas a Deus, quantos homens livres e nobres ficaram na mão dessas bestas! Os bispos são capturados, os padres assassinados, todo tipo de religioso perseguido; as igrejas são demolidas, os cavalos pastam junto aos antigos altares de Cristo [...]."

SÃO JERÔNIMO, Cartas apud FUNARI, Pedro Paulo Abreu.
Roma: vida pública e vida privada, 2000.

O excerto, de 396, remete a um contexto da história romana marcado pela

- A) combinação da cultura romana com o cristianismo, além da desorganização do Estado Romano, em meio às invasões germânicas e de outros povos.
- B) reorientação radical da economia, porque houve o abandono da relação com os mercados mediterrâneos e o início de contato com o norte da Europa.
- C) expulsão dos povos invasores de origem não germânica, seguida da reintrodução dos organismos representativos da República Romana.
- D) crescente restrição à atuação da Igreja nas regiões fronteiriças do Império, porque o governo romano acusava os cristãos de aliança com os invasores.
- E) retomada do paganismo e o conseqüente retorno da perseguição aos cristãos, responsabilizados pela grave crise política do Império Romano.

SEÇÃO ENEM



01. (Enem–2017)

Texto I

Esta foi a regra que eu segui diante dos que me foram denunciados como cristãos: perguntei a eles mesmos se eram cristãos; aos que respondiam afirmativamente, repeti uma segunda e uma terceira vez a pergunta, ameaçando-os com o suplício. Os que persistiram, mandei executá-los, pois eu não duvidava que, seja qual for a culpa, a teimosia e a obstinação inflexível deveriam ser punidas. Outros, cidadãos romanos portadores da mesma loucura, pus no rol dos que devem ser enviados a Roma. Correspondência de Plínio, governador de Bitínia, província romana situada na Ásia Menor, ao imperador Trajano. Cerca do ano 111 d.C.

Disponível em: <www.veritatis.com.br>. Acesso em: 17 jun. 2015 (Adaptação).

Texto II

É nossa vontade que todos os povos regidos pela nossa administração pratiquem a religião que o apóstolo Pedro transmitiu aos romanos. Ordenamos que todas aquelas pessoas que seguem esta norma tomem o nome de cristãos católicos. Porém, o resto, os quais consideramos dementes e insensatos, assumirão a infâmia da heresia, os lugares de suas reuniões não receberão o nome de igrejas e serão castigados em primeiro lugar pela divina vingança e, depois, também pela nossa própria iniciativa.

Édito de Tessalônica, ano 380 d.C.
In: PEDRERO-SÁNCHEZ, M. G. *História da Idade Média*: textos e testemunhas. São Paulo: Unesp, 2000.

Nos textos, a postura do Império Romano diante do cristianismo é retratada em dois momentos distintos. Em que pesem as diferentes épocas, é destacada a permanência da seguinte prática:

- A) Ausência de liberdade religiosa.
- B) Sacralização dos locais de culto.
- C) Reconhecimento do direito divino.
- D) Formação de tribunais eclesiásticos.
- E) Subordinação do poder governamental.

02. (Enem–2017)

TUX3

Texto I

Sólon é o primeiro nome grego que nos vem à mente quando terra e dívida são mencionadas juntas. Logo depois de 600 a.C., ele foi designado “legislador” em Atenas, com poderes sem precedentes, porque a exigência de redistribuição de terras e o cancelamento das dívidas não podiam continuar bloqueados pela oligarquia dos proprietários de terra por meio da força ou de pequenas concessões.

FINLEY, M. *Economia e sociedade na Grécia antiga*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013 (Adaptação).

Texto II

A “Lei das Doze Tábuas” se tornou um dos textos fundamentais do direito romano, uma das principais heranças romanas que chegaram até nós. A publicação dessas leis, por volta de 450 a.C., foi importante, pois o conhecimento das “regras do jogo” da vida em sociedade é um instrumento favorável ao homem comum e potencialmente limitador da hegemonia e arbítrio dos poderosos.

FUNARI, P. P. *Grécia e Roma*. São Paulo: Contexto, 2011 (Adaptação).

O ponto de convergência entre as realidades sociopolíticas indicadas nos textos consiste na ideia de que a

- A) discussão de preceitos formais estabeleceu a democracia.
- B) invenção de códigos jurídicos desarticulou as aristocracias.
- C) formulação de regulamentos oficiais instituiu as sociedades.
- D) definição de princípios morais encerrou os conflitos de interesses.
- E) criação de normas coletivas diminuiu as desigualdades de tratamento.

- 03.** (Enem) Durante a realeza, e nos primeiros anos republicanos, as leis eram transmitidas oralmente de uma geração para outra. A ausência de uma legislação escrita permitia aos patrícios manipular a justiça conforme seus interesses. Em 451 a.C., porém, os plebeus conseguiram eleger uma comissão de dez pessoas – os decênvros – para escrever as leis. Dois deles viajaram a Atenas, na Grécia, para estudar a legislação de Sólon.

COULANGES, F. *A cidade antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

A superação da tradição jurídica oral no mundo antigo, descrita no texto, esteve relacionada à

- A) adoção do sufrágio universal masculino.
 B) extensão da cidadania aos homens livres.
 C) afirmação de instituições democráticas.
 D) implantação de direitos sociais.
 E) tripartição dos poderes políticos.
- 04.** (Enem) O fenômeno da escravidão, ou seja, da imposição do trabalho compulsório a um indivíduo ou a uma coletividade, por parte de outro indivíduo ou coletividade, é algo muito antigo e, nesses termos, acompanhou a história da Antiguidade até o séc. XIX.
- Todavia, percebe-se que tanto o *status* quanto o tratamento dos escravos variou muito da Antiguidade greco-romana até o século XIX em questões ligadas à divisão do trabalho.
- As variações mencionadas dizem respeito
- A) ao caráter étnico da escravidão antiga, pois certas etnias eram escravizadas em virtude de preconceitos sociais.
 B) à especialização do trabalho escravo na Antiguidade, pois certos ofícios de prestígio eram frequentemente realizados por escravos.
 C) ao uso dos escravos para a atividade agroexportadora, tanto na Antiguidade quanto no mundo moderno, pois o caráter étnico determinou a diversidade de tratamento.
 D) à absoluta desqualificação dos escravos para trabalhos mais sofisticados e à violência em seu tratamento, independentemente das questões étnicas.
 E) ao aspecto étnico presente em todas as formas de escravidão, pois o escravo era, na Antiguidade greco-romana, como no mundo moderno, considerado uma raça inferior.

- 05.** (Enem) Somos servos da lei para podermos ser livres.

CÍCERO

O que apraz ao príncipe tem força de lei.

ULPIANO

As frases anteriores são de dois cidadãos da Roma Clássica que viveram praticamente no mesmo século, quando ocorreu a transição da República (Cícero) para o Império (Ulpiano).

Tendo como base as sentenças, considere as afirmações:

- I. A diferença nos significados da lei é apenas aparente, uma vez que os romanos não levavam em consideração as normas jurídicas.
 II. Tanto na República como no Império, a lei era o resultado de discussões entre os representantes escolhidos pelo povo romano.
 III. A lei republicana definia que os direitos de um cidadão acabavam quando começavam os direitos de outro cidadão.
 IV. Existia, na época imperial, um poder acima da legislação romana.

Estão corretas apenas

- A) I e II. D) II e IV.
 B) I e III. E) III e IV.
 C) II e III.

GABARITO

Meu aproveitamento 

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

01. B
 02. E
 03. D
 04. E
 05. C

Propostos

Acertei _____ Errei _____

01. B
 02. E
 03. C
 04. D
 05. C
 06. D
 07. C
 08. A

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

01. A
 02. E
 03. B
 04. B
 05. E



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Formação, Apogeu e Crise do Sistema Feudal

CRONOLOGIA

Tradicionalmente, a Idade Média é caracterizada como o período que se estende do século V, mais precisamente da queda do Império Romano do Ocidente em 476 d.C., até o final do século XV. Ainda de acordo com essa divisão, o Período Medieval pode ser separado em Alta Idade Média, dos séculos V ao IX, e Baixa Idade Média, dos séculos X ao XV. No período da Alta Idade Média, ocorreu a formação do feudalismo, e, ao longo da Baixa Idade Média, assistiu-se à consolidação e à decadência do mundo feudal.

Para alguns autores, no entanto, esse período não teria tido o seu fim antes do século XVIII. De acordo com o historiador Jacques Le Goff, a Idade Média chegou ao fim com a Revolução Industrial e com a Revolução Francesa, quando ocorreram a consolidação do capitalismo e a crise do Antigo Regime. Segundo essa visão, foi somente nesse período que os valores de origem medieval teriam chegado ao fim.

VISÕES SOBRE A IDADE MÉDIA

O mundo medieval foi, durante muito tempo, tratado de maneira preconceituosa. O termo "Idade Média", por exemplo, é fruto dessa visão, visto que nele subjaz a ideia de que esse longo período correspondia a um estágio intermediário entre a grandeza da Antiguidade Clássica e do Mundo Moderno. Essa percepção surgiu durante o início da Idade Moderna, com a crescente valorização dos ideais humanistas no contexto do Renascimento. Para o homem renascentista, que valorizava a razão, a Idade Média, marcada pela intensa religiosidade e pelo predomínio da Igreja, foi um período de obscuridade e ignorância. A partir desse momento, termos como "Idade das Trevas" ou a "Longa Noite dos Mil Anos" foram comuns para designar tal período.

De acordo com essa visão, na Idade Média, não teriam ocorrido avanços nas áreas da ciência, das artes e da Filosofia, acreditando-se que o desenvolvimento humano teria sido contido e só seria retomado a partir da

Idade Moderna. A arte medieval foi considerada pelos homens renascentistas como grosseira e pobre. Rafael Sanzio, pintor do Renascimento italiano, incorporou esse preconceito utilizando a expressão "gótica" (originária do termo "godos", um dos povos denominados bárbaros) para se referir à arte do período.

A partir do século XIX, no entanto, a Idade Média passou a ser revalorizada e revista. Foram os românticos – que se opunham ao racionalismo moderno – quem resgataram os medievais, considerando-os formadores das nacionalidades europeias. Um dos ápices do resgate medieval ocorreu durante as invasões napoleônicas do século XIX, já que, diante da expansão francesa, as nações oprimidas exacerbaram o seu discurso nacionalista.

Os historiadores do século XX, por sua vez, passaram a perceber o Período Medieval levando em conta suas especificidades. Sabe-se hoje que o desenvolvimento técnico, em áreas como da agricultura, foi significativo no período. Já na Filosofia, Agostinho de Hipona e Tomás de Aquino são exemplos da sofisticação do pensamento medieval. A arte e a arquitetura também são valorizadas e as catedrais medievais são símbolos da grandeza artística do período.

ALTA IDADE MÉDIA

O período compreendido entre a queda do Império Romano do Ocidente e uma segunda onda de migrações ocorrida nos séculos IX e X é conhecido como Alta Idade Média. Naquele momento, ocorreram transformações que levaram à consolidação do mundo feudal, mundo este marcado pela combinação de instituições de origem romana e dos reinos germânicos, chamados de bárbaros pelos romanos.

Nesse período, foi registrada uma retração populacional, que já existia desde a crise romana. Assim, é possível perceber que a presença dos povos germânicos não representou aumento da população; estima-se que eles constituíam apenas 5% da população na antiga área do Império.

Concomitantemente a esse processo, o êxodo urbano se manteve, o que não significa que a vida urbana tenha sido completamente abandonada. É importante ressaltar, ainda, que, paradoxalmente, a ruralização europeia não acarretou uma prosperidade produtiva, já que a Alta Idade Média foi marcada pela expansão da fome e das epidemias.

Os povos germânicos formaram uma série de reinos na Europa Ocidental. O antigo Império havia se fragmentado, dando origem às chamadas monarquias germânicas, como demonstrado no mapa a seguir:

Os reinos bárbaros no século VI



O reino dos francos

Entre os vários reinos formados durante a Alta Idade Média, um deles merece atenção especial, o dos francos. Esses povos, que foram aliados dos romanos até o século V, assumiram o domínio político da Gália sob a liderança de Clóvis I (466-511).

Clóvis unificou as tribos francas e ampliou suas fronteiras, conquistando regiões ocupadas por outros povos e anexando-as ao seu território. Iniciou-se assim, a dinastia merovíngia, que recebeu esse nome, pois, nessa época, os francos ainda eram pagãos e se consideravam descendentes de uma divindade marinha nomeada Meroveu.

A importância dos francos está vinculada à consolidação do cristianismo na Europa Ocidental e à generalização das relações de vassalagem e suserania. A conversão de Clóvis ao cristianismo foi fundamental para o controle das populações de origem romana, em sua maioria cristã, no interior do reino. O reino dos francos foi o primeiro entre aqueles de origem germânica a se converter ao cristianismo.

Após a morte de Clóvis, as disputas entre os merovíngios levaram ao enfraquecimento da dinastia e à ascensão dos carolíngios. Essa dinastia se iniciou com Carlos Martel (686-741), que conteve a expansão muçulmana em direção à Europa Central ao derrotá-los na Batalha de Poitiers em 732. O auge desta dinastia, no entanto, deu-se com Carlos Magno (742-814) que, durante o período em que esteve no poder, contando com o apoio da Igreja e com um reinado de grande vigor pessoal, conseguiu manter extensos domínios unificados e conquistar novas áreas. Assim, enquanto nos demais reinos predominavam a fragmentação e a instabilidade política, o Império Carolíngio desfrutava de relativa unidade. O mapa a seguir demonstra a extensão do Império.

Império Carolíngio



A expansão do Império Carolíngio acarretou o fortalecimento do cristianismo nas regiões submetidas. Em troca do apoio da Igreja, os soberanos carolíngios concederam um vasto território na região da Península Itálica à Igreja, que ganhou condições de se tornar uma instituição política atuante. Além disso, reforçando o costume do pagamento do dízimo à Igreja, os carolíngios vincularam-na definitivamente à economia da época.

Nas áreas dominadas, Carlos Magno passou a conceder, ainda, terrenos àqueles chefes que o ajudaram na conquista de territórios. A nobreza franca e a Igreja recebiam faixas de terra e, em troca, juravam fidelidade ao imperador. Começava-se, desse modo, a expansão da relação que daria origem à vassalagem e à suserania, por meio da qual alguns homens criaram uma rede hierárquica de poder.

No auge do Império Carolíngio, Carlos Magno foi aclamado imperador do Império Romano do Ocidente, título concedido pelo papa Leão III. Durante o seu reinado, ocorreu o Renascimento Carolíngio, momento de valorização da cultura de origem romana, como o latim, tendo a escola de Aix-la-Chapelle se tornado um importante centro intelectual europeu.

Após a morte de Carlos Magno, vários fatores colaboraram para a desagregação do Império Carolíngio. As disputas entre os netos do imperador – Carlos, o calvo; Luís, o germânico; e Lotário – provocaram a partilha do Império pelo Tratado de Verdun em 843. Nessa divisão, aparecia o primeiro esboço do futuro mapa político europeu. De acordo com Hilário Franco Júnior:

O tratado estabeleceu dois grandes blocos territoriais, étnicos e linguísticos (dos quais surgiram as futuras França e Alemanha) e uma longa faixa pluralista, composta de uma zona de personalidade definida (Itália do Norte), zonas multilinguistas que sofreriam o poder de atração daqueles primeiros blocos (futuras Bélgica, Países Baixos, Luxemburgo, Suíça), zonas intermediárias, que seriam objeto de longas disputas (Alsácia, Lorena, Trieste, Tirol).

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média: nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2001. [Fragmento]

Divisão do Império Carolíngio (843)



Além dos problemas internos, novas migrações – dos vikings e magiares ou húngaros – provocaram a fragmentação do Império Carolíngio. O trecho a seguir reflete a situação no Império a partir dessas migrações:

Vedes desabar sobre vós a cólera do Senhor... Só há cidades despovoadas, mosteiros em ruínas ou incendiados, campos reduzidos ao abandono... Por toda a parte o poderoso oprime o fraco e os homens são semelhantes aos peixes do mar que indistintamente se devoram uns aos outros.

Depoimento dos bispos da província de Reims em 909.

A partir desse evento, a configuração do mapa europeu se aproximava, então, da realidade feudal.

A relativa centralização característica dos impérios outrora existentes daria lugar à pulverização do poder político em meio à nobreza feudal. A Europa se fechava, dando origem ao feudalismo.

FEUDALISMO 

A palavra “feudalismo” tem sua origem em *feudum*, que em latim significa posse ou domínio. Para alguns autores, o feudalismo teve sua origem na França, nos séculos IX e X, e seu desaparecimento deu-se ao longo dos séculos XV e XVI. De acordo com o historiador Marc Bloch, o feudalismo pode ser resumido em:

Um campesinato mantido em sujeição; uso generalizado do serviço foreiro (isto é, o feudo) em vez de salário [...]; a supremacia de uma classe de guerreiros especializados; vínculos de obediência e proteção que ligam homem a homem e, dentro da classe guerreira, assumem a forma específica denominada vassalagem; fragmentação da autoridade [...].

BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70, 1987.

A estrutura feudal clássica predominou na Europa Ocidental, principalmente em sua porção central, e deve ser compreendida em suas diversas manifestações, sejam elas políticas, econômicas, culturais ou religiosas.

Política

Em geral, a política feudal foi caracterizada pela fragmentação do poder, afinal, as constantes guerras e migrações, bem como as relações de vassalagem e suserania, colaboraram para o enfraquecimento do poder real.

Apesar da isolada ação do Império Carolíngio, a descentralização teve sua origem no declínio do Império Romano, quando, gradativamente, o Estado foi concedendo atribuições estatais aos grandes proprietários de terra. A grande extensão do Império levou à implantação dessa situação, mantida após as migrações dos povos germânicos. A diversidade desses povos e os constantes conflitos impediram o retorno à unidade.

Desse modo, os reis que comandavam as monarquias medievais viram seus poderes serem divididos em meio à nobreza proprietária de terras. Ainda assim, a figura do rei era revestida de caráter sagrado; a permanência da cerimônia de sagração do monarca pela Igreja era prova disso. Nessa cerimônia, o monarca era ungido por um óleo, consagrado anteriormente pela autoridade religiosa, que manifestava o elo divino entre o clero e o governo monárquico. A crença, reiterada durante considerável período, na capacidade de cura dos reis, mediante o simples toque deles, também atesta essa visão.

As relações entre o Estado e os indivíduos foram substituídas por relações de dependência pessoal. Predominavam os laços de fidelidade entre os homens, colaborando para o enfraquecimento das relações impessoais entre Estado e cidadão. Esses vínculos têm suas origens nas tradições guerreiras dos povos germânicos. Uma delas, o *comitatus*, era um acordo entre os chefes guerreiros germânicos a respeito da fidelidade na guerra e da divisão dos despojos após as vitórias nas batalhas. Existia também o *beneficium*, concessão da posse de um lote para remunerar determinado serviço.

Essas tradições difundiram-se pelos reinos medievais e deram origem às relações de vassalagem e suserania. Como já foi dito, o reinado de Carlos Magno colaborou para a expansão dessas relações, visto que, naquele contexto, o monarca distribuía lotes de terra (condados e marcas) entre os guerreiros que o auxiliavam nas conquistas de novos territórios. Aqueles que passavam a deter direitos sobre essas faixas de terra passavam a ser condes e marqueses, formando-se, desse modo, uma nobreza fundiária.

Os laços feudo-vassálicos eram estabelecidos por três atos, que correspondiam às necessidades recíprocas que justificavam sua existência. O primeiro era a homenagem, o ato de um indivíduo tornar-se “homem” de outro. O segundo era a fidelidade, juramento feito sobre a Bíblia ou sobre relíquias de santos e muitas vezes selado por um beijo entre as partes. O terceiro era a investidura, pela qual o indivíduo que se tornava senhor feudal entregava ao outro, agora vassalo, um objeto (punhado de terra, folhas, ramo de árvore, etc.) simbolizador do feudo que lhe concedia.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média: nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2001. [Fragmento]

Após o juramento de fidelidade, constituía-se um laço contratual que unia dois homens livres: o suserano, que contaria com a prestação de serviços militares por tempo determinado, e o vassalo, que recebia o feudo e devia lealdade ao senhor. Aquele que cedia os direitos perdia parte de seu poder político, que era transferido para o vassalo, e, em troca, recebia proteção no caso de guerras.

A expansão desses laços pessoais contribuiu para o enfraquecimento do poder do rei, que passou a ser um suserano, e reforçou os poderes locais. Em seu feudo, portanto, o senhor poderia aplicar a justiça, garantir a proteção e tratar da administração e da fiscalização. Esse contexto reforçou o caráter militar da nobreza medieval, constituída como um grupo dedicado às guerras. Assim, as guerras medievais diferiam das contemporâneas, pois eram disputadas por um grupo restrito da elite, os cavaleiros.

A fragmentação política foi característica da maior parte da Alta Idade Média e só começou a ser superada a partir do século XI, momento em que ocorreram os primeiros passos rumo à consolidação dos Estados europeus.

Economia

Até os séculos IX e X, é possível dizer que a economia europeia passou por um período de retração e estagnação. As produções agrícola, artesanal e comercial foram reduzidas, principalmente, em razão do retrocesso demográfico percebido no período. Predominava, nesse primeiro momento, a produção agrícola em propriedades que se assemelhavam às vilas de origem romana. Nessas propriedades, existiam os lotes reservados aos senhores e aqueles destinados aos camponeses.

A produção voltada para subsistência e os constantes conflitos provocaram a diminuição das transações comerciais e do uso da moeda, sem causar, no entanto, o seu desaparecimento. O mesmo pode ser dito em relação às cidades: o processo de ruralização não provocou o completo abandono da vida urbana. As relações comerciais ocorriam de maneira esporádica, por exemplo, quando determinado produto não fosse comum em uma região. Mercadores judeus tiveram importância nessas transações, trazendo seda, especiarias e sal de outras regiões.

Se os primeiros anos da Idade Média foram marcados por instabilidades sociais, a partir do século XI, observa-se o aumento demográfico na Europa Ocidental. Esse aumento ocorreu, entre outros fatores, devido ao fim das migrações e dos conflitos, bem como em razão das limitações da guerra medieval, que nem sempre fazia um grande número de vítimas e caracterizava-se pelas interrupções constantes relacionadas às obrigações entre vassalos e suseranos. O desenvolvimento das técnicas agrícolas e a expansão das áreas cultivadas também colaboraram para o aumento da produção e para o conseqüente crescimento populacional.

Algumas das inovações apresentadas foram a implantação do sistema trienal (o que permitia que uma faixa de terra descansasse enquanto outras duas eram cultivadas, possibilitando o resgate da produtividade agrícola), e a utilização da charrua (instrumento puxado por cavalos – animais de maior robustez – capaz de perfurar em maior profundidade o subsolo, preparando adequadamente o solo para ser cultivado), da força motriz animal, do adubo mineral e dos moinhos de água e de vento.

Concomitantemente ao aumento da população europeia, observou-se a expansão dos feudos, unidades básicas de subsistência e provedoras de toda a sobrevivência do mundo feudal. Além da produção agrícola, o artesanato e a manufatura eram atividades praticadas nesse período. Os artesãos produziam armas, tecidos, móveis e ferramentas destinados ao consumo restrito.

Nos feudos, predominava o poder dos senhores feudais, nobres ou membros do clero, que impunham a administração, aplicavam a justiça e garantiam a ordem. Essa independência de poderes refletia-se também na economia, já que o sistema de pesos e medidas e as moedas, ainda escassas, variavam de feudo para feudo, dificultando as relações comerciais.

As terras feudais eram divididas em mansos: o senhorial, o servil e o comunal. No manso senhorial, encontrava-se o castelo, residência fortificada dos nobres. Nessas terras, o trabalho era executado pelos servos e toda a produção era destinada aos senhores. Os mansos servis, por sua vez, eram terrenos arrendados aos servos em troca de proteção e explorados pelos próprios servos, que deviam várias obrigações ao senhor. Já o manso comunal era formado por pastos e bosques de uso comum, ou seja, sujeito à exploração tanto dos senhores quanto dos servos.

A relação de trabalho predominante nos feudos foi a servidão, que, como já visto, teve sua origem no colonato, ainda no Império Romano. No entanto, o servo estava vinculado à terra, embora, em muitos casos, esse vínculo pudesse ser rompido, e devia ao senhor uma série de obrigações, pagas em forma de trabalho. Entre as várias obrigações, podem ser destacadas as principais, como:

- Corveia: trabalho não remunerado nas terras do senhor, geralmente três dias por semana, no cultivo ou em outros serviços, como a construção, a manutenção e o transporte.
- Censo: uma pequena renda fixa paga em dinheiro ou em espécie.
- Mão-morta: cobrança pela transferência hereditária, taxa cobrada para permitir que o filho do camponês permanecesse na terra.
- Banalidades: taxas pelo uso do moinho, do forno e de outras instalações de propriedade do senhor.
- Talha: parcela paga pela produção no manso servil.
- *Champart* (de *campi pars*, "parte da colheita"): devida pelo camponês e proporcional ao resultado da colheita nas terras servis.
- Dízimo: taxa devida à Igreja.

Apesar de realizar um trabalho compulsório e, em muitos casos, não poder abandonar a terra, o servo não pode ser considerado como escravo. Esta diferença é relevante, pois o servo não era considerado uma propriedade, por mais que, em alguns casos, tenha sido comprado ou vendido. Além disso, o servo podia trabalhar para o seu próprio sustento e deveria ser protegido pelos senhores.

Por outro lado, o servo também não era um trabalhador livre, já que estava submetido pelos senhores feudais ao trabalho e ao pagamento em serviços de forma obrigatória.

EXPANSÃO DO FEUDALISMO

O crescimento demográfico, agrícola e comercial, a partir do século XI, provocou alterações no panorama europeu. Por um lado, o feudalismo atingiu seu apogeu na Europa nesse período, mas, por outro, as mesmas transformações que levaram o sistema feudal a uma estabilização colaboraram para a desarticulação desse mundo e para a formação dos Estados Modernos.

As cidades, à medida que se expandiam, aceleravam o processo de crise do modelo feudal, pois permitiam que uma nova camada social, os comerciantes, progredisse em termos financeiros. Esse fator atraía cada vez mais descontentes que buscavam tentar a sorte nas cidades, estimulando-os a romper com o modelo feudal ainda em curso. É fundamental, assim, o estudo da expansão urbano-comercial estimulada pelas Cruzadas, bem como o da crise do século XIV, para se compreender as transformações que levaram à consolidação de novas formas de organização política no interior da Europa.

Expansão comercial e urbana

O crescimento demográfico verificado na Europa a partir do século XI provocou a revitalização urbana e comercial. É importante lembrar que as cidades e o comércio nunca desapareceram por completo durante o Período Medieval, mas permaneceram como locais das sedes administrativas da Igreja, da realização de feiras e para onde, muitas vezes, prosseguiram grupos de romeiros.

Na medida em que o excedente agrícola era ampliado, realizavam-se trocas cada vez mais frequentes dentro dos feudos, dinamizando essa que passou a se alimentar do espaço urbano, rico em mercado de consumo e com diversificada oferta de matéria-prima e mercadorias. Nesse contexto, novas técnicas de produção foram aperfeiçoadas, colaborando para que houvesse nítido avanço comercial.

Surgiram, dessa forma, os primeiros núcleos urbanos nas principais rotas comerciais. Entre 1150 e 1330, o mundo urbano medieval viveu seu apogeu. De acordo com Jacques Le Goff, historiador que se destaca como referência nas pesquisas sobre a Idade Média:

A atividade econômica, cujo centro são as cidades, chega ao seu mais alto nível. Sob a égide de uma Igreja [...] uma nova sociedade, marcada pelo cunho urbano, manifesta-se num relativo equilíbrio entre nobreza, que participa do movimento urbano mais do que se tem afirmado, burguesia [...] e classes trabalhadoras, das quais uma parte – urbana – fornece a massa de mão de obra às cidades, e a outra – rural – alimenta a cidade e é penetrada por seu dinamismo. A cultura, a arte e a religião têm uma fisionomia eminentemente urbana.

LE GOFF, Jacques. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Em algumas das grandes cidades europeias desse período, a população chegava a 40 mil habitantes e, apesar de vinculada às atividades comerciais, dependia dos alimentos vindos do mundo rural. Não é correto, desse modo, associar o crescimento da cidade ao declínio dos feudos, visto que os feudos, inicialmente, colaboraram para sustentar a expansão urbana mediante o abastecimento agrícola.

Nesse contexto, surgiram os chamados forisburgos (do inglês médio, *borough* = cidade pequena e cercada de muralhas). Os grandes muros eram estratégia de defesa para resguardar mercadorias, comércio e lucros obtidos, visando à proteção e à regularização do tráfego, assim como à organização da cobrança de impostos.

No mundo urbano, os habitantes desfrutavam de maior liberdade, vendo-se desvinculados de alguns laços feudais. Era comum, em algumas regiões, que servos para lá fugissem, tornando-se livres. Caso, após um dado período, os senhores não conseguissem recuperá-los e levá-los de volta ao feudo, essa liberdade seria então definitiva. Com tal estratégia, arrebanhava-se mão de obra para os centros urbanos em expansão.

Por se situarem em propriedades de senhores feudais, no entanto, os cidadãos ainda estavam submetidos ao pagamento de tributos e à prestação de serviços ao senhor, embora possuíssem autonomia administrativa para gerir os centros urbanos. O documento a seguir apresenta algumas das reivindicações dos cidadãos:

No ano de Nosso Senhor de 1301, quando o rei Filipe entrou em Gand, o povo saiu ao seu encontro exigindo em altos brados que o libertasse de um pesado imposto que havia em Gand e em Bruges sobre os artigos de consumo, especialmente a cerveja [...].

LE GOFF, Jacques. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Em muitos momentos, desejando se ver livres desse domínio, os habitantes das cidades organizaram movimentos comunais, que resultaram na conquista da autonomia política para a cidade, inclusive subordinando os senhores, o que fortaleceu os laços de solidariedade entre os cidadãos, rompendo com a dominação feudal. Apesar desses conflitos, os habitantes das cidades e os senhores possuíam forte interdependência, já que, em alguns casos, as cidades necessitavam da proteção que só os nobres poderiam proporcionar.

Assim, como forma de reafirmar sua autonomia, os tribunais estabelecidos pelos cidadãos, que também cuidavam da administração e da infraestrutura no mundo urbano, adotaram símbolos próprios, tradição essa de origem aristocrática, como a criação de selos com traços referentes aos centros urbanos:

As divisas dos primeiros selos inspiravam-se tanto em símbolos religiosos quanto em heráldicos, em paisagens da cidade com seus portões e muralhas, e ocasionalmente em retratos. O selo de Doullens (Somme) reproduz as cabeças dos Scabini, ou magistrados municipais, por exemplo.

LOYN, Henry R. (Org.). *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. [Fragmento]

Nas cidades, a atividade econômica se desenvolveu principalmente nos setores do comércio e do artesanato. Os mercadores, chamados também de burgueses, dominavam as atividades comerciais e, em muitas cidades, controlavam também o poder político. A revitalização do uso da moeda acompanhou a expansão comercial. Os produtos do grande comércio eram os grãos, o vinho, o sal, os couros e as peles, os tecidos, os minerais e os metais e, secundariamente, a madeira.



Autor desconhecido / Domínio Público

Mercadores de Bolonha discutem preços na venda de peles de animais (1339).

O poder dos comerciantes nas cidades aumentava gradativamente, o que os levou a se associarem. Tais associações eram denominadas guildas e tinham como objetivo defender os interesses dos mercadores, como também garantir a isenção de certos impostos e facilitar a realização das atividades comerciais de seus membros, mediante o controle de preços previamente articulados, por exemplo. Do mesmo modo que defendiam os negócios de seus associados nas cidades, as guildas os defendiam das relações comerciais empreendidas por seus associados no exterior. No mundo urbano, seu poder cresceu de tal forma que extrapolou a esfera econômica, tornando-se algumas guildas potências políticas:

Era o caso dos poderosos mercadores importadores e exportadores pela via fluvial do Sena. Desde o século XII, em Paris, a guilda [...] é uma potência econômica e política. Em Rouen [...] rege tudo quanto concerne ao porto e ao tráfego no Sena [...] e frequentemente entra em choque com o prefeito.

LE GOFF, Jacques. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Em determinadas cidades, havia outro foco de poder, representado pelos artesãos. Reunidos nas corporações de ofício, os artesãos estabeleciam as regras para a produção artesanal, regulamentando a qualidade, a produção e o recrutamento para diversos ofícios, com base nos interesses do empregador e do artesão qualificado e estabelecido.

As corporações favoreciam os interesses dos artesãos das diferentes cidades ao dificultar a concorrência, inclusive dos produtos vindos de fora. Por isso, uma das medidas tomadas era a delimitação estrita das áreas de atuação, de modo a evitar a sobreposição de competências. Procurava-se dificultar, por exemplo, que uma oficina de conserto tivesse permissão de confeccionar peças novas.

Existiam corporações para cada um dos ofícios exercidos e a não associação poderia implicar banimento da cidade. Os laços de solidariedade entre os associados eram reforçados, já que, em alguns casos, as corporações tinham caráter assistencial. Os estatutos e a hierarquia eram rígidos e o não cumprimento das regras poderia levar a graves punições:

Em Douai, em 1284, um peixeiro é espancado quase até a morte por seus concorrentes porque vende sua mercadoria mais barato.

LE GOFF, Jacques. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. [Fragmento]

A expansão da atividade comercial reanimou o comércio de longa distância. No entrecruzamento das principais rotas comerciais, as feiras medievais se fortaleceram.

Nos séculos XII e XIII, as feiras eram os grandes centros de comércio europeus, sendo que algumas recebiam mercadores de todo o continente. As atividades financeiras e bancárias ganharam espaço, viabilizando as transações financeiras nesses locais e tornando possíveis empréstimos e notas bancárias, o que facilitou as trocas realizadas entre pessoas provenientes de diferentes partes da Europa.

As feiras proporcionaram a regularidade do comércio europeu na Baixa Idade Média, visto que garantiam o encontro frequente entre os mercadores de várias regiões. Na região de Champagne, na França, as feiras recebiam mercadorias provenientes das regiões de Flandres, Gênova, Veneza e de regiões da atual Alemanha. A lã inglesa, as especiarias e os corantes mediterrâneos, as peles e os linhos alemães, os artigos espanhóis de couro eram as principais mercadorias de troca.

Com o incremento do comércio a longa distância, surgiram agremiações entre os comerciantes de várias cidades, chamadas hansas. A mais poderosa entre essas ligas foi a hanseática, que dominava o comércio no norte da Europa. Os mercadores dessa região estabeleceram o monopólio comercial no Báltico, transportando mercadorias como peixe, madeira, cereais e peles. Da região de Flandres, eram levados tecidos e lã, que eram revendidos por toda a Europa. No sul, as cidades mediterrâneas de Gênova e Veneza passaram a controlar, progressivamente, o comércio de especiarias vindas do Oriente, em especial após as Cruzadas. O mapa a seguir demonstra a vitalidade do comércio medieval a partir do século XII.

Rotas comerciais durante a Baixa Idade Média



A expansão comercial provocou transformações nas estruturas da sociedade europeia, que, mesmo tendo mantido o seu caráter rural, viu surgir novas forças sociais vinculadas às cidades. Novas formas de sociabilidade surgiam no mundo urbano, produzindo efeitos nas estruturas feudais.

A Igreja, ainda detentora de grande poder, se posicionava contra essas mudanças devido à emergência de uma nova fonte de autoridade na sociedade. Além disso, a vida urbana estimulava laços de solidariedade fora da Igreja, entre os próprios membros da comuna e seus simpatizantes e agregados.

A atividade comercial sofria uma forte restrição ao ser combatida pela instituição medieval mais poderosa. Para a Igreja, as mercadorias deveriam ser vendidas pelo seu justo preço e não com a intenção de lucro. Os juros eram vistos como atividades ilícitas, já que os seus praticantes estariam lucrando sobre o tempo, pertencente a Deus.

CRUZADAS

As Cruzadas foram expedições militares e religiosas que, inicialmente, tinham dois objetivos principais: a conquista da Terra Santa, em especial da cidade sagrada de Jerusalém, e a contenção do avanço muçulmano sobre a região do Império Bizantino. A expulsão dos muçulmanos era vista como forma de expansão do cristianismo, e era incentivada pela Igreja como uma continuação do movimento de Reconquista ibérica, que também se deu com objetivos semelhantes. A luta pela retomada da região das mãos dos mouros é considerada uma manifestação do espírito das Cruzadas.

Outro objetivo da Igreja foi a repressão aos movimentos heréticos dos cátaros no sul da França. A perseguição às chamadas heresias demonstra que os ataques não se reservaram aos infiéis, como eram chamados os muçulmanos, mas também atingiram os cristãos europeus que se vinculavam a práticas espirituais que não fossem o catolicismo.

As Cruzadas apresentavam outras motivações de natureza econômica, afinal, para as cidades do Mediterrâneo, como Veneza, as Cruzadas representavam uma possibilidade de lucro nas áreas que viriam a ser conquistadas em direção ao Oriente. Além disso, as riquezas e as terras do Mediterrâneo Oriental eram cobiçadas pelos nobres da Europa Ocidental, que começavam a buscar novas fontes de riqueza devido ao crescimento demográfico.

Do ponto de vista social, as Cruzadas significavam uma possibilidade de diminuir os conflitos, cada vez mais constantes, no interior da nobreza europeia, uma vez que a belicosidade dos nobres seria canalizada para o Oriente, empreendimento esse justificado pelos objetivos religiosos.

A busca pela Terra Santa era, ainda, uma possibilidade para o escoamento do excedente populacional, direcionado para a composição dessas expedições.

Ao todo, foram realizadas cinco grandes Cruzadas em direção ao Oriente e travadas inúmeras batalhas entre cristãos e muçulmanos. Se, para os cristãos, a guerra era considerada justa, para seus inimigos, os cristãos eram selvagens e bárbaros. Apesar dos ataques violentos, a conquista definitiva de Jerusalém, o principal objetivo religioso do movimento, não ocorreu. A reaproximação com o Império Bizantino foi dificultada devido aos saques constantes dos europeus ocidentais nessa região.

Apesar de fracassar quanto aos objetivos religiosos, é possível afirmar que as Cruzadas provocaram profundas alterações na Europa feudal. Do ponto de vista econômico, o contato com os árabes dinamizou as relações entre os europeus e o Oriente. As especiarias trazidas do mundo oriental pelos árabes ou vindas das rotas que passavam pelo Império Bizantino eram revendidas em toda a Europa pelos comerciantes das cidades de Gênova e Veneza. A propagação das culturas helênica, bizantina e árabe colaborou, ainda, para o desenvolvimento artístico e científico da Europa cristã.

Em contrapartida, a participação nessas guerras colaborou para o relativo enfraquecimento da nobreza feudal, visto que o envolvimento nas disputas gerava gastos e que as derrotas agravaram a situação dos nobres. Em muitos casos, os senhores, ao voltarem das expedições, se viam obrigados a conceder a liberdade aos servos que, naquele momento, eram cada vez mais atraídos para a vida nas cidades.



CONTEÚDO NO
Bernoulli Play

Cruzadas

Nesse vídeo, você conhecerá o papel desempenhado pelas Cruzadas para a expansão do comércio internacional na Baixa Idade Média.

2A0J

CRISE DO FEUDALISMO

A partir do século XIV, uma série de eventos levou à crise do mundo feudal e à organização dos Estados Modernos na Europa Ocidental. Vale ressaltar, entretanto, que esse processo não foi contínuo, possuindo variações regionais. Na França, por exemplo, os impostos de origem feudal e as distinções baseadas no nascimento só foram extintos no século XVIII, durante a Revolução Francesa. Na Península Itálica e na região central, os Estados se unificaram apenas no século XIX, quando surgiram Itália e Alemanha.

Peste, fome e guerra

O século XIV foi marcado por uma série de calamidades que colaboraram para acelerar as transformações no interior do feudalismo. Esses acontecimentos tiveram origem na própria expansão da economia feudal. O crescimento demográfico e comercial observado a partir do século XI provocou transformações no panorama da sociedade europeia, levando a novos métodos de exploração agrícola, como a irrigação, a drenagem e o sistema de rotação de culturas, que transformaram em terras férteis locais antes caracterizados por pântanos e regiões muito secas.

A destruição de áreas florestais foi típica desse período, aumentando a área cultivável em várias regiões da Europa. Esse processo de expansão das áreas produtivas, conhecido como arroteamento, acarretou enormes impactos ambientais. No início do século XIV, portanto, foi registrado um grave desequilíbrio climático responsável por um período de intensas chuvas entre os anos de 1315 e 1317.

Os efeitos dessas alterações foram percebidos na agricultura, que sofreu uma considerável retração. A consequência mais imediata desse fato foi a fome generalizada. A morte causada pela falta de alimentos provocou o início da reversão do crescimento populacional europeu. Outra decorrência da crise de produção foi o aumento da exploração sobre os camponeses, já que, naquele momento, os grandes senhores não aceitavam a queda de seus rendimentos. Essa população, faminta e superexplorada, não teve, desse modo, como resistir à expansão de diversas epidemias, como a Peste Negra.

A Peste Negra havia sido epidêmica na Europa medieval no século VI, tendo desaparecido no século VIII, mas retornou no século XIV e continuou endêmica no continente até o período posterior ao século XVII. A partir de 1340, a Peste se alastrou pelas regiões das atuais Itália, França, Inglaterra, Alemanha e Polônia, gerando grande destruição.

Nos portos europeus, os ratos e as pulgas foram os portadores da peste. Após chegar à Europa, em 1348, ela se espalhou rapidamente. Algumas cidades – Paris, Hamburgo, Florença, Veneza – perderam metade de sua população ou mais. Os vilarejos tinham mais chance de escapar da infecção. Ela se espalhava lentamente no inverno e rapidamente no verão. No total, talvez 20 milhões de europeus tenham morrido, ou uma em cada três pessoas. A escassez de alimentos das primeiras décadas foi substituída pela escassez de mão de obra. As terras aráveis já não faltavam. Em algumas regiões da Alemanha, havia mais vilarejos abandonados do que habitados, e os campos que um dia soavam alto com trabalhadores na colheita estavam agora cobertos de mato e de silêncio.

BLAINEY, Geoffrey. *Uma breve história do mundo*. 2. ed. São Paulo: Fundamento Educacional, 2009. [Fragmento]

As revoltas camponesas

O desenvolvimento comercial e a expansão da atividade urbana já vinham atraindo os camponeses europeus para a vida nas cidades durante toda a Baixa Idade Média, pois, no mundo urbano, os trabalhadores se viam livres dos laços servis.

No entanto, foi o aumento da exploração no campo – decorrente do declínio demográfico – que fez surgir uma série de movimentos camponeses na Europa. Essas revoltas tiveram papel fundamental na desagregação do feudalismo ao colocar em xeque o tradicional papel da nobreza medieval.

Na França, os motins receberam o nome de *jacqueries*, decorrente da expressão Jacques Bonhomme, que pode ser traduzida por “João Ninguém”. Na Inglaterra, as revoltas de John Ball (1338-1381) e Wat Tyler (1341-1381) provocaram temor na nobreza. Foram comuns, durante esses movimentos, a destruição de propriedades e o assassinato de vários nobres.



Jacqueries / Crônicas de Jean Froissart. Biblioteca Nacional da França. Manuscrito do Século XV.



Morte de Wat Tyler / Crônicas de Jean Froissart. Biblioteca Nacional da França. Manuscrito do Século XV.

A reação da aristocracia contra as revoltas foi igualmente violenta, no entanto, o tumulto nos campos deixava clara a dificuldade da nobreza fundiária em manter o controle diante das profundas transformações na sociedade europeia, abrindo espaço para o fortalecimento do poder real.

IGREJA MEDIEVAL

Para compreender a influência da Igreja no Período Medieval, é necessário um pequeno histórico do cristianismo desde a Antiguidade. O cristianismo expandiu-se a partir da região da Palestina pelas regiões em torno do Mar Mediterrâneo chegando até Roma, sede do Império Romano.

Nesse período, o cristianismo iniciou a sua penetração entre as classes populares, já que oferecia a possibilidade de salvação ao grupo social que mais sofria. Até o século IV, os cristãos eram perseguidos no Império por serem monoteístas, por contestarem o militarismo da cultura romana e por negarem o caráter divino do imperador. Com o agravamento da crise no Império, no entanto, o cristianismo passou a se expandir e a conquistar adeptos entre as classes dirigentes.

Em 313 d.C., com o Édito de Milão, Constantino concedeu liberdade de culto aos cristãos e converteu-se ao cristianismo que, naquele momento, ainda era religião de uma minoria. Com Teodósio, através do Édito de Tessalônica, o cristianismo foi considerado a religião oficial, e, dessa vez, os pagãos passaram a ser perseguidos. Prestigiados, os cristãos alcançaram altos cargos no Império, e os bispos passaram a cuidar da administração das cidades. O cristianismo tornava-se, portanto, uma religião de Estado.

Mesmo diante do colapso do Império Romano, a Igreja cristã manteve-se unida, o que favoreceu o seu fortalecimento. De acordo com Hilário Franco Júnior:

O cristianismo, por sua vez, foi o elemento que possibilitou a articulação entre romanos e germanos, o elemento que ao fazer a síntese daquelas duas sociedades forjou a unidade espiritual, essencial para a civilização medieval.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média*: nascimento do Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 2001. [Fragmento]

Com a conversão dos reis germânicos, iniciada com Clóvis, do reino dos francos, a Igreja aumentou sua influência no mundo. Para isso, contou com auxílio dos monarcas que, em troca, recebiam a legitimação do seu poder. Em uma sociedade marcada pelo medo, seja da fome, seja das guerras, o cristianismo oferecia alívio em momentos de desespero, o que contribuiu para a sua expansão.

Gradativamente, a Igreja tornou-se a instituição mais poderosa do mundo medieval, tendo sido a própria educação, em grande parte, controlada pelo clero por meio do monopólio da escrita e da leitura. Para o homem medieval, a resposta para os questionamentos se encontrava no sagrado, e era a Igreja que fornecia explicações para essas questões. A visão medieval era marcada por essa religiosidade e a promessa de que os sacrifícios no mundo terreno seriam compensados após a morte, na vida eterna. Dessa maneira, a Igreja conseguia garantir a ordem e a estrutura social, alegando que os sofrimentos dos trabalhadores na Terra terminariam no reino dos céus.

O culto aos santos e, principalmente, à Virgem Maria constituía um laço que unia os homens medievais. As peregrinações e os jejuns eram ações importantes na luta contra a suposta presença do demônio. A Igreja estava presente nos momentos principais da vida do homem, como o nascimento, o matrimônio e a morte. Além disso, podia julgar questões relativas ao casamento e excomungar aqueles que não cumprissem suas regras, tendo poder para excomungar até um rei.

CULTURA MEDIEVAL

Devido à sua proximidade com a Igreja, a cultura medieval foi durante muito tempo vista como inferior àquelas que lhe antecederam e sucederam. Essa visão, contudo, pode ser contestada com base em uma análise de aspectos dessa cultura.

A cultura medieval alcançou seu apogeu na construção das grandes catedrais, igrejas de cada diocese e normalmente a residência dos bispos. Algumas delas demoraram um século para serem construídas e, na sua construção, era necessário o trabalho de arquitetos e pedreiros remunerados. Dos séculos X ao XII, predominou o estilo românico, caracterizado pela horizontalidade e pelo caráter de fortificação. O material básico utilizado era a pedra e na sua estrutura eram incorporadas esculturas e murais.

A partir do século XII, o estilo gótico ganhou força. Sua característica principal era a verticalidade. A altura das torres apontando para o céu reforçava a grandeza da Igreja Católica. A luz era restrita e penetrava parcialmente pelos vitrais coloridos que retratavam símbolos sagrados.



Catedral de Notre-Dame de Chartres, construída no século XII, na França.

Na Filosofia Medieval, sobretudo na Baixa Idade Média, é possível notar a tentativa de promover a junção entre a Teologia e a Filosofia. Até o século XI, o pensamento foi influenciado pelas obras de Agostinho de Hipona e, a partir desse período, as obras de Tomás de Aquino passam a ser mais influentes. Através da releitura das obras de Aristóteles, Tomás de Aquino pretendia promover a conciliação entre a fé e a razão, sendo as universidades medievais importantes centros de difusão do seu pensamento.

O surgimento das primeiras universidades estava relacionado ao desenvolvimento da vida urbana e do comércio, afinal, a formação de funcionários mais qualificados e preparados para as novas funções que surgiram nesse contexto colaborou para a fundação dessas instituições.

Inicialmente controladas pela Igreja, as universidades se multiplicaram na Baixa Idade Média por toda a Europa. A primeira delas foi a de Bolonha, na Itália, fundada em 1088.

A despeito dos preconceitos vinculados à Idade Média, atualmente a cultura popular do período vem sendo alvo de inúmeros estudos por parte dos historiadores. Sabemos hoje, por exemplo, que a vida do camponês medieval era marcada por uma diversidade de manifestações culturais, como as festas. Nelas, o camponês conseguia subverter a rígida hierarquia por um breve período. A Igreja e os senhores eram ridicularizados em festas como a do "Asno" ou a dos "Tolos". O conhecimento dessas manifestações revela um lado alegre e festivo do mundo feudal e que fugia às convenções determinadas pela Igreja. O carnaval também tem sua origem na Idade Média e representava um período de transgressão, aceito pela própria Igreja, que antecederia a quaresma, período de penitência.

A representação a seguir, do século XVI, revela esse aspecto do cotidiano do camponês europeu. Produzida por Pieter Brueghel, no contexto da Reforma Protestante, a imagem ironiza o conflito entre as práticas mundanas e religiosas, simbolizadas, respectivamente, pelo carnaval e pela quaresma.



O quadro, assinado por Pieter Bruegel, retrata o contraste entre a vida religiosa, representada pela quaresma, e os prazeres oriundos do carnaval.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



- 01.** (FUVEST-SP) A instituição das corveias variava de acordo com os domínios senhoriais, e, no interior de cada um, de acordo com o estatuto jurídico dos camponeses, ou de seus mansos (parcelas de terra).

BLOCH, Marc. *Os caracteres originais da França rural*. 1952.

Esta frase sobre o feudalismo trata

- A) da vassalagem. D) da servidão.
 B) do colonato. E) da guilda.
 C) do *comitatus*.
- 02.** (UFRN) No Ocidente europeu medieval, a palavra latina *servus* designava a maior parte dos trabalhadores rurais, cuja condição se diferenciava da condição dos escravos da Antiguidade Romana. Na época feudal, esses trabalhadores
- A) gozavam de uma melhor condição jurídica, em razão das "cartas de franquia", que aboliram as "corveias" a que estavam obrigados.
 B) estavam sujeitos aos caprichos dos senhores feudais, que poderiam vendê-los a outros proprietários agrícolas.
 C) foram beneficiados com a difusão dos valores cristãos, os quais possibilitaram sua mobilidade social, em toda a Cristandade.
 D) recebiam dos grandes proprietários faixas de terras para cultivar e, em contrapartida, prestavam serviços gratuitos a esses proprietários, além de ficar devendo-lhes outras obrigações.
- 03.** (UEFS-BA) A ideia de indivíduo isolado, livre para fazer o que quisesse, não existia na mentalidade medieval. Alguém sempre estava subordinado a um grupo, dependia da proteção e devia fidelidade a alguém ou a uma instituição. O indivíduo que se considerava livre, não sujeito a nenhuma proteção e fidelidade, era o marginal, pois encontrava-se à margem das regras medievais e deveria ser perseguido pelos poderes estabelecidos: castelão, Igreja e rei. (CÁCERES, 1996, p. 126).

CÁCERES, F. *História Geral*. 4. ed. rev. ampl. atual. São Paulo: Moderna, 1996.

A característica coletivista das sociedades feudais europeias, indicada no texto, estava diretamente associada

- A) ao modo de produção feudal, fundamentado na exploração da terra como fator de subsistência e de manutenção das hierarquias sociais.
 B) à escassez de terras férteis, o que obrigava os camponeses a se concentrarem em torno dos chefes tribais.
 C) ao fortalecimento dos laços de cooperação e solidariedade, responsáveis pela ausência de conflitos armados na Europa feudal.
 D) ao domínio dos reis sobre o conjunto formado pelos nobres, clérigos e servos que compunham a população medieval europeia.
 E) à atração exercida pelas Cruzadas sobre o imaginário medieval.

- 04.** PGGM (FUVEST-SP) Durante muito tempo, sustentou-se equivocadamente que a utilização de especiarias na Europa da Idade Média era determinada pela necessidade de se alterar o sabor de alimentos apodrecidos, ou pela opinião de que tal uso garantiria a conservação das carnes.

A utilização de especiarias no Período Medieval

- A) permite identificar a existência de circuitos mercantis entre a Europa, a Ásia e o continente africano.
 B) demonstra o rigor religioso, caracterizado pela condenação da gastronomia e do requinte à mesa.
 C) revela a matriz judaica da gastronomia medieval europeia.
 D) oferece a comprovação da crise econômica vivida na Europa a partir do ano mil.
 E) explicita o importante papel dos camponeses dedicados a sua produção e comercialização.

- 05.** (UNIFESP) Por trás do ressurgimento da indústria e do comércio, que se verificou entre os séculos XI e XIII, achava-se um fato de importância econômica mais fundamental: a imensa ampliação das terras aráveis por toda a Europa e a aplicação à terra de métodos mais adequados de cultivo, inclusive a aplicação sistemática de esterco urbano às plantações vizinhas.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na História*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

O texto trata da expansão agrícola na Europa Ocidental e Central entre os séculos XI e XIII. Entre as razões desse aumento de produtividade, podemos citar

- A) o crescimento populacional, com decorrente aumento do mercado consumidor de alimentos.
 B) a oportunidade de fornecer alimentos para os participantes das Cruzadas e para as áreas por eles conquistadas.
 C) o fim das guerras e o estabelecimento de novos padrões de relacionamento entre servos e senhores de terras.
 D) a formação de associações de profissionais, com decorrente aperfeiçoamento da mão de obra rural.
 E) o aprimoramento das técnicas de cultivo e uma relação mais intensa entre cidade e campo.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



- 01.** (UEFS-BA) Carlos Magno dividiu (seus domínios) em circunscrições. As circunscrições fronteiriças chamavam-se marcas. [...] As marcas eram bem fortificadas e serviam para a proteção do Estado contra invasões posteriores.

A frente de cada circunscrição estava um conde. O conde que chefiava uma marca chamava-se margrave. [...] Carlos Magno distribuía benefícios entre seus vassallos. Exigia deles não somente participação pessoal nas expedições militares, mas também a apresentação de homens armados.

KOMINSKY. [s.d.]. p. 92.

O reinado de Carlos Magno (768-814 d.C.), na Gália, concretizou-se por desenvolver uma política que culminou com

- A) a decadência do Império Romano, ao agregar, no seu exército, elementos bárbaros, que se sublevaram e minaram o poder do exército romano.
- B) a formação do feudalismo, através da concessão de benefícios que fortaleciam o poder local, ao estabelecer uma rede de proteção e favores.
- C) a perda da influência política e social da Igreja Católica, ao estabelecer o cesaropapismo e submetê-la ao controle do Estado.
- D) o fortalecimento do Estado Moderno, submetendo a nobreza ao controle do poder real e contribuindo para desagregar a burguesia industrial.
- E) a expulsão dos muçulmanos da Península Ibérica e a consolidação do poder dos marqueses e dos condes, em detrimento do poder real.

02. (FGV) Os dados do quadro representam uma prática criada na Europa do século XI.

	1º ano	2º ano	3º ano
Campo I	trigo	cevada	em repouso
Campo II	cevada	em repouso	trigo
Campo III	em repouso	trigo	cevada

HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem* (Adaptação).

Sobre esse contexto, é correto afirmar que

- A) a estratégia da alternância agrícola revelou um retrocesso técnico sem precedentes, gerando desgaste na terra e a decorrente inviabilidade de algumas culturas.
- B) a ordem econômica no mundo medieval teve como característica central o constante atraso tecnológico, que levou ao fim do feudalismo no século X.
- C) a economia feudal permitiu importantes inovações técnicas, tais como a rotação de terras, que contribuíram para desenvolver a atividade agrícola.
- D) o feudalismo produziu uma sociedade em direção ao igualitarismo, pois esse processo técnico demonstrava que os avanços eram raros e de pouco impacto.
- E) essa técnica foi uma imposição do clero católico, que considerava a alternância de produção agrícola como um desígnio divino.

03. (Unicamp-SP-2016) Reproduz-se, a seguir, trecho de um sermão do bispo Cesário de Arles (470-542), dirigido a uma paróquia rural.

“Vede, irmãos, como quem recorre à Igreja em sua doença obtém a saúde do corpo e a remissão dos pecados. Se é possível, pois, encontrar este duplo benefício na Igreja, por que há infelizes que se empenham em causar mal a si mesmos, procurando os mais variados sortilégios: recorrendo a encantadores, a feitiçarias em fontes e árvores, amuletos, charlatães, videntes e adivinhos?”

Disponível em: <http://www.institutosapientia.com.br/site/index.php?option=co_content&view=article&id=1397:sao-cesario-de-arles-sermao-13-parauma-paroquia-rural&catid=28:outros-artigos&Itemid=285>.

A partir desse sermão, escrito no sul da atual França, é correto afirmar que:

- A) A Igreja Católica assumia funções espirituais e deixava à nobreza o cuidado da saúde dos camponeses, através de ordens religiosas e militares.
- B) O cristianismo tinha penetrado em todas as categorias sociais e era interpretado da mesma forma através da autoridade dos bispos.
- C) Práticas consideradas menos ortodoxas por Cesário de Arles ainda encontravam espaço em setores da sociedade e a elite da Igreja tentava se afirmar como o único acesso ao sagrado.
- D) O avanço do materialismo estava afastando da Igreja os camponeses, que, com isto, deixavam de pagar os dízimos eclesiásticos.

04. (Unesp) [Na Idade Média] Homens e mulheres gostavam muito de festas. Isso vinha, geralmente, tanto das velhas tradições pagãs [...], quanto da liturgia cristã.

LE GOFF, Jacques. *A Idade Média explicada aos meus filhos*. 2007.

Sobre essas festas medievais, podemos dizer que

- A) muitos relatos do cotidiano medieval indicam que havia um confronto entre as festas de origem pagã e as criadas pelo cristianismo.
- B) os torneios eram as principais festas e rompiam as distinções sociais entre senhores e servos que, montados em cavalos, se divertiam juntos.
- C) a Igreja Católica apoiava todo tipo de comemoração popular, mesmo quando se tratava do culto a alguma divindade pagã.
- D) as festas rurais representavam sempre as relações sociais presentes no campo, com a encenação do ritual de sagração de cavaleiros.
- E) religiosos e nobres preferiam as festas privadas e pagãs, recusando-se a participar dos grandes eventos públicos cristãos.

05. (Unicamp-SP)
ZAX9



Maître de Talbot, Les travailleurs, reproduzido de LANDA, Edward; FELLER, Christian (Ed.). *Soil and culture*. New York: Springer, 2010. p. 16.

No quadro anterior, observa-se a organização espacial do trabalho agrícola típica do período medieval. A partir dele, podemos afirmar que

- A) os camponeses estão distantes do castelo porque já abandonavam o domínio senhorial, num momento em que práticas de conservação do solo, como a rotação de culturas, e a invenção de novos instrumentos, como o arado, aumentavam a produção agrícola.
- B) os camponeses utilizavam, então, práticas de plantio direto, o que permitia a melhor conservação do solo e a fertilidade das terras que pertenciam a um senhor feudal, como sugere o castelo fortificado que domina a paisagem ao fundo do quadro.
- C) um castelo fortificado domina a paisagem, ao fundo, pois os camponeses trabalhavam no domínio de um senhor; pode-se ver também que utilizavam práticas de rotação de culturas, visando à conservação do solo e à manutenção da fertilidade das terras.
- D) a cena retrata um momento de mudança técnica e social: desenvolviam-se novos instrumentos agrícolas, como o arado, e o uso de práticas de plantio direto, o que levava ao aumento da produção, permitindo que os camponeses abandonassem o domínio senhorial.

06. (UEL-PR) Leia o texto a seguir:

Os camponeses que viviam nessas terras já não eram homens livres [...]. Eles pertenciam à terra que o rei tinha atribuído a um senhor ou às terras que um nobre já possuía. [...] Esses camponeses eram chamados "servos". Não eram considerados cidadãos do reino. Nem tinham direito de se deslocar conforme quisessem, nem de decidir se estavam ou não dispostos a cultivar. [...] Esses homens sem liberdade não eram exatamente escravos, pois pertenciam à terra, que por sua vez pertencia ao rei, mesmo que ele a cedesse a um nobre. O nobre ou príncipe não tinha direito de vendê-los nem de matá-los, ao contrário do que acontecia com os donos de escravos de antes. Fora isso, tinha direito de exigir deles o que quisesse. Sempre que ordenasse, os servos tinham de cultivar suas terras e trabalhar para ele. Eram obrigados a lhe fornecer regularmente pão e carne para sua alimentação, pois o nobre não trabalhava no campo. No máximo ia à caça, quando tinha vontade. O domínio que o rei lhe cedera, chamado "feudo", era sua propriedade, e ele a transmitia ao filho por herança, a não ser que cometesse faltas graves para com o rei. Em troca do feudo, o senhor se comprometia com o rei a custear a formação de um exército com seus camponeses e outros senhores e a lutar pelo rei quando houvesse guerra. Ora, guerras havia com frequência.

GOMBRICH, E. H. *Breve história do mundo*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 160-161.

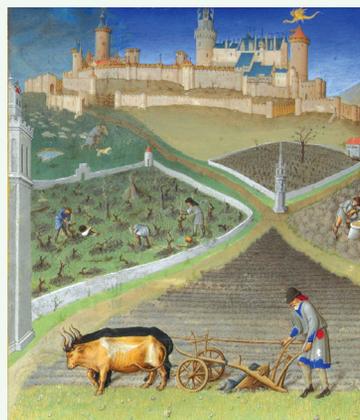
De acordo com o texto e com os conhecimentos sobre a sociedade feudal europeia, é correto afirmar:

- A) A instituição do feudalismo estimulou a formação de um mercado de compra e venda de terras, constituindo-se embrião da atual propriedade privada fundiária.

- B) A Igreja de Roma resistiu à formação dos feudos, devido à sua opção preferencial pelos pobres, ficando segregada do sistema feudal.
- C) As cidades europeias desapareceram a partir do século XI, no período de crise da produção feudal, porque o comércio foi extinto.
- D) Os Estados medievais constituíram estruturas poderosas e complexas, com exército regulares, cunhagem centralizada da moeda e sistema jurídico baseado no Direito Romano.
- E) As terras senhoriais eram compostas pelas reservas senhoriais, trabalhadas pelos servos, pelas terras destinadas à subsistência dos servos e pelas terras coletivas, para o uso de todos.

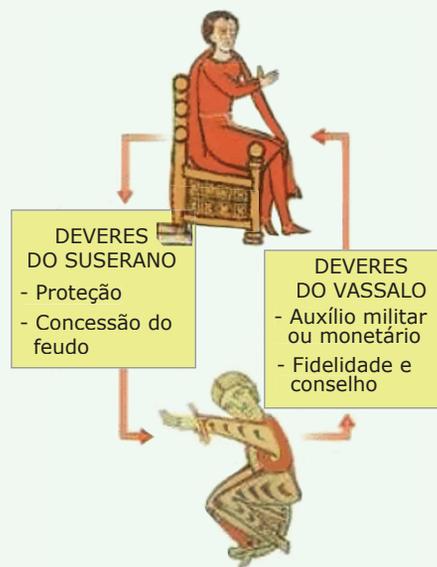
07.
43AJ

(UFRN) As imagens e o fragmento textual a seguir abordam elementos essenciais do feudalismo medieval.



MONTELLATO, Andréa; CABRINI, Conceição; CATELLI Jr., Roberto. *História temática: terra e propriedade*. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2005. p. 57.

Figura 1. Camponês arando a terra.



Disponível em: <hist7alfandega.blogspot.com/>. Acesso em: 28 ago. 2009.

Figura 2. Relações de suserania e de vassalagem.

O feudalismo foi constituído pela articulação entre dois eixos de relações: as relações feudo-vassálicas e as relações servis de produção. As relações feudo-vassálicas estabeleciam-se entre membros da aristocracia militar e territorial e baseavam-se no feudo, na fidelidade e na reciprocidade. As relações servis de produção estabeleciam-se entre o senhor da terra e o trabalhador e estavam baseadas na desigualdade de condições e na exploração do trabalho.

PEDRO, Antonio; LIMA, Lizânias de Souza; CARVALHO, Yvone de. *História do mundo ocidental*: Ensino Médio. São Paulo: FTD, 2005. p. 97.

A partir da análise das imagens e do fragmento textual, sobre a sociedade medieval na Europa Ocidental é correto afirmar:

- A) A reciprocidade típica das relações entre suseranos e vassalvos também estava presente nas relações servis de produção, devido às desigualdades sociais existentes entre nobres e servos.
- B) As relações de produção predominantes no mundo feudal estavam assentadas na exploração do trabalho dos vilões, que viviam nas comunas, base política e econômica de suseranos e vassalvos.
- C) As relações servis de produção adquiriram importância e serviram de sustentáculo para a manutenção da aristocracia feudal, no interior da qual se estabeleceram relações de suserania e de vassalagem.
- D) O desenvolvimento das relações servis de produção, graças a sua alta produtividade no final do período medieval, reforçou, ainda mais, os vínculos entre suseranos e vassalvos em toda a Europa.

- 08.** (Unesp) Em Aire-sur-la-Lys, em 15 de agosto de 1335, Jean de Picquigny, governador do condado de Artois, permite ao "maior, aos almotacés* e à comunidade da cidade construir uma torre com um sino especial, por causa do mister da tecelagem e de outros misteres em que vários operários deslocam-se habitualmente em certas horas do dia".

*almotacé: *inspetor municipal*.

LE GOFF, Jacques. *Por uma outra Idade Média*. 2013 (Adaptação).

O texto revela

- A) a persistência da concepção antiga de emprego do tempo, associada aos ciclos da natureza.
- B) a persistência da concepção artesanal de emprego do tempo, associada à busca de maior qualidade.
- C) o surgimento de uma nova concepção de emprego do tempo, associada ao exercício do trabalho.
- D) o surgimento de uma nova concepção de emprego do tempo, associada à valorização do ócio.
- E) a persistência da concepção eclesial de emprego do tempo, associada à ditadura do relógio.

- 09.** (UFPB) A Igreja Católica Apostólica Romana é uma das instituições mais antigas da humanidade. Decorreram mais de mil anos desde as suas origens, como credo de contestação às crenças e práticas religiosas pagãs, passando por seu reconhecimento como religião oficial do Império Romano, até a sua primeira grande divisão, conhecida como Cisma do Oriente, ocorrida em 1054. A respeito desse primeiro milênio do cristianismo, é correto afirmar:

- A) Os principais dogmas da Igreja, no Império Romano do Oriente, nunca foram questionados, e o cristianismo, mesmo afastado do poder secular, conseguiu fortalecer o poder do Papa.
- B) A crise do Império Romano, no século IV, foi um elemento importante para a ascensão do cristianismo, e, nesse período, até membros da elite romana converteram-se à nova religião.
- C) A relação entre os cristãos e as lideranças romanas, no início do cristianismo, foi facilitada pela fragilidade do Império Romano, naquele momento, e ampliada pela tolerância dos cristãos com os politeístas.
- D) A intolerância do Imperador Constantino com os cristãos foi um dos fatores do grande Cisma do Oriente, e a relação tumultuada entre o Imperador e o Papa levou à separação do Estado romano da Igreja.
- E) O papa Leão I, líder religioso e político de Constantinopla, disputava o poder com o imperador, mediante incentivo aos monofisistas e aos iconoclastas, e esse confronto contribuiu para a criação da Igreja Ortodoxa.

SEÇÃO ENEM

- 01.** (Enem-2017) Entre os séculos XII e XIII, a recrudescência das condenações da usura é explicada pelo temor da Igreja ao ver a sociedade abalada pela proliferação da usura, quando muitos homens abandonam sua condição social, sua profissão, para tornarem-se usurários. No século XIII, o papa Inocêncio IV teme a deserção dos campos, devido ao fato de os camponeses terem se tornado usurários ou estarem privados de gado e de instrumentos de trabalho pertencentes aos possuidores de terras, eles próprios atraídos pelos ganhos da usura. A atração pela usura ameaça a ocupação dos solos e da agricultura e traz o espectro da fome.

LE GOFF, J. *A bolsa e a vida: economia e religião na Idade Média*. São Paulo: Brasiliense, 2004 (Adaptação).

A atitude da Igreja em relação à prática em questão era motivada pelo interesse em

- A) suprimir o debate escolástico.
- B) regular a extração de dízimos.
- C) diversificar o padrão alimentar.
- D) conservar a ordem estamental.
- E) evitar a circulação de mercadorias.

- 02.** (Enem–2015) No início foram as cidades. O intelectual da Idade Média – no Ocidente – nasceu com elas. Foi com o desenvolvimento urbano ligado às funções comercial e industrial – digamos modestamente artesanal – que ele apareceu, como um desses homens de ofício que se instalavam nas cidades nas quais se impôs a divisão do trabalho. Um homem cujo ofício é escrever ou ensinar, e de preferência as duas coisas a um só tempo, um homem que, profissionalmente, tem uma atividade de professor e erudito, em resumo, um intelectual – esse homem só aparecerá com as cidades.

LE GOFF, J. *Os intelectuais na Idade Média*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

O surgimento da categoria mencionada no período em destaque no texto evidencia o(a)

- A) apoio dado pela igreja ao trabalho abstrato.
 B) relação entre desenvolvimento urbano e divisão de trabalho.
 C) importância organizacional das corporações de ofício.
 D) progressiva expansão da educação escolar.
 E) acúmulo de trabalho dos professores e eruditos.
- 03.** (Enem–2015) A casa de Deus, que acreditam una, está, portanto, dividida em três: uns oram, outros combatem, outros, enfim, trabalham. Essas três partes que coexistem não suportam ser separadas; os serviços prestados por uma são a condição das obras das outras duas; cada uma por sua vez encarrega-se de aliviar o conjunto... Assim a lei pode triunfar e o mundo gozar da paz.
- ALDALBERON DE LAON. In: SPINOSA, F. *Antologia de textos históricos medievais*. Lisboa: Sá da Costa, 1981.
- A ideologia apresentada por Aldalberon de Laon foi produzida durante a Idade Média. Um objetivo de tal ideologia e um processo que a ela se opôs estão indicados, respectivamente, em:
- A) Justificar a dominação estamental / revoltas camponesas.
 B) Subverter a hierarquia social / centralização monárquica.
 C) Impedir a igualdade jurídica / revoluções burguesas.
 D) Controlar a exploração econômica / unificação monetária.
 E) Questionar a ordem divina / Reforma Católica.

- 04.** (Enem–2015)

Calendário medieval, século XV



Disponível em: <www.ac-grenoble.fr>. Acesso em: 10 maio 2012.

Os calendários são fontes históricas importantes, na medida em que expressam a concepção de tempo das sociedades. Essas imagens compõem um calendário medieval (1460-1475) e cada uma delas representa um mês, de janeiro a dezembro. Com base na análise do calendário, apreende-se uma concepção de tempo

- A) cíclica, marcada pelo mito arcaico do eterno retorno.
 B) humanista, identificada pelo controle das horas de atividade por parte do trabalhador.
 C) escatológica, associada a uma visão religiosa sobre o trabalho.
 D) natural, expressa pelo trabalho realizado de acordo com as estações do ano.
 E) romântica, definida por uma visão bucólica da sociedade.
- 05.** (Enem) Sou uma pobre e velha mulher,
 Muito ignorante, que nem sabe ler.
 Mostraram-me na igreja da minha terra
 Um Paraíso com harpas pintado
 E o Inferno onde fervem almas danadas,
 Um enche-me de júbilo, o outro me aterra.

VILLON, F. In: GOMBRICH, E. *História da arte*. Lisboa: LTC, 1999.

Os versos do poeta francês François Villon fazem referência às imagens presentes nos templos católicos medievais. Nesse contexto, as imagens eram usadas com o objetivo de

- A) refinar o gosto dos cristãos.
 B) incorporar ideais heréticos.
 C) educar os fiéis através do olhar.
 D) divulgar a genialidade dos artistas católicos.
 E) valorizar esteticamente os templos religiosos.

GABARITO

Meu aproveitamento

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

01. D 03. A 05. E
 02. D 04. A

Propostos

Acertei _____ Errei _____

01. B 04. A 07. C
 02. C 05. C 08. C
 03. C 06. E 09. B

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

01. D 03. A 05. C
 02. B 04. D



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Organização dos Estados Nacionais

O processo de formação dos Estados Modernos deve ser considerado paralelamente às transformações ocorridas na Baixa Idade Média, período cujas contradições levaram ao declínio dos particularismos feudais em favor do fortalecimento da autoridade real. As alterações pelas quais a nobreza passava possibilitaram a formação de uma conjuntura favorável à centralização político-administrativa sob a forma de um Estado unificado.

A nobreza viu-se diante da crise do mundo feudal, com severas dificuldades de controlar as rebeliões camponesas, manter suas rendas e reafirmar seu poder político. Tornou-se viável, assim, que a figura do monarca fosse reabilitada e, junto dela, as funções de convocação de um único Exército – capaz de reprimir com sucesso as insurreições por todos os lados – e de uniformização dos impostos – permitindo novamente o controle financeiro –, entre outros aspectos.

Não se pode afirmar, no entanto, que a nobreza perdeu sua influência sobre a política europeia, visto que o caráter aristocrático e estamental dessa sociedade permaneceu inalterado. Além disso, a nobreza permaneceu lado a lado com o poder vigente, tecendo o suporte político que permitia ao monarca realizar a gestão do governo. Isso se deu na medida em que, para auxiliar a governança monárquica, necessitou-se de um corpo burocrático que ajudasse na articulação política e econômica. Para tanto, convocou-se a nobreza, que permaneceu, assim, influenciando os destinos políticos europeus.

O Estado Moderno, desse modo, foi um novo arranjo político que garantiu a manutenção da estrutura social aristocrática e estamental forjada ao longo da ameaça ao poder nobre. O historiador Perry Anderson, que se debruçou sobre tais questões, afirma que:

Durante toda a primeira fase da época moderna, a classe dominante – econômica e politicamente – era, portanto, a mesma da própria época medieval: a aristocracia feudal.

ANDERSON, Perry. O Estado Absolutista no Ocidente.

In: _____. *Linhagens do Estado Absolutista*.

Porto: Afrontamento, 1984. [Fragmento]

Diante das pressões provocadas pela crise do século XIV, o Estado Moderno, ainda de acordo com Anderson, seria a “carapaça política de uma nobreza atemorizada”. A nobreza, nesse contexto, viu-se obrigada a abrir mão de seu poder militar, transferindo-o para o Estado, afinal, somente com o monopólio da força, o Estado poderia garantir a submissão das classes que se levantavam contra o poder dos nobres.

As transformações econômicas operadas ao longo da desagregação do poderio feudal nobre também conduziram à centralização do poder. O desenvolvimento do comércio e da urbanização alteraram as estruturas econômicas do feudalismo, levando à crise desse modo de produção. A oferta de trabalho nas cidades, por exemplo, colaborou para a desestruturação da servidão, pois estimulava a fuga de servos dos feudos, rompendo os elos necessários à manutenção das relações de suserania e vassalagem, que, por sua vez, permitiam às engrenagens feudais continuarem funcionando.

A crise do século XIV afetou de forma menos contundente os grandes comerciantes, que passaram a atrair a mão de obra camponesa que emigrava dos feudos em razão da superexploração. Por possuírem reservas em dinheiro, esses comerciantes foram capazes, ainda, de conceder empréstimos aos nobres em dificuldade financeira, rompendo com o controle do poder dos senhores feudais.

A burguesia se interessava em colocar um fim aos particularismos regionais que dificultavam as transações comerciais. Era necessário demolir as barreiras ainda presentes nos feudos, como impostos pagos para trafegar nesses locais, para expandir o comércio de mercadorias. Além disso, a fragmentação feudal impunha uma diversidade de sistemas de pesos, medidas e moedas que emperrava o lucro mercantil. A centralização, nesse caso, garantiria a unidade em todos esses aspectos, inclusive a taxação sobre produtos estrangeiros visando à proteção dos mercados nacionais. A unificação dos mercados por meio desse processo mostrava-se, assim, fundamental para os interesses dos mercadores.

Tal cenário nos leva a concluir que o monarca estava perante uma situação cuja tendência era a de absorção do poder, visto que tanto a nobreza quanto a nascente burguesia tinham interesses na centralização monárquica.

CARACTERÍSTICAS DOS ESTADOS MODERNOS

Os Estados Modernos caracterizavam-se pela centralização do poder nas mãos dos monarcas europeus e pela redução dos poderes locais, situação que se manifestou nas mais diversas esferas da vida pública. A formação de uma burocracia estatal, ou seja, de um corpo de funcionários que compunha as engrenagens do Estado, foi fundamental para a garantia da fiscalização e para a cobrança de impostos. O fim das barreiras tarifárias entre os feudos e o estabelecimento de um sistema tributário nacional possibilitaram a manutenção da estrutura dos Estados. Os Exércitos nacionais garantiam a ordem interna e a soberania. A nobreza, desse modo, perdia o poderio bélico e este passava a ser exercido pelos mercenários, em muitos casos estrangeiros, que compunham as forças militares estatais.

A aplicação da justiça também passou a ser atribuição dos Estados, e não privilégio dos senhores feudais, como antes, visando a promover de modo mais eficaz a regulamentação das transações comerciais e a pacificação dos conflitos sociais do período. A centralização se completaria, enfim, com a imposição de uma língua nacional e com o estabelecimento de uma religião oficial, o que garantiria a unidade. É importante lembrar, no entanto, que o crescente poder dos reis impôs limites ao domínio universal da Igreja, que se manifestava desde a Idade Média.

Portugal

Portugal foi o primeiro Estado centralizado da Europa. Seu processo de formação esteve intimamente relacionado à Guerra de Reconquista, travada contra os muçulmanos, considerados inimigos pela cristandade.

A expansão islâmica atingiu a Península Ibérica no século VIII. Os mouros, como eram conhecidos os povos islâmicos, permaneceram na região até o século XV e só não atingiram o norte da Península Ibérica, no reino das Astúrias, que se tornou o foco da resistência cristã. Em 1492, os mouros foram expulsos de Granada, na atual Espanha, completando o movimento denominado Reconquista, considerado, naquele período, uma Cruzada. Destacaram-se, nesse processo, linhagens nobres, como as de Leão, Aragão e Castela.

No século XI, o nobre francês Henrique de Borgonha, que havia lutado contra os muçulmanos na Guerra de Reconquista, recebeu de Afonso VI, rei de Leão, o condado Portucalense, que se estendia desde o norte da Península Ibérica até o Rio Tejo. O condado, desse modo, passou a ser governado pelos Borgonha, vassallos dos reis de Leão. Contudo, Afonso Henriques, filho de Henrique de Borgonha, reconquistou a região de Algarves, ao sul da Península Ibérica e rompeu a relação de suserania com Leão, dando início à primeira dinastia portuguesa.

Os reis de Borgonha promoveram a centralização por meio das seguintes medidas:

- concessões das cartas de franquia que libertavam as cidades do domínio dos senhores feudais;
- expansão dos domínios territoriais portugueses;
- instituição da Lei das Sesmarias, que determinava a perda da posse das terras pelos nobres, caso eles não as tornassem suas terras produtivas;
- estímulo à libertação dos servos e transformação destes em trabalhadores assalariados.

Os portugueses foram beneficiados, ainda, pela guerra entre França e Inglaterra, durante o século XIV. Posto que o conflito instalado interrompeu as rotas comerciais que cortavam a Europa Central, a solução foi a criação de rotas marítimas que permitissem o comércio entre o norte europeu e as cidades italianas, passando por Portugal. Essas rotas colaboraram para o desenvolvimento das cidades do litoral lusitano, o que fortaleceu a classe mercantil portuguesa.

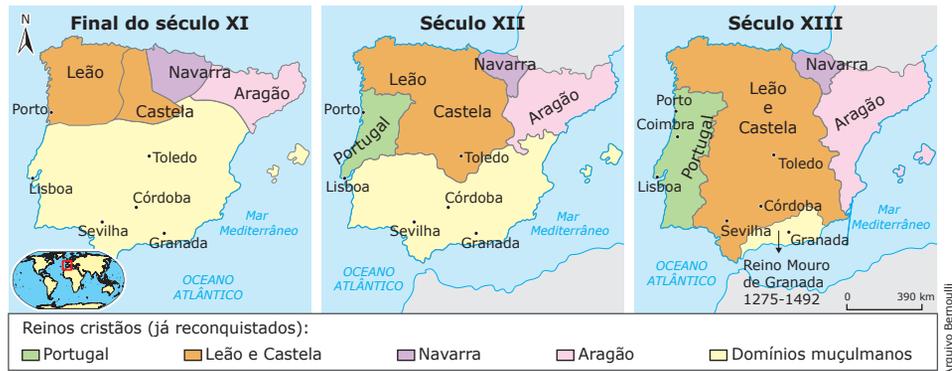
As atividades comerciais sofreram expansão durante esse período, com destaque para a pesca e para a navegação de cabotagem, isto é, entre os portos do país, pelo litoral ou por vias fluviais.

A morte de D. Fernando I, último rei da dinastia Borgonha, deu início a uma crise sucessória. O fato de a herdeira do trono ser casada com o rei de Castela, poderia levar Portugal a anexar esse reino e dominá-lo, o que era desejo de uma parte da tradicional nobreza portuguesa.

Essa união entre os reinos, entretanto, não interessava à burguesia, à pequena nobreza e à população urbana, que defendiam a ascensão ao trono de D. João I, irmão ilegítimo de D. Fernando e chefe da ordem militar de Avis. Contando com o apoio financeiro dos comerciantes, o Exército liderado por D. João, derrotou as forças inimigas na Batalha de Aljubarrota, em 1385. Posteriormente tais ações políticas foram denominadas Revolução de Avis.

D. João de Avis ascendeu, então, ao trono e completou a centralização do Estado português, aproximando-o da burguesia lusa. Tal situação possibilitou que Portugal reunisse esforços para a Expansão Marítima, que teve como primeira conquista a tomada de Ceuta, no norte da África, em 1415.

A Reconquista da Península Ibérica



Espanha

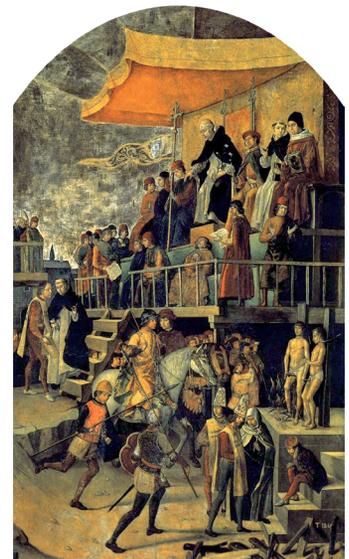
A luta pela expulsão dos muçulmanos da região da Península Ibérica foi fundamental para a formação dos reinos que deram origem ao Estado espanhol. À medida que os territórios ocupados pelos mouros eram conquistados, surgiam progressivamente os reinos de Leão, Navarra, Castela e Aragão. Com a união dos reis católicos, Fernando de Aragão e Isabel de Castela, restando apenas a reconquista de Granada, ao sul da península. Com a tomada desse reino, em 1492, estava completa a unificação territorial da Espanha.



No quadro, assinado por Francisco Pradilla, Boabdil, último rei mouro de Granada, entrega a cidade a Fernando e Isabel, os reis católicos.

Foi fundamental, nesse contexto, a presença da religião católica. A atuação da Inquisição, controlada pelos monarcas desde 1478, foi responsável por garantir a unificação religiosa mediante a perseguição aos judeus e aos mouros, o que reforçou a unidade interna em construção.

Após o fim da Reconquista, os inquisidores perseguiram e puniram também os judeus e muçulmanos convertidos ao catolicismo, acusados de ainda praticarem suas antigas religiões. Nos autos de fé, os acusados de heresia recebiam, em praça pública, a punição pelo suposto pecado cometido. A expulsão desses grupos permitiu o enriquecimento da Coroa, que confiscava os bens dos considerados hereges.



São Domingos presidindo um auto de fé.

Além da unificação religiosa, foi fundamental a unidade linguística – por meio da propagação do castelhano –, política e administrativa. A partir do fortalecimento de Castela, foi criado um corpo de funcionários responsável pela centralização e pela fiscalização. Muitos desses funcionários faziam parte da pequena nobreza, que apoiava o processo de centralização personificado pelo rei, em troca de privilégios, pensões e cargos políticos.

A unificação do Estado espanhol não garantiu, no entanto, a unidade irrestrita, visto que havia diferenças culturais e políticas entre os diversos reinos que o constituíam. Em meio à busca por uma nacionalidade em comum, estavam presentes as culturas basca, catalã, judaica e muçulmana, o que imprimiu um viés de diversidade ao processo de unificação. A descentralização administrativa pôde ser percebida durante a exploração da América, uma vez que a arrecadação das riquezas coloniais não foi igualmente distribuída pelas regiões, sendo controlada pelo reino de Castela.



Reconquista da Península Ibérica

A consolidação dos Estados de Portugal e Espanha foi possível somente após a reconquista do território em uma luta entre cristãos e mouros. Assista a esse vídeo para entender como foi esse processo.

YZJG

Inglaterra

Os anglo-saxões, povos de origem germânica ocidental, se instalaram na parte oriental da Grã-Bretanha no século V e vieram a exercer domínio sobre a Inglaterra e também sobre partes da Baixa Escócia no decorrer dos séculos seguintes, regiões que, no século VII, se converteram ao cristianismo.

Em 1066, os normandos, originários do norte da França, conquistaram a Inglaterra. Liderados por Guilherme, o Conquistador, esse povo de origem *viking* derrotou os anglo-saxões e, no século XI, a Inglaterra assistiu ao reforço das estruturas feudais.

No século XII, com a ascensão da dinastia de Plantageneta, inicia-se o reforço do poder central com o rei Henrique II. O estabelecimento da justiça real e da *Common Law*, o conjunto de leis aplicado em todo o território, marcou as tentativas de unidade desse período. Henrique II foi então sucedido por Ricardo I, conhecido como Coração de Leão. Em seu reinado, participou da terceira Cruzada e entrou em conflito com a França, quando veio a morrer. A constante ausência de Ricardo voltou a enfraquecer o poder central, situação que foi mantida durante o reinado de seu sucessor, o rei João Sem Terra.

Irmão de seu antecessor, o rei João envolveu-se em conflitos com a França e com o papa, provocando a insatisfação de setores da sociedade inglesa. Parte da nobreza inglesa, do baronato, e do clero formou uma assembleia, obrigando o rei a assinar um documento, conhecido como a Magna Carta. De acordo com esse documento, assinado em 1215, ficavam vedadas ao rei a alteração de leis ou a criação de impostos sem prévia aprovação de um conselho composto pela nobreza e o clero.

O grande Conselho daria origem, em 1258, ao Parlamento. Alguns princípios jurídicos também eram garantidos, como aqueles que "estabeleceram que ações contra homens livres somente devem ser instauradas pelo julgamento de pares e / ou da Lei da Terra, e que a justiça não será negada, vendida ou protelada." (LOYN, H. R. *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.).

Devido a essa peculiaridade, o poder dos reis ingleses teve como contraparte a presença do Parlamento da Inglaterra. A existência desse órgão, no entanto, não evitou posteriores momentos de concentração do poder nas mãos do rei.

No século XIV, Inglaterra e França iniciaram um longo conflito, a Guerra dos Cem Anos, que se estendeu entre 1337 e 1453 e se constituiu em uma série de batalhas entre ingleses e franceses. As origens do conflito estavam relacionadas às disputas dinásticas e atingiram em grande parte o território da França. Entre as causas da Guerra, incluíam-se questões como a pirataria no Canal da Mancha, disputas territoriais, rivalidades comerciais na região de Flandres e reivindicações dinásticas envolvendo as dinastias Capetíngia (reinante na França) e Plantageneta.

Possessões inglesas e francesas no período anterior à Guerra



A longevidade da Guerra impeliu a nobreza a se unir e, assim, propiciou a centralização nos dois reinos. Além disso, é possível dizer que:

Houve, por certo, uma consolidação da consciência nacional em ambos os lados do Canal. O francês tinha deixado de ser a língua palaciana oficial da Inglaterra por volta de 1380, e houve um belo florescimento da língua inglesa nas últimas décadas do século XIV, sobretudo nas obras de Chaucer. Materialmente, a Inglaterra sofreu menos do que a França, que foi devastada por sublevações camponesas a Jacquerie.

LOYN, Henry R. (Org.). *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. [Fragmento]

Com o fim da Guerra dos Cem Anos e da dinastia dos Plantagenetas, estava em curso uma crise econômica e o nítido declínio da nobreza inglesa. A Inglaterra mergulhou então em um novo conflito: a Guerra das Duas Rosas, disputa interna pelo controle do trono inglês, quando se enfrentaram a dinastia de York (rosa branca) e a de Lancaster (rosa vermelha).

Em 1485, aproveitando-se das disputas internas, Henrique Tudor destronou Ricardo III, da casa dos York, e assumiu o trono, sendo reconhecido pelo Parlamento como Henrique VII. Ao longo da dinastia Tudor, completou-se a centralização monárquica na Inglaterra.

França

O reino dos Capetíngios possuía posição estratégica, estando situado entre importantes vias comerciais, o que colaborou para enriquecê-lo por meio da cobrança de impostos. Essa arrecadação e a formação de uma burocracia e de um exército propiciaram o aumento do poder dessa família no território francês, o que, por sua vez, possibilitou a centralização a partir dessa casa dinástica. Assim, foi com a dinastia Capetíngia, originada com Hugo Capeto no século X, que se iniciou o processo de centralização do poder monárquico na França.

Durante o reinado de Felipe Augusto, no começo do século XIII, a centralização foi acelerada devido aos seguintes fatores:

- Necessidade de um poderoso Exército para o enfrentamento dos conflitos com os ingleses.
- Cobrança de impostos por fiscais nomeados pelos reis, os bailios ou senescais.
- Centralização da Justiça.

Os reis que sucederam a Felipe Augusto deram continuidade ao processo de concentração dos poderes. Durante o reinado de Luís IX – canonizado após sua morte como São Luís – no século XIII, a unificação monetária promovida garantiu o aumento das transações comerciais no interior do reino. Cerca de duas décadas depois, foi a vez de Felipe IV, o Belo, que, apesar de seguir com o processo de centralização, chocou-se com o poder da Igreja.

Enquanto esteve no poder, Felipe IV anexou as regiões de Navarra e Champagne e recuperou parte da região da Aquitânia, antiga possessão inglesa. Intensificou ainda a tentativa de racionalizar a administração, criando um tribunal de contas e decretando novos impostos.

O rei também diminuiu o poder da nobreza ao reprimir a Ordem dos Templários, criada durante as Cruzadas. Um dos motivos para a repressão era a enorme dívida financeira que seu reino acumulou em relação a essa ordem.

O choque com a Igreja, já motivado pela questão dos templários, agravou-se no momento em que o rei ameaçou cobrar impostos sobre os bens eclesiásticos do clero francês e impedir a saída da França de recursos destinados à Santa Sé. A tensão foi tanta que levou o monarca a convocar, pela primeira vez, os Estados Gerais. A reunião, ocorrida em 1302, contou com a participação de nobres, clero e burguesia, que manifestaram o seu apoio ao poder real. Vale ressaltar, no entanto, que, após essa primeira convocação, os Estados Gerais só se reuniram esporadicamente ou em momentos de crise da monarquia.

Com a morte do papa Bonifácio VIII, que chegou a ameaçar o monarca de excomunhão, Felipe IV impôs o nome do cardeal francês Clemente V, desde que este se comprometesse a dissolver a Ordem dos Templários, o que apenas poderia ser feito por um papa. Mediante um novo acordo com Clemente V, transferiu-se a sede do papado para Avignon, na França. O episódio, conhecido como Cativo de Avignon, durou cerca de 70 anos. Nesse período, a cristandade viveu o Cisma Ocidental, ou seja, a existência de dois papas, o romano e o francês. Assistiu-se, assim, no reinado de Felipe IV, a ações que consolidaram a centralização monárquica francesa.

Apesar dos esforços unificadores, é importante ressaltar que a Guerra dos Cem Anos interrompeu temporariamente o processo de centralização, afinal, necessitando do apoio da nobreza para a manutenção do longo conflito, o poder da monarquia enfraqueceu-se. As derrotas iniciais, a fome e a Peste geraram insatisfação para a burguesia, o que colaborou para o aumento das tensões no campo e para a eclosão das *jacqueries*, revoltas servis surgidas no contexto de superexploração, após a retração demográfica ocasionada pela Peste Negra.

No século XV, as vitórias obtidas pela França na Guerra dos Cem Anos fortaleceram a consciência nacional, momento em que se destacou a figura de Joana d'Arc, grande mito da história francesa. A luta só terminou com a expulsão dos ingleses em 1453, pela dinastia dos Valois, que havia ascendido ao poder em 1328 com Carlos IV. Após a guerra, o Estado francês estava materialmente desgastado, mas o enfraquecimento da nobreza e o fortalecimento do Exército permitiram o reforço do poder monárquico.



Archives Nationales / Domínio Público



Jules-Eugène Lenepveu / Domínio Público



Jules Eugène Lenepveu / Domínio Público

Joana d'Arc nasceu em 1412, no vilarejo de Domrémy, França, e pertencia a uma família de camponeses. Aos 13 anos, a jovem passou a acreditar que ouvia vozes de São Miguel, Santa Catarina e Santa Margarida. Acreditava que deveria coroar o príncipe herdeiro do trono, Carlos VII, na catedral de Reims e salvar a França dos ingleses. Acredita-se que Joana d'Arc tenha participado de inúmeras batalhas, garantindo a vitória francesa. A heroína foi capturada pelos ingleses e condenada à morte na fogueira pela Igreja.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



01. (Mackenzie-SP) A guerra foi igualmente provocada pelas ambições da França e da Inglaterra sobre Flandres, região economicamente rica pelo seu comércio e por sua produção de tecidos. Extremamente devastadora, agravou a situação de miséria e exploração das classes camponesas, mas também contribuiu para revelar o sentimento nacional.

A afirmação anterior refere-se à

- A) Guerra do Bouvines.
- B) Guerra dos Cem Anos.
- C) Guerra das Duas Rosas.
- D) Guerra dos Três Henriques.
- E) Guerra dos Trinta Anos.

02. (ESPM-SP-2016) Nenhum homem livre será detido, aprisionado, ou privado de seus bens, ou posto fora da lei, ou exilado, ou prejudicado de algum modo a não ser em virtude de um julgamento legal dos seus pares ou em virtude das leis do país.

TREVELYAN, G. M. *História concisa da Inglaterra*.

O trecho acima foi retirado de um documento considerado referência fundamental das Liberdades Inglesas. Assinale-o:

- A) Provisões de Oxford.
- B) Magna Carta.
- C) Ato de Supremacia.
- D) Declaração de Direitos.
- E) Lei dos Pobres.

03. (Unesp) A formação de Portugal e Espanha, como monarquias centralizadas, está relacionada

DWR6

- A) às Grandes Navegações ocorridas a partir do século XV, quando Portugal e Espanha, para financiar os empreendimentos marítimos, passaram a cobrar impostos nacionais.
- B) à Peste Negra que atingiu a Europa a partir do século XIV, que obrigou à centralização política em função dos esforços necessários para combater a epidemia.
- C) à industrialização tardia desses países, que só se tornaram reinos unificados a partir do século XIX.

- D) à Guerra de Reconquista, conflito travado a partir do século XI pelos reinos cristãos da Península Ibérica pela recuperação da região conquistada pelos árabes muçulmanos.
- E) à Guerra dos Cem Anos ocorrida no século XIII, que exigiu esforços de organização militar que levaram à unificação política.

04. (UEL-PR) O rei espanhol Alfonso X, o Sábio, na sua obra *El Libro de Ajedrez*, simula, por meio de uma partida de xadrez, os conflitos entre cristãos e mouros.

Tais conflitos devem ser entendidos no contexto

- A) da expansão muçulmana para o Oriente, a qual entrou em choque com os interesses portugueses e espanhóis naquela região.
- B) das Guerras Púnicas, quando Ocidente e Oriente disputaram o controle do Mar Vermelho.
- C) das Cruzadas, quando cristãos, pela força, retomaram o Estreito de Gibraltar que estava sob domínio mouro.
- D) das heresias medievais, quando o poder eclesiástico foi ameaçado pela concentração do poder burguês.
- E) da Reconquista, que praticamente varreu das terras ibéricas a presença do elemento não cristão.

05. (UEL-PR) No processo de formação das monarquias nacionais europeias, o desenvolvimento do comércio e das cidades

- A) criou a necessidade de centralização do poder para unificar os tributos, as moedas, os pesos e medidas, as leis e mesmo a língua.
- B) ocorreu sob uma luta de interesses que aliou a burguesia, a Igreja, os artesãos e os servos contra o rei e a nobreza.
- C) contribuiu para que a nobreza e a burguesia impusessem uma autoridade de cunho particularista no controle das cidades.
- D) criou condições para que a autoridade do rei, no Estado Moderno, fosse limitada pelo parlamento.
- E) promoveu a subordinação do poder real aos duques e condes, que possuíam grandes exércitos.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



01. ^{60X1} (UEFS-BA-2016) As monarquias nacionais que se formaram ao longo dos séculos XIII, XIV e XV, embora tenham sido uma nova forma de exercício do poder (poder centralizado), oposta às monarquias medievais, mantiveram em sua essência a mesma natureza destas.

Apesar, inclusive, de toda a importância e participação da burguesia no processo de consolidação do Estado nacional, o poder continuou sendo exercido pela mesma classe dominante, a nobreza, só que agora concentrado na figura do rei.

NEVES, Vera M. da C. (Org.). *As terras do Brasil e o mundo dos descobrimentos*. Secretaria de Educação. Instituto Anísio Teixeira. Salvador: Boanova, 2000. p. 18-19.

A influência da burguesia na estruturação das monarquias europeias deu aos monarcas, entretanto,

- A) a oportunidade para fortalecer os laços de cooperação com a Igreja Católica, responsável pela confirmação do poder real.
- B) o cancelamento do direito de acesso às “cartas de franquia” pelas vilas agrícolas medievais.
- C) o poder de democratizar o acesso de servos, operários e trabalhadores braçais, aos estamentos mais elevados da sociedade.
- D) a necessidade de dividir o poder de mando com representantes de outros reinos não cristãos do Oriente Médio.
- E) os recursos necessários à organização de exércitos nacionais comandados por generais da confiança dos reis, excluindo os exércitos particulares da nobreza feudal.

02. (PUC-Campinas-SP)

- I. “[...] esse Estado continua sendo a expressão da hegemonia da nobreza que, através da reorganização estatal, reforça sua dominação sobre a massa camponesa...”
- II. “[...] foi um sistema de exploração regulamentado pelo Estado e executado através do comércio [...], sendo essencialmente a política econômica de uma era de acumulação primitiva...”
- III. “[...] a produção das Colônias só é válida na medida em que possibilite lucros elevados aos comerciantes metropolitanos, detentores do monopólio sobre o comércio de importação e de exportação das Colônias...”

Na evolução histórica europeia, os itens anteriores identificam elementos que foram fundamentais para

- A) o desenvolvimento do modo de produção asiático.
- B) o fracasso das Revoluções Liberais do século XVII.
- C) a política de realinhamento imperialista do século XIX.
- D) o processo de transição do feudalismo para o capitalismo.
- E) a rearticulação do poder feudal com as Corporações de Ofício.

03. (UFT-TO) Os Estados nacionais, como Portugal, Espanha, Inglaterra e França, foram se constituindo gradativamente entre os séculos XII e XVI e envolveram interesses diferenciados da nobreza e da burguesia em formação.

No que se refere aos interesses da burguesia é correto afirmar que:

- A) As monarquias se desobrigaram de buscar a unidade monetária, diminuindo em muito a possibilidade do comércio entre as nações.
- B) As monarquias romperam com a nobreza, passando a adotar os princípios básicos do capitalismo nascente, o que facilitou a consolidação da burguesia.
- C) As monarquias buscaram a unificação das leis, da moeda e do território, medidas importantes na produção e comercialização dos produtos.
- D) Ao se aproximarem da nobreza, dada a facilidade que essa tinha no domínio tecnológico da produção fabril, os reis se distanciaram da burguesia nascente.
- E) O dinheiro acumulado pela burguesia impediu a consolidação dos Estados nacionais, em razão dos compromissos políticos entre as monarquias e a nobreza.

04. (UNIPAR-PR) "A Guerra das Duas Rosas (1455-85) representou para a aristocracia proprietária de terras, mais do que uma catástrofe natural, uma catástrofe social, um derramamento de sangue que muito a enfraqueceu..."

Uma das consequências da Guerra das Rosas na Inglaterra foi

- A) a ascensão da Dinastia Tudor que irá comandar o processo de formação da monarquia nacional centralizada submetendo a nobreza feudal enfraquecida diante do longo período de combates.
- B) a disseminação da Peste Negra que foi facilitada pelas condições de pobreza ocasionadas pelas guerras e a desestruturação da produção agrícola.
- C) a aproximação da Inglaterra com a Igreja Católica como único meio superar as divergências internas e a crise econômica.
- D) o enfraquecimento do incipiente capitalismo inglês diante do colapso da produção de lã empobrecendo a classe dos proprietários e dos comerciantes.
- E) a invasão estrangeira e o domínio de grande parte do território pelo Exército Real francês.

05. (Unicamp-SP) Na formação das monarquias confessionais da Época Moderna houve reforço das identidades territoriais, em função de critérios de caráter religioso ou confessional. Simultaneamente, houve uma progressiva

incorporação da Igreja ao corpo do Estado, através de medidas de caráter patrimonial e jurisdicional que procuravam uma maior sujeição das estruturas e agentes eclesiais ao poder do príncipe. Na busca pela homogeneização da fé dentro de um território político, a Igreja cumpria também papel fundamental na formação do Estado moderno por meio de seus mecanismos de disciplinamento social dos comportamentos.

PALOMO, Frederico. *A Contrarreforma em Portugal, 1540-1700*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006. p. 52 (Adaptação).

Considerando o texto acima e seus conhecimentos sobre a Europa Moderna, assinale a alternativa correta.

- A) Cada monarquia confessional adotou uma identidade religiosa e medidas repressivas em relação às dissidências religiosas que poderiam ameaçar tal unidade.
- B) Monarquias confessionais são aquelas unidades políticas nas quais havia a convivência pacífica de duas ou mais confissões religiosas, num mesmo território.
- C) São consideradas monarquias confessionais os territórios protestantes que se mostravam mais propícios ao desenvolvimento do capitalismo comercial, tornando-se, assim, nações enriquecidas.
- D) As monarquias confessionais contavam com a instituição do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição em seu território, uma forma de controle cultural sobre religiões politeístas.

06. (Unicamp-SP) Os impérios desenvolveram diferentes estratégias de inclusão. O império romano permitia a multiplicidade de crenças, desde que a lealdade política estivesse assegurada. Espanha e Portugal, entretanto, apesar de terem incorporado povos de línguas e culturas diversas sob seus governos, impuseram uma uniformidade legal e religiosa, praticando políticas de intolerância religiosa como caminho preferencial para assegurar a submissão e a lealdade de seus súditos.

SCHWARTZ, S. B. Impérios intolerantes: unidade religiosa e perigo da tolerância nos impérios ibéricos da época moderna.

In: VAINFAS, R.; MONTEIRO, R. B. (Org.).

Império de várias faces. São Paulo: Alameda, 2009. p. 26.

- A) A partir do texto, diferencie o Império Romano dos impérios ibéricos modernos.
- B) Quais as políticas praticadas pelas monarquias ibéricas na Era Moderna que caracterizam a intolerância religiosa?

07. (FGV) Leia o fragmento.

[...] entre os séculos XVII e XVIII ocorreram fatos na França que é preciso recordar. Entre 1660-1680, os poderes comunais são desmantelados; as prerrogativas militares, judiciais e fiscais são revogadas; os privilégios provinciais reduzidos. Durante a época do Cardeal Richelieu (1585-1642) aparece a expressão "razão de Estado": o Estado tem suas razões próprias, seus objetivos, seus motivos específicos. A monarquia francesa é absoluta, ou pretende sê-lo. Sua autoridade legislativa e executiva e seus poderes impositivos, quase ilimitados, de uma forma geral são aceitos em todo o país. No entanto... sempre há um "no entanto". Na prática, a monarquia está limitada pelas imunidades, então intocáveis, de que gozam certas classes, corporações e indivíduos; e pela falta de uma fiscalização central dos amplos e heterogêneos corpos de funcionários.

POMER, Leon. O surgimento das nações apud MARQUES, Adhemar et al. *História Moderna através de textos*.

No contexto apresentado, entre as "imunidades de que gozam certas classes", é correto considerar

- A) os camponeses e os pequenos proprietários urbanos eram isentos do pagamento de impostos em épocas de secas ou de guerras de grande porte.
- B) a burguesia ligada às transações financeiras com os espaços coloniais franceses não estava sujeita ao controle do Estado francês, pois atuava fora da Europa.
- C) a nobreza das províncias mais distantes de Paris estava desobrigada de defender militarmente a França em conflitos fora do território nacional.
- D) os grandes banqueiros e comerciantes não precisavam pagar os impostos devido a uma tradição relacionada à formação do Estado francês.
- E) o privilégio da nobreza que não pagava tributos ao Estado francês, condição que contribuiu para o agravamento das finanças do país na segunda metade do século XVIII.

08. (UEA-AM) Escrito entre 1601 e 1602, Hamlet é um drama de autoria de William Shakespeare. A peça representa a história de Hamlet, príncipe da Dinamarca, que volta ao seu país, depois de ter recebido a notícia da morte de seu pai. Ao retornar ao castelo de Elsenor, percebe que sua mãe, recém-viúva, casou-se com Cláudio, irmão do rei morto, que se apossou do trono do reino. O conflito agrava-se quando o espectro do falecido rei aparece a Hamlet, relatando-lhe que ele havia sido assassinado pelo seu irmão. Hamlet procura vingar a morte de seu pai e combater o usurpador do poder. As consequências do conflito, interno à monarquia dinamarquesa, redundam em sofrimentos, mortes e conquista do país por um exército estrangeiro.

Situando-se a peça na história do período em que foi escrita e analisando-se o seu conteúdo político, pode-se sustentar que

- A) a preservação do poder legítimo do monarca é entendida como condição necessária à manutenção da paz e à autonomia do reino.
- B) a centralização política antidemocrática produz a oposição e a rebelião das populações mais pobres do reino.
- C) o poder absolutista dos reis é considerado causa de desentendimentos entre indivíduos, sem que isso altere a estabilidade política dos reinos.
- D) a fragilidade, a incompetência política e militar dos monarcas ingleses impediram a consolidação do absolutismo.
- E) as monarquias absolutistas conseguiram impor a religião cristã ao conjunto da sociedade europeia.

09. (UFU-MG-2016) A tranquilidade dos súditos só se encontra na obediência. [...] Sempre é menos ruim para o público suportar do que controlar incluso o mau governo dos reis, do qual Deus é único juiz. Aquilo que os reis parecem fazer contra a lei comum funda-se, geralmente, na razão de Estado, que é a primeira das leis, por consentimento de todo mundo, mas que é, no entanto, a mais desconhecida e a mais obscura para todos aqueles que não governam.

LUÍS XIV, Rei da França. *Memórias*. (Versão espanhola de Aurelio Garzón del Camino). México: Fondo de Cultura Económica, 1989. p. 28-37 (Adaptação).

As palavras do rei Luís XIV exemplificam um complexo e longo processo sociopolítico, identificado com o que comumente chamamos de Idade Moderna e que podia ser caracterizado

- A) por um crescente deslocamento do poder político da burguesia, que passou a ver a ascensão da nobreza feudal, cada vez mais próxima do poder e ocupando importantes cargos políticos.
- B) pela centralização administrativa sobre os particularismos locais e pela crescente unificação territorial, ainda que os senhores de terra não perdessem inteiramente seus privilégios.
- C) pelo fortalecimento do poder político da Igreja Católica, resultado de um processo de crescente mercantilização de suas terras e de sua consequente adequação ao mercado.
- D) pelo processo de cercamento dos campos, com o consequente fortalecimento da nobreza feudal, a qual, com os altos impostos que pagava, contribuiu decisivamente para o fortalecimento do poder real.

SEÇÃO ENEM

- 01.** Desde antes do papa Bonifácio VIII, multiplicavam-se os conflitos no seio da Igreja e desta com o poder dos monarcas. Depois de condenar o pagamento de impostos pelos clérigos e ameaçar de excomunhão seus opositores, Bonifácio VIII formulou a Bula *Unam Sanctam*, que diz: "Ambas, a espada espiritual e a espada material, estão em poder da Igreja. Mas a segunda é usada para a Igreja, a primeira por ela; a primeira pelo sacerdote, a última pelos reis e capitães, mas segundo a vontade e a permissão do sacerdote. Por consequência, uma espada deve estar submetida à outra, e a autoridade temporal sujeita à espiritual [...]"

JOHNSON, Paul. *La historia del cristianismo*. Buenos aires: Javier Vergara Editor, 1989. p. 221.

A organização dos Estados Nacionais não significou apenas a contestação do poder dos senhores feudais. Também o poder da Igreja foi contestado. A Bula *Unam Sanctam* do Papa Bonifácio VIII foi uma resposta a essa contestação e defende a ideia de que

- A) a Igreja é a maior rival política do soberano uma vez que detém o poder da espada espiritual e da espada material.
- B) os monarcas têm permissão de cobrar impostos dos clérigos, desde que uma parte do que foi arrecadado seja repassada para a Igreja.
- C) o rei detém a autoridade temporal cujo poder se iguala ao poder espiritual controlado pela Igreja.
- D) a Igreja tem o direito de cobrar impostos sobre as populações dos Estados, além de interferir em seus assuntos internos.
- E) o poder material somente pode ser exercido pelos reis com a permissão do Papa e de acordo com a sua vontade, uma vez que todas as criaturas estão sujeitas a ele.

Propostos

Acertei _____ Errei _____

01. E
02. D
03. C
04. A
05. A
- 06.
- A) Desde a origem de Roma, os romanos já cultuavam vários deuses e, ao longo dos séculos, assimilaram diversas influências religiosas. A expansão territorial e o advento do Império levaram à incorporação de cultos orientais, além daqueles de origem helenística. O cristianismo sofreu perseguições, pois os cristãos negavam o caráter divino do imperador. Quanto aos impérios ibéricos, durante sua formação, Portugal e Espanha eram leais à Igreja Católica e se empenhavam no propósito cruzadista de expansão da fé católica, impondo a religião aos povos de seus domínios.
- B) Nas áreas conquistadas e colonizadas pelos países ibéricos, o catolicismo foi imposto aos nativos por meio da catequese realizada por missionários, sobretudo os jesuítas. Também foram significativas a atuação da Inquisição como instrumento de combate às eventuais práticas consideradas heréticas e a prática dos espanhóis de construir igrejas sobre as ruínas de templos das civilizações pré-colombianas.

07. E
08. A
09. B

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

01. E



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

GABARITO

Meu aproveitamento 

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

01. B
02. B
03. D
04. E
05. A

Absolutismo

A progressiva centralização política observada desde o Período Medieval, atingiu o seu auge entre os séculos XVI e XVIII, na Idade Moderna, com a hipertrofia das atribuições do poder dos monarcas. Em Estados como França, Portugal, Espanha e Inglaterra, os reis agiram na tentativa de fortalecer seu poder, impondo-se diante das demais camadas sociais. O modo como se organizava o poder monárquico europeu durante esse período é denominado absolutismo.

Não se pode pensar, no entanto, que o poder desses soberanos europeus era exercido de maneira arbitrária. As ações dos reis, em muitos casos, chocavam-se com os interesses de diversos grupos sociais e a eficácia administrativa estava vinculada ao atendimento de determinadas expectativas no interior da sociedade.

No caso da França, por exemplo, a centralização nas mãos dos Bourbon só pôde se consolidar após reformas que reduziram a resistência de grupos como a nobreza. Em Portugal, a concessão das mercês permitia que o rei exercesse, com maior efetividade, o seu poder no interior do Império, enquanto a noção da defesa do “bem comum” impunha limites à atuação do monarca. Ainda no caso português, a preferência pela utilização do termo “Coroa” no lugar de “Rei” demonstra que a última decisão, tomada pelo rei, era fruto do trabalho da burocracia portuguesa.

Ao longo desse processo, várias teorias surgiram na tentativa de justificar a concentração de poder por parte dos monarcas, como a teoria do direito divino dos reis, que afirmava ser o poder temporal monárquico de origem divina. Alguns pensadores, como Maquiavel e Thomas Hobbes, forneceram justificativas laicas para o estabelecimento do poder político absoluto.

SOCIEDADE DO ANTIGO REGIME

À organização da sociedade europeia, em especial a francesa, que se desenvolveu frente à nova concepção política, foi dado o nome de Antigo Regime. A sociedade do Antigo Regime era marcada por rígida hierarquia e pela presença de privilégios de nascimento. A nobreza e o clero, que repudiavam o trabalho braçal, estavam isentos do pagamento de impostos e possuíam regalias, como o recebimento de pensões e a ocupação de altos cargos públicos.

Os demais segmentos sociais, como camponeses, trabalhadores urbanos e a burguesia, eram responsáveis pelo sustento do Estado e dos grupos privilegiados. A antiga nobreza medieval, de caráter militar, transformara-se em uma nobreza palaciana ou cortesã, que passou a ocupar cargos políticos e, em muitos casos, a viver de forma parasitária, sustentada pelo Estado. A concessão desses privilégios foi fundamental para que o rei conseguisse ampliar seus poderes sobre a nobreza e o clero.

ABSOLUTISMO NA FRANÇA

Foi provavelmente na França que a monarquia absolutista atingiu o seu auge. Durante a dinastia dos Bourbon, o poder político se concentrou nas mãos dos reis até atingir seu ponto máximo no reinado de Luís XIV (1643-1715), que foi proclamado o Rei Sol. No entanto, alguns obstáculos dificultaram o processo de concentração do poder político ao longo da história do absolutismo francês.

Os Bourbon ascenderam ao poder em um período conturbado da história francesa, quando as disputas religiosas dividiam o reino. A expansão do calvinismo provocava conflitos entre católicos e protestantes, opondo a nobreza católica, do Partido Papista, aos nobres e burgueses protestantes, do Partido Huguenote. As guerras de religião, desse modo, dificultaram a consolidação do absolutismo na França.

Nesse contexto, foi planejado o casamento entre Margarida de Valois, a católica rainha Margot, e Henrique de Bourbon, protestante. O casamento de Margot e Henrique foi acertado por suas mães, Catarina de Médici e Jeanne d'Albret. O objetivo era não só consolidar a paz entre católicos e protestantes, mas também estabelecer uma aliança entre os Valois e os Bourbon. Os Valois estavam no trono da França há dois séculos, já os Bourbon nunca haviam chegado ao poder.

A rainha-mãe, Catarina de Médici – que, na prática, governava –, visava, ainda, com o casamento, à consolidação do poder de sua família e à contenção do poder de outra importante família, a dos Guise. A política de Catarina consistia em aliar-se ora a um, ora a outro dos partidos em luta, evitando que um deles tivesse força suficiente para derrubá-la.

Após o casamento de sua filha, a rainha, ao perceber o aumento do poder dos protestantes, tramou, junto ao duque de Guise, o assassinato do almirante Coligny, principal chefe huguenote. A situação saiu de controle e o que se observou foi o massacre dos protestantes comandado pela população francesa, de maioria católica, episódio conhecido como a Noite de São Bartolomeu, em 1572, quando cerca de trinta mil protestantes foram assassinados.



Franois Dubois / Domínio Público

O pintor protestante François Dubois retratou os massacres contra os protestantes na França. Do lado direito, é possível perceber o almirante Coligny sendo duplamente representado. Primeiramente sendo lançado da torre, e já embaixo, sendo esquartejado. A rainha Catarina é representada de preto no fundo e do lado esquerdo, observando os corpos dos protestantes no chão e à frente de um grupo de católicos que tentam impedir os protestantes de saírem do castelo.

A situação só foi pacificada com a ascensão de Henrique de Bourbon ao trono francês. Ao assumir o trono como Henrique IV, o rei, de origem protestante, manteve o catolicismo como religião oficial, mas garantiu relativa tolerância aos huguenotes. Através do Edito de Nantes, ainda que de maneira limitada, direitos religiosos, civis e políticos foram garantidos aos protestantes. Abria-se, assim, espaço para o fortalecimento do poder dos reis franceses, após o fim dos problemas internos. A tolerância estabelecida só foi interrompida no reinado de Luís XIV, que, com o Edito de Fontainebleau, revogava o Edito de Nantes, ordenando a destruição de igrejas huguenotes e o fechamento de escolas protestantes.

Ao refletirmos sobre o jogo político-administrativo monárquico, percebemos que o absolutismo francês definiu-se ao longo da dinastia dos Bourbons, mas sua construção paulatina deparou-se com a disputa de diversas famílias nobres ligadas ao poder vigente. Isso comprova o quão duradoura ainda era a influência política dos nobres sobre a monarquia em curso, que, com a Reforma, diluiu-se em meio ao conflito entre protestantes e católicos. A promulgação do Edito de Nantes, na medida em que pacificava a oposição entre os nobres, impulsionava o absolutismo até que ele chegasse ao seu ápice no solo francês.

Retomando o reinado de Henrique IV, é válido ressaltar que ele se caracterizou pela centralização administrativa e pelo incentivo ao comércio e à agricultura.

O Estado arrecadou recursos por meio da concessão de títulos de nobreza aos grandes comerciantes enriquecidos, que passaram a formar a nobreza de toga. Ainda assim, seu reinado terminou de forma trágica, com o seu assassinato.

Luís XIII, seu sucessor, por ainda ser criança, não poderia assumir o trono, que ficou sob controle do cardeal Richelieu. Nesse período, ocorreu o fortalecimento do Exército francês e da centralização administrativa, com a criação de um corpo de funcionários, os intendententes. A França também envolveu-se em um conflito internacional, a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648).

A centralização completa, entretanto, ocorreu apenas no reinado seguinte, quando Luís XIV assumiu o poder. Ainda assim, o Rei Sol (como ficou conhecido) enfrentou a resistência de alguns grupos sociais contrários à concentração de poder, como foi o caso das frondas, rebeliões iniciadas ainda no período em que o rei era menor. Aproveitando-se do descontentamento generalizado, setores da nobreza e da burguesia lideraram campo e cidade contra o absolutismo monárquico. As revoltas, todavia, acabaram por fracassar.

A centralização promovida por Luís XIV realizou-se por meio do aprimoramento da máquina burocrática, aumentando o controle dos sistemas de cobrança de impostos e gerando maior arrecadação para o Estado. Com essa riqueza acumulada, o ministro de Estado, Colbert, pôde disputar com ingleses e holandeses as áreas do Caribe e do Atlântico Norte.

No plano social, foram reduzidos os controles feudais sobre os campos e as cidades, auxiliando na eliminação das barreiras que impediam a circulação das mercadorias pelas várias regiões da França, favorecendo os burgueses.

As reformas jurídicas também estabeleceram um novo modo de relacionamento entre o Estado e a sociedade, pois a criação dos tribunais ligados ao rei fez com que os camponeses pudessem apelar ao monarca diante da opressão dos poderes locais.

Colaborando para engrandecer o absolutismo real, estava a construção da imagem poderosa do rei, erigida a partir da força da propaganda, dos escritores, historiadores, escultores e pintores convocados para sua glorificação. De acordo com o historiador Peter Burke, as obras de arte que retratavam o rei não deveriam “fornecer uma cópia reconhecível dos traços do rei ou uma descrição sóbria de suas ações. Ao contrário, a finalidade era celebrar Luís, glorificá-lo, em outras palavras, persuadir os espectadores, ouvintes e leitores de sua grandeza” (BURKE, Peter. *A fabricação do rei*. A construção da imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.).



Hyacinte Rigault / Domínio Público

Luís XIV, o Rei Sol.

Elaborada tal qual um grande teatro, um teatro do Estado, a atuação do rei se transforma em *performance*; os seus trajes viram fantasia. Na verdade, esculpida de maneira cuidadosa, a figura do rei corresponde aos quesitos estéticos necessários à construção da “coisa pública”. Saltos altos para garantir um olhar acima dos demais, perucas logo ao levantar, vestes magníficas mesmo nos locais da intimidade; enfim, trata-se de projetar a imagem de um homem público, caracterizado pela ausência de espaços privados de convivência. Tal qual um evento multimídia, o rei estará presente em todos os lugares, será cantado em verso e prosa, retratado nos afrescos e alegorias, recriado como um Deus nas estátuas e tapeçarias.

BURKE, Peter. *A fabricação do rei*. A construção da imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 254p. Resenha de: SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. [Professora do Departamento de Antropologia – USP]. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 43, n. 1, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-7701200000100010>. Acesso em: 26 out. 2010. [Fragmento]

ABSOLUTISMO NA INGLATERRA



Para alguns historiadores, como o inglês Christopher Hill, a monarquia na Inglaterra teria se desenvolvido de maneira particular. A razão para tal fato estaria na existência da Magna Carta (1215) e da instituição que esse documento originou: o Parlamento inglês. Apesar de pouco poder entre os séculos XIII e XVI, quando raramente fora evocado, o documento representava certa restrição ao poderio dos monarcas ingleses.

A ascensão dos Tudor, após sucessivos conflitos – como as Guerras dos Cem anos e das Duas Rosas –, intensificou o processo de unificação inglesa. Foi com Henrique VIII, no século XVI, que a resistência à centralização foi vencida e o poder real se consolidou. Para isso, o rei Tudor reprimiu violentamente a oposição e eliminou a influência da Igreja Católica com a criação da Igreja Anglicana (1534). A Reforma Protestante na Inglaterra, além de estabelecer o rei como chefe supremo da nova Igreja, permitiu o enriquecimento do Estado por meio do confisco de terras e bens do clero católico. Uma vez mais, percebe-se a confluência entre o delineamento do Estado nacional, estabilidade interna (eliminação da oposição social, política e religiosa) e externa (envolvimento em conflitos bélicos) para o pleno desenvolvimento do absolutismo.

Após a morte de Henrique VIII, a Inglaterra passou por um período de instabilidade. Seu sucessor, Eduardo VI, teve um curto reinado, morrendo aos quinze anos, ascendendo ao trono, então, a rainha Maria. A monarca, casada com o rei católico Felipe II da Espanha, restaurou o catolicismo no país, instaurando, por conta disso, a perseguição a anglicanos e a calvinistas, o que lhe rendeu o título de *Bloody Mary* (Maria, a Sanguinária). Após a sua morte, subiu ao trono sua meia-irmã, a rainha Elizabeth I.

O reinado de Elizabeth foi caracterizado por uma agressiva política mercantilista. Os esforços se concentraram na criação de companhias de comércio, no apoio à pirataria e ao desenvolvimento da Marinha inglesa. Além da força comercial, a Marinha de guerra se fortaleceu, culminando na vitória sobre a Invencível Armada espanhola em 1588.



George Gower / Domínio Público

O quadro de 1590, assinado por George Gower, apresenta elementos que caracterizaram o reinado de Elizabeth. As joias representam a realeza e o poder da rainha. As pérolas simbolizam a pureza e castidade de Elizabeth I, que ficou conhecida como “a virgem”. A mão sobre o globo retrata o momento em que o poder inglês se expande pelos outros continentes. Atrás da monarca, é possível ver duas imagens representando, à direita, a tentativa de ataque da Marinha espanhola e, à esquerda, a derrota da Invencível Armada.

No plano religioso, a rainha anulou as medidas de sua antecessora e fortaleceu a Igreja Anglicana. Após sua morte, sem que Elizabeth tenha deixado herdeiros, a dinastia Tudor chegava ao fim. Completa-se, assim, um período de aprofundamento da estrutura estatal inglesa, não apenas no que se refere à política, que ganhou formato absolutista, mas também no que se refere às bases econômicas. Isso foi possível pelo fato de os governos absolutistas serem interventores, com condições necessárias para dirigir a economia segundo os interesses dominantes. Somados tais aspectos, estava tecido o arcabouço necessário para tornar o reino inglês progressivamente uma potência.



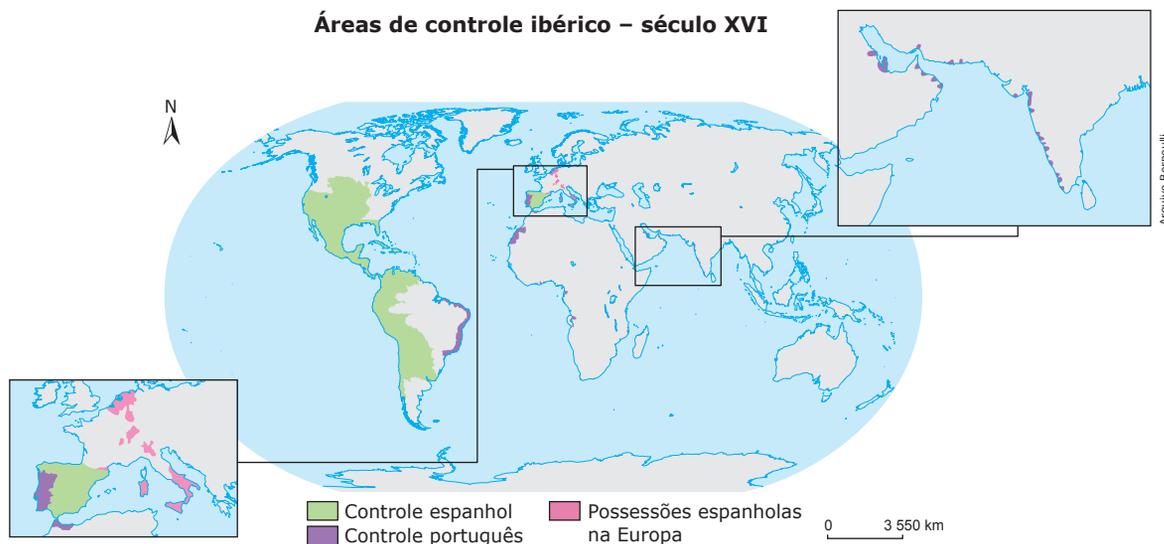
Absolutismo francês e absolutismo inglês

Assista a esse vídeo para entender as diferenças entre o regime monárquico da França e o da Inglaterra.

Z15K

ABSOLUTISMO NA ESPANHA

A consolidação do poder nas mãos dos reis espanhóis só foi possível após o movimento de Reconquista, processo pelo qual foram expulsos os mouros da Península Ibérica. Nesse contexto, a atuação da Inquisição, sob controle dos reis espanhóis, foi fundamental para o fortalecimento do poder monárquico. A perseguição aos judeus também fez parte desse processo, mostrando a íntima ligação entre a monarquia espanhola e a religião católica. No século XVI, a riqueza em metais preciosos proveniente das possessões americanas fez da Espanha o maior império do continente, dominando regiões na América, na Ásia e na própria Europa durante os reinados de Carlos V e Felipe II.



ABSOLUTISMO EM PORTUGAL

Para alguns historiadores, o absolutismo português teria atingido o seu auge durante o reinado de D. João V, no século XVIII. Rei de Portugal entre 1707 e 1750, seu poder pôde ser percebido no incentivo às artes e em construções como o Convento de Mafra e o Aqueduto das Águas Livres, em Lisboa. Parte da riqueza portuguesa nesse período era originária da região das Minas.

Assim como na Espanha, a relação com a Igreja Católica foi fundamental para a consolidação do poder dos reis portugueses. A instituição do Padroado, que permitia ao Estado intervir na instituição católica, admitia que a Coroa portuguesa interferisse diretamente nos cargos eclesiásticos em seu reino. A atuação do Tribunal da Inquisição também fortaleceu os monarcas ao defender a unidade religiosa em Portugal, permitindo a garantia dos interesses dos mesmos.

TEORIAS DO PODER

Acompanhando o fortalecimento do poder dos reis europeus, surgiram teorias que tentaram justificar tal situação, ou foram apropriadas pelos defensores do absolutismo, explicitando os elos teóricos que permitiam compreender a relevância de tal realidade. Tais teóricos argumentavam a favor de um poder forte e centralizado nas diversas regiões do continente.

Nicolau Maquiavel

O florentino Nicolau Maquiavel viveu entre 1469 e 1527 e observou a fragmentação e a instabilidade da região da Península Itálica no período. A formação da Itália unificada só viria a ocorrer na segunda metade do século XIX e, durante a vida de Maquiavel, tal região foi marcada por diversos conflitos. Na parte central, os Estados da Igreja entravam em constantes disputas com as demais regiões. No norte, enquanto Gênova e Veneza eram importantes repúblicas autônomas, outras localidades estavam submetidas ao Sacro Império Germânico, também uma região de poder fragmentado. De acordo com Maquiavel:

A tirania impera em pequenos principados, governados despoticamente por casas reinantes sem tradição dinástica ou de direitos contestáveis. A ilegitimidade do poder gera situações de crise e instabilidade permanente, onde somente o cálculo político, a astúcia e a ação rápida e fulminante contra os adversários são capazes de manter o príncipe.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. [Fragmento]

As ameaças francesa e espanhola também pressionavam os pequenos Estados italianos, que muitas vezes eram dominados pelos *condottieri*, mercenários pagos para protegê-los. É diante dessa situação que Maquiavel escreve sua obra mais célebre, *O Príncipe*. O livro, escrito em poucas semanas, eternizou-o como pensador, mas rendeu-lhe má fama, fazendo com que, do seu nome, surgisse o termo “maquiavélico”. Essa imagem foi tão forte que, na Inglaterra, um dos sinônimos para o termo “diabo” era *Old Nick*, o velho Nicolau.

A obra se concentra nas maneiras que o governante possui de alcançar o poder e em como mantê-lo. Para que atinja os seus objetivos, o príncipe deve levar em conta algumas questões cruciais. Em primeiro lugar, deve ser um grande chefe militar, o que garantiria a conquista do poder e a posterior estabilidade, evitando que seu reino seja ameaçado. A partir da tomada do poder, o chefe político precisa ser astuto, já que deve passar da violência, com a qual conquistou o poder, para uma relação em que os governados consentam em submeter-se ao seu domínio.

Visando à manutenção de seu poder, o príncipe deve compreender que a ação política não deve levar em consideração “as coisas como elas devem ser” e sim “como elas são”. O conhecimento da História, da atuação de outros grandes políticos e da realidade em que se vive é fundamental para o planejamento das atitudes do príncipe. Esse tipo de ação, racional e planejada, está vinculado à *virtù*, que pode ser definida como esse conjunto de capacidades do governante. A atuação virtuosa possibilitaria ao príncipe estar preparado para o imprevisível, o acaso, a chamada fortuna.

Não se deve confundir a *virtù* ou ação virtuosa, no entanto, com os valores cristãos. A ruptura com a cultura cristã medieval conferiu a Maquiavel um papel fundamental na fundação da política moderna. Para ele, a ação política não deve estar vinculada aos valores morais e religiosos.

O bom governo, durante o Período Medieval, estava vinculado às atitudes de um príncipe cristão. Já para Maquiavel, o governante deveria pensar mais em seus êxitos do que nos valores morais ou naquilo que é considerado como certo pela religião. De acordo com o autor:

O príncipe não precisa ser piedoso, fiel, humano, íntegro e religioso, bastando que aparente possuir tais qualidades. [...] Um príncipe não pode observar todas as coisas a que são obrigados os homens considerados bons, sendo frequentemente forçado, para manter o governo, a agir contra a caridade, a fé, a humanidade, a religião [...]. O príncipe não deve se desviar do bem, se possível, mas deve estar pronto a fazer o mal, se necessário.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

Maquiavel afirma, portanto, que, em certas ocasiões, a prática daquilo que é considerado mau é necessária, por mais que essa postura nem sempre seja necessária.

O Príncipe, escrito para uma importante figura política de Florença, Lourenço de Médici, foi visto por muitos monarcas europeus como um manual para a sua ação, quase sempre violenta. A obra de Maquiavel foi associada a atitudes consideradas tirânicas, como as de Henrique VIII, que teria forjado a sua separação com Catarina de Aragão, dando início ao conflito que levou à ruptura com a Igreja Católica. O massacre dos protestantes na Noite de São Bartolomeu também teria sido planejado por Catarina de Médici – filha de Lourenço, o Magnífico –, influenciada pela leitura da obra. Entretanto, novas leituras da obra de Maquiavel apontam para outras possíveis interpretações. De acordo com o filósofo brasileiro Renato Janine Ribeiro:

O Príncipe foi lido, bem cedo, como um livro de conselhos aos governantes, para quem os fins justificariam os meios (essa frase, aliás, não é de Maquiavel). Ele defenderia o despotismo e a amoralidade dos príncipes. Há aqui, porém, um problema. Maquiavel escreveu *O Príncipe* de um jato só, enquanto se dedicou vários anos a outro projeto – os *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, um longo comentário ao historiador da Roma Antiga. Ora, os *Discursos* são uma obra republicana. E, se Maquiavel foi torturado a mando dos Médici, que acabavam de retomar Florença, isso se deveu a ter sido ele um dos líderes da República florentina. O Maquiavel mais extenso é republicano.

RIBEIRO, Renato Janine. *Maquiavel, do diabo à ética*. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/maquiavel-do-diabo-a-etica/r>>. [Fragmento]

De acordo com essas novas leituras, baseadas em obras como *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, Maquiavel se posicionaria de forma favorável à República. Nessa obra, o autor trata de temas como a igualdade, liberdade e participação política a partir da leitura de textos da Antiguidade. Nessa perspectiva, o pensamento de Maquiavel se afasta do maquiavelismo das visões tradicionais a respeito de suas ideias. O trecho a seguir, sobre a República em Roma, ilustra o que foi dito:

Responderei, contudo, que cada Estado deve ter costumes próprios, por meio dos quais os populares possam satisfazer sua ambição. [...] O desejo que sentem os povos de ser livres raramente prejudica a liberdade. [...] Sejamos, portanto, avaros de críticas ao governo romano: atentemos para o fato de que tudo o que de melhor produziu esta república provém de uma boa causa. Se os tribunos devem sua origem à desordem, esta desordem merece encômios, pois o povo, desta forma, assegurou participação no governo. E os tribunos foram os guardiões das liberdades romanas.

MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. 3. ed. Brasília: Editora da UnB, 1994.

Numa tal situação, não há lugar para a indústria, pois seu fruto é incerto; conseqüentemente não há cultivo da terra, nem navegação, nem uso das mercadorias que podem ser importadas pelo mar; não há construções confortáveis, nem instrumentos para mover e remover as coisas que precisam de grande força; não há conhecimento da face da Terra, nem cômputo do tempo, nem artes, nem letras; não há sociedade; e o que é pior do que tudo, um constante temor e perigo de morte violenta. E a vida do homem é solitária, pobre, sórdida, embrutecida e curta.

HOBBS, Thomas. *O Leviatã ou Matéria, forma e poder de um estado Eclesiástico e Civil*. São Paulo: Nova Cultura, 1998. [Fragmento]

Thomas Hobbes

Existiu na Inglaterra um grande medo de 1588: a nação protestante aguardando a invasão espanhola, as povoações ribeirinhas espreitando o desembarque da armada que se temia invencível. Não faltaram alarmes falsos: especialmente na finisterra inglesa, a Cornualha; num desses pânicos, nasceu Thomas Hobbes, de parto prematuro — ‘minha mãe pariu gêmeos, eu e o medo’, como recordará, autobiógrafo, daí a noventa anos.

RIBEIRO, Renato Janine. *Ao leitor sem medo: Hobbes escrevendo contra seu tempo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. [Fragmento]

O que se observa no estado de natureza é a guerra de todos contra todos e a possibilidade de aniquilamento mútuo. Para Hobbes, nesse caso, o homem seria o lobo do homem.

Para sair dessa situação e evitar uma morte violenta, os homens devem fazer um pacto, o contrato social através do qual aceitem perder parte do poder e da liberdade dos quais desfrutam no estado de natureza para uma entidade maior. Dessa forma, o Estado e o soberano surgem como essa força constituída para garantir a ordem e impedir a destruição. O *Leviatã*, monstro de origem bíblica, simboliza essa forma de organização.

O trecho anterior permite a compreensão da história inglesa no período em que viveu Thomas Hobbes (1588-1679). Além da situação descrita, que se prolongou ao longo do século XVII, os ingleses também vivenciaram o conturbado processo da Revolução Inglesa. Foi nesse contexto que o autor inglês produziu sua obra mais importante, *Leviatã*, em que argumenta a respeito da necessidade de se estabelecer um poder forte para que a ordem e a paz sejam garantidas.

Sua teoria se baseia na noção de contrato, que posteriormente também seria utilizada por pensadores como John Locke e Jean-Jacques Rousseau. De acordo com essa concepção, ao firmarem um contrato, os homens aceitam sair de um estado pré-social, em que vivem isoladamente, o estado de natureza. Se, para Locke, essa teoria foi utilizada como justificativa para o Estado Liberal e, para Rousseau, como justificativa para uma organização democrática, para Thomas Hobbes, a teoria do contrato serviu para justificar um poder forte e centralizado.

Segundo Hobbes, no estado de natureza, que não é situado em nenhum momento histórico específico, existiria o conflito constante. Nesse estágio, em que não há nenhum poder superior que controle os indivíduos, a busca pela satisfação dos desejos os leva a lutarem entre si. A vida é insegura e reina o medo entre os homens, principalmente o medo da morte violenta. No trecho a seguir, Hobbes descreve essa situação:

Portanto tudo aquilo que é válido para um tempo de guerra, em que todo homem é inimigo de todo homem, o mesmo é válido também para o tempo durante o qual os homens vivem sem outra segurança senão a que lhes pode ser oferecida por sua própria força e sua própria invenção.



A imagem do *Leviatã* sintetiza a teoria de Thomas Hobbes. Nela, o rei, coroado, aparece como figura superior aos demais. Em uma das mãos carrega a espada, simbolizando o poder militar, e, na outra, o cetro, que representa a justiça. O corpo do rei é composto de corpos de vários indivíduos, representando a associação das vontades individuais transferidas ao soberano no momento em que o contrato social é estabelecido.

Para Hobbes, apenas o Estado forte e o poder centralizado poderiam garantir a vida em sociedade. Ao abrir mão de parte de sua liberdade, transferindo-a a um poder maior, os homens afastavam o medo e a possibilidade da morte violenta. Segundo Hobbes:

O fim último, causa final e desígnio dos homens (que amam naturalmente a liberdade e o domínio sobre os outros), ao introduzir aquela restrição sobre si mesmos sob a qual os vemos viver nos Estados, é o cuidado com sua própria conservação e com uma vida mais satisfeita. Quer dizer, o desejo de sair daquela mísera condição de guerra que é a consequência necessária (conforme se mostrou) das paixões naturais dos homens, quando não há um poder visível capaz de os manter em respeito, forçando-os por medo do castigo, ao cumprimento de seus pactos e ao respeito àquelas leis de natureza [...].

HOBBS, T. Das causas, geração e definição de um Estado. In: _____. *Leviatã*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 103.

Direito divino dos reis

As teorias do direito divino dos reis, que tiveram sua origem no Período Medieval, atingiram o seu apogeu no século XVII nos países católicos da Europa. Segundo tais teorias, a necessidade de concentração do poder dos reis era explicada a partir da religião: a soberania dos reis não podia ser contestada, já que havia sido concedida diretamente por Deus. O rei era considerado um representante de Deus na Terra e, por conta disso, opor-se ao seu poder seria não só um crime, mas um pecado. Desse modo, os caminhos necessários à edificação do absolutismo real são delimitados de forma a serem pouco questionados, já que uma autoridade ainda maior, isto é, Deus, atestava a legitimidade real em um contexto histórico no qual a esfera religiosa ainda tinha vital importância no cotidiano do europeu.

A crença na divindade dos monarcas permanecia junto à cultura do homem moderno. Desde a Idade Média, era comum a crença de que, caso os reis tocassem os doentes, conseguiriam curá-los. O ritual se manteve na Idade Moderna, dando origem à expressão “o rei toca, Deus cura”.

A partir dessa concepção sobre o poder real, surgiu a percepção dos dois corpos do rei: o primeiro deles, mortal, assemelha-se aos demais e está sujeito aos mesmos vícios e defeitos comuns aos súditos; o segundo, sagrado, representa o corpo divino do rei, que o diferencia dos demais e que não morre.

Dedicaram-se à teoria do direito divino principalmente os franceses, sendo que o próprio Luís XIV escreveu sobre o poder sagrado da figura real, associando o Estado à pessoa do rei.

Jean Bodin

Em sua obra *Seis livros sobre a República*, Jean Bodin (1530-1596) defende a necessidade da concentração de todo o poder nas mãos do rei, poder esse que não poderia ser contestado. Bodin negava a necessidade de existência do Poder Legislativo e defendia a total submissão dos súditos.

Suas teorias ganharam muita força durante o período em que a França passava por conflitos intensos, em razão das disputas religiosas. A monarquia, que era vista como a melhor forma de garantir a ordem pública e a soberania dos reis, não estando sujeita às leis, poderia criar, revogar e modificar a legislação. De acordo com Bodin:

Não há necessidade de insistir muito para mostrar que a monarquia é a melhor, visto que [...] tem somente um chefe; e todas as leis da natureza nos guiam para a monarquia; seja observando esse pequeno mundo que é nosso corpo, no qual existe para todos os membros um só chefe do qual dependem a vontade, o movimento e o sentimento; seja observando esse grande mundo, que tem um soberano Deus; seja observando o céu, que tem um só Sol.

BODIN, Jean. *Los seis libros de la Republica*. Madrid: Tecnos, 1992.

Jacques Bossuet

O bispo Jacques Bossuet (1627-1704) educou o filho de Luís XIV. Em seu livro, *A política extraída das sagradas escrituras*, pretendia ensinar ao Delfim, futuro rei da França, os princípios do absolutismo. Para o autor, a monarquia seria a melhor forma de organização política, já que garante a estabilidade, por sua tradição. A origem do Estado advém de um decreto divino, da mesma forma que o poder do monarca. Os súditos devem se submeter aos governantes, que, por sua vez, devem atuar com poder incontestável. O único capaz de retirar o poder dos reis seria Deus, aquele que o havia concedido. Para Bossuet:

Todo o poder vem de Deus. Os governantes, pois, agem como ministros de Deus e seus representantes na terra. Consequentemente, o trono real não é o trono de um homem, mas o trono do próprio Deus [...]. Os reis são deuses e participam de alguma maneira da independência divina. O rei vê de mais longe e de mais alto; deve acreditar-se que ele vê melhor.

BOSSUET, Jacques. *Politique tirée des propres paroles de l'Écriture sainte*. [A política extraída das sagradas escrituras](1709). França: Dalloz, 1864. [Obra póstuma] (Tradução nossa).

ETIQUETA NO ANTIGO REGIME



Entre os séculos XV e XVIII, a etiqueta consistia em um conjunto de regras e costumes que regiam o comportamento e o cotidiano da sociedade. Roupas, formas de tratamento, uso da linguagem, distribuição no espaço e tipos de comida eram definidos pelas normas da etiqueta.

O apogeu dessas práticas deu-se na Corte francesa de Luís XIV, no entanto, a etiqueta fez-se presente nos hábitos de outros reinos. Por meio dessas regras, esperava-se que as hierarquias fossem mantidas, em especial aquelas que se relacionavam aos nobres, que procuravam sobreviver após a perda do poderio feudal, sustentando-se como articuladoras do jogo político junto ao monarca.

Em Portugal, os modos de tratamento variavam de acordo com o grupo social a que o indivíduo pertencia. Existiam regras determinando quem poderia ser tratado com vós, vossa mercê e vossa majestade, esse último reservado aos reis. As cores das roupas também podiam simbolizar a posição do homem nessa sociedade, como na Inglaterra, onde uma lei reservou a cor púrpura como exclusiva da família real.

As boas maneiras determinavam os hábitos durante as refeições e o comportamento em locais públicos e privados, como pode ser percebido no trecho a seguir de um manual de 1671:

Se todos estão se servindo do mesmo prato, evite pôr nele a mão antes que o tenham feito as pessoas da mais alta categoria, e trate de tirar o alimento apenas da parte do prato que está à sua frente. Ainda menos deve pegar as melhores porções, mesmo que aconteça você ser o último a se servir. Cabe observar ainda que você sempre deve limpar a colher quando, depois de usá-la, quiser tirar alguma coisa de outro prato, havendo pessoas tão delicadas que não querem tomar a sopa na qual mergulhou a colher depois de a ter levado à boca. E, ainda mais, se estás à mesa de pessoas refinadas, não é suficiente enxugar a colher depois de a ter levado à boca. Não deves usá-la mais, e sim pedir outra. Além disso, em muitos lugares, colheres são trazidas com o prato, e estas servem apenas para tirar a sopa e o molho. Você não deve tomar a sopa na sopeira, mas colocá-la no seu prato fundo. Se ela estiver quente demais, é indelicado soprar cada colherada. Deve esperar até que esfrie. Se tiver a infelicidade de queimar a boca, deve suportar isto pacientemente, se puder, sem demonstrar, mas se a queimadura for insuportável, como às vezes acontece, deve, antes que os outros notem, pegar seu prato imediatamente com uma mão e levá-lo à boca e rapidamente passá-lo ao lacaio atrás de sua cadeira.

COUTIN, Antoine de. Novo tratado de civilidade. In: ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990. [Fragmento]

Na França, os rituais da família real eram acompanhados pela nobreza em Versalhes. Assistir ao rei acordar e fazer suas refeições era um hábito comum que auxiliava na construção de sua imagem. Os rituais de exaltação do monarca ajudaram a ampliar o culto à figura do rei, visto como um sujeito superior aos seus súditos. A observância desses modos poderia representar para a nobreza alguns benefícios e a obtenção de favores. Segundo Norbert Elias:

Todos dependiam, em maior ou menor grau, da pessoa do rei. Portanto, a menor alteração da atitude do rei para com qualquer deles tinha muita importância porque tornava visível uma alteração do seu mérito aos olhos do rei e da sua posição face à sociedade de Corte. Mas esta relação de dependência determinava também, por um encadeamento de elos secundários, o comportamento dos cortesãos uns com os outros.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. [Fragmento]

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



01. (PUC Rio–2016) Durante o século XVII, a Europa Ocidental presenciou mudanças políticas importantes na forma de organização dos Estados. A centralização política do século XVI deu lugar à política absolutista.

Assinale a alternativa que define a política absolutista do século XVII de modo correto.

- A) Poder do Estado, concentrado nas mãos do rei e de sua burocracia, sustentado pelos setores burgueses urbanos.
- B) Poder real, personalizado na figura do rei absoluto, tendo como base social os senhores feudais e os setores camponeses.
- C) Poder de polícia, estruturado na violência e organizado por milícias mercenárias, diretamente ligadas aos setores da pequena nobreza.
- D) Poder absoluto do rei, produzido pelo controle das finanças e pelo apoio social dos setores camponeses.
- E) Poder divino, associado ao poder temporal, sustentado pela aliança entre o clero e os senhores feudais.

02. (FGV) A denominada Sociedade do Antigo Regime, tipo de organização social peculiar à maior parte da Europa, na Idade Moderna, teve como característica jurídica principal:

- A) A tributação exclusiva das camadas mais pobres, formadas por artesãos, servos e pequenos proprietários.
- B) O desenvolvimento de uma cultura correspondente aos valores da burguesia, que adaptou o poder, a arte, a ciência e a filosofia aos ideais de trabalho e geração de riquezas.
- C) O princípio da desigualdade, com o estabelecimento de direitos e privilégios de acordo com a posição social de seus membros, definida por nascimento.
- D) A monarquia absolutista, consolidada com base no poder econômico da alta burguesia, a adoção do parlamentarismo constitucional e a implementação dos direitos fundamentais do cidadão.
- E) A tolerância religiosa e a elaboração de leis que estabeleceram monarquias laicas que coibiram perseguições religiosas e políticas.

03. (Mackenzie-SP) Na França de Luís XIV, o Estado dinástico atingiu maturidade e começou a evidenciar algumas de suas características clássicas: burocracia centralizada; proteção real para impor fidelidade; sistema de tributação universal, mas aplicado de maneira injusta; supressão da oposição política pelo uso do protecionismo ou, se necessário, da força e cultivo das artes e ciências como meio de aumentar o poderio e prestígios nacionais. Essas políticas permitiram à monarquia francesa alcançar estabilidade política, implantar um sistema uniforme de leis e canalizar a riqueza e os recursos nacionais a serviço do Estado como um todo.

PERRY, M. *Civilização Ocidental*.

O texto apresenta características importantes a respeito do Antigo Regime (XV-XVIII). Dessa forma, é correto afirmar que tal período foi marcado pela tríade

- A) Iluminismo-mercantilismo-sociedade estamental.
- B) Absolutismo-liberalismo-sociedade estamental.
- C) Absolutismo-mercantilismo-sociedade estamental.
- D) Iluminismo-mercantilismo-sociedade sectária.
- E) Absolutismo-capitalismo monopolista-sociedade estamental.

04. (UFRGS-RS) O sistema monárquico absolutista, que atingiu seu apogeu sob o reinado de Luís XIV, apresenta-se como o modelo de gestão política característico do período histórico moderno.

Sobre esse sistema, é correto afirmar que ele

- A) não era arbitrário, pois o monarca não podia transgredir certas leis e costumes fundamentais do reino.
- B) foi responsável pelo desenvolvimento do conceito de cidadania, ao afirmar as liberdades individuais em contraposição ao sistema político medieval.
- C) apresentava, entre seus princípios teóricos, a noção de que a potência soberana do Estado emana do povo.
- D) foi enaltecido pelos iluministas, notadamente pelo filósofo Montesquieu, admirador da tripartição do poder político adotada pelo absolutismo.
- E) não foi bem sucedido como forma de governo, pois desprezava a racionalização burocrática da máquina estatal.

05. (UFMA) Assinale a alternativa que descreve corretamente o absolutismo inglês nos séculos XVI e XVII.

- A) Foi o sistema de governo que aumentou o poder do rei, à semelhança de outras nações europeias, e que levou à formação do parlamentarismo como instrumento político para reafirmar os interesses da nobreza agrária protestante contra a burguesia comercial católica.
- B) Foi o sistema de governo que contribuiu para o avanço inglês no comércio e na indústria, reforçado pela chamada Invencível Armada, a frota de navios que consolidou a sua hegemonia nos mares, garantindo a implantação do mercantilismo e da expansão colonial.
- C) Foi o regime caracterizado pela descentralização política, através do crescente papel do Parlamento e do enfraquecimento do papel do monarca por uma Constituição, ao mesmo tempo em que os interesses de burgueses, nobres, comerciantes e camponeses foram politicamente harmonizados.
- D) Foi o regime marcado pela ascensão da dinastia Tudor, responsável direta pela extinção do Parlamento, o que gerou intensos conflitos internos e externos, com o enfraquecimento do comércio internacional e com a perda das colônias na América.

- E) Foi o regime que favoreceu a consolidação do mercantilismo, através da aliança entre a burguesia mercantil e a nobreza, destruindo progressivamente os vestígios do feudalismo no campo e rompendo com a Igreja Católica, gerando intensos conflitos políticos e religiosos.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



01. (UFOP-MG) O período do governo de Luís XIV foi marcante para a história francesa e europeia.

Com relação a esse período, é correto afirmar que

- A) correspondeu à época da Noite de São Bartolomeu, evento que ficou registrado na história como um símbolo da violência gerada por conflitos religiosos.
- B) no seu governo foi marcante a presença do ministro Richelieu, o mais influente conselheiro do rei.
- C) foi um período de grande centralização do Estado na França com o desenvolvimento de uma política externa belicista e de uma articulada política mercantilista.
- D) foi favorável à liberdade religiosa, já que Luís XIV desenvolveu uma política de defesa à prática do protestantismo na França.
- E) caracterizou-se pela vigência das ideias iluministas, já que Luís XIV desenvolveu uma política de livre circulação de ideias, sendo conhecido como um "déspota esclarecido".

02. (Unicamp-SP) À medida que as maneiras se refinam, tornam-se distintivas de uma superioridade: não é por acaso que o exemplo parece vir de cima e, logo, é retomado pelas camadas médias da sociedade, desejosas de ascender socialmente. É exibindo os gestos prestigiosos que os burgueses adquirem estatuto nobre. O ser de um homem se confunde com a sua aparência. Quem age como nobre é nobre.

RIBEIRO, Renato Janine. *A Etiqueta no Antigo Regime*. São Paulo: Editora Moderna, 1998. p. 12.

O texto faz referência à prática da etiqueta na França do século XVIII. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- A) A etiqueta era um elemento de distinção social na sociedade de corte e definia os lugares ocupados pelos grupos próximos ao rei.
- B) O jogo das aparências era uma forma de disfarçar os conluios políticos da aristocracia, composta por burgueses e nobres, e negar benefícios ao Terceiro Estado.
- C) Os *sans-culottes* imitavam as maneiras da nobreza, pois isso era uma forma de adquirir refinamento e tornar-se parte do poder econômico no estado absolutista.
- D) Durante o século XIX, a etiqueta deixou de ser um elemento distintivo de grupos sociais, pois houve a abolição da sociedade de privilégios.

03. (UFJF-MG) O processo de centralização do poder real e da unificação territorial, associado ao crescente controle do Estado sobre a economia, conduziu a maior parte dos países europeus à constituição de monarquias nacionais absolutistas. Esse processo teve, contudo, importantes variações regionais.

Enumere o segundo grupo de acordo com o primeiro e, em seguida, marque a alternativa correta.

- (1) Portugal (4) Inglaterra
 (2) Espanha (5) Alemanha
 (3) França

- () O processo de centralização do poder real e de unificação territorial foi dificultado devido à força da nobreza feudal luterana.
 () A unidade política foi fraca devido à persistência de diversidades regionais e pluralidade cultural e religiosa, que pode ser exemplificada pela guerra de Reconquista.
 () Foi o primeiro país europeu a se unificar territorial e politicamente, em grande parte devido ao apoio da nobreza e da burguesia ao rei.
 () O processo de centralização real e de unificação territorial foi reforçado pela vitória na Guerra dos Cem Anos, que desenvolveu o sentimento nacional, identificando a figura do rei com a grandeza do país.
 () No processo de unificação territorial, nobreza e burguesia colocaram restrições ao poder do rei, através da criação de um parlamento.

- A) 5, 2, 1, 3, 4 D) 3, 1, 2, 5, 4
 B) 4, 2, 1, 5, 3 E) 5, 1, 2, 3, 4
 C) 4, 2, 1, 3, 5

04. (UFPR) Tenho insistido também que a monarquia deve ser atribuída exclusivamente aos varões, já que a ginecocracia vai contra a lei natural; esta deu aos homens a força, a prudência, as armas, o poder. A lei de Deus ordena explicitamente que a mulher se submeta ao homem, não só no governo de reinos e impérios, mas também na família. [...] Também a lei civil proíbe à mulher os cargos e ofícios próprios ao homem. [...] É extremamente perigoso que uma mulher ostente a soberania. [...] No caso de uma rainha que não contraia o matrimônio – caso de uma verdadeira ginecocracia –, o Estado está exposto a graves perigos procedentes tanto dos estrangeiros como dos súditos, pois caso seja um povo generoso e de bom ânimo suportará mal que uma mulher exerça o poder.

BODIN, Jean. *Los seis libros de la republica*. Edição espanhola de 1973. p. 224.

A citação extraída do livro do jurista francês Jean Bodin (1530-1596), publicado em 1576, refere-se ao exercício do poder soberano por mulheres, algo que seria contrário às leis da natureza, à lei de Deus e às leis civis, de acordo com o pensamento político da época.

Contudo, uma importante monarca contemporânea a Bodin, Elizabeth Tudor, exerceu o poder político em condições adversas e muitas vezes ameaçadoras à sua integridade física, e seu longo reinado foi considerado pelos historiadores como a “época dourada” da Inglaterra. Sobre a monarquia e o exercício do poder soberano, é correto afirmar:

- A) Durante o século XVI, o poder soberano das monarquias europeias foi enfraquecido, devido ao renascimento dos impérios e do papado.
 B) A lei sálica, presente nas constituições de alguns reinos europeus, permitia que as mulheres exercessem o poder soberano, e é contra essa lei que se coloca Jean Bodin.
 C) O conceito de poder soberano foi determinante para o exercício da tirania dos reis absolutistas no século XVI, que governaram sozinhos ao fechar os parlamentos.
 D) Elizabeth exerceu o poder soberano por tanto tempo porque aceitou dividi-lo com a Igreja Anglicana.
 E) O poder soberano de monarcas como Elizabeth se fundamentava no princípio de não reconhecer poder superior ao do rei, a não ser o poder divino.

05. (UFT-TO) Finalmente, esse medo social que ardia permanentemente em fogo lento constituiu uma das mais poderosas forças motrizes do controle social que todos os membros da classe superior exerciam sobre si mesmos e sobre outros membros do círculo em que viviam. Expressava-se na intensa vigilância com que observavam e poliam tudo o que os distinguia das pessoas de categoria mais baixa; não apenas nos sinais externos de *status*, mas também na fala, nos gestos, nas distrações e maneiras. A pressão constantemente exercida a partir de baixo e o medo que induzia em cima foram, em uma palavra, algumas das mais fortes forças propulsoras – embora não as únicas – do refinamento especificamente civilizado que distinguiu os membros dessa classe superior das outras e, finalmente, para eles se tornou como que uma segunda natureza.

ELIAS, Norbet. *O processo civilizador: formação do Estado e Civilização* v. 2. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. p. 251.

O texto anterior faz referência às mudanças sociais em curso na passagem do período medieval para o moderno, envolvendo a nobreza, a burguesia e o campesinato. Com base nas considerações do autor é correto afirmar que

- A) as guerras e o monopólio foram os únicos elementos que marcaram o domínio das classes superiores em relação às demais.
 B) durante o período moderno, a ascensão econômica seria quesito único para garantir a aceitabilidade da burguesia pela nobreza.
 C) a civilidade demonstrada nos gestos, na fala, nas maneiras e nas distrações era um indicador das diferenças entre as camadas superiores e as demais.

- D) a vigilância de uma classe sobre as outras se restringia às ações comerciais e de segurança.
- E) para a classe superior, no século XVI, não havia necessidade de controlar as falas e os gestos de seus membros. O que deveria ser controlado eram as falas e os gestos da burguesia e do campesinato.

06.
ZZRE

(Unesp) O fim último, causa final e desígnio dos homens [...], ao introduzir aquela restrição sobre si mesmos sob a qual os vemos viver nos Estados, é o cuidado com sua própria conservação e com uma vida mais satisfeita. Quer dizer, o desejo de sair daquela mísera condição de guerra que é a consequência necessária [...] das paixões naturais dos homens, quando não há um poder visível capaz de os manter em respeito, forçando-os, por medo do castigo, ao cumprimento de seus pactos [...].

HOBBS, Thomas. *Leviatã*, 1651. In: *Os pensadores*, 1983.

De acordo com o texto,

- A) os homens são bons por natureza, mas a sociedade instiga a disputa e a competição entre eles.
- B) as sociedades dependem de pactos internos de funcionamento que diferenciem os homens bons dos maus.
- C) os castigos permitem que as pessoas aprendam valores religiosos, necessários para sua convivência.
- D) as guerras são consequências dos interesses dos Estados, preocupados em expandir seus domínios territoriais.
- E) os Estados controlam os homens, permitindo sua sobrevivência e o convívio social entre eles.

07. (Unesp–2016) É necessário a um príncipe, para se manter, que aprenda a poder ser mau e que se valha ou deixe de valer-se disso segundo a necessidade. Deixando de parte, pois, as coisas ignoradas relativamente aos príncipes e falando a respeito das que são reais, digo que todos os homens, máxime os príncipes, por estarem mais no alto, se fazem notar através das qualidades que lhes acarretam reprovação ou louvor. Isto é, alguns são tidos como liberais, outros como miseráveis; alguns são tidos como pródigos, outros como rapaces; alguns são cruéis e outros piedosos; perjuros ou leais; efeminados e pusilânimes ou truculentos e animosos; humanitários ou soberbos; lascivos ou castos; estúpidos ou astutos; enérgicos ou indecisos; graves ou levianos; religiosos ou incrédulos, e assim por diante. E eu sei que cada qual reconhecerá que seria muito de louvar que um príncipe possuísse, entre todas as qualidades referidas, as que são tidas como boas; mas a condição humana é tal, que não consente a posse completa de todas elas, nem ao menos a sua prática consistente; é necessário que o príncipe seja tão prudente que saiba evitar os defeitos que lhe arrebatariam o governo e praticar as qualidades próprias para lhe assegurar a posse deste, se lhe é possível; mas, não podendo, com menor preocupação, pode-se deixar que as coisas sigam seu curso natural.

MAQUIAVEL. *O Príncipe*. 1983 (Adaptação).

Identifique, exemplificando com passagens do texto, a concepção de Maquiavel acerca da maneira como o governante deve se comportar. Indique dois elementos, presentes ou não no texto, que permitam associar o pensamento de Maquiavel à visão de mundo dos humanistas.

SEÇÃO ENEM

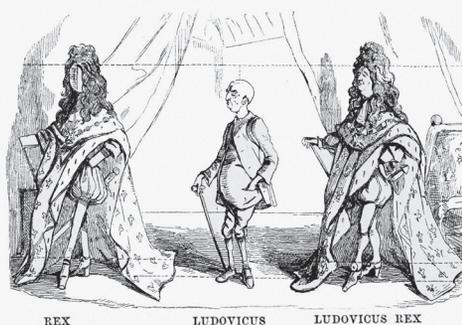
01. (Enem–2015) A natureza fez os homens tão iguais, quanto às faculdades do corpo e do espírito, que, embora por vezes se encontre um homem manifestamente mais forte de corpo, ou de espírito mais vivo do que outro, mesmo assim, quando se considera tudo isso em conjunto, a diferença entre um e outro homem não é suficientemente considerável para que um deles possa, com base nela, reclamar algum benefício a que outro não possa igualmente aspirar.

HOBBS, T. *Leviatã*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Para Hobbes, antes da constituição da sociedade civil, quando dois homens desejavam o mesmo objeto, eles

- A) entravam em conflito.
- B) recorriam aos clérigos.
- C) consultavam os anciãos.
- D) apelavam aos governantes.
- E) exerciam a solidariedade.

02. (Enem)



Charge anônima. BURKE, P. *A fabricação do rei*.

Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

Na França, o rei Luís XIV teve sua imagem fabricada por um conjunto de estratégias que visavam sedimentar uma determinada noção de soberania. Nesse sentido, a charge apresentada demonstra

- A) a humanidade do rei, pois retrata um homem comum, sem os adornos próprios à vestimenta real.
- B) a unidade entre o público e o privado, pois a figura do rei com a vestimenta real representa o público e sem a vestimenta real, o privado.
- C) o vínculo entre monarquia e povo, pois leva ao conhecimento do público a figura de um rei desprezioso e distante do poder político.
- D) o gosto estético refinado do rei, pois evidencia a elegância dos trajes reais em relação aos de outros membros da corte.
- E) a importância da vestimenta para a constituição simbólica do rei, pois o corpo político adornado esconde os defeitos do corpo pessoal.

- 03.** (Enem) O príncipe, portanto, não deve se incomodar com a reputação de cruel, se seu propósito é manter o povo unido e leal. De fato, com uns poucos exemplos duros poderá ser mais clemente do que outros que, por muita piedade, permitem os distúrbios que levem ao assassinio e ao roubo.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. São Paulo: Martin Claret, 2009.

No século XVI, Maquiavel escreveu *O Príncipe*, reflexão sobre a monarquia e a função do governante. A manutenção da ordem social, segundo esse autor, baseava-se na

- A) inércia do julgamento de crimes polêmicos.
- B) bondade em relação ao comportamento dos mercenários.
- C) compaixão quanto à condenação de transgressões religiosas.
- D) neutralidade diante da condenação dos servos.
- E) conveniência entre o poder tirânico e a moral do príncipe.

- 04.** (Enem)

I. Para o filósofo inglês Thomas Hobbes (1588-1679), o estado de natureza é um estado de guerra universal e perpétua. Contraposto ao estado de natureza, entendido como estado de guerra, o estado de paz é a sociedade civilizada.

Entre outras tendências que dialogam com as ideias de Hobbes, destaca-se a definida pelo texto a seguir.

II. Nem todas as guerras são injustas, e, correlativamente, nem toda paz é justa, razão pela qual a guerra nem sempre é um desvalor, e a paz nem sempre um valor.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. 5. ed. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 30.

Comparando as ideias de Hobbes (texto I) com a tendência citada no texto II, pode-se afirmar que,

- A) em ambos, a guerra é entendida como inevitável e injusta.
 - B) para Hobbes, a paz é inerente à civilização e, segundo o texto II, ela não é um valor absoluto.
 - C) de acordo com Hobbes, a guerra é um valor absoluto e, segundo o texto II, a paz é sempre melhor que a guerra.
 - D) em ambos, a guerra ou a paz são boas quando o fim é justo.
 - E) para Hobbes, a paz liga-se à natureza e, de acordo com o texto II, à civilização.
- 05.** (Enem) O que chamamos de Corte principesca era, essencialmente, o palácio do príncipe. Os músicos eram tão indispensáveis nesses grandes palácios quanto os pasteleiros, os cozinheiros e os criados. Eles eram o que se chamava, um tanto pejorativamente, de "criados de livre".

A maior parte dos músicos ficava satisfeita quando tinha garantida a subsistência, como acontecia com as outras pessoas de classe média na Corte; entre os que não se satisfiziam, estava o pai de Mozart. Mas ele também se curvou às circunstâncias a que não podia escapar.

ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. p. 18 (Adaptação).

Considerando-se que a sociedade do Antigo Regime dividia-se tradicionalmente em estamentos: nobreza, clero e 3º Estado, é correto afirmar que o autor do texto, ao fazer referência à "classe média", descreve a sociedade utilizando a noção posterior de classe social, a fim de

- A) aproximar da nobreza cortesã à condição de classe dos músicos, que pertenciam ao 3º Estado.
- B) destacar a consciência de classe que possuíam os músicos, ao contrário dos demais trabalhadores manuais.
- C) indicar que os músicos se encontravam na mesma situação que os demais membros do 3º Estado.
- D) distinguir, dentro do 3º Estado, as condições em que viviam os "criados de livre" e os camponeses.
- E) comprovar a existência, no interior da Corte, de uma luta de classes entre os trabalhadores manuais.

GABARITO

Meu aproveitamento 

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

- 01. A
- 02. C
- 03. C
- 04. A
- 05. E

Propostas

Acertei _____ Errei _____

- 01. C
- 02. A
- 03. A
- 04. E
- 05. C
- 06. E
- 07. Maquiavel, nesse trecho, fornece algumas opiniões acerca da maneira ideal de comportamento dos príncipes, a saber: (1) o príncipe deve ser amoral, no trecho "[...] é necessário a um príncipe, para se manter, que aprenda a poder ser mau e que se valha ou deixe de valer-se disso segundo a necessidade [...]"; e (2) o príncipe deve agir sempre com o intuito de manter-se no poder, no trecho "[...] é necessário que o príncipe seja tão prudente que saiba evitar os defeitos que lhe arrebatariam o governo e praticar as qualidades próprias para lhe assegurar a posse deste, se lhe é possível [...]". Podemos associar o pensamento de Maquiavel aos extratos humanistas, uma vez que tal pensador valorizava, sobretudo, a condição humana, exaltando as qualidades e o papel dos príncipes sob a ótica da racionalidade de governar. Nesse sentido, podemos apresentar dois elementos de ligação: (1) o racionalismo e (2) a exaltação da figura humana.

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

- 01. A
- 02. E
- 03. E
- 04. B
- 05. C

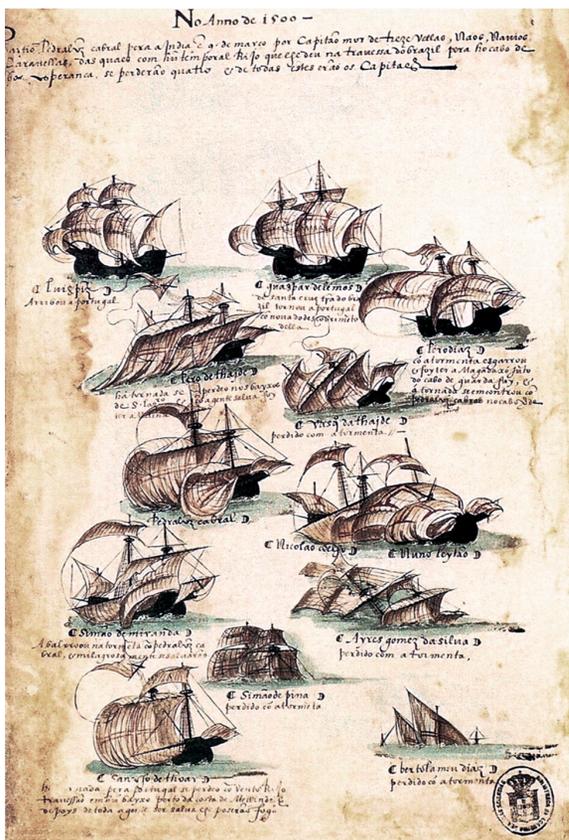


Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Expansão Marítima

A Expansão Marítima assinala o primeiro grande estágio de integração entre os continentes. Segundo alguns estudiosos, a ideia de globalização, vigente nos dias atuais, apresenta seus primeiros sinais quando os povos europeus, desejosos de riqueza e sedentos de novas experiências, acabam por navegar “por mares nunca dantes navegados”, alcançando terras distantes nos dois hemisférios do globo.

As Grandes Navegações do século XV permitiram a compreensão mais ampla do nosso planeta, tanto na esfera geográfica como na cultural, mudando os rumos de povos e nações, que passaram a se integrar progressivamente, como até então jamais havia ocorrido. Mesmo que o eurocentrismo tivesse prevalecido nas novas relações que surgiram entre os povos, a existência do “outro” instigou reflexões e trocas que mudaram traços culturais e econômicos de todos os agentes envolvidos.



Representações da esquadra portuguesa.

CONTEXTO EUROPEU

As Grandes Navegações podem ser compreendidas como uma resposta europeia aos anseios de uma sociedade em transformação no final da Idade Média. A centralização política e o fortalecimento dos Estados Nacionais intensificaram a necessidade de expansão econômica, colaborando para solidificar os novos referenciais políticos.

Se as fronteiras terrestres começavam a se consolidar após sucessivas guerras, a busca de novas regiões representava uma reafirmação da força política dos monarcas absolutistas, já que as terras distantes poderiam fornecer, além da expansão territorial, a riqueza necessária para a manutenção da força governamental.

A ideia metalista, intensificada com a dinamização econômica do comércio, fomentava o sonho da existência de reservas de ouro e prata no além-mar, estimulando, a médio prazo, a ocupação do continente americano. A força do Estado somou-se aos anseios de setores mercantis, sedentos de novas regiões fornecedoras de especiarias e mercados, visando à ampliação das trocas comerciais.

Os comerciantes passaram, com o decorrer do tempo, a perceber a necessidade de se alcançar a longínqua região da Ásia por meio de rotas alternativas, tendo em vista os obstáculos impostos pelos diversos povos intermediários do comércio das especiarias.

Nesse sentido, destaca-se a drástica retração comercial vivenciada pelas cidades italianas após a tomada de Constantinopla pelos turcos em 1453. Se, por um lado, o novo fechamento do Mediterrâneo enfraqueceu o comércio italiano, por outro, estimulou ainda mais o desenvolvimento da atividade naval no Atlântico, em meio a busca de uma rota marítima alternativa para a Ásia.

Os agentes políticos e econômicos ainda se somaram aos impulsos culturais de uma Europa renascentista e, portanto, mais propícia à inovação e à busca de novos parâmetros, temas comumente referenciados pelos estudiosos do período. A curiosidade pelo novo se mostrava aguçada em meio às mudanças culturais promovidas pela Renascença.

Autor desconhecido / Domínio Público

O comércio europeu, que já se expandia desde o início da Baixa Idade Média (séc. XI), ampliou sua dimensão, contribuindo inicialmente para esse processo o fenômeno das Cruzadas. O espírito religioso cruzadista teve importante papel no âmbito das Grandes Navegações, já que a busca por novas regiões representava a ampliação da massa de fiéis, contribuindo assim para o avanço religioso planejado pelos grupos católicos.

Junto a cada tripulação que partia rumo ao desconhecido, estava um representante da Santa Sé, responsável pela dinâmica religiosa dos marinheiros e pela conversão dos povos que fossem conquistados.

Compreendam-se, assim, as Grandes Navegações como uma extensão do projeto da **Reconquista**, já que a ampliação territorial assinalava a força da fé católica e a reafirmação do poder político dos Estados ibéricos.

Denomina-se Reconquista a expulsão dos árabes da Península Ibérica entre os séculos VIII e XV. A luta contra os mouros marcou o surgimento dos Estados de Portugal e Espanha, além de assinalar a expansão católica por meio da conversão dos povos islâmicos que dominaram a região durante grande parte da Idade Média.

A pulverização dos objetivos da Expansão Marítima em vários grupos sociais estimulou intensamente o avanço dos navios para o além-mar. Se o papel do Estado foi força determinante para o financiamento das principais viagens, o interesse dos outros agentes consolidou o projeto, transformando o desejo de expansão em uma realidade europeia.

A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO

Apesar das grandes transformações no ideário do homem moderno e em diversos setores do conhecimento, o pensamento mítico e religioso ainda era muito presente no século XV. As narrativas fantásticas, oriundas das obras de viajantes anteriores, estimularam os navegantes europeus a repetir aventuras semelhantes. Destacam-se, nesse sentido, os feitos do viajante Marco Polo, legados a inúmeras gerações.

Segundo os registros medievais, o jovem Marco Polo partiu em viagem para a Ásia em 1272 e durante décadas, conheceu povos e culturas distantes, viajando por regiões como Índia e Pérsia. Seu destino final foi a Corte do rei mongol Kublai Khan, responsável por governar o maior dos impérios existentes em sua época. Os detalhes presentes na narrativa do viajante incentivaram navegadores, como Cristóvão Colombo, a reproduzir tais feitos.

A história de Marco Polo também colaborou para a construção do mito acerca do reino de Preste João, rei cristão e detentor de riquezas jamais vistas. Apesar de o viajante Marco Polo narrar a morte do monarca por rivalidades com Gengis Khan, o mito reaparece em solo africano, como esperança da cristandade em deter o avanço islâmico no contexto da luta de Reconquista. O embaixador português na Etiópia, em meados do século XVI, chegou a fazer a seguinte narrativa do reino imaginário:

Se abriam as cortinas e subitamente vimos o Preste João, ricamente adornado sobre uma plataforma de seis degraus. Tinha em sua cabeça uma grande coroa de ouro e prata. Uma de suas mãos apoiava uma cruz de prata [...]. À sua direita, um pajem apoiava uma cruz de prata bordada em forma de pétalas [...] O Preste João usava um belo vestido de seda com bordados de ouro e prata e uma camisa de seda com mangas largas. Era uma bela vestimenta, semelhante a uma batina de um bispo, e ia de seus joelhos até o chão [...] Sua postura e seus modos são inteiramente dignos do poderoso personagem que é.

ALVES, Francisco, embaixador português enviado à Etiópia, século XVI, apud MOLLAT, Michel. *Los Exploradores del siglo XIII al XVII: primeras miradas sobre nuevos mundos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

A necessidade de confirmar as narrativas míticas e a busca por riqueza e projeção social motivaram os navegantes europeus a enfrentarem toda sorte de adversidades, como fome, doenças, naufrágios e ataques. Persistiam também temores imaginários, como monstros e abismos, vistos até então como grandes responsáveis pelo desaparecimento de muitas embarcações.

EXPANSIONISMO PORTUGUÊS

Os grandes feitos da Expansão Marítima europeia tiveram início no pequeno reino de Portugal, cuja origem remonta às lutas ibéricas contra os árabes no século XI e cujo processo de centralização política se concretizou com a Revolução de Avis, em 1383.

A Revolução de Avis foi fundamental para o processo expansionista português, tendo em vista a ligação da nova dinastia com a atividade naval de cabotagem (navegação costeira). Além disso, com a afirmação da soberania do Estado português, a monarquia pôde concentrar recursos para estimular as Grandes Navegações.

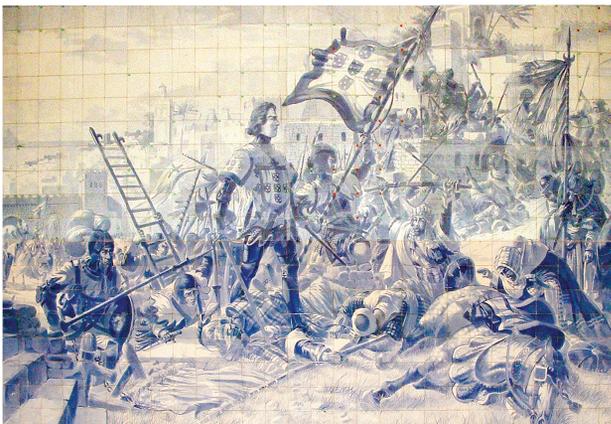
Filho de D. João de Avis, o príncipe D. Henrique, o Navegador, é considerado o arquiteto dos primeiros feitos marítimos de Portugal. Sua principal contribuição foi transformar a cidade de Sagres em um centro náutico por excelência.

Os fatores políticos não foram os únicos que contribuíram para o papel precursor de Portugal nas Grandes Navegações. Podemos atribuir também os seguintes fatores ao pioneirismo português:

- A localização geográfica, com toda a costa oeste do reino voltada em direção ao Atlântico, facilitando o deslocamento das embarcações.
- A ausência de extensos conflitos no processo de formação do Estado português.
- Conhecimento náutico obtido por longos séculos de navegação costeira e por meio do contato com a avançada cultura árabe.
- Apoio da burguesia lisboeta, que buscava ampliar seus ganhos comerciais com os feitos da Expansão Marítima.
- Lucros obtidos com as atividades comerciais na região costeira da África, garantindo a longevidade do processo expansionista.

Etapas da expansão portuguesa

O marco inicial do expansionismo luso ocorreu em 1415 por meio da conquista de Ceuta, cidade localizada no atual território do Marrocos, mas pertencente à Espanha. Considerada um grande centro econômico incrustado no norte da África, Ceuta atraiu os portugueses pela oportunidade de um rápido enriquecimento com os saques da riqueza existente, além do controle das atividades mercantis da região.



Representação de D. Henrique na conquista de Ceuta.

A fácil conquista da cidade foi um importante impulso para novos empreendimentos da empresa mercantil. Em 1419, os portugueses conquistaram a Ilha da Madeira.

Gil Eanes ultrapassou, em 1434, o Cabo Bojador, obtendo os primeiros contatos com os mercados de ouro da Costa da Guiné.



A bússola foi um dos principais instrumentos utilizados pelos navegadores para auxiliá-los nas viagens.

Na medida em que navegavam na direção sul da África, os lusos fundavam as feitorias, entrepostos comerciais que serviam para o abastecimento de novas embarcações e contribuíam para as trocas mercantis com os povos africanos na região costeira. Esse cenário permitiu o início do tráfico de escravos, fundamental fonte de recursos financeiros para manter a empresa expansionista ao longo do século XV, período em que os portugueses ainda estavam distantes das especiarias asiáticas. A construção da fortaleza de São Jorge da Mina, em 1482, centro de tráfico de escravos, consolidou esse projeto.

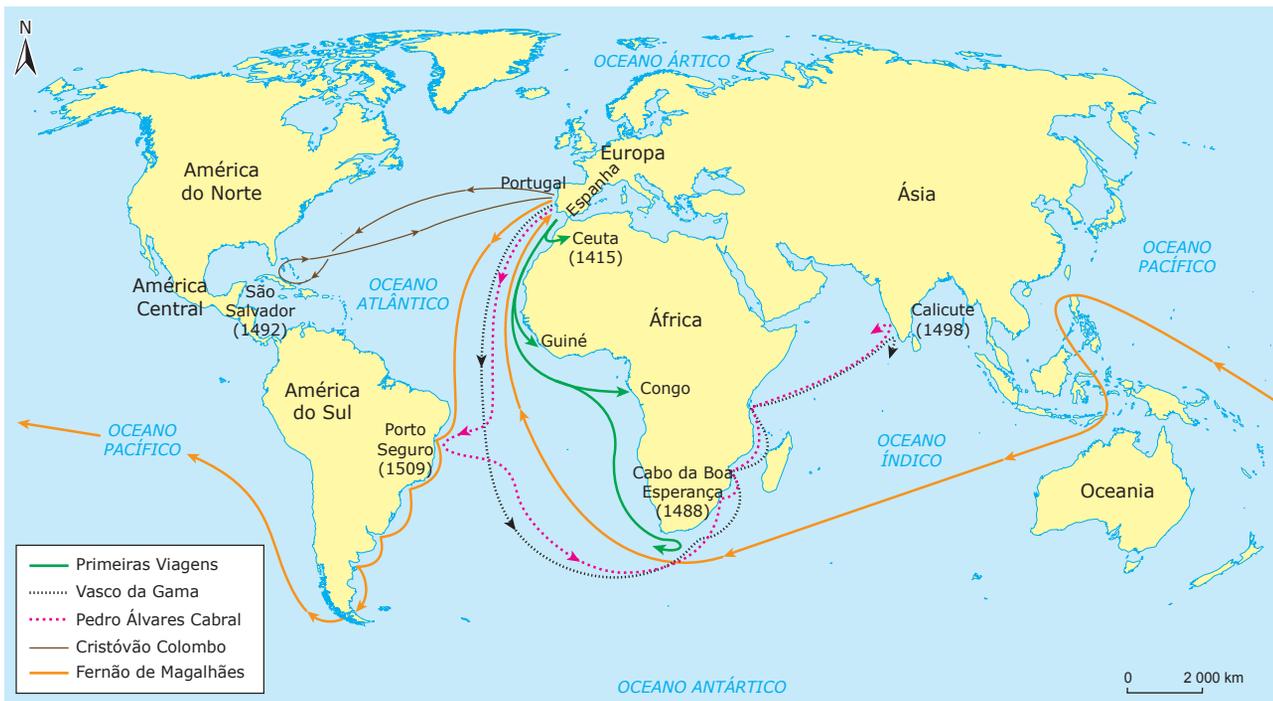
O périplo africano, ou seja, o contorno do continente pelos navegantes lusos, se fortaleceu com a viagem de Bartolomeu Dias em 1488. Responsável por ultrapassar o Cabo das Tormentas, limite sul da África, o navegante português mostrou ser viável a ideia de alcançar a Ásia por meio da navegação em torno do continente explorado.

No entanto, devido à longa duração da viagem, um motim dos marinheiros, desejosos de retornarem ao reino, impediu o alcance da região das Índias pelos portugueses naquele momento. O feito de Bartolomeu Dias, contudo, fortaleceu o ideal expansionista, o que pode ser confirmado pela troca do nome de Cabo das Tormentas para Cabo da Boa Esperança pelo rei João II.

Finalmente, em 1498, o navegante Vasco da Gama conseguiu alcançar as longínquas regiões de Calicute (atual Índia) e garantir o acesso às primeiras especiarias asiáticas por meio da nova rota. A partir de então, Portugal empreendeu um intenso comércio intramarítimo que lhe garantia enormes lucros.

A expansão lusa se completou em 1500, com a chegada de Pedro Álvares Cabral ao litoral brasileiro, parte da viagem que levaria os portugueses de volta à região das Índias após o lucrativo empreendimento de Vasco da Gama.

As grandes navegações



Arquivo Bernoulli

EXPANSIONISMO
ESPAANHOL

Ricardo Ghirlandino / Domínio Público

Representação de Cristóvão Colombo. Seu pioneirismo propiciou à Espanha a formação de um vasto império colonial.

O projeto expansionista não se limitava aos esforços dos portugueses no século XV. A falta de empenho das outras Coroas europeias se justificava pelas questões internas e externas que buscavam promover a consolidação dos Estados.

Enquanto a França e a Inglaterra se digladiavam na Guerra dos Cem Anos, a Espanha se via nos últimos estágios da Guerra de Reconquista. Porém, após o fim desse conflito, em 1492, os Reis Católicos, Isabel e Fernando, se propuseram a dar início ao expansionismo marítimo espanhol, patrocinando o navegante genovês Cristóvão Colombo. O projeto partia de uma ideia inovadora: a possibilidade de se alcançar as regiões asiáticas navegando rumo a oeste, o que confirmaria o princípio da esfericidade da Terra.

Partindo de Palos de La Frontera (Huelva, Espanha), Colombo conduziu três embarcações – Santa Maria, Pinta e Nina –, alcançando o continente americano, na ilha das Bahamas, após três meses de viagem. O navegante genovês não compreendeu a grandeza do novo feito, permanecendo convencido de que alcançara a região da Ásia.

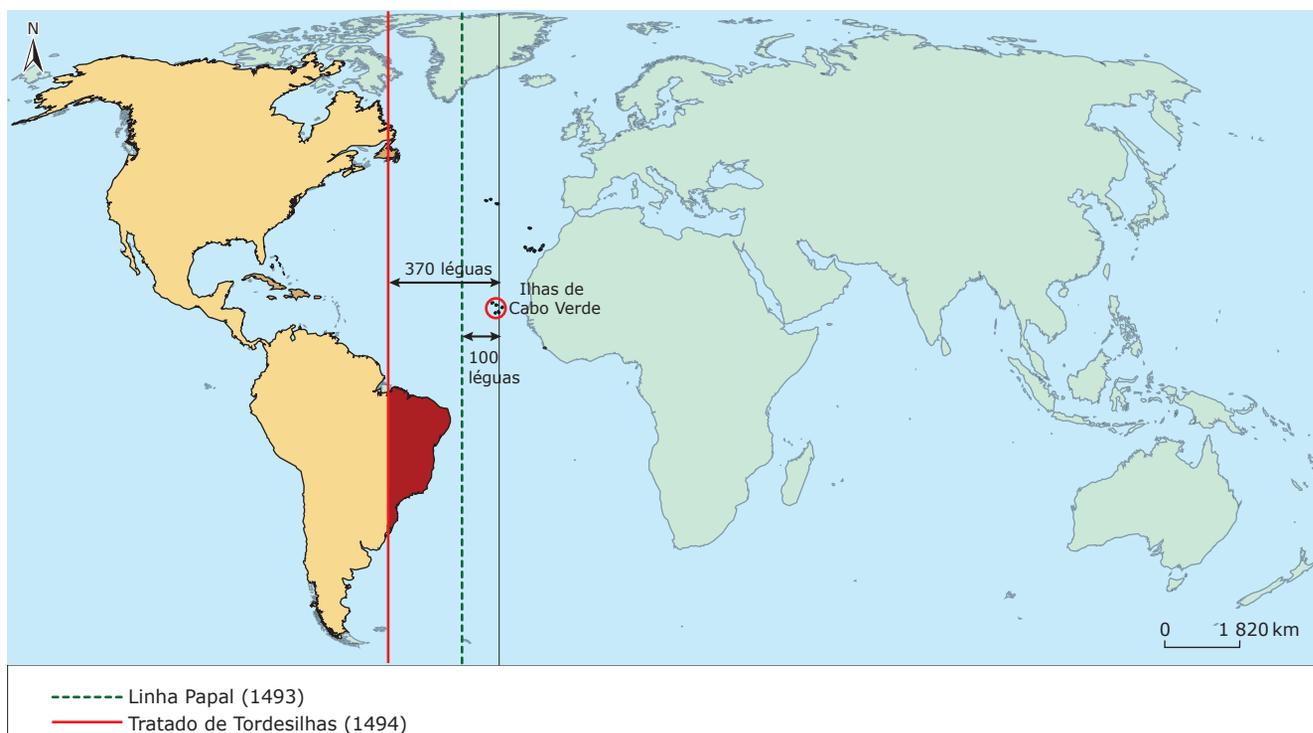
Após o retorno dos marujos ao solo europeu, a Coroa espanhola concentrou seus esforços em garantir o controle das novas regiões. A concessão dos territórios a oeste da linha imaginária da Bula *Intercoetera*, localizada a 100 léguas a oeste das Ilhas de Cabo Verde, pelo papa espanhol Alexandre VI, atendeu plenamente às pretensões espanholas.

Porém, a resistência lusitana foi fundamental para a mudança da linha para 370 léguas de Cabo Verde por meio do **Tratado de Tordesilhas** de 1494. Era o início da partilha do mundo pelas potências europeias. A linha de Tordesilhas seria considerada referência para a ocupação do continente americano até o século XVIII.

Esse acordo gerou explícitas contestações por parte dos países excluídos da partilha. Nesse sentido, destaca-se o monarca francês Francisco I, que, de modo irônico, solicitou às Coroas ibéricas o testamento de Adão, para confirmar que o primeiro homem que habitou a Terra havia cedido todas as terras a serem exploradas para as Coroas de Portugal e Espanha. Essa lúdica contestação se materializou, durante toda a Idade Moderna, em inúmeras incursões de ingleses, franceses e holandeses nas regiões da América.

É possível afirmar, portanto, que, ao realizar um encontro entre diferentes povos, a Expansão Marítima foi o marco do início de uma nova era da humanidade. A base europeia do movimento expansionista foi responsável pela irradiação das bases culturais do continente europeu para territórios longínquos, notadamente a região da América. A integração econômica também foi um fator fundamental para garantir a hegemonia europeia em detrimento das novas áreas conquistadas, pois a orientação comercial partia do princípio do exclusivo metropolitano. A destruição das nações pré-colombianas, por sua vez, marcou o lado mais sombrio desse expansionismo, desnudando a indiferença dos europeus frente às complexas civilizações encontradas, assim como massificação da mão de obra escrava africana.

O Tratado de Tordesilhas



As potências ibéricas, pioneiras na Expansão Marítima, procuram se antecipar às disputas europeias e realizar a sua própria partilha do globo.

EXPANSÃO MARÍTIMA DA INGLATERRA, FRANÇA E HOLANDA

A Expansão Marítima protagonizada por portugueses e espanhóis nos séculos XV e XVI somente foi possível devido à precoce centralização política desses Estados. Países como Holanda, França e Inglaterra enfrentaram conflitos mais duradouros que os países ibéricos, o que retardou a centralização de seus Estados. Por essa razão, esses países ficaram atrasados em relação a Portugal e Espanha na empresa expansionista, não conseguindo conquistar impérios coloniais tão extensos como os das monarquias lusitana e espanhola.

A Holanda alcançou sua independência em relação ao Império espanhol na Europa em 1581, após uma série de guerras no século XVI. A Holanda, também chamada de República das Províncias Unidas, era composta por diversas províncias que se uniram em torno de um regime republicano que concentrava os poderes nas mãos da alta burguesia de comerciantes, banqueiros e armadores. As principais atividades econômicas do país eram a criação de gado leiteiro, a produção dos derivados do leite (manteiga e queijo), a pesca de arenque no Mar do Norte, o comércio e a manufatura.

Ao longo do século XVII, a Holanda experimentou grande desenvolvimento, principalmente devido à sua expansão comercial dentro e fora da Europa. A Holanda foi a principal potência marítima do século XVII, conquistando um vasto império colonial na América, na África e na Ásia, em grande parte às custas de antigas possessões portuguesas e espanholas.

A França, por sua vez, não conseguiu formar um grande império colonial como Espanha e Portugal, mesmo após sua centralização política no século XVI. O processo de centralização do Estado Nacional francês foi retardado pela Guerra dos Cem Anos e pelas sucessivas guerras civis entre católicos e calvinistas, que dividiram o país durante o século XVI. Ao se centralizar, o Estado Nacional da França procurou conquistar colônias no Novo Mundo. Para tanto, foram utilizados corsários franceses – piratas a serviço da Coroa francesa –, que chegaram a tomar o Rio de Janeiro em 1555 e fundar a colônia da França Antártica. No entanto, foram expulsos pelos portugueses em 1560. Mais tarde, os franceses fizeram nova incursão em território colonial português com a invasão da região do Maranhão e do Grão-Pará, onde fundaram a colônia da França Equinocial em 1612. Foram expulsos em 1615 pelos portugueses. A França conseguiu manter colônias mais duradouras nas regiões das Guianas, da América do Norte (colônias de Quebec e Louisiana) e no Caribe (ilha do Haiti).

A Inglaterra também enfrentou dificuldades para consolidar seu Estado Nacional devido à Guerra dos Cem Anos e aos conflitos de motivação político-religiosa, mas conseguiu conquistar e manter treze colônias na América do Norte.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



- 01.** (Unesp–2016) Entre os motivos do pioneirismo português nas navegações oceânicas dos séculos XV e XVI, podem-se citar
- A) a influência árabe na Península Ibérica e a parceria com os comerciantes genoveses e venezianos.
 - B) a centralização monárquica e o desenvolvimento de conhecimentos cartográficos e astronômicos.
 - C) a superação do mito do abismo do mar e o apoio financeiro e tecnológico britânico.
 - D) o avanço das ideias iluministas e a defesa do livre-comércio entre as nações.
 - E) o fim do interesse europeu pelas especiarias e a busca de formas de conservação dos alimentos.
- 02.** (CEFET-RJ–2016) Após a morte do rei D. Fernando I em 1383, Portugal caiu em uma crise de sucessão que só foi resolvida com a subida ao trono de D. João I (mestre de Avis), através da chamada “Revolução de Avis”, finalizada na batalha de Aljubarrota em 1385. A vitória de D. João I representou a consolidação da aliança da burguesia portuguesa junto ao poder real. Tal fato favoreceu:
- A) o fim da nobreza portuguesa, que se viu expulsa de Portugal.
 - B) o apoio da realeza portuguesa a empreendimentos que interessavam à burguesia, como a expansão marítima.
 - C) a oposição da realeza portuguesa a empreendimentos que não interessavam à burguesia, como a expansão marítima.
 - D) a aliança dos reis de Portugal com os reis da Espanha e da Itália.
- 03.** (PUC-Campinas-SP–2016) [...] os mitos e o imaginário fantástico medieval não foram subitamente subtraídos da mentalidade coletiva europeia durante o século XVI. [...] Conforme Laura de Mello e Sousa, “parece lícito considerar que, conhecido o Índico e desmitificado o seu universo fantástico, o Atlântico passará a ocupar papel análogo no imaginário do europeu quatrocentista”.
- VILARDAGA, José Carlos. *Lastros de viagem: expectativas, projeções e descobertas portuguesas no Índico (1498-1554)*. São Paulo: Annablume, 2010. p. 197.
- O imaginário que povoou as crenças dos viajantes no contexto da expansão marítima europeia pressupõe a
- A) presença de perigos mortais advindos de forças sobrenaturais no então denominado Mar Sangrento ou Vermelho em função do número de tragédias que ocorriam durante sua travessia.
 - B) certeza de que o chamado Mar Oceano se conectava ao Pacífico, por meio de uma passagem que posteriormente seria nomeada como Estreito de Gibraltar.
 - C) existência de monstros marinhos, ondas gigantescas e outros tipos de ameaça no chamado Mar Tenebroso, como era conhecido o Atlântico.

- D) dúvida em relação à possibilidade de circunavegação da terra, pois a primeira volta completa ao mundo só ocorreu no final do século XVI, quando Colombo prosseguiu em sua busca de uma rota para as Índias.
- E) necessidade de que em toda expedição houvesse um padre e um grande crucifixo, artifícios que impediriam qualquer ameaça durante a travessia, inclusive epidemias como o escorbuto, causadas pela falta de higiene.

04. (PUC Rio–2016) Sobre a conquista espanhola da América nos séculos XV e XVI, assinale a afirmativa correta.

- A) Da conquista participaram soldados, clérigos, cronistas, marinheiros, artesãos e aventureiros, motivados pelo desejo de encontrar riquezas como o ouro e a prata e também de expandir a fé católica expulsando os muçulmanos da América.
- B) O ano de 1492 foi crucial não só pela chegada de Colombo à América, como também pela conclusão da unidade da monarquia espanhola levada adiante pelos reis católicos com a conquista de Granada, último reduto muçulmano na península.
- C) Hernán Cortés conquistou facilmente o império Asteca, na região do alto Peru, à época governado por Montezuma, com quem se aliou para derrotar outros povos indígenas que resistiram à dominação espanhola.
- D) Desde o início da conquista, os indígenas contaram com a proteção da Igreja católica que os reconhecia como seres humanos que possuíam alma e, portanto, não deveriam ser subjugados.
- E) O Império Inca, no México, foi conquistado por Francisco Pizarro, que enfrentou uma longa resistência dos exércitos indígenas, militarmente superiores e profundos conhecedores do território em que viviam.

05. (UFU-MG–2015) Se essa passagem de século tem hoje um sentido para nós, um sentido que talvez não tinha nos séculos anteriores, é porque vemos que aí é que surgem as primícias da globalização. E essa globalização é mais que um processo de expansão de origem ibérica. Em 1500, ainda estamos bem longe de uma economia mundial. No limiar do século XVI, a globalização corresponde ao fato de setores do mundo que se ignoravam ou não se frequentavam diretamente serem postos em contato uns com os outros.

GRUZINSKI, Serge. *A passagem do século: 1480-1520 – as origens da globalização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 96-98 (Adaptação).

Na busca das raízes do conceito de globalização, os historiadores têm voltado suas atenções às grandes navegações, porque este momento histórico

- A) permitiu, com anuência da Igreja, a formação de um verdadeiro mercado global de mão de obra escrava, composta de indígenas.
- B) tornou a Igreja uma força política global, com hegemonia, por exemplo, sobre todo o continente americano.
- C) representou a unificação dos mercados coloniais principalmente a partir do fornecimento de gêneros de subsistência.
- D) foi decisivo na expansão da atividade comercial para além das fronteiras europeias e na ampliação dos mercados.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



01. (UFRGS-RS) Durante a Baixa Idade Média, ocorreu em Portugal a denominada Revolução de Avis (1383-1385), que resultou em uma mudança dinástica, cuja principal consequência foi

- A) o enfraquecimento do poder monárquico diante das pressões localistas que ainda sobreviviam nas pequenas circunscrições territoriais do reino.
- B) o surgimento de uma burguesia industrial cosmopolita e afinada com a mentalidade capitalista que se instaura na Europa.
- C) o início das Grandes Navegações marítimas, que resultaram no descobrimento da América e no reconhecimento da Oceania pelos lusitanos.
- D) o início do processo de expansão ultramarina, que levaria às conquistas no Oriente, além da ocupação e do desenvolvimento econômico da América Portuguesa.
- E) o surgimento de uma aristocracia completamente independente do Estado, que tinha como projeto político mais relevante a expansão do ideal cruzadista.

02. (PUC-SP) Enquanto as caravelas cruzavam os mares obedecendo a cálculos precisos, multidões se deliciavam, na Corte, com os espetáculos de Gil Vicente, onde se abria espaço às práticas cotidianas do povo comum, eivadas de magismo e de maravilhoso. Os processos quinhentistas da Inquisição atestam como era corriqueiro o recurso a filtros e poções mágicas, e difundida a crença nos poderes extraordinários do Demônio.

SOUZA, Laura de Mello e. *Inferno atlântico*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 21-22.

O texto caracteriza a época da expansão marítima europeia (séculos XV e XVI) e destaca

- A) a vitória definitiva do pensamento racional sobre os valores religiosos e obscurantistas que caracterizavam a Idade Média.
- B) uma cruzada religiosa contra os infiéis e a tentativa cristã de libertar Jerusalém do domínio islâmico.
- C) a convivência entre pensamento racionalista e diversas formas de crenças no caráter maravilhoso do mundo.
- D) um esforço europeu para impor sua hegemonia militar, política e comercial sobre a América e o litoral atlântico da África.
- E) a ampliação do poder da Igreja, que passava a controlar as manifestações artísticas populares e perseguia os hereges.

- 03.** (PUC RS) Considere o texto a seguir, de G. F. Oviedo, historiador espanhol, publicado em 1555.

O almirante Colombo encontrou, quando descobriu esta Ilha Hispaniola, um milhão de índios e índias [...] dos quais [...] não creio que estejam vivos no presente ano de 1535, quinhentos. [...] Alguns fizeram esses índios trabalhar excessivamente. Outros não lhes deram nada para comer [...]. Além disso, as pessoas dessa região são naturalmente tão inúteis, corruptas, de pouco trabalho, melancólicas, covardes, sujas, de má condição, mentirosas, sem constância e firmeza [...]. Vários índios, por prazer e passatempo, deixam-se morrer por veneno para não trabalhar. [...] eu acreditaria antes que Nosso Senhor permitiu, devido aos grandes, enormes e abomináveis pecados dessas pessoas selvagens, rústicas e animais, que fossem eliminadas e banidas da superfície terrestre.

Apud ROMANO, Ruggiero. *Mecanismos da conquista colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1973. p. 76.

Considerando o contexto histórico, pode-se afirmar que Oviedo expressa uma das visões sobre os povos americanos típicas de sua época, marcadas pelo

- A) evolucionismo. D) europocentrismo.
B) experimentalismo. E) naturalismo.
C) fisiocratism.

- 04.** (Unesp–2018) As primeiras expedições na costa africana a partir da ocupação de Ceuta em 1415, ainda na terra de povos berberes, foram registrando a geografia, as condições de navegação e de ancoragem. Nas paradas, os portugueses negociavam com as populações locais e sequestravam pessoas que chegavam às praias, levando-as para os navios para serem vendidas como escravas. Tal ato era justificado pelo fato de esses povos serem infiéis, seguidores das leis de Maomé, considerados inimigos, e portanto podiam ser escravizados, pois acreditavam ser justo guerrear com eles. Mais ao sul, além do rio Senegal, os povos encontrados não eram islamizados, portanto não eram inimigos, mas eram pagãos, ignorantes das leis de Deus, e no entender dos portugueses da época também podiam ser escravizados, pois ao se converterem ao cristianismo teriam uma chance de salvar suas almas na vida além desta.

SOUZA, Marina de Mello e. *África e Brasil africano*. 2007.

O texto caracteriza

- A) o mercado atlântico de africanos escravizados em seu período de maior intensidade e o controle do tráfico pelas Companhias de Comércio.
B) o avanço gradual da presença europeia na África e a conformação de um modelo de exploração da natureza e do trabalho.
C) as estratégias da colonização europeia e a sua busca por uma exploração sustentável do continente africano.
D) o caráter laico do Estado português e as suas ações diplomáticas junto aos reinos e às sociedades organizadas da África.
E) o pioneirismo português na expansão marítima e a concentração de sua atividade exploradora nas áreas centrais do continente africano.

- 05.** (FGV-RJ–2016) A partir do século XV, com o périplo africano, a exploração do litoral da África permitiu que os portugueses estabelecessem feitorias e intensificassem suas atividades mercantis. A respeito das atividades comerciais que se desenvolviam no continente africano a partir do século XV, assinale a afirmação correta.

- A) As rotas internas da África só se articularam ao circuito mercantil do Mediterrâneo com a expansão marítima e com a transposição do Cabo das Tormentas.
B) As rotas saarianas haviam sido intensificadas com a expansão islâmica e articularam-se ao processo de expansão comercial que envolveu também as rotas asiáticas de especiarias.
C) As rotas africanas do Saara foram interrompidas com o périplo português, que ampliou e acelerou o escoamento dos produtos do interior do continente.
D) O comércio interno do continente africano baseava-se no tráfico de escravos e no escravismo, sistema de exploração e venda de seres humanos, criado na África.
E) As atividades mercantis africanas dependiam do trânsito de mercadorias de luxo vindas da Ásia, dado que o continente africano não produzia esse tipo de mercadoria.

- 06.** (PUC-SP) Ao embarcar em um navio rumo ao Novo Mundo, famílias portuguesas, aventureiros de todas espécies, nobres, religiosos, degredados, prostitutas e marinheiros deixavam para trás tudo o que se poderia relacionar com dignidade. Não havia a bordo privacidade nem garantia de integridade física – doenças, estupros, fome e sede eram riscos inerentes à viagem, sem contar o perigo de acidentes.

RAMOS, Fábio Pestana. Os apuros dos navegantes. *História Viva*, n. 68, p. 60, jun. 2009.

O texto menciona aspectos curiosos e importantes da conquista europeia da América.

Sobre as viagens mencionadas no texto, podemos afirmar que

- A) as pessoas que aceitavam embarcar nos navios que partiam em direção ao Novo Mundo eram predominantemente miseráveis, o que explica a pobreza da população nas colônias.
B) escravos eram arregimentados na África para trabalhar nos navios que cruzavam os oceanos e para manter, dessa forma, um mínimo de organização e ordem a bordo.
C) as navegações ultramarinas, apesar de todos os inventos técnicos e da racionalidade que impulsionaram, tinham caráter aventureiro e comportavam inúmeros riscos.
D) nobres e pobres misturavam-se nos navios, sem que houvesse qualquer distinção social, o que explica a democracia racial e social implantada nas terras conquistadas.
E) as mulheres da nobreza que atravessavam o Atlântico conheciam os perigos da viagem e, por isso, levavam armas para que pudessem se defender de ataques a bordo.

07.
T4KR

(UEL-PR) Este mapa é de fundamental significação na história da cartografia. Ele ampliou a imagem contemporânea do mundo, proporcionando uma visão essencialmente nova deste. É conhecido indubitavelmente a partir da sua publicação em 1507. Nele o Novo Mundo recebe o nome de América pela primeira vez.



MARTIN WALDSEEMÜLLER, 1507. In: WHITFIELD, P. *The image of the world: 20 centuries of World Maps*. San Francisco: Pomegranate Artbooks & British Library, 1994. p. 48-9. Tradução livre (Adaptação).

De acordo com o texto, o mapa e os conhecimentos sobre o tema, é correto afirmar que a cartografia do século XVI

- abandonou a perspectiva medieval de representação, adotando modelos renascentistas devido à necessidade da incorporação da Ásia, descoberta por Colombo e pelos navegadores que o sucederam.
- constituiu outro tipo de narrativa da expansão marítima europeia, ao incorporar os relatos dos navegantes nas representações pictográficas, expressando uma nova consciência sobre o mundo.
- significou um aperfeiçoamento natural das formas anteriores de representação de mundo, como as iluminuras, das quais descende, tendo se tornado possível graças à invenção da imprensa.
- descreveu os locais onde se estabeleceriam as colônias, bem como os dados antropológicos, sociais e econômicos, antecipando a revolução científica do século XIX.
- representou o ápice do desenvolvimento científico do século XVI, na medida em que serviu de modelo para o desenvolvimento tecnológico e artístico do Renascimento.

08. (FUVEST-SP) Deve-se notar que a ênfase dada à faceta cruzadística da expansão portuguesa não implica, de modo algum, que os interesses comerciais estivessem dela ausentes – como tampouco o haviam estado das cruzadas do Levante, em boa parte manejadas e financiadas pela burguesia das repúblicas marítimas da Itália. Tão mesclados andavam os desejos de dilatar o território cristão com as aspirações por lucro mercantil que, na sua oração de obediência ao pontífice romano, D. João II não hesitava em mencionar entre os serviços prestados por Portugal à cristandade o trato do ouro da Mina, “comércio tão santo, tão seguro e tão ativo” que o nome do Salvador, “nunca antes nem de ouvir dizer conhecido”, ressoava agora nas plagas africanas [...].

THOMAZ, Luiz Felipe. D. Manuel, a Índia e o Brasil. *Revista de História da USP*, n. 161, p. 16-17, 2º sem. de 2009 (Adaptação).

Com base na afirmação do autor, pode-se dizer que a expansão portuguesa dos séculos XV e XVI foi um empreendimento

- puramente religioso, bem diferente das cruzadas dos séculos anteriores, já que essas eram, na realidade, grandes empresas comerciais financiadas pela burguesia italiana.
- ao mesmo tempo religioso e comercial, já que era comum, à época, a concepção de que a expansão da cristandade servia à expansão econômica e vice-versa.
- por meio do qual os desejos por expansão territorial portuguesa, dilatação da fé cristã e conquista de novos mercados para a economia europeia mostrar-se-iam incompatíveis.
- militar, assim como as cruzadas dos séculos anteriores, e no qual objetivos econômicos e religiosos surgiriam como complemento apenas ocasional.
- que visava, exclusivamente, lucrar com o comércio intercontinental, a despeito de, oficialmente, autoridades políticas e religiosas afirmarem que seu único objetivo era a expansão da fé cristã.

- 09.** (Unicamp-SP) Referindo-se à expansão marítima dos séculos XV e XVI, o poeta português Fernando Pessoa escreveu, em 1922, no poema "Padrão":

E ao imenso e possível oceano
Ensinam estas Quinas, que aqui vês,
Que o mar com fim será grego ou romano:
O mar sem fim é português.

PESSOA, Fernando. *Mensagem* – poemas esotéricos.
Madri: ALLCA XX, 1997. p. 49.

Nestes versos identificamos uma comparação entre dois processos históricos. É válido afirmar que o poema compara

- A) o sistema de colonização da Idade Moderna aos sistemas de colonização da Antiguidade Clássica: a navegação oceânica tornou possível aos portugueses o tráfico de escravos para suas colônias, enquanto gregos e romanos utilizavam servos presos à terra.
- B) o alcance da expansão marítima portuguesa da Idade Moderna aos processos de colonização da Antiguidade Clássica: enquanto o domínio grego e romano se limitava ao Mar Mediterrâneo, o domínio português expandiu-se pelos oceanos Atlântico e Índico.
- C) a localização geográfica das possessões coloniais dos impérios antigos e modernos: as cidades-estado gregas e depois o Império Romano se limitaram a expandir seus domínios pela Europa, ao passo que Portugal fundou colônias na costa do norte da África.
- D) a duração dos impérios antigos e modernos: enquanto o domínio de gregos e romanos sobre os mares teve um fim com as guerras do Peloponeso e Púnicas, respectivamente, Portugal figurou como a maior potência marítima até a independência de suas colônias.

- 10.** (UPF-RS-2016) Luís Vaz de Camões, um dos maiores nomes do Renascimento Cultural português, imortalizou, em sua principal obra, a viagem de Vasco da Gama às Índias.

"Já no largo Oceano navegavam,
As inquietas ondas apartando;
Os ventos brandamente respiravam,
Das naus as velas côncavas inchando;
Da branca espuma os mares se mostravam
Cobertos, onde as proas vão cortando
As marítimas águas consagradas,
Que do gado de Próteo são cortadas."

CAMÕES. *Os Lusíadas*. Verso 19.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente elementos relativos à participação de Portugal na expansão marítima europeia nos séculos XV e XVI.

- A) O total apoio da Igreja Católica, desde a aclamação do primeiro rei português, visando à expansão econômica e religiosa que a expansão marítima iria concretizar.
- B) Para o grupo mercantil, a expansão marítima era comercial e aumentava os negócios, superando a crise do século XV; para o Estado, trazia maiores rendas; para a nobreza, trazia cargos e pensões; e, para a Igreja Católica, representava maior cristianização dos "povos bárbaros".
- C) O pioneirismo português se deveu mais ao atraso dos seus rivais, envolvidos em disputas dinásticas, do que a fatores próprios do processo histórico, econômico, político e social de Portugal.
- D) A expansão marítima, embora contasse com o apoio entusiasmado do grupo mercantil, recebeu o combate dos proprietários agrícolas, para quem os dispêndios com o comércio eram perdulários.
- E) A burguesia, ao liderar a arraia-miúda na Revolução de Avis, conseguiu manter a independência de Portugal, centralizou o poder e impôs ao Estado o seu interesse específico na expansão.

- 11.** (UFMG) Sabe-se que Cristóvão Colombo não descobre a América, pois imagina estar chegando à Ásia, à ilha de Cipango [o Japão], perto da costa da China e da corte do Grão-Cã. O que procurava? As "Ilhas Douradas", Tarsis e Ofir, de onde saíam as fabulosas riquezas que o rei Salomão explorara [...] Aliás, o almirante era um homem obstinado. Convencido de ter chegado ao continente asiático quando desembarcou em Cuba, ele obrigou seus partidários a partilharem de sua ideia fixa.

GRUZINSKI, Serge. *A passagem do século – 1480-1520: as origens da globalização*.
São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 21.

Considerando-se as informações desse texto, é correto afirmar que

- A) a obstinação de Colombo o levou a atingir as remotas regiões do Japão e da China, onde estariam as riquezas que – dizia-se – haviam sido exploradas pelo rei Salomão e pelo Grande Cã.
- B) a busca das maravilhas relatadas em livros de viagens, desde os tempos medievais, se constituiu em um dos fatores que incentivaram as Grandes Navegações no início dos tempos modernos.
- C) o desembarque de Colombo em Cuba, na sua segunda viagem, acabou por convencê-lo e a sua frota de que eles haviam chegado a uma terra ainda por descobrir – possivelmente as famosas "Ilhas Douradas".
- D) a descoberta da América foi feita por Américo Vespúcio, uma vez que Colombo, de acordo com novos estudos, atingiu, na sua primeira viagem, o continente asiático, onde foram fundadas feitorias.

- 12.** (Mackenzie-SP) Desde cedo, aprendemos, em casa ou na escola, que o Brasil foi descoberto por Pedro Álvares Cabral, em abril de 1500. Esse fato constitui um dos episódios da Expansão Marítima portuguesa, iniciada em princípios do século XV. Para entendê-la, devemos começar pelas transformações ocorridas na Europa Ocidental, a partir de uma data situada em torno de 1150.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*.

Entre as transformações citadas no texto, e que se encontram entre as causas da Expansão Marítima europeia no século XV, podemos, corretamente, citar

- A) o conflito religioso resultante da Reforma na Europa, o que fez com que missionários luteranos desembarcassem na América Ibérica, convertendo milhares de nativos à fé protestante, em detrimento do Catolicismo.
- B) o estudo das atividades marítimas e técnicas de navegação desenvolvidas na Espanha medieval, principalmente em relação à exploração do litoral africano, o que fez deste país o pioneiro na navegação do Oceano Atlântico no século XV.
- C) a precoce centralização do poder na Inglaterra – garantida pela união da monarquia plantageneta com a rica burguesia comercial –, possibilitando, aos ingleses, investimentos na compra de navios portugueses entre os séculos XIII e XV.
- D) a permanência do “espírito cruzadista” na Península Ibérica, o que fez com que Portugal e Espanha estivessem empenhados na luta contra os “infiéis” no Oriente Médio, atrasando em dois séculos (XIV-XVI) a Expansão Marítima Ibérica.
- E) a contradição entre o crescimento populacional nesse período e a baixa produção feudal, gerando a necessidade de se procurar novas áreas geográficas para exploração europeia, aumentando, assim, a quantidade de recursos materiais e alimentícios na Europa.

- 13.** (UERJ) Uma questão acadêmica, mas interessante, acerca da “descoberta” do Brasil é a seguinte: ela resultou de um acidente, de um acaso da sorte? Não, ao que tudo indica. Os defensores da casualidade são hoje uma corrente minoritária. A célebre carta de Caminha não refere a ocorrência de calmarias. Além disso, é difícil aceitar que uma frota com 13 caravelas, bússola e marinheiros experimentados se perdesse em pleno oceano Atlântico e viesse bater nas costas da Bahia por acidente.

Rejeitado o acaso como fonte de explicação no que tange aos objetivos da “descoberta”, fica de pé a seguinte pergunta: qual foi, portanto, a finalidade, a intenção da expedição de Cabral?

LOPEZ, Luiz Roberto. *História do Brasil colonial*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983 (Adaptação).

Os descobrimentos marítimos dos séculos XV e XVI foram processos importantes para a construção do mundo moderno. A chegada dos portugueses ao Brasil decorre dos projetos que levaram diferentes nações europeias às grandes navegações.

Formule uma resposta à pergunta do autor, ao final do texto: qual foi a finalidade da expedição de Cabral? Em seguida, cite dois motivos que justificam as grandes navegações marítimas nos séculos XV e XVI.

SEÇÃO ENEM

- 01.** (Enem–2017) Os cartógrafos portugueses teriam falseado as representações do Brasil nas cartas geográficas, fazendo concordar o meridiano com os acidentes geográficos de forma a ressaltar uma suposta fronteira natural dos domínios lusos. O delineamento de uma grande lagoa que conectava a bacia platina com a amazônica já era visível nas primeiras descrições geográficas e mapas produzidos por Gaspar Viegas, no Atlas de Lopo Homem (1519), nas cartas de Diogo Ribeiro (1525-27), no planisfério de André Homen (1559), nos mapas de Bartolomeu Velho (1561).

KANTOR, Í. Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. *Varia Historia*, n. 37, 2007 (Adaptação).

De acordo com a argumentação exposta no texto, um dos objetivos das representações cartográficas mencionadas era

- A) garantir o domínio da Metrópole sobre o território cobijado.
- B) demarcar os limites precisos do Tratado de Tordesilhas.
- C) afastar as populações nativas do espaço demarcado.
- D) respeitar a conquista espanhola sobre o Império Inca.
- E) demonstrar a viabilidade comercial do empreendimento colonial.

- 02.** (Enem) Todo homem de bom juízo, depois que tiver realizado sua viagem, reconhecerá que é um milagre manifesto ter podido escapar de todos os perigos que se apresentam em sua peregrinação; tanto mais que há tantos outros acidentes que diariamente podem aí ocorrer que seria coisa pavorosa àqueles que aí navegam querer pô-los todos diante dos olhos quando querem empreender suas viagens.

J. P. T. Histoire de plusieurs voyages aventureux. 1600. In: DELUMEAU, J. *História do medo no Ocidente: 1300-1800*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009 (Adaptação).

Esse relato, associado ao imaginário das viagens marítimas da época moderna, expressa um sentimento de

- A) gosto pela aventura.
- B) fascínio pelo fantástico.
- C) temor do desconhecido.
- D) interesse pela natureza.
- E) purgação dos pecados.

- 03.** (Enem) De ponta a ponta, é tudo praia-palma, muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa. Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém a terra em si é de muito bons ares [...]. Porém o melhor fruto que dela se pode tirar me parece que será salvar esta gente.

CARTA de Pero Vaz de Caminha.
In: MARQUES, A; BERUTTI, F; FARIA, R.
História moderna através de textos.
São Paulo: Contexto, 2001.

A carta de Pero Vaz de Caminha permite entender o projeto colonizador para a nova terra. Nesse trecho, o relato enfatiza o seguinte objetivo:

- A) Valorizar a catequese a ser realizada sobre os povos nativos.
- B) Descrever a cultura local para enaltecer a prosperidade portuguesa.
- C) Transmitir o conhecimento dos indígenas sobre o potencial econômico existente.
- D) Realçar a pobreza dos habitantes nativos para demarcar a superioridade europeia.
- E) Criticar o modo de vida dos povos autóctones para evidenciar a ausência de trabalho.
- 04.** (Enem) A identidade negra não surge da tomada de consciência de uma diferença de pigmentação ou de uma diferença biológica entre populações negras e brancas e(ou) negras e amarelas. Ela resulta de um longo processo histórico que começa com o descobrimento, no século XV, do continente africano e de seus habitantes pelos navegadores portugueses, descobrimento esse que abriu o caminho às relações mercantilistas com a África, ao tráfico negreiro, à escravidão e, enfim, à colonização do continente africano e de seus povos.

MUNANGA, K. Algumas considerações sobre a diversidade e a identidade negra no Brasil. In: *Diversidade na educação: reflexões e experiências.* Brasília: SEMTEC / MEC, 2003. p. 37.

Com relação ao assunto tratado no texto, é correto afirmar que

- A) a colonização da África pelos europeus foi simultânea ao descobrimento desse continente.
- B) a existência de lucrativo comércio na África levou os portugueses a desenvolverem esse continente.
- C) o surgimento do tráfico negreiro foi posterior ao início da escravidão no Brasil.
- D) a exploração da África decorreu do movimento de expansão europeia do início da Idade Moderna.
- E) a colonização da África antecedeu as relações comerciais entre esse continente e a Europa.

GABARITO

Meu aproveitamento 

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

01. B
02. B
03. C
04. B
05. D

Propostos

Acertei _____ Errei _____

01. D
02. C
03. D
04. B
05. B
06. C
07. B
08. B
09. B
10. B
11. B
12. E
13. A expedição de Cabral tinha como principal intenção garantir a influência lusa nas regiões asiáticas recém-descobertas por Vasco da Gama. Paralelamente ao objetivo central, a expedição também visava alcançar as terras da América, permitindo a influência dos portugueses nos territórios alcançados por Cristóvão Colombo em 1492 e que seriam de futura valia aos interesses de Portugal.
- Podem ser citados como objetivos da Expansão Marítima:
- a expansão religiosa;
 - a expansão territorial;
 - a busca por novas rotas para a região das Índias;
 - a busca por metais preciosos;
 - o fortalecimento do Estado Nacional português.

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

01. A
02. C
03. A
04. D



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

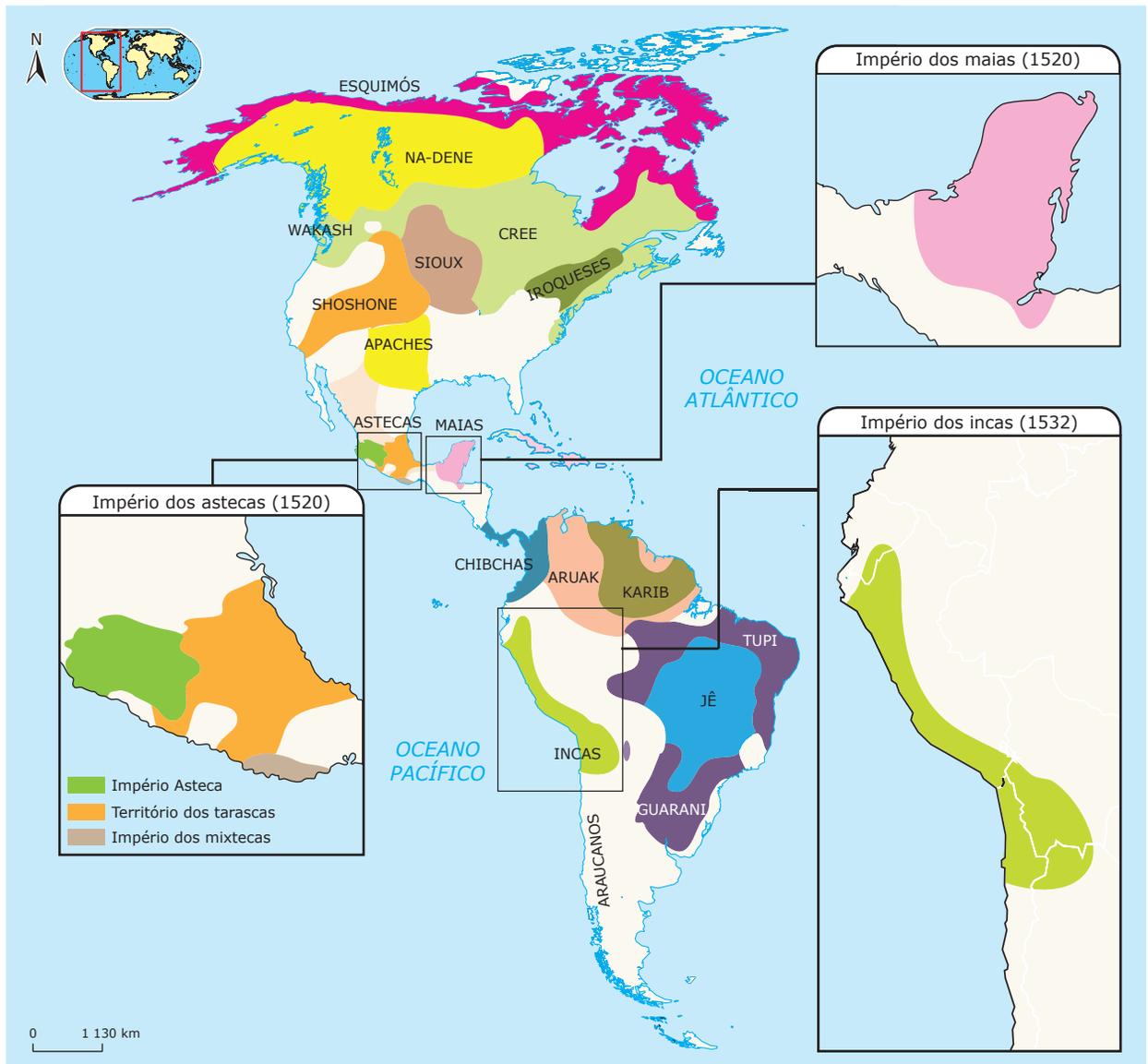
América Espanhola

A chegada de Cristóvão Colombo à América no ano de 1492 instigou as nações ibéricas ao projeto de exploração do Novo Continente, sem dimensionar, no entanto, a gigantesca influência econômica, social e cultural que as chamadas Índias Ocidentais poderiam provocar no Velho Mundo.

Uma das mais extraordinárias experiências foi o contato com as civilizações pré-colombianas, marcadas por traços culturais profundamente distintos dos povos europeus, mas capazes de apresentar níveis de desenvolvimento que provocam admiração e curiosidade até os dias de hoje.

Entre as inúmeras comunidades indígenas, destacam-se as Altas Culturas mesoamericanas (astecas e maias) e os povos que habitaram a região dos Andes (incas).

Povos ameríndios



O mapa ilustra a diversidade étnica presente na América no período da chegada e conquista europeia.

ASTECCAS

Representantes da mais poderosa civilização mesoamericana quando da chegada dos europeus na América, os astecas se desenvolveram em torno do Lago Texcoco. Esse era o local onde se situava a capital do império, Tenochtitlán, caracterizada por traços arquitetônicos complexos, com utilização de pontes e sistema de canalização de água, até então ausentes na maioria das cidades europeias.

A sociedade era hierarquizada, presidida por um governante supremo, divinizado, que conduzia uma aristocracia composta de chefes militares, sacerdotes e altos funcionários do Estado. Os grupos privilegiados eram seguidos de artesãos da elite, comerciantes, camponeses e escravos. Entre os indivíduos submetidos à escravidão estavam prisioneiros de guerra, criminosos e crianças vendidas pelos pais.

A religião asteca era politeísta e cultuava deuses como Quetzalcoatl (serpente emplumada), Huitzilopochtli (deus da guerra) e Tlaloc (deus da chuva). Em homenagem aos deuses, os astecas praticavam sacrifícios humanos de prisioneiros de guerra e crianças durante festivais.

As práticas agrícolas eram a base do sistema econômico, sendo constituídas por *chinampas* – ilhas artificiais – que serviam ao cultivo de hortaliças. Desenvolvia-se nesses locais o plantio de milho, feijão, melão, pimenta, algodão e cacau – este último utilizado para a produção do chocolate. Promovia-se também a criação do cachorro e do peru.

O comércio com as regiões mais longínquas do império era intenso, sendo utilizada a semente de cacau como instrumento financeiro para facilitar as trocas, visto que servia como complemento para as negociações com mercadorias que apresentavam valores distintos.

O artesanato, a cerâmica, a tecelagem, a arquitetura e a escultura apresentavam notável complexidade. Eram conhecedores das práticas de metalurgia, utilizando o ouro e a prata apenas como ornamentos, mas não atribuíam a esses metais a função monetária, situação que era comum a todos os povos pré-colombianos.

Essa civilização desenvolveu, ainda, a escrita pictórica, além de ter apresentado grande conhecimento de Matemática e de Astronomia, o que possibilitou a criação de um complexo e preciso calendário.

INCAS

Localizado ao longo da Cordilheira dos Andes, o Império Inca atingia uma extensão que alcançava as atuais regiões do Equador, do Peru, da Bolívia e do Chile. Para integrar essa extensa região, construíram estradas que ligavam os pontos mais distantes, com destaque para as cidades de Cuzco e Machu Picchu.

A administração dessa extensa área ficava a cargo do imperador, o inca. Chefe civil, religioso e militar, o inca era considerado uma divindade, o Filho do Sol. A sociedade era fortemente estratificada e composta por nobres, sacerdotes, artesãos, camponeses e escravos. A aristocracia dominava os chefes locais (curacas), juizes e comandantes militares, que, por sua vez, controlavam o restante da população.

Os incas dominavam a agricultura e utilizavam para o cultivo terraços nas áreas de encosta, devido ao traçado montanhoso da região, com sofisticados canais, aquedutos e represas. Plantava-se batata, milho, algodão, abacate e mandioca. Criava-se a lhama, fundamental para a alimentação e para o transporte.



Machu Picchu, símbolo do Império Inca, é uma cidade localizada no alto de uma montanha no Peru e considerada patrimônio mundial pela Unesco.

O conhecimento do artesanato permitia o trabalho em cerâmica, prata e ouro, o que impressionou os primeiros europeus que chegaram à região e saquearam grande parte dessa riqueza.

MAIAS

A civilização mesoamericana já estava desaparecida quando da chegada dos europeus no início do século XVI. Localizados na região da Península de Yucatán, os maias, ao contrário dos astecas e incas, não constituíram um império centralizado, organizando-se em cidades com estruturas políticas autônomas, como Palenque e Yaxchilán.

A sociedade maia era dividida em nobres, sacerdotes, camponeses e escravos. Os nobres eram os guerreiros e administradores. Os sacerdotes cuidavam do culto aos deuses, e também se dedicavam às artes e às ciências – como a Astronomia – contando com grande prestígio social. Os escravos eram minoria na sociedade, geralmente prisioneiros de guerra ou criminosos, e praticavam trabalhos forçados, como a execução de obras públicas. Os camponeses dedicavam-se à agricultura da batata, do algodão, da abóbora e, principalmente, do milho. Não há registro do desenvolvimento da pecuária, porém sabe-se que eram realizadas intensas trocas comerciais.

No âmbito cultural, seguindo o traço comum das civilizações pré-colombianas, os maias eram politeístas. Desenvolveram a escrita hieroglífica e se notabilizaram pelo desenvolvimento da Matemática e da Astronomia, a qual originou um complexo calendário cíclico organizado em períodos de 52 anos. O avanço nesse setor era tão notável que permitia o acompanhamento de eclipses solares e de movimentos planetários.



Bjorn Christian Torrissen / Creative Commons

Ruínas de Chichen Itzá, localizadas no estado de Yucatán, no México, são um exemplo da grandiosidade cultural dos povos ameríndios.

Diferentemente dos incas e dos astecas, povos que foram destruídos pela ocupação espanhola, os maias declinaram em torno do ano 900 d.C., com o esvaziamento de seus principais núcleos. Inexiste, no meio científico, uma tese definitiva para explicar esse processo migratório.

Parte da cultura maia acabou sendo apropriada por outros grupos mesoamericanos, como os toltecas, que migraram para a região de Yucatán. Estes criaram o Novo Império Maia, tendo a extraordinária cidade de Chichen Itzá como núcleo irradiador desse novo período. O declínio completo dessa região ocorreu em torno do ano de 1200 d.C., possivelmente por disputas políticas internas.



Civilizações pré-colombianas

O encontro entre os espanhóis e os nativos do continente americano revelou um alto nível de desenvolvimento dos povos locais. Veja as características de alguns representantes das civilizações pré-colombianas.

8T03

A CONQUISTA

Apesar de patrocinar a viagem que levou à chegada na América e de empreender esforços diplomáticos para garantir o controle das novas terras, a Coroa espanhola não investiu recursos financeiros no processo inicial de Conquista.



Autor desconhecido / Domínio Público

Hernán Cortez. Em razão de sua conquista sobre o Império Asteca, a Espanha ascendeu à condição de potência colonial e os povos indígenas foram submetidos à dominação e ao trabalho compulsório.

O comprometimento com as questões políticas europeias impediu os monarcas Fernando de Castela e Carlos V, reis do período da Conquista, de deslocarem recursos públicos no projeto de domínio das chamadas Índias Ocidentais.

A criação do sistema de **capitulações**, nesse contexto, mostrou-se eficiente em solucionar os problemas referentes à América. Esse sistema foi marcado pela concessão do direito de exploração das novas regiões a um explorador particular, responsável por todos os recursos a serem despendidos no processo de Conquista.

O contratante das capitulações teria, em contrapartida, o direito vitalício de exploração das novas terras, o controle das cidades fundadas e o comando das jurisdições civil e criminal, além de empreender o processo de evangelização dos gentios.

Dentro das obrigações dos primeiros exploradores, ficava o importante encargo do pagamento do quinto, ou seja, 20% de toda a riqueza saqueada dos povos nativos. Além disso, o explorador deveria conceder o monopólio de exploração das áreas fornecedoras de minerais preciosos ao governo metropolitano.

Caso conseguisse obter sucesso no projeto de Conquista, adquiriria o título de **adelantado**, expressão utilizada na Espanha para designar os líderes militares que, em nome do rei, comandavam as regiões dominadas na luta de Reconquista.

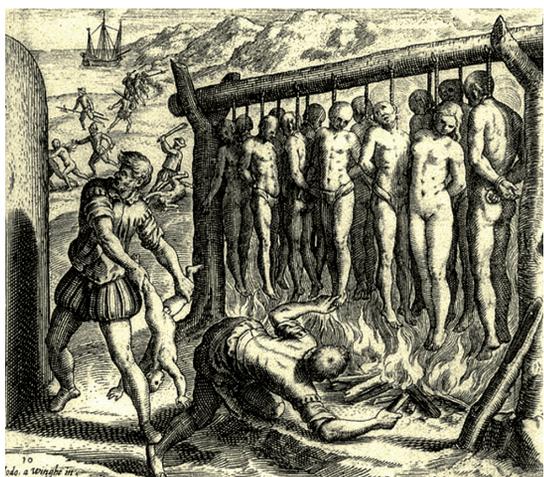
Esses primeiros conquistadores eram, em sua maioria, fidalgos da pequena nobreza e populares, sedentos de riquezas, de títulos e de terras. O primeiro **adelantado** foi Cristóvão Colombo, quando lhe foi concedida a capitulação de Santa Fé. Porém, os que mais se destacaram na exploração do Novo Mundo foram Hernán Cortez e Francisco Pizarro, conquistadores dos impérios Asteca e Inca, respectivamente.

O processo de dominação das comunidades indígenas, apesar da profunda resistência empreendida pelos nativos, mostrou-se relativamente bem-sucedido. Alguns fatores justificam o sucesso dos espanhóis:

- **Superioridade bélica:** o uso de armas de fogo e de armaduras facilitou a dominação sobre os indígenas, que não possuíam sofisticação bélica nos moldes europeus.
- **Uso da cavalaria:** além da fácil mobilidade, os cavalos eram desconhecidos pelos povos americanos, causando espanto e terror. Estes chegavam a crer que cavaleiro e cavalo compunham um só corpo, ficando estupefatos quando os espanhóis se deslocavam independentes de seus animais.
- **Crenças e presságios:** muitos espanhóis foram confundidos com deuses esperados pelos povos nativos, como ocorreu com Cortez no domínio dos astecas. Além disso, as profecias que noticiavam calamidades entre os ameríndios acabaram por enfraquecer o moral dos nativos na luta de resistência contra os invasores.
- **Doenças:** responsáveis pelo extermínio de centenas de milhares de índios, as doenças europeias, como a varíola, contribuíram para o processo de domínio, mesmo não fazendo parte do projeto inicial de Conquista.

A violência exercida pelos primeiros conquistadores foi responsável pelo abalo das estruturas políticas, sociais e religiosas dos ameríndios. O domínio espanhol foi marcado por uma clara imposição dos elementos socioculturais europeus, com destaque para a fé católica. Isso se deu por meio do rápido erguimento de igrejas e pelas missões jesuíticas, responsáveis pela evangelização dos gentios nas regiões mais longínquas da América Ibérica.

A sobreposição do relato de aparecimento de Nossa Senhora de Guadalupe sobre o mito de Quetzalcóatl, por exemplo, assinala o esforço do domínio cristão nas novas regiões conquistadas.



Representação da violência espanhola no trato com as comunidades indígenas, em convergência com as denúncias efetuadas pelo sacerdote e missionário Bartolomeu de Las Casas.

ADMINISTRAÇÃO COLONIAL

Após a descoberta das primeiras jazidas de prata na região do Alto Peru, a Coroa espanhola optou por assumir um controle maior da região colonial da América, retirando os poderes concedidos aos *adelantados* e impondo complexas estruturas administrativas.

As orientações político-econômicas do Novo Mundo partiam da Espanha por meio de dois importantes órgãos criados no início do século XVI:

- **Casa de Contratação (1503):** sediada inicialmente em Sevilha, sua função principal era direcionar os aspectos administrativo-econômicos do Novo Mundo, com ênfase no recolhimento tributário, que garantiria o cumprimento do ideal mercantilista da Coroa espanhola.

Nesse sentido, uma das primeiras medidas foi o estabelecimento do **sistema de frotas**, em que os navios se deslocavam de seis em seis meses para as áreas portuárias, evitando as ações dos piratas e os desvios de recursos.

A **política de porto único** também contribuía para tal fim, com a utilização apenas do porto de Sevilha como base para o desembarque de navios oriundos do continente americano.

Apenas em 1717, o porto de Cadiz passou a assumir o controle da navegação, visto que para lá foi transferida a sede da Casa de Contratação.

Também eram atribuições desse órgão a mediação de disputas entre capitães de navios, mercadores estrangeiros; e a deliberação acerca de outros casos relativos ao comércio envolvendo as áreas americanas.

- **Conselho das Índias (1524):** com seus membros escolhidos diretamente pelo rei, o Conselho das Índias representou o principal órgão de controle da América Espanhola.

Responsável pela nomeação dos principais funcionários que atuariam no novo continente, o Conselho também foi responsável pela divisão administrativa vigente nas novas terras.

Apesar de as atribuições econômicas serem de responsabilidade da Casa de Contratação, muitas das regulamentações nesse setor eram traçadas pelo Conselho, que também cumpria o papel de Corte Suprema no trato das principais questões relativas aos territórios coloniais.

Cumpria, por assim dizer, papéis referentes às esferas dos 3 poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – no trato da América Espanhola, sempre em nome da autoridade do monarca espanhol.

Sediados na Espanha, a Casa de Contratação e o Conselho das Índias foram responsáveis pela criação das estruturas de comando na América.

Nesse sentido, destaca-se a fundação de quatro **vice-reinos** (Nova Espanha ou México, Nova Granada, Peru e Prata), sediados nos principais centros econômicos e controlados pelos vice-reis, cuja nomeação era feita pelo Conselho das Índias, estando submetidos judicialmente ao controle das **Audiências**.

Originalmente fundadas na Espanha e transferidas para a América, as Audiências eram tribunais conduzidos por ouvidores vitalícios nomeados pelo rei e que tinham amplas atribuições, a ponto de poderem julgar as ações dos vice-reis.

A América Espanhola também se destacou pela existência de **Capitanias** (Cuba, Guatemala, Venezuela, Chile e Flórida), que estavam submetidas ao controle dos vice-reinos e que representavam regiões desenvolvidas de forma incipiente, não pacificadas, mas estratégicas do Império Espanhol na América.

Já o controle da administração local ficava a cargo dos **cabildos** ou **ayuntamientos**, que também exerciam os papéis Legislativo e Judiciário no âmbito regional de cada vila e cidade.

Colonização espanhola na América



Organização administrativa estabelecida pela Coroa espanhola para seus territórios coloniais.

A região colonial espanhola também apresentou outras peculiaridades que a distinguem da área colonial portuguesa: a fundação de universidades e a instalação de tribunais da Inquisição. As primeiras, sob o controle de ordens religiosas, serviam para a instrução da elite ibérica e de seus filhos na América. Já os tribunais serviram à repressão dos movimentos considerados heréticos pela Igreja no Novo Mundo.

Economia

A estrutura econômica da América Espanhola seguiu os preceitos básicos da política mercantilista. Assim, o ideal metalista serviu de orientação para as ações econômicas tanto nas Antilhas quanto nas áreas continentais.

Mineração

Sem dúvida, a mineração representou a principal atividade econômica desenvolvida na região da América Espanhola. O primeiro estágio desse tipo de exploração ocorreu no final do século XV e início do século XVI nas ilhas caribenhas, e foi levado a cabo pelos primeiros conquistadores.

Marcado pela exploração do ouro de aluvião, esse sistema explorou a mão de obra dos nativos, que perderam a vida devido à violência e à busca espanhola pelo rápido enriquecimento.

Nessas ilhas, iniciou-se a exploração dos indígenas pelo sistema de **encomienda**: desenvolvido na Espanha durante a Reconquista e bem-adaptado na América, esse tipo de trabalho foi marcado pela exploração dos nativos por um espanhol – *encomendero* –, que se apresentava como protetor e como responsável pela catequese dos gentios, justificando, assim, a ação exploratória.

A profunda violência desse sistema acarretou uma série de contestações a respeito das relações entre nativos e espanhóis. Destacou-se na defesa dos ameríndios o frei espanhol Bartolomé de Las Casas, que chegou a solicitar em audiência, junto ao monarca espanhol Carlos V, o fim dos abusos cometidos na América. O monarca atendeu às petições do frei em 1542 por meio das Leis Novas, responsáveis pelo fim da escravidão indígena.

Porém, na prática, a *encomienda* se manteve nas relações entre espanhóis e gentios por longas décadas, sendo definitivamente extinta em 1719, com as reformas borbônicas.

A exploração nas Antilhas apresentou curta duração, mas foi intensificada a exploração mineral na área das minas localizadas nos vice-reinos do Peru e da Nova Espanha. A região de Potosí (atual Bolívia), responsável pelo fornecimento de uma quantidade gigantesca de prata, destacou-se de tal modo que a exploração se manteve nessa região até a segunda metade do século XVII.

Segundo os cálculos realizados pelo historiador Pierre Vilar, somente entre os anos de 1551 e 1560, entraram na Casa de Contratação, em Sevilha, 122 028 kg de ouro e 16 179 638 kg de prata oriundos das minas americanas.

Essa riqueza provocou a migração maciça de milhares de espanhóis para o território colonial, que se tornou um universo profundamente urbano e sofisticado para os padrões do século XVI.

A entrada de grande quantidade de recursos financeiros nos cofres espanhóis também colaborou para a consolidação da hegemonia da Espanha no século XVI. No entanto, a ampliação dos recursos minerais circulantes na Península Ibérica por meio da exploração colonial acarretou um processo inflacionário conhecido como **Revolução dos Preços**, que afetou toda a Europa.

A base da mão de obra na atividade de mineração, tanto no Peru quanto no México, foi indígena, por meio do sistema de **mita**, que se orientava pela exploração temporária de certo número de nativos. Estes eram escolhidos por meio de um sorteio, sendo remunerados com recursos de subsistência e moedas, o que era fundamental para manter o pagamento de tributos ao Estado e à Igreja.

Esse tipo de trabalho era utilizado em vários afazeres, porém, manteve-se predominante na região das minas. É interessante observar que essa forma de trabalho não se originou na Espanha. Trata-se de uma relação já existente entre os povos indígenas e que foi adaptada aos interesses dos invasores hispânicos. Assim, justifica-se a variação de termos para designar essa atividade, sendo chamada de *mita*, no Peru, e *cuatequil*, no México.

ABUSOS DOS COLONIZADORES ESPANHÓIS

Aqueles que foram de Espanha para esses países (e se têm na conta de cristãos) usaram de duas maneiras gerais e principais para extirpar da face da terra aquelas míseras nações. Uma foi a guerra injusta, cruel, tirânica e sangrenta. Outra foi matar todos aqueles que podiam ainda respirar ou suspirar e pensar em recobrar a liberdade ou subtrair-se aos tormentos que suportam, como fazem todos os Senhores naturais e os homens valorosos e fortes; pois comumente na guerra não deixam viver senão as crianças e as mulheres: e depois oprimem-nos com a mais horrível e áspera servidão a que jamais tenham submetido homens ou animais.

LAS CASAS, Frei Bartolomeu de. *O paraíso destruído*: brevíssima relação da destruição das Índias [1552]. Porto Alegre: L&PM, 2001. [Fragmento]

Agricultura

O setor agrícola pode ser dividido em duas estruturas. Na região da América Central e das Antilhas, predominou a agricultura de exportação de variadas culturas, com destaque para a cana-de-açúcar e para o tabaco.

Com mão de obra predominantemente escrava, de origem africana, essa atividade se desenvolveu com plenitude a partir da segunda metade do século XVII, no contexto da crise da mineração no Império Espanhol.

Já na região continental, predominou a existência de fazendas voltadas para o mercado interno, conhecidas por **haciendas**. Controlado pelos espanhóis e por seus descendentes, esse modelo agrícola se unia às fazendas de pecuária – **estâncias** – no fornecimento de alimentos para uma sociedade cada vez mais numerosa.

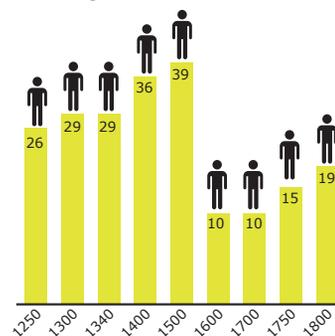
Sociedade

As estruturas sociais da América Espanhola reproduziam o modelo de domínio econômico vigente na região. Os espanhóis, tratados por **chapetones** ou **guachupines**, exerciam as funções administrativas mais importantes do Novo Mundo.

Seus descendentes nascidos na América, chamados de **criollos**, formavam a aristocracia colonial e a elite intelectual. Eram herdeiros do poder econômico dos **chapetones**, mas não podiam atuar nas ações políticas de grande relevância para a metrópole, limitando sua influência nas estruturas administrativas regionais, como os **cabildos**. Essa situação justifica o apoio da elite econômica branca ao processo de independência a partir do final do século XVIII.

Os mestiços atuavam nas atividades intermediárias entre a elite de sangue espanhol e a massa indígena e escrava. Cabe destacar o esforço do Estado espanhol para evitar a miscigenação na América. Conhecida como política de pureza de sangue, esta foi mais eficaz nessa área de colonização do que em outros territórios, como no caso da América Portuguesa.

Evolução da população das Américas
1250-1800 (em milhões de habitantes)



Amostragem do impacto da conquista europeia para a população ameríndia, drasticamente reduzida.

Os indígenas e os escravos negros compunham a população marginalizada e sujeita à exploração dos grupos privilegiados, enquadrados como força de trabalho para o enriquecimento da aristocracia.

Cabe ressaltar que o trabalho escravo negro predominou nas regiões onde os nativos foram rapidamente exterminados, como na região das Antilhas, sendo o território abastecido por outras potências metropolitanas autorizadas a vender cativos para as colônias espanholas, direito esse conhecido como o direito de **asiento**. Esse tipo de concessão gerou disputas entre as potências europeias, tendo em vista a elevada lucratividade oriunda do tráfico de escravos.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



- 01.** (UPE-PE) Com relação às áreas Mesoamérica e Andina, no Período Colonial, é correto afirmar que os(a)
- maias se constituíram em um grande império, chegando a ser comparado ao Império Grego.
 - astecas, do ponto de vista político, viviam sob um Conselho Supremo, muito distante de um modelo de monarquia.
 - maior parte das realizações artísticas das culturas andinas foram conservadas pelos espanhóis.
 - espanhóis, à medida que penetravam no interior do continente, surpreendiam-se com o alto nível de organização econômica, política e religiosa dos povos ameríndios.
 - emancipação das colônias espanholas significou a libertação do povo de Tupac.

- 02.** (FEPECS-DF) A colonização espanhola sobre a América foi notabilizada pela exploração agrícola, pelo acesso abundante às minas de ouro e prata, que enriqueceram a Coroa espanhola, e pela larga utilização de mão de obra indígena de origem asteca, maia e inca. O processo colonial da Espanha sobre a América foi bem sucedido graças à montagem de uma forte estrutura administrativa, destacando-se a Casa de Contratação. Uma função da Casa de Contratação foi
- administrar e controlar diretamente o território americano, contratando os seus governantes diretos.
 - negociar a mão de obra escrava negra altamente difundida no território colonial espanhol.
 - administrar a justiça colonial espanhola com auxílio da Igreja Católica através da Inquisição.
 - organizar e controlar todos os negócios e todo o trânsito de mercadorias e pessoas entre a colônia e a Espanha.
 - organizar o sistema educacional da colônia espanhola com a contratação de professores de origem ibérica.

- 03.** (FEPECS-DF) Leia o texto a seguir:

A espada e a cruz marchavam juntas na conquista e na espoliação colonial. Para arrancar a prata da América encontravam-se em Potosí os capitães e ascetas, toureiros e apóstolos, soldados e frades. Convertidas em bolas e lingotes, as vísceras da rica montanha alimentaram substancialmente o desenvolvimento da Europa.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

O texto descreve o processo de colonização espanhol sobre o continente americano a partir do século XV, com a chegada de Colombo em 1492. A relação de dominação da metrópole espanhola sobre a colônia americana está caracterizada na seguinte alternativa:

- O Governo espanhol instituiu um governo colonial marcado pela flexibilidade no trato das questões políticas através da nomeação da elite *criolla* para os cargos mais importantes da administração.
- Os *chapelones*, espanhóis nomeados para o governo colonial espanhol, não desfrutaram a autonomia administrativa ficando subordinados ao poder político dos *cabildos*.
- A exploração em larga escala da população indígena da América Espanhola foi a marca do processo colonial espanhol através da utilização da *mita*, da *encomienda* e da exploração escrava dos indígenas.
- A presença da Igreja Católica foi menos sentida no processo colonial espanhol sobre a América do que no processo colonial português, mostrando o distanciamento entre a Espanha e os Estados Pontifícios.

- 04.** (UEFS-BA) Na América Portuguesa (Brasil Colonial), o termo "crioulo" designava o negro nascido no Brasil, submetido ou não ao regime de escravidão.

Na América Espanhola (do México ao Prata), o termo "criollo" designava

- mestiços de espanhóis e indígenas, privilegiados na hierarquia social de seus povos de origem.
- qualquer habitante da América Espanhola que apresentasse sinais de mestiçagem em sua aparência física.
- mestiços de indígenas e negros, condenados ao trabalho forçado nas minas de prata do Peru e do México.
- chefes indígenas cristianizados, que funcionavam como elos entre os conquistadores e as populações autóctones.
- filhos de espanhóis nascidos na América, sem sombra de mestiçagem, com situação social privilegiada.

- 05.** (UECE) O processo de colonização da América Espanhola foi intenso e violento. Os espanhóis utilizaram largamente de agressividade, superioridade técnica militar, assim como de diferentes formas de exploração do trabalho indígena, sendo a *encomienda* a mais comum. Sobre a *encomienda* assinale o correto.

- Constituíam-se em forma de trabalho remunerado com algumas moedas de prata, proposta pelo rei da Espanha para a população indígena.
- Era o direito de capturar indígenas, dado pelo rei aos *encomenderos* que, em troca, deveriam proporcionar aos nativos educação cristã.
- Constituíam-se em trabalho compulsório temporário no qual o indígena trabalhava por um período e depois podia livremente deixar de prestar serviços para a Coroa espanhola.
- Era um acordo firmado entre espanhóis e líderes indígenas para fornecimento de mão de obra nas minas de prata.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



01. (UFMG) Leia estes trechos em que se trata das relações de trabalho nas colônias espanholas da América:

- I. As aldeias eram distribuídas entre os conquistadores, “que passavam a explorar-lhes o sobretrabalho sem, contudo, escravizar os índios. [...] Podiam exigir tributos em gêneros [...] ou prestações de trabalho [...]”. Os colonizadores deveriam, em contrapartida, defender as aldeias e evangelizar os índios.
- II. Cada comunidade deveria fornecer, periodicamente, uma quantidade de trabalhadores para as atividades coloniais [principalmente nas minas]. [...] Pelo trabalho [...], os índios deveriam receber um salário, parte do qual obrigatoriamente em moeda (ou metal), a fim de que pudessem pagar o tributo régio.
- III. “Na *hacienda*, praticou-se, largamente, o sistema de endividamento de trabalhadores, a fim de retê-los na propriedade. [...] o trabalhador recebia como salário um crédito na *tienda de raya* (onde retirava alimentos, roupas, etc.), além de um lote mínimo de subsistência.”

VAINFAS, Ronaldo. *Economia e sociedade na América Espanhola*. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 61-64.

Considerando-se as formas de exploração do trabalho indígena neles descritas, os trechos I, II e III referem-se, respectivamente, a

- A) *peonaje, ejidos e plantation*.
- B) *ayllu, plantation e obrajes*.
- C) *encomienda, mita e peonaje*.
- D) *obrajés, ayllu e ejidos*.

02. (Unesp–2015) No concernente à mão de obra, a economia colonial hispano-americana baseou-se em variadas formas de trabalho compulsório [...].

VAINFAS, Ronaldo. *Economia e sociedade na América Espanhola*. 1984.

Cite e caracterize duas formas de trabalho compulsório presentes na América Hispânica colonial.

03. (UFU-MG) Leia atentamente o texto a seguir sobre os exploradores espanhóis.

Nas Ilhas e na faixa continental, que começa a ser explorada a partir de 1498, as iniciativas mais desordenadas são comuns. Não se encontra, evidentemente, naquelas terras virgens de europeus, nem esquadrinhamento eclesiástico, nem organização senhorial, nem costumes ancestrais, ou seja, nenhum ponto de referência, nenhuma estrutura à qual um cristão pudesse estar ligado. Multiplicando as situações-limite, essa mudança radical de ambiente precipita decisões, reações, escolhas, que mesclam inextricavelmente um passado que acaba de ser deixado para trás e o presente das Ilhas, o acúmulo de experiências anteriores e o imprevisível, material com o qual é feita a realidade das novas Índias.

BERNARD, C.; GRUZINSKI, S. *História do Novo Mundo: da descoberta à conquista*. São Paulo: Editora da USP.

Segundo a perspectiva do texto, é correto afirmar que

- A) a mudança de ambiente possibilitou um abandono do passado arcaico e sem serventia em um mundo completamente diferente e virgem de europeus.
- B) os espanhóis tinham a garantia do sucesso de seu empreendimento, uma vez que eram capacitados para lidar com as adversidades encontradas.
- C) o desinteresse da Coroa de Castela e a ausência de um projeto de exploração determinaram uma atuação desorganizada dos exploradores.
- D) a realidade das novas Índias obrigava os espanhóis a elaborarem novas estratégias de conduta a partir das experiências trazidas da Península Ibérica.

04. (FUVEST-SP) Podemos dar conta boa e certa que em quarenta anos, pela tirania e ações diabólicas dos espanhóis, morreram injustamente mais de doze milhões de pessoas [...].

LAS CASAS, Bartolomé de. 1474-1566.

A espada, a cruz e a fome iam dizimando a família selvagem.

NERUDA, Pablo. 1904-1973.

As duas frases lidas colocam como causa da dizimação das populações indígenas a ação violenta dos espanhóis durante a Conquista da América. Pesquisas históricas recentes apontam outra causa, além da já indicada, que foi

- A) a incapacidade das populações indígenas em se adaptarem aos padrões culturais do colonizador.
- B) o conflito entre populações indígenas rivais, estimulado pelos colonizadores.
- C) a passividade completa das populações indígenas, decorrente de suas crenças religiosas.
- D) a ausência de técnicas agrícolas por parte das populações indígenas, diante de novos problemas ambientais.
- E) a série de doenças trazidas pelos espanhóis (varíola, tifo e gripe), para as quais as populações indígenas não possuíam anticorpos.

05. (UFG-GO) Leia o documento a seguir.

A admiração que os cavalos causaram aos índios logo que os viram excede a todo encarecimento: porque, quase em todas as províncias da América, tomaram o cavalo e o cavaleiro como uma só pessoa. Em suma, não houve coisa de quantas da Europa se trouxeram que mais os admirasse e assombrasse. Ficavam como fora de si de estupor vendo um espanhol a cavalo com um peitoral de guizos.

BERNABÉ, Cobo. In: AMADO, Janaína; FIGUEIREDO, Luiz Carlos. *No tempo das caravelas*. Goiânia: Cegraf/UFG; São Paulo: Contexto, 1992. p. 129 (Adaptação).

A narração do cronista espanhol sobre a Conquista do Peru, no século XVI, conduz à compreensão sobre um componente do imaginário nativo que favoreceu a ação dos europeus. Esse componente se associa à

- A) interpretação cíclica da história, que levava a incorporar os invasores como deuses a pressagiar o fim dos tempos.
- B) crença religiosa politeísta, que pressupunha a aceitação de deuses estrangeiros para controlar os conflitos entre tribos distintas.
- C) devoção à natureza, que implicava no respeito aos animais poupados nas batalhas contra os invasores europeus.
- D) concepção matriarcal vigente, que excluía a preparação para a guerra como tarefa para a defesa das sociedades nativas.
- E) forma de combate utilizado na guerra, que privilegiava a utilização do corpo como meio de legitimar o heroísmo do guerreiro.

- 06.** (PUC RS–2015) Considere o texto a seguir, de G. F. de Oviedo, que relata o estabelecimento do império espanhol na América, no livro *L' Histoire des Indies*, publicado no ano de 1555.

“O almirante Colombo encontrou, quando descobriu esta ilha Hispaniola, um milhão de índios e índias [...] dos quais, e dos que nasceram desde então, não creio que estejam vivos, no presente ano de 1535, quinhentos, incluindo tanto crianças como adultos [...]. Alguns fizeram esses índios trabalhar excessivamente. Outros não lhes deram nada para comer como bem lhes convinha. Além disso, as pessoas dessa região são naturalmente tão inúteis, corruptas, de pouco trabalho, melancólicas, covardes, sujas, de má condição, mentirosas, sem constância e firmeza [...]. Vários índios, por prazer e passatempo, deixaram-se morrer com veneno para não trabalhar. Outros se enforcaram pelas próprias mãos. E quanto aos outros, tais doenças os atingiram que em pouco tempo morreram [...]. Quanto a mim, eu acreditaria antes que Nosso Senhor permitiu, devido aos grandes, enormes e abomináveis pecados dessas pessoas selvagens, rústicas e animais, que fossem eliminadas e banidas da superfície terrestre.”

Apud ROMANO, Ruggiero. *Mecanismos da Conquista Colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1973. p. 76.

Considerando o contexto histórico, pode-se afirmar que o texto de Oviedo representa

- A) o pensamento singular de um ideólogo extremista do absolutismo espanhol, em oposição ao sistema do real padroado e suas repercussões na América colonial.
- B) a posição de um intelectual cristão renascentista que busca denunciar o caráter semifeudal da expansão ultramarina ibérica, sintetizado na figura de Colombo.

- C) uma justificativa, de fundo religioso-moral, para o genocídio decorrente da exploração colonial, cujos pressupostos são correntes no universo cultural europeu da época.
- D) uma defesa, em termos racistas e preconceituosos, dos massacres promovidos pelos primeiros colonos espanhóis, que agiam contra os interesses econômicos do Estado absolutista.
- E) uma visão irônica, de caráter naturalista e raciológico, a respeito da inutilidade da violência praticada pelos colonizadores civis espanhóis no chamado período da conquista.

- 07.** (PUC RS) “A colonização do Peru ilustra seguramente a variedade de ritmos de aculturação num mesmo espaço cultural. Economicamente, o processo foi rápido: introduziu-se o cultivo de frutas e legumes europeus, a criação de aves e de gado [...]. Por outro lado, todo o sistema de recrutamento de aldeões, montado no Império Inca, foi canalizado para suprir o trabalho nas empresas coloniais, notadamente a produção mineratória. Apesar de tudo, o milho e a batata permaneceram como os alimentos essenciais das comunidades, e em pouco tempo foram difundidos entre os europeus. Socialmente, o processo foi lento e ambivalente: à progressiva ‘hispanização’ dos Kuracas [chefes tribais] [...] contrapôs-se a preservação, pela massa aldeã, dos costumes e normas do parentesco e da própria língua quíchua ou aymara [...]. Enfim, no terreno religioso, campo das mentalidades coletivas, a tendência foi no sentido da ‘inércia’, ou seja, da manutenção, ainda que dissimulada e perseguida, dos cultos tradicionais – as wakas –, especialmente entre a população trabalhadora das aldeias”.

VAINFAS, Ronaldo. *Economia e Sociedade na América Espanhola*. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 44.

A leitura do texto permite afirmar que o processo colonizador espanhol, na região americana ali analisada, estabeleceu um espaço sócio-histórico no qual ocorreu

- A) a aniquilação rápida dos traços culturais e dos laços sociais autóctones pelos colonizadores.
- B) a prevalência unilateral do ritmo de exploração econômica mercantilista sobre os demais fatores socioculturais.
- C) o surgimento diferenciado de relações socioculturais complexas de dominação e resistência.
- D) a tolerância jurídica por parte da administração laica metropolitana das manifestações religiosas locais.
- E) a irrelevância dos fatores linguísticos como elementos de defesa cultural dos povos colonizados.

08. (UFU-MG–2016) Em 1519, a cidade do México-Tenochtitlán contava com cerca de 400 mil habitantes, o que significa que, na época, era provavelmente a maior cidade do mundo, e que essa sociedade urbanizada com certeza dispunha de elites perfeitamente formadas para que pudesse funcionar de maneira eficaz. Compreende-se que, para administrar uma cidade de tal importância, os invasores não pudessem se abster dos saberes sofisticados, do prestígio e da influência da nobreza índia. Essa nobreza tinha uma formação notável. Antes da conquista espanhola, era formada em colégios de ensino superior, os calmecac, onde aprendia os saberes, os mitos, os rituais e as artes do mundo pré-colombiano. [...]

GRUZINSKI, Serge. O renascimento ameríndio. In: NOVAES, Aduino (Org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 285-286 (Adaptação).

O texto discorre acerca das relações entre os conquistadores espanhóis e os indígenas durante o longo período de colonização da América.

A respeito desse tema, faça o que se pede.

- A) Discuta como o impacto da presença de uma elite letrada nativa em terras americanas afetou a colonização espanhola.
- B) Considerando as diferenças culturais existentes entre os indígenas da América Espanhola e da América Portuguesa, caracterize as distintas estratégias usadas por colonizadores espanhóis e portugueses em relação aos nativos.
- 09.** (Unicamp-SP) Durante a conquista espanhola no México, iniciada em 1519 por Cortés, a superioridade tecnológica dos europeus era amplamente compensada pela superioridade numérica dos indígenas e muitos truques foram inventados para atrair o deslocamento dos cavalos: os indígenas acostumaram-se a cavar fossas profundas nas quais espetavam paus em que as montarias eram empaladas. Mais tarde, em 1521, canoas “encouraçadas” resistiram às armas de fogo. A tática indígena evoluiu e adaptou-se às práticas do adversário: os mexicas, contrariamente ao costume, armaram ataques noturnos ou em terreno coberto. Por outro lado, se as epidemias de varíola já estavam dizimando as tropas de México-Tenochtitlán, também não poupavam os índios de Tlaxcala ou de Texcoco, que apoiavam os espanhóis.

BERNAND, Carmen; GRUZINSKI, Serge. *História do Novo Mundo*. São Paulo: Edusp, 1997. p. 351 (Adaptação).

- A) Identifique uma estratégia utilizada por espanhóis e outra pelos indígenas durante as disputas pelo domínio do México.
- B) Explique por que houve acentuada queda demográfica entre as populações indígenas nas primeiras décadas após a conquista espanhola.

10.
2KDK

(Fatec-SP) Considere o texto a seguir:

Deus criou essas gentes infinitas, de todas as espécies, mui simples, sem finura, sem astúcia, sem malícia, mui obedientes e mui fiéis a seus Senhores naturais e aos espanhóis a que servem; mui humildes, mui pacientes, mui pacíficas e amantes da paz, sem contendas, sem perturbações, sem querelas, sem questões, sem ira, sem ódio e de forma alguma desejosos de vingança.

LAS CASAS, Frei Bartolomé de. *O Paraíso Destruido*. A sangrenta história da conquista da América Espanhola. Porto Alegre: L&PM, 1996. p. 24.

Frei Bartolomé de Las Casas foi um importante observador e defensor das populações indígenas das terras recém-descobertas. Sobre esse período, séculos XVI e XVII, e sobre o texto é correto afirmar que na América Espanhola,

- A) empregou-se o sistema de capitânias hereditárias, que consistia em grandes extensões de terras entregues a particulares que se encarregariam de promover seu povoamento e de catequizar os povos indígenas que, segundo Las Casas, facilmente se converteriam.
- B) adotou-se o sistema de sesmarias, lotes de terras que deveriam ser desenvolvidos economicamente pelos colonos espanhóis, e nessas terras trabalhariam os povos indígenas que, na visão de Las Casas, eram pecadores contumazes.
- C) utilizou-se o sistema de governadores-gerais, escolhidos e nomeados diretamente pelo rei, e que deveria se incumbir da defesa militar contra os indígenas que, segundo Las Casas, eram responsáveis por atitudes violentas.
- D) aplicou-se o sistema de *mita*, em que um grupo de ameríndios era entregue aos colonos espanhóis para construir moradias e igrejas, esses indígenas, apesar de serem violentos, aos olhos de Las Casas, davam bons trabalhadores.
- E) usou-se o sistema da *encomienda*, em que o *encomendero* tornava-se beneficiário do trabalho forçado dos indígenas, em troca de, em princípio, prestar assistência religiosa e material a esses nativos que, segundo Las Casas, eram desprovidos de todo pecado.

11. (FGV–2016) O poeta canta:

“A espada, a cruz e a fome iam dizimando a família selvagem.” (Pablo Neruda).

Talvez não seja inútil partir desses versos para tentar perceber por que elementos – que encarados em seu conjunto, constituem um mecanismo – foi possível a conquista da América.

ROMANO, Ruggiero. *Mecanismos da Conquista Colonial*. 1973 (Adaptação).

Sobre o trecho citado, é correto afirmar que a conquista espanhola da América

- A) diferenciou-se muito da praticada pelos portugueses no Brasil, porque houve a instituição de pequenas propriedades rurais, a produção essencialmente voltada para o mercado interno e, ao mesmo tempo, uma política indigenista que privilegiou a catequese e condenou todas as formas de exploração do trabalho indígena, estabelecendo o trabalho assalariado para as atividades produtivas; mas a ausência de alimentos fez a fome prevalecer entre os colonos.
- B) contou com muitas condições facilitadoras, caso da organização social das sociedades indígenas, produtoras de excedentes agrícolas e acostumadas com o trabalho de exploração extrativista mineral; mas, por outro lado, os religiosos espanhóis defendiam a necessidade da escravidão indígena a fim de que os nativos da América percebessem a importância da fé religiosa e do temor a Deus para a construção de laços familiares estáveis e moralmente aceitos.
- C) foi organizada pelas elites coloniais, representadas pelos criollos, que criaram vários mecanismos de exploração do trabalho indígena, prevalecendo a condição escrava, porque, ainda que os preceitos jurídicos explicitassem a qualidade dos nativos de homens livres, cada morador adulto de aldeias era obrigado a oferecer a metade dos dias do ano de trabalho nas propriedades agrícolas, sempre com o irrestrito apoio das congregações religiosas, especialmente a dos jesuítas.
- D) constitui-se como um organismo, no qual se articularam a superioridade bélica do colonizador, exemplificada pelo uso do cavalo; a existência de alguns mitos religiosos que precederam a presença espanhola na América, caso das profecias que garantiam a chegada iminente de novos deuses ou de calamidades; e uma considerável modificação nas formas de organização das sociedades nativas americanas, materializada na imposição de novas formas e ritmos de trabalho.
- E) esteve sempre muito ameaçada pela dificuldade em obter mão de obra farta, porque as guerras entre os povos nativos eram constantes e geravam muitas mortes e, além disso, porque havia uma pressão importante de vários setores da Igreja Católica para que os indígenas só fossem deslocados às frentes de trabalho depois da formação catequética, que demorava alguns anos e retirava dos índios a motivação para as atividades mais rudes, caso da extração da prata.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2016) Quando surgiram as primeiras notícias sobre seres estranhos, chegados em barcos grandes como montanhas, que montavam numa espécie de veados enormes, tinham cães grandes e ferozes e possuíam instrumentos lançadores de fogo, Montezuma e seus conselheiros ficaram pensando: de um lado, talvez Quetzalcóatl houvesse regressado, mas, de outro, não tinham essa confirmação.

PINSKY, J. et al. *História da América através de textos*. São Paulo: Contexto, 2007 (Adaptação).

A dúvida apresentada inseria-se no contexto da chegada dos primeiros europeus à América, e sua origem estava relacionada ao

- A) domínio da religião e do mito.
B) exercício do poder e da política.
C) controle da guerra e da conquista.
D) nascimento da filosofia e da razão.
E) desenvolvimento da ciência e da técnica.

02. (Enem)

O canto triste dos conquistados: os últimos dias de Tenochtitlán

Nos caminhos jazem dardos quebrados;
os cabelos estão espalhados.

Destelhadas estão as casas,

Vermelhas estão as águas, os rios, como se alguém as tivesse tingido,

Nos escudos esteve nosso resguardo,
mas os escudos não detêm a desolação...

PINSKY, J. et al. *História da América através de textos*. São Paulo: Contexto, 2007. [Fragmento]

O texto é um registro asteca, cujo sentido está relacionado ao(à)

- A) tragédia causada pela destruição da cultura desse povo.
B) tentativa frustrada de resistência a um poder considerado superior.
C) extermínio das populações indígenas pelo Exército espanhol.
D) dissolução da memória sobre os feitos de seus antepassados.
E) profetização das consequências da colonização da América.

- 03.** (Enem) Mas uma coisa ousou afirmar, porque há muitos testemunhos, e é que vi nesta terra de Veragua (Panamá) maiores indícios de ouro nos dois primeiros dias do que na Hispaniola em quatro anos, e que as terras da região não podem ser mais bonitas nem mais bem lavradas. Ali, se quiserem podem mandar extrair à vontade.

Carta de Colombo aos reis da Espanha, julho de 1503.

Apud AMADO J.; FIGUEIREDO, L. C. *Colombo e a América*: quinhentos anos depois. São Paulo: Atual, 1991 (Adaptação).

O documento permite identificar um interesse econômico espanhol na colonização da América a partir do século XV. A implicação desse interesse na ocupação do espaço americano está indicada na

- A) expulsão dos indígenas para fortalecer o clero católico.
 B) promoção das guerras justas para conquistar o território.
 C) imposição da catequese para explorar o trabalho africano.
 D) opção pela policultura para garantir o povoamento ibérico.
 E) fundação de cidades para controlar a circulação de riquezas.
- 04.** (Enem) O Império Inca, que corresponde principalmente aos territórios da Bolívia e do Peru, chegou a englobar enorme contingente populacional. Cuzco, a cidade sagrada, era o centro administrativo, com uma sociedade fortemente estratificada e composta de imperadores, nobres, sacerdotes, funcionários do governo, artesãos, camponeses, escravos e soldados. A religião contava com vários deuses, e a base da economia era a agricultura, principalmente o cultivo da batata e do milho.
- A principal característica da sociedade inca era a
- A) ditadura teocrática, que igualava a todos.
 B) existência da igualdade social e da coletivização da terra.
 C) estrutura social desigual, compensada pela coletivização de todos os bens.
 D) existência de mobilidade social, o que levou à composição da elite pelo mérito.
 E) impossibilidade de se mudar de estrato social e a existência de uma aristocracia hereditária.

Propostos

Acertei _____ Errei _____

01. C
02. As principais formas de trabalho compulsório impostas aos povos americanos foram a *mita* e a *encomienda*. Na *mita*, indígenas eram sorteados para trabalhar durante certo período e recebiam uma compensação financeira de baixo valor. Já a *encomienda* era a permissão dada pelo rei a um colono para exploração de uma porção do território, no qual ele poderia fazer uso da força de trabalho indígena sem necessidade de pagamento, desde que, em contrapartida, catequizasse os nativos.
03. D
04. E
05. A
06. C
07. C
- 08.
- A) A presença de uma elite letrada nativa na América forçou espanhóis a dominar seu idioma e compreender sua cultura, a fim de estabelecer estratégias de dominação. Em contrapartida, também permitiu aos nativos manterem-se firmes contra todo o desprezo e a desqualificação promovidos, efetivando meios de preservação de sua cultura.
- B) Os espanhóis optaram por preservar algumas formas de exploração do trabalho e os conhecimentos dos indígenas; já os portugueses não estabeleceram estratégias tão complexas de dominação, que foi concretizada, todavia, com grande resistência por parte dos autóctones.
- 09.
- A) Espanhóis: disseminação de doenças, associação com povos indígenas, uso de superioridade bélica, uso de cavalos e aproveitamento dos presságios ameríndios.
 Índios: armadilhas, uso de superioridade numérica e ataques noturnos.
- B) A queda demográfica pode ser explicada pelos seguintes fatores: disseminação de doenças, massacre empreendido pelos espanhóis e a exploração dos nativos em atividades de trabalho compulsório, como a *mita* e *encomienda*.
10. E
11. D

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

01. A
02. B
03. E
04. E

GABARITO

Meu aproveitamento 

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

01. D
02. D
03. C
04. E
05. B



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

América Inglesa

Diferentemente dos Estados ibéricos, a Inglaterra não apresentou condições internas favoráveis ao processo colonizador do Novo Mundo no início da Idade Moderna. O advento da Guerra dos Cem Anos (1337-1453), encerrada em meados do século XV, bem como os conflitos religiosos advindos da Reforma Anglicana no início do século XVI – movimento político-religioso que levou à instauração de uma igreja cristã na Inglaterra – inviabilizaram um projeto colonizador efetivo na América.

Porém, esse cenário desfavorável não impediu os esforços da dinastia Tudor em patrocinar incursões no continente encontrado. Destacam-se nesse esforço as ações do navegador Walter Raleigh, que obteve autorização de Elizabeth I para a realização de expedições na América do Norte em 1584, 1585 e 1587, fundando a colônia de Virgínia, em homenagem à rainha. Décadas depois, já no século XVII, a região da América do Norte passou a ser intensamente ocupada por colonos ingleses.

A partir de 1603, o rei Jaime I, primeiro monarca da dinastia Stuart, iniciou esforço visando promover a ocupação das terras americanas. A estratégia consistia na fundação de companhias controladas pelos setores burgueses britânicos, responsáveis, então, por monopolizar o comércio e o direito de colonização das regiões concedidas pela Coroa.

Atuaram, nesse projeto, a **Companhia de Londres** e a **Companhia de Plymouth**. A primeira foi responsável pelo controle da região entre a Flórida e o Rio Potomac, enquanto a segunda companhia controlava os territórios entre o Cabo Fear e Nova Iorque, região que passou a ser tratada como Nova Inglaterra.

Além das companhias de comércio, outros fatores foram fundamentais para a ocupação da América pela Inglaterra. Entre eles, está o fato de que, à época da dinastia Stuart, os britânicos vivenciaram uma série de distúrbios políticos e religiosos, o que estimulou um intenso quadro migratório para a região colonial inglesa.

Desse modo, os puritanos, seguidores de uma doutrina cristã que não era a oficial inglesa e, por isso, vítimas do radicalismo religioso existente no reino inglês, encontraram no Novo Mundo a possibilidade de professar a sua fé sem as perseguições desencadeadas pelas disputas políticas na metrópole.

Os imigrantes do navio *Mayflower* representaram bem o espírito dos refugiados religiosos ao fundarem a New Plymouth na colônia de Massachusetts, com a autorização da Companhia de Londres, no ano de 1620. Além dos puritanos, outros grupos religiosos encontram na América espaço para a manutenção de suas crenças, especialmente nas Colônias do Centro, como católicos, presbiterianos e *quakers*.

Os refugiados políticos e religiosos também contaram com a presença de outros imigrantes, seja por meio da arbitrária e numerosa entrada de escravos africanos que abasteceram as fazendas exportadoras do Sul, seja pelos camponeses submetidos à servidão por contrato na América após serem vítimas da política de cercamento dos campos na Inglaterra – que, visando atender ao mercado externo e não mais às atividades para a subsistência, determinou a expulsão desses trabalhadores.

Essa modalidade de trabalho presente nas colônias inglesas foi marcada por uma relação de troca: os camponeses eram beneficiados pelo pagamento da passagem para as regiões coloniais, além da subsistência durante um período de cerca de sete anos, mas seriam obrigados a exercer inúmeras atividades para aqueles que custeavam tal empreitada.

Essa submissão era estimulada pela promessa da aquisição de terras na região colonial após o cumprimento do prazo estipulado. Calcula-se que aproximadamente 70% dos imigrantes ingleses chegavam à América nessas condições, sendo esse tipo de trabalho presente em todos os territórios coloniais ingleses, mas concentrado, sobretudo, nas áreas do Centro e do Norte.

A ocupação colonial intensificou-se com o avanço do século XVII: enquanto em 1620 apenas 2 500 imigrantes ocupavam a região, em 1670 já eram 114 000, incluindo, nesse grupo, milhares de escravos negros oriundos da África. Nesse processo, populações indígenas foram expulsas do seu território em um movimento violento que levou ao extermínio de várias comunidades nativas.

O OBJETIVO COLONIZADOR DOS INGLESES

Trechos do Pacto do Mayflower – 21 de novembro de 1620

Em nome de Deus [...] nós [...] tornamos presente [...] a nossa intenção de tudo ajustar e combinar em boa união, irmanados em uma corporação civil política, para nossa melhor organização [...] e em virtude de que serão estipuladas, constituídas e fixadas leis justas e imparciais [...].

MORRIS, R. B. *Documentos básicos da História dos Estados Unidos*. Editora Fundo de Cultura, p. 12.

Música inglesa do século XVII

A razão, ao que me consta, por que ides àquele país, É o desejo de povoar essa terra longínqua e fazer uma nova plantação. Onde tereis boa terra em abundância para plantar e cultivar, a qual ninguém vos tirará nunca, enquanto assim o quiserdes.

MORISON, S. E.; COMMAGER, H. S. *História dos Estados Unidos da América*, tomo I. p. 57. [Fragmento]

Colônias do Sul

Maryland, Virgínia, Carolina do Sul, Carolina do Norte e Geórgia

As colônias do Sul foram ocupadas a partir da região da Virgínia, com a fundação de Jamestown em 1607. Nessa região, as condições climáticas possibilitaram o cultivo de produtos que atenderiam o mercado externo europeu.

Apesar de utilizar a servidão por contrato nos primeiros anos de ocupação – predominante até 1670 –, a região caracterizou-se pelo trabalho escravo negro, utilizado nas fazendas que cultivavam tabaco, arroz, algodão e anileira. A existência desse modelo econômico (*plantation*) acabou por constituir uma aristocracia latifundiária que detinha o controle das relações sociais vigentes. As colônias do Sul que apresentavam grande progresso econômico foram convertidas em colônias reais, visto que atendiam aos interesses mercantilistas da metrópole. Enquadram-se nessa situação as colônias da Virgínia e da Geórgia, transformadas em colônias reais em 1624 e em 1752, respectivamente.

Colônias do Centro

Nova Iorque, Pensilvânia, Nova Jérsei e Delaware

Localizadas entre as principais áreas de colonização, as colônias centrais foram as últimas áreas ocupadas pelos colonos ingleses. Possuidoras de férteis planícies e com uma pluviosidade regular, a região foi favorável às atividades agrícolas, mas com predomínio da pequena propriedade.

A presença de refugiados religiosos, como puritanos e *quakers*, marcou o grupo social presente nesse território. A ocupação inglesa nessas áreas foi curiosamente posterior à presença de outras nacionalidades que ali tentaram progredir.

É o caso da região de Nova Iorque, originalmente fundada pelos holandeses, e da região de Delaware, ocupada no início do século XVII pelos suecos.

Economicamente, o território caracterizou-se pelo desenvolvimento de manufaturas, apesar das restrições impostas pela metrópole, e pelas atividades navais, responsáveis por um intenso comércio com outras áreas coloniais.

Comercializava-se o excedente da produção agrícola de milho, trigo, centeio e aveia. A criação de ovelhas, carneiros e touros garantia a subsistência e o fornecimento de matéria-prima.

TIPOS DE COLÔNIA

A colonização inglesa não apresentou traços semelhantes em todas as áreas de ocupação. As diferenças existentes permitem definir três tipos de colônia na América do Norte: Colônias do Sul, do Centro e do Norte.

As Treze Colônias



Representação das Treze Colônias com a tradicional distinção entre Colônias do Norte, Centro e Sul.

Colônias do Norte

Massachusetts, New Hampshire, Rhode Island e Connecticut

Comumente conhecida como região da Nova Inglaterra, as Colônias do Norte foram notadamente marcadas pela presença dos refugiados religiosos puritanos, que buscavam um espaço para o desenvolvimento de sua fé sem os empecilhos vigentes na Inglaterra.

Esse cenário foi reflexo da atitude dos ocupantes do navio *Mayflower*, que fundaram a colônia de New Plymouth no início do século XVII, irradiando, a partir de Massachusetts, a ocupação da região.

As outras três colônias (New Hampshire, Rhode Island e Connecticut) foram ocupadas ainda na primeira metade do século XVII. Tal ocupação se deu, em grande parte, por pessoas que fugiam da intolerância religiosa puritana que vigorava na região de Massachusetts.

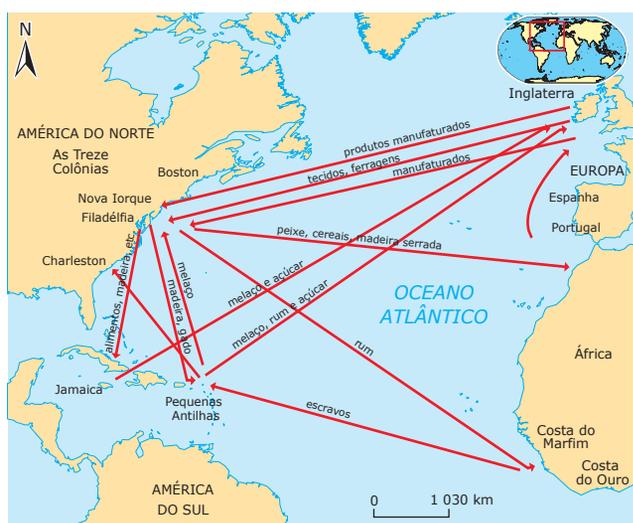
A atividade econômica desenvolvida nessa faixa de ocupação atendia notadamente aos interesses dos grupos locais, em detrimento das pretensões econômicas existentes na metrópole.

A agricultura, basicamente de subsistência por conta da precariedade do clima e do solo, convivia com o intenso comércio interno e externo. A venda de peixes e peles, por exemplo, garantia o lucro da classe mercantil, que se multiplicava nos núcleos urbanos da região.

Além disso, a atividade manufatureira era intensa, facilitada pela abundante mão de obra e pela disponibilidade de matéria-prima. A excelência comercial da Nova Inglaterra, por sua vez, concretizou-se por meio do chamado comércio triangular.

Apesar de suas inúmeras variantes, o comércio triangular foi marcado pelas atividades que integravam as regiões da Nova Inglaterra, Antilhas e África.

Intercâmbios comerciais das Treze Colônias



Representação do comércio triangular efetuado pelas Treze Colônias.

Visando a esse comércio, nas colônias do Norte, produziam-se peixe salgado, madeira e cereais, que eram enviados às Antilhas e trocados por rum e melado. Em seguida, os colonos ingleses retornavam ao Norte e produziam mais rum com a matéria-prima obtida, trocando a bebida por cativos da região da África. Por fim, com os navios repletos de escravos, os colonos retornavam às Antilhas ou às colônias do Sul, bons mercados para a mão de obra negra obtida com o comércio triangular.

Essa liberdade comercial e manufatureira, considerada excessiva aos olhos da Coroa inglesa, foi, por isso, um importante tema, desde o século XVII, das discussões nos centros de poder da metrópole. Porém, as várias leis restritivas impostas pela Inglaterra foram negligenciadas, garantindo o enriquecimento dos comerciantes das colônias do Norte.



Colonização dos EUA: As Treze Colônias

As características da colonização inglesa se diferenciaram de forma significativa da colonização espanhola nas Américas. Conheça o perfil das Treze Colônias estadunidenses.

0X7Y

SISTEMA ADMINISTRATIVO

Diferentemente das colônias ibéricas, controladas de modo efetivo pelo poder metropolitano, as colônias inglesas apresentavam um quadro de relativa liberdade administrativa, comumente conhecida como **self-government** (autogoverno).

Nesse contexto, a possibilidade de escolha dos governantes locais, por meio de assembleias compostas de grandes proprietários e de comerciantes, criou, com o passar do tempo, um espírito autônomo que foi tolerado pelo governo britânico por mais de um século. Era a chamada **negligência salutar**, tão benéfica aos setores coloniais e absolutamente distante das pretensões mercantilistas da metrópole.

Uma série de fatores justifica essa peculiaridade existente nas colônias inglesas, sobretudo nas do Norte, destacando-se o constante quadro de instabilidade política que vigorou na Inglaterra no século XVII, período das Revoluções Puritana e Gloriosa, o que impediu maior fiscalização das áreas coloniais.

A existência de leis responsáveis por regular a vida colonial e por restringir a liberdade de comércio pode ser compreendida como um indício de que a metrópole não pretendia desenvolver colônias autônomas. Esse aspecto fica evidente a partir da segunda metade do século XVIII, quando o governo britânico reafirma, por meio de novas regras, o projeto de exploração colonial efetivo.

Desse modo, a emancipação das Treze Colônias em 1776 pode ser entendida como uma resposta dos colonos ingleses ao esforço infrutífero da metrópole de controlar tais regiões, que desde sua origem usufruíram de plena liberdade.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



- 01.** (FMABC-SP) As colônias inglesas do Novo Mundo foram povoadas de maneira distinta. Em geral, os historiadores as dividem em três grandes grupos que se diferenciavam na atividade produtiva e na organização social.

JUNQUEIRA, M. A. *Estados Unidos, a consolidação da nação*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 16.

Sobre esses “três grandes grupos” de colônias norte-americanas, podemos afirmar que houve predomínio,

- A) nas colônias do sul, do regime de grandes propriedades, com emprego de mão de obra escrava e produção, entre outros, de arroz, anil e tabaco voltados à exportação para a metrópole.
- B) nas colônias do centro, das práticas de subsistência, desenvolvidas em grandes propriedades rurais, que eram controladas quase na sua totalidade por católicos fugidos das guerras religiosas na Irlanda.
- C) nas colônias do norte, do sistema de parceria entre pequenos proprietários rurais e colonos procedentes de diversas regiões da Europa, como a Suécia, a Holanda e a Itália.
- D) nas colônias do centro e do norte, da pecuária, que provocou a devastação de grandes áreas florestais para a instalação de pastos e de matadouros, cuja produção de carne abastecia a metrópole.
- E) nas colônias do sul e do centro, da atividade mercantil e industrial, responsável pela produção de manufaturas destinadas prioritariamente ao mercado interno.

- 02.** (UFTM-MG) Comparando-se os processos de colonização da América, é correto afirmar que

- A) a escravidão africana foi a predominante nos núcleos espanhol e português, porém, na parte inglesa, colonos assalariados eram a mão de obra principal.
- B) as colônias do Norte da América Inglesa diferenciaram-se das demais por serem de povoamento e por desenvolverem atividades comerciais e manufatureiras.
- C) os princípios mercantilistas e a miscigenação étnico-cultural orientaram todas as colônias americanas, embora as atividades econômicas tivessem variado.
- D) as colônias ibéricas singularizaram-se pelo caráter intervencionista da metrópole, expresso no regime de porto único e na centralização administrativa.
- E) o trabalho compulsório dos nativos foi utilizado apenas no núcleo espanhol, já a América Inglesa e a Portuguesa basearam-se no sistema de *plantation*.

- 03.** (EsPCEX-SP) Durante a colonização inglesa na América, as colônias do Norte tiveram uma flexibilização política ao monopólio, pois, durante algum tempo, permitiram o comércio entre as colônias e com as Antilhas francesas e espanholas, além de a metrópole não reprimir o contrabando. Tal fato sucedeu-se devido a estas colônias

- A) terem como características o trabalho livre e a grande propriedade.
- B) estarem localizadas em área de clima temperado, que não favorecia o cultivo da cana-de-açúcar, tabaco e algodão, por isto não produziam produtos tropicais que interessavam à Inglaterra.
- C) terem sido formadas por pessoas da nobreza parasitária, que desejavam manter o *status quo*.
- D) serem de origem holandesa, colônia fundada por Giovanni Caboto, italiano radicado em Amsterdã.
- E) estarem numa posição geográfica próximas às Antilhas; além disso, a Inglaterra encontrava-se em guerra com a França e por isso sofriam com a escassez de mão de obra especializada.

- 04.** (UNIVAG) A colonização inglesa da América do Norte ocorreu, sobretudo, no início do século XVII. Como havia falta de mão de obra, a economia das colônias do sul ficou subordinada, a princípio, ao *indentured servant* ou “servo resgatado”.

O contrato desse tipo de “escravidão” consistia

- A) no direito concedido ao trabalhador imigrante europeu de cultivar gêneros alimentícios nas terras ainda ocupadas pelas tribos indígenas na América do Norte.
- B) na obrigação que pesava sobre o recém-chegado da Inglaterra de exercer as profissões mais desprezadas e menos remuneradas nas colônias da América do Norte.
- C) no direito que o trabalhador tinha de receber salários dos grandes proprietários durante os meses em que as atividades eram interrompidas pelos invernos rigorosos.
- D) no ensinamento, pelo grande proprietário rural, dos princípios e dos dogmas das religiões cristãs protestantes aos seus trabalhadores.
- E) na obrigação de alguém trabalhar, durante certo tempo, para um proprietário que pagou a sua passagem da Inglaterra até as terras americanas.

- 05.** (FUVEST-SP) O puritanismo era uma teoria política quase tanto quanto uma doutrina religiosa. Por isso, mal tinham desembarcado naquela costa inóspita, [...] o primeiro cuidado dos imigrantes (puritanos) foi o de se organizar em sociedade.

Esta passagem de *A democracia na América*, de A. de Tocqueville, diz respeito à tentativa

- A) malograda dos puritanos franceses de fundarem no Brasil uma nova sociedade, a chamada França Antártida.
- B) malograda dos puritanos franceses de fundarem uma nova sociedade no Canadá.
- C) bem-sucedida dos puritanos ingleses de fundarem uma nova sociedade no Sul dos Estados Unidos.
- D) bem-sucedida dos puritanos ingleses de fundarem uma nova sociedade no Norte dos Estados Unidos, na chamada Nova Inglaterra.
- E) bem-sucedida dos puritanos ingleses, responsáveis pela criação de todas as colônias inglesas na América.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



- 01.** (UFU-MG–2016) Eles não tinham deixado a Inglaterra para escapar a toda forma de governo, mas para trocar o que acreditavam ser um mau governo por um bom, ou seja, formado livremente por eles mesmos. Tanto no plano político como no religioso, acreditavam que o indivíduo só poderia se desenvolver em liberdade. Entretanto, convencidos de que a liberdade consiste em dar ao homem a oportunidade de obedecer aos desígnios divinos, ela apenas permitia ao indivíduo escolher o Estado que deveria governá-lo e a Igreja na qual ele iria louvar a Deus. [...]

CRÉTÉ, Liliane. *As raízes puritanas*. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/as_raizes_puritanas.html>. Acesso em: 28 jan. 2016 (Adaptação).

A historiografia sobre a colonização da América costuma realçar as peculiaridades da colonização britânica nas colônias do Norte. As diferenças, entretanto, em relação às colonizações portuguesa e inglesa não são absolutas, pois

- A) ambos os modelos de colonização eram predominantemente mercantis, ainda que a agricultura de subsistência fosse mais presente na colonização portuguesa.
- B) tanto os colonos ingleses quanto os portugueses eram profundamente marcados pelas disputas entre as potências europeias, sendo que os portugueses eram aliados preferenciais da França.
- C) em ambas as modalidades de colonização, a administração colonial era formalmente descentralizada, havendo espaço para uma expressiva margem de autonomia dos colonos.
- D) o sentido de missão religiosa estava presente nas duas modalidades de colonização, refletindo a ainda forte presença do misticismo no mundo europeu.

- 02.** (UECE) Atente aos seguintes excertos sobre a formação dos Estados Unidos da América:

"[...] a forma pela qual foi feita a distribuição de terras ao Norte permitiu ao pequeno proprietário trabalhar em conjunto com sua família e diversificar progressivamente a sua produção. O excedente dessa produção era finalmente destinado aos mercados locais e regionais. Em alguns casos, madeiras, farinha de trigo e carne acabavam sendo exportadas para o Sul e para as ilhas do mar das Caraíbas, contribuindo assim para o comércio triangular [...]"

"No Sul, as raízes sociais eram menos profundas que no Norte. A própria distância entre as *plantations* espalhadas no território dificultava um convívio social intenso entre os colonos, [...]. Por isso, predominou no Sul um sistema de distribuição de terras administradas por grandes proprietários, que não eram portadores de privilégios especiais que lhes permitissem controlar a população de suas terras, no estilo de um grande senhor feudal. Mas, mesmo assim, o conceito de cidadania no Sul se associou ao poder absoluto de um só homem".

NARO, Nancy P. S. *A formação dos Estados Unidos*. 8. ed. São Paulo: Atual, 1994. p. 18.

O aspecto da formação dos Estados Unidos, abordado nos trechos acima, sobre o qual a historiadora americana Nancy Naro descreve sua concepção, diz respeito à

- A) formação de uma cultura escravocrata e aristocrática nas colônias inglesas do Norte, o que levaria os sulistas, comerciantes mais libertários, a declarar-lhes guerra após a independência.
- B) diferenciação dos modelos de ocupação das colônias inglesas do Norte e do Sul da América do Norte, resultante, entre outros fatores, da forma como a terra foi distribuída entre os colonos.
- C) similaridade entre as estruturas de colonização do Norte e do Sul das colônias inglesas na América do Norte.
- D) pequena importância da atividade comercial, local e regional para o desenvolvimento das diferenças que se formaram entre o Norte e o Sul das colônias inglesas na América do Norte.

- 03.** (Unesp–2017)

A razão que me consta por que ides àquele país,
É o desejo de povoar essa terra longínqua e fazer uma nova plantação,
Onde tereis boa terra em abundância para plantar e cultivar,
A qual ninguém vos tirará nunca, enquanto assim o quiserdes.

Balada inglesa do século XVII. Apud MORRISON, S. E.; COMMAGER, H. S. *História dos Estados Unidos da América*.

A partir das informações da canção, explique a singularidade da estrutura da colonização inglesa na América do Norte no século XVII.

- 04.** (UFU-MG) No século XVII, quando a América Espanhola já apresentava universidade, bispados, produções literárias e artísticas de várias gerações, a costa inglesa da América do Norte era um amontoado de pequenas aldeias atacadas por índios e rondadas pela fome. [...] Decorridos cem anos do início da colonização, caso comparássemos as duas Américas, constataríamos que a Ibérica tornou-se muito mais urbana e possuía mais comércio, maior população e produções culturais e artísticas mais “desenvolvidas” que a Inglesa.

KARNAL, L. *Estados Unidos: a formação da nação*.

São Paulo: Contexto, 2005. p. 17.

Sobre o empreendimento colonial inglês e ibérico, assinale a alternativa correta.

- A) O ideal protestante, próprio da América Inglesa, de vida contemplativa e de felicidade após a morte, definiu uma concepção negativa de trabalho braçal.
- B) A Igreja oficial inglesa definiu a unidade religiosa nas Treze Colônias, sendo todas as diversidades consideradas crime e heresia punidas pela Inquisição.
- C) Na América Ibérica, ocorreu a integração do índio ao universo cristão, ainda que de forma subordinada, ao contrário do que ocorreu na América Anglo-Saxônica.
- D) Os colonos ingleses eram altamente instruídos e com capitais abundantes, enquanto a América Ibérica foi povoada por aventureiros e degredados.
- 05.** (UERJ) Na realidade, nem toda a colonização se desenrola dentro das travas do sistema colonial. Os sistemas nunca se apresentam, historicamente, em estado puro. [...] A colonização da Nova Inglaterra se deu fora dos mecanismos definidores do sistema colonial mercantilista, e [...] fatores específicos [...] deram origem a essa forma de expansão ultramarina: colônias de povoamento [...]. A categoria de colônias que se lhe contrapõe é a de colônias de exploração.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1981

(Adaptação).

Considere a Nova Inglaterra como exemplo de colônia de povoamento e a América Portuguesa como exemplo de colônia de exploração.

Cite, para cada uma delas, o tipo de propriedade predominante e a principal relação de trabalho.

- 06.** (UERJ) Os fazendeiros, donos de loja, proprietários de estâncias e compradores de gado costumam vender seus trabalhadores juntamente com as propriedades. – O quê? Esses trabalhadores indígenas e empregados são livres ou escravos? – Não importa. Pertencem à fazenda e devem continuar nela a servir. Este indígena é propriedade do meu senhor.

MENDIETA, Jerônimo de. *História eclesiástica indiana*, 1596.

PINSKY, Jaime (Coord.). *História da América através de textos*.

São Paulo: Contexto, 1989 (Adaptação).

Os esforços realizados, principalmente na Inglaterra, para recrutar mão de obra no regime prevalecente de servidão, intensificaram-se com a prosperidade de negócios. Por todos os meios procurava-se induzir as pessoas que haviam cometido qualquer crime ou mesmo contravenção a vender-se para trabalhar na América em vez de ir para o cárcere. Contudo, o suprimento de mão de obra deveria ser insuficiente, pois a prática do rapto de adultos e crianças tendeu a transformar-se em calamidade pública nesse país.

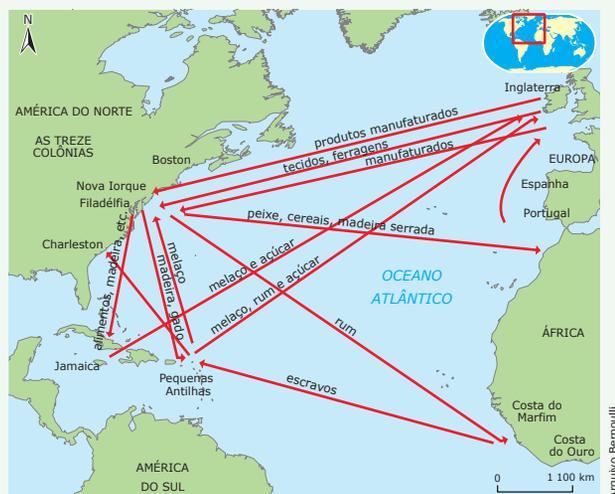
FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*.

São Paulo: Nacional, 1987 (Adaptação).

A servidão como forma de trabalho compulsório foi empregada nas experiências colonizadoras espanhola e inglesa na América.

Com base nos textos, apresente a principal diferença na utilização dessa forma de trabalho nas colônias espanholas e inglesas.

- 07.** (UFMG) Observe o mapa, em que estão representados os intercâmbios comerciais das Colônias Inglesas da América do Norte.



Considerando-se as informações desse mapa e outros conhecimentos sobre o assunto, é correto afirmar que

- A) as Antilhas britânicas, com uma economia basicamente extrativista, ocupavam um papel secundário tanto para os interesses metropolitanos, quanto nos intercâmbios comerciais das colônias inglesas da América do Norte.
- B) as colônias inglesas do Norte e do Centro desenvolveram um intenso comércio intercontinental com as Antilhas, a África e a Europa, em detrimento das colônias inglesas do Sul, que estavam isoladas.
- C) o comércio intercolonial e intercontinental se desenvolveu nas colônias inglesas da América do Norte, apesar das tentativas, ineficazes, de aplicação das Leis de Navegação por parte da metrópole.
- D) os comerciantes metropolitanos compravam diversos produtos manufaturados da América Inglesa, onde a atividade fabril era intensa, em razão da abundância de matérias-primas e de mão de obra barata.

- 08.** (UEL-PR) É bem verdade que outros colonizadores europeus estavam também ocupando espaços, mas impressiona, no caso da América Inglesa, a velocidade assim como a variedade das formas de ocupação e de atividades econômicas. Impressiona também a convicção de um direito divino, assim como de uma missão especial desse povo na América. Essa crença na própria excepcionalidade resultava de uma tradição religiosa (puritana) que realçava a realização da virtude individual, assim como de uma tradição republicana que fundava as instituições políticas na ação e na vontade de homens livres.

MOURA, Gerson. *Estados Unidos e América Latina*. São Paulo: Contexto, 1991. p. 11.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a colonização das Américas Anglo-Saxônica, Portuguesa e Hispânica, é correto afirmar:

- A) As colonizações das Américas estiveram fortemente marcadas por uma cultura urbana, sendo que, desde o início, a penetração rumo ao interior e a fundação de cidades, com suas instituições políticas, foram os aspectos que as aproximaram.
- B) A colonização da América Anglo-Saxônica recebeu famílias camponesas pobres endividadas, burguesas ou nobres, vítimas de perseguições político-religiosas; no entanto, em ambos os casos, colonizar foi sinônimo de dominação econômica, política e religiosa.
- C) As concepções políticas e religiosas semelhantes nas colonizações das Américas foram decisivas para estruturar modelos de desenvolvimento similares, de valorização das capacidades individuais.
- D) Nas Américas Hispânica e Portuguesa, a adoção da escravidão negra e do catolicismo subverteu o modo de colonizar ibérico e explica os eficientes processos de emancipação política nos diferentes países latino-americanos.
- E) Ao contrário dos povos que colonizaram a América Anglo-Saxônica, aqueles que colonizaram as Américas Hispânica e Portuguesa foram incapazes de desenvolvê-las economicamente, em razão das disposições naturais adversas nelas encontradas, como o clima e as condições geográficas.

09.
EBHP

(UFJF-MG) Os choques constantes entre o rei e o parlamento, entre a religião oficial e as demais, entre os grupos populares e a burguesia, tornaram o século XVII um momento conturbado na história da Inglaterra e ajudam a explicar como se processou a colonização inglesa na costa atlântica da América do Norte. Acerca desse processo, assinale a alternativa incorreta.

- A) A monarquia britânica concedeu às companhias de navegação uma parte significativa do empreendimento colonizador, permitindo que elas explorassem determinadas regiões.
- B) Os puritanos, grupo religioso perseguido pela monarquia inglesa, atravessaram o Atlântico e se estabeleceram na costa nordeste dos EUA, buscando instituir uma sociedade de acordo com os princípios de sua religião.
- C) A Inglaterra adotou uma "Política da Salutar Negligência" em relação às proibições comerciais por ela mesma impostas às Treze Colônias, o que possibilitou a constituição de triângulos comerciais entre Nova Inglaterra, África e Caribe.
- D) A decisão inglesa de copiar o modelo de colonização de seus antecessores no Novo Mundo (espanhóis e portugueses) visava explorar a força de trabalho indígena, utilizando-se da catequese.
- E) A fraca presença da autoridade inglesa na costa leste dos atuais Estados Unidos da América nos séculos XVII e XVIII colaborou para a precocidade do processo de independência da América do Norte, a primeira do continente.

SEÇÃO ENEM

- 01.** (Enem) Na América Inglesa, não houve nenhum processo sistemático de catequese e de conversão dos índios ao cristianismo, apesar de algumas iniciativas nesse sentido. Brancos e índios confrontaram-se muitas vezes e mantiveram-se separados. Na América Portuguesa, a catequese dos índios começou com o próprio processo de colonização, e a mestiçagem teve dimensões significativas. Tanto na América Inglesa quanto na Portuguesa, as populações indígenas foram muito sacrificadas. Os índios não tinham defesas contra as doenças trazidas pelos brancos, foram derrotados pelas armas de fogo e, muitas vezes, escravizados. No processo de colonização das Américas, as populações indígenas da América Portuguesa
- foram submetidas a um processo de doutrinação religiosa que não ocorreu com os indígenas da América Inglesa.
 - mantiveram sua cultura tão intacta quanto a dos indígenas da América Inglesa.
 - passaram pelo processo de mestiçagem, que ocorreu amplamente com os indígenas da América Inglesa.
 - diferenciaram-se dos indígenas da América Inglesa por terem suas terras devolvidas.
 - resistiram, como os indígenas da América Inglesa, às doenças trazidas pelos brancos.

- 02.** Observe o mapa a seguir, que representa o comércio triangular realizado pelas Treze Colônias inglesas:



DAVIDSON, Basil. *À descoberta do passado de África*. Lisboa: Sá da Costa, 1981.

A respeito do comércio triangular realizado pelas Treze Colônias inglesas, representado no mapa anterior, infere-se que

- o interesse mercantilista britânico, estruturado na produção manufatureira de tecidos, teve seu êxito atendido a partir da estrutura comercial da região colonial.
- a nítida diferenciação econômica das áreas Norte e Sul das Treze Colônias não inviabilizou a integração comercial das regiões.
- a negligência salutar inglesa se manifestou na medida em que o comércio envolvendo as Treze Colônias era desvinculado de regiões colonizadas por outras metrópoles.
- a rica participação do açúcar brasileiro no comércio triangular colaborou para as invasões estrangeiras no Brasil, como exemplifica os casos holandês e francês.
- o intenso controle britânico das atividades comerciais inglesas possibilitou a liberação de recursos para a metrópole, contribuindo para a acumulação primitiva de capital.

GABARITO

Meu aproveitamento

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

- 01. A
- 02. B
- 03. B
- 04. E
- 05. D

Propostos

Acertei _____ Errei _____

- 01. D
- 02. B
- 03. A colonização inglesa na América do Norte teria sido "singular" devido à ideia amplamente compartilhada pelos colonos de que a região colonial seria uma terra de liberdade, onde não haveria perseguição religiosa e onde as terras não poderiam ser confiscadas pelos membros da *gentry* britânica (como ocorreu com a política dos cercamentos, na Inglaterra). Assim, a colonização foi motivada pela transferência de parte da população da metrópole, que sofria perseguições religiosas e que, na América, teria procurado locais onde pudesse sobreviver e praticar livremente suas crenças religiosas.
- 04. C
- 05. Na América Portuguesa, o tipo de propriedade dominante foi o latifúndio monocultor, onde se desenvolviam relações escravistas de trabalho. Já na América Inglesa, as colônias, de início, organizavam-se em propriedades pequenas e médias, administradas e cultivadas pelas famílias de peregrinos e por servos por contrato, que produziam diversos produtos locais.
- 06. Nas colônias espanholas, a servidão era imposta aos indígenas, que eram obrigados a pagarem tributos aos colonos sob a forma de trabalho. Já na América Inglesa, a servidão por contrato tinha caráter provisório, sendo o colono recrutado para o exercício do trabalho durante um tempo determinado, em virtude do pagamento de passagem e despesas pelo recrutador, além de receber uma pequena propriedade de terra após o término do contrato.
- 07. C
- 08. B
- 09. D

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

- 01. A
- 02. B



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Povos Africanos

A integração entre o Brasil e o continente africano representa uma das mais extraordinárias etapas de formação da nossa nação. O deslocamento de aproximadamente 4 milhões de africanos para o exercício do trabalho escravo, nas mais variadas atividades econômicas do Brasil, assegurou a profunda integração entre os dois lados do Atlântico. Cabe destacar que esse singular contato foi impactante na configuração do povo brasileiro, visto que, além do exercício da mão de obra, os africanos introduziram elementos culturais, sociais e religiosos que permanecem ativos em nossa nação. Mesmo com todos esses laços, é surpreendente notar o profundo desconhecimento de parcelas da sociedade brasileira acerca da história africana e a relativa indiferença quanto aos elementos históricos e contemporâneos daquela importante parcela do globo. A reprodução dos preconceitos que transformaram milhões em cativos se reafirma na indisposição de melhor compreender os traços culturais e históricos da sociedade africana.



Edilma de Arte

Representação estilizada de mulheres no mercado.

ASPECTOS GERAIS

Atualmente, a África possui 54 países distribuídos em uma área de 30,2 milhões de quilômetros quadrados de extensão, que comporta 1,2 bilhão de habitantes, com uma taxa de crescimento demográfico de 2,3% ao ano, conforme o Fundo de População das Nações Unidas. Para entender a economia do continente africano, é necessário ter em vista o seu recente passado colonial. Muitos países do continente foram colonizados por nações europeias que se concentraram na exploração de recursos naturais, o que gerou um impacto até os anos atuais. Mesmo com os ganhos significativos de alguns países nos últimos anos, o continente se distancia dos padrões existentes em outros continentes, possuindo o menor PIB mundial por continente. As principais atividades econômicas estão concentradas no setor primário; a extração de petróleo, minérios e a agricultura são exemplos das atividades mais praticadas.

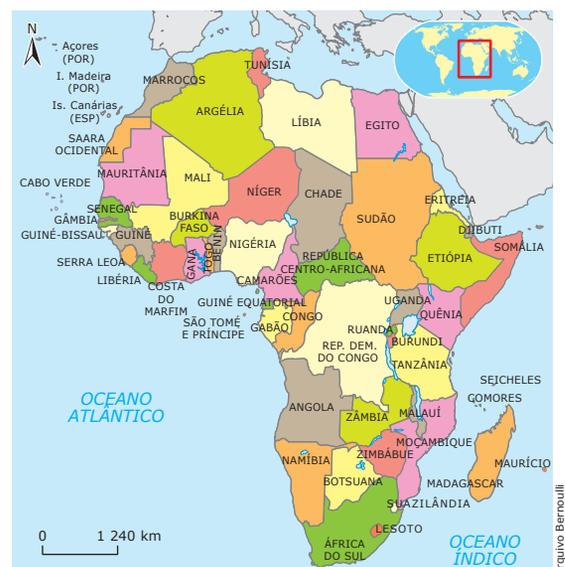
A geografia do continente permite delimitar duas regiões profundamente distintas: a África Setentrional e a Subsaariana. Entre esses espaços, forma-se uma faixa limítrofe conhecida pelo nome de Sahel, ou borda do deserto, que cruza a África da costa do Atlântico até o Mar Vermelho. A África Setentrional abriga sete

países de traços semelhantes aos povos do Oriente Médio, devido à ocupação árabe na região, a partir do século VII. Com o clima desértico e a predominância da religião islâmica, esse território se mostra isolado do centro-sul da África pelo gigantesco Deserto do Saara, que ocupa um terço do território continental. Já a África Subsaariana, parte mais extensa do continente, concentra a maior parte da população negra daquela região. Está presente nesse território grande parte dos problemas sociais da África, oriundos da instabilidade política e do neocolonialismo.

Apesar da redução dos conflitos, quando comparada com as últimas décadas do século passado, a região ainda registra diversos problemas políticos atrelados a rivalidades étnicas, além de conflitos de fronteiras e de guerras movidas por temáticas religiosas. O mais recente relatório do Banco Mundial, que divulgou os índices de pobreza no continente africano, demonstrou que a taxa da população africana que vive em extrema pobreza tem diminuído, mas ainda é um índice alto, abrangendo cerca de 40% da população desse continente. Além disso, o continente sofre com doenças que são propagadas devido à falta de condições sanitárias e de água potável em algumas localidades. Apesar de se observar um avanço no tratamento de doenças como o HIV e a Malária, o continente ainda possui altos índices de mortalidade decorrentes dessas doenças.

As transformações pelas quais passaram as sociedades africanas – devido ao contato com outras regiões do planeta, responsáveis pela reconfiguração das estruturas internas desses povos – estimulam, ainda mais, a necessidade de entendimento dos seus complexos elementos.

Atual divisão política da África



Arquivo Bernoulli

DIVERSIDADE ÉTNICA

A África não pode ser compreendida como uma. As variações de língua, religião, valores e modos de vida asseguram, na contemporaneidade, amplas pesquisas nos mais variados setores. A diversidade étnica da África, portanto, é uma das características mais extraordinárias do continente. O reflexo desse cenário é uma riqueza cultural que se reafirma e se integra de maneira intensa.

Entre os vários povos africanos, destacam-se:

Bantos: predominantes na região sul da África, representam o grupo mais numeroso do continente, apesar de ser possível dividi-los em centenas de subgrupos. Possuem a mesma estrutura linguística e ocupam, nos dias de hoje, dezenas de países da África.

Pigmeus: caracterizados por apresentarem pele negra e pequena estatura, os pigmeus concentram-se na região da África Equatorial, dedicando-se às atividades de coleta e de caça. Apresentam uma estrutura socioeconômica pouco complexa.

Sudaneses: dedicados à agricultura, os sudaneses habitam as savanas localizadas entre a região do Atlântico até o vale do Rio Nilo. Como os bantos, os sudaneses contribuíram para a dinâmica econômica da América Portuguesa e do Brasil Império na condição de mão de obra forçada.

Nilotas: habitantes da região sul do Rio Nilo, são caracterizados por apresentarem pele negra e elevada estatura.

Koikoi: concentrados no Sudoeste da África, são conhecidos pelos europeus como hotentotes. Ocupavam uma extensa faixa no Sul da África, mas hoje estão restritos a pequenos grupos que se destacam pelo exercício da caça.

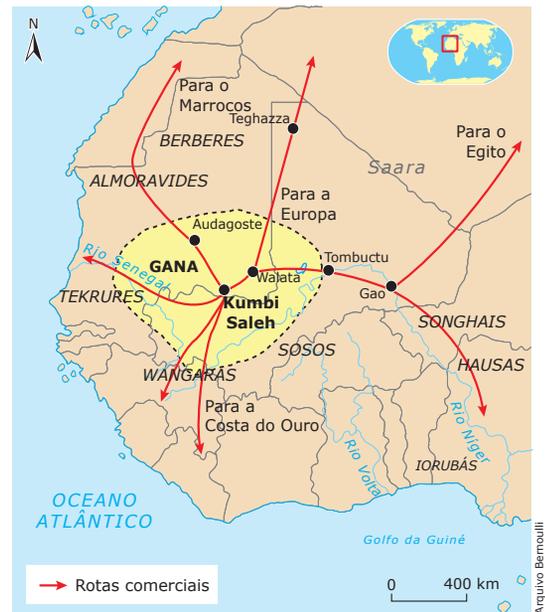
Berberes: conjunto de povos que vivem no Norte da África e que falam as línguas berberes. Convertidos ao islamismo a partir do século VIII, essa população se insere nas mais variadas etnias que caracterizam o norte do continente.

O contato desses povos com os europeus ocorreu desde a Antiguidade, principalmente no Norte da África. Porém, foi somente a partir das Grandes Navegações do século XV, período marcado pelo esforço luso de empreender o périplo africano, que as duas civilizações se integraram de modo intenso. O advento das práticas comerciais e o condenável comércio de escravos representam a base para essa associação de continentes, provocando o deslocamento de milhões de nativos para as áreas coloniais fundadas na região da América.

REINOS AFRICANOS

A África apresentou, ao longo dos séculos, importantes reinos que exerceram profunda influência nos processos políticos e sociais do continente. As extraordinárias narrativas dos egípcios na região do Rio Nilo reafirmam essa ideia. Neste estudo, concentraremos nossas atenções nos reinos fundados na África Subsaariana, em especial na região da costa do Atlântico.

Reino de Gana



Reino de Gana.

Formado a partir do século III da Era Cristã, o reino de Gana se destacou por se desenvolver em uma área distante do litoral Atlântico e fora do gigantesco Deserto do Saara. Seu território se concentra nas atuais regiões de Mali e Mauritânia. Por meio da domesticação do camelo, os povos da região realizaram um intenso comércio com os pastores berberes do Saara, que migravam para o território em períodos de climas desfavoráveis. Entre os povos dessa sociedade, destacavam-se os soninquês, que habitavam a região às margens dos rios Níger e Senegal. Para esses povos, a formação de um reino foi necessária para fazer frente aos ataques de nômades que buscavam saquear a agricultura desenvolvida naquele território.

A intensa produção de ouro formava o pilar de sustentação do reino de Gana. Cidades importantes foram desenvolvidas, como a capital Kumbi Saleh e o importante centro comercial de Audagoste. O apogeu dessa civilização ocorreu entre os séculos VII e IX, quando as atividades de extração de ouro e o comércio de vários produtos, como sal, tecidos, cavalos e tâmaras, permitiram a integração econômica do reino com as regiões do norte da África, Egito e Sudão. O monarca do reino de Gana garantia seu poder por meio da exploração do ouro, que era escoado para os comerciantes árabes empreenderem a cunhagem de moeda. A desestruturação do reino ocorreu a partir do século XIII, com o progressivo esgotamento da produção aurífera e as sublevações dos povos dominados. Foi nesse contexto que o território passou a ser dominado pelo reino de Mali.

Reino de Mali

Desenvolvido entre os séculos XIII e XVI, o reino de Mali se constitui nos atuais territórios da República de Mali, Senegal e Guiné. Os imperadores do Mali, conhecidos por Mansas, dominavam o território na Bacia do Rio Níger, garantindo intensa atividade comercial com outros povos da região, com destaque para os árabes do norte do continente. A fundação do reino de Mali foi realizada por Sundiata Keita, responsável por transformar a cidade de Niani em centro de seu império.

Outras cidades destacavam-se no reino de Mali, como Tombuctu, importante centro cultural devido às suas amplas bibliotecas e ricas mesquitas, servindo de atração para artistas e intelectuais de várias regiões.



Reino de Mali.

O apogeu do reino de Mali ocorreu durante o reinado do Mansa Mussa, marcado pela expansão das fronteiras do império, ocupando as regiões da costa do Atlântico até o Rio Níger. Muitas são as lendas em torno das grandezas desse rei, que ampliou o comércio com os árabes e manteve intenso contato com os povos muçulmanos, chegando a promover uma suntuosa peregrinação à cidade de Meca, em 1325.

Após a morte do Mansa Mussa, o reino de Mali entrou em lento declínio por conta da dificuldade de seus sucessores em manterem o controle de tão extenso território. Assim, o reino de Songhai, povo da região noroeste da Nigéria, passou a assumir o controle das províncias do Mali. No século XV, o poder de Mali já havia desaparecido frente à força dos Songhai.

Império Songhai



Reino de Songhai.

Fundado por Sonni Ali Ber, O Grande, no contexto do declínio do reino de Mali em torno do século XV, esse império se estendia da costa do Atlântico aos territórios entre a Bacia do Rio Níger e o Lago Chade. Sua capital política e militar ficava na cidade de Gao.

Sonni Ali Ber foi responsável pela conquista das cidades de Tombuctu (1468) e Djenne (1473), o que estimulou o monarca a traçar mapas de seu extenso império. A expansão empreendida pelos sucessores de Ali Ber garantiu a extensão da área de domínio Songhai por mais de dois mil quilômetros, de Teghazza ao país dos Mossi (norte a sul), de Agades a Tekkur (leste a oeste).

A estrutura política do império girava em torno do imperador, responsável pelo controle de uma numerosa Corte. Por tradição, todos que se aproximavam do líder supremo deveriam cobrir a cabeça de pó. Um cuspe do imperador não poderia cair no chão, sendo recolhido na manga de seda de qualquer um de seus setecentos acompanhantes.

A economia se orientava pelo trabalho escravo. Calcula-se que uma terra com duzentos escravos fosse capaz de produzir, aproximadamente, 250 toneladas de arroz por ano. O ouro e o sal eram comumente utilizados como referência monetária, mas a principal moeda era o cauris, conchas de moluscos utilizadas como moeda da África à China até meados do século XIX. Os núcleos urbanos eram numerosos, servindo de importantes centros religiosos e de estudo, sendo a educação intensa nas áreas de domínio islâmico. Calcula-se que a Universidade de Sankore abrigava 25 mil estudantes já no século XII.

Em torno do século XVI, o império de Songhai começou a sofrer a opressão dos Estados muçulmanos, como o reino de Marrocos, que buscava as minas de sal e de ouro em regiões vizinhas. O avanço europeu pela costa africana em busca de escravos e de riquezas contribuiu para a decadência da região.

Além dos reinos de Gana, Mali e Songhai, muitos outros impérios se desenvolveram na África. A riqueza destes transcende as limitadas concepções ocidentais do continente, possibilitando a apreensão de ricos elementos sociológicos ainda não valorizados.

DIVERSIDADE CULTURAL

Os diversos povos do continente africano apresentam línguas, organizações sociopolíticas, entre outros aspectos culturais singulares. Em algumas das sociedades africanas, o papel da mulher – como uma figura relevante no processo político e administrativo – é um dos elementos que pode ser ressaltado, de modo que a cultura matrilinear foi uma marca de vários povos da África. Como exemplo, podemos citar a sociedade macua, ao norte de Moçambique, onde a herança das propriedades ocorria de mães para filhas, e os filhos pertenciam à linhagem materna. Nessa sociedade, o homem governante deveria contar com uma mulher (uma irmã, por exemplo) no papel de conselheira, sendo que as mulheres também orientavam as atividades econômicas. Na Núbia, terra do ouro, local onde hoje estão parte do Egito e do Sudão, as rainhas – mães ou esposas de reis – possuem grande influência na sociedade.

As chamadas *candaces* comandavam algumas cerimônias religiosas, estabeleciam relações diplomáticas com outros povos e chegaram a chefiar exércitos. Por fim, destaca-se também algumas organizações sociais da cultura iorubá, grupo etnolinguístico da África Ocidental, que tinham a crença de que a mulher que se tornava mãe adquiria poderes divinos. De acordo com essa cultura, a figura feminina era de grande relevância, uma vez que a perpetuação dos seres humanos dependia dela. Pode-se observar que, diferentemente da tradição patriarcal europeia, várias sociedades africanas tinham um entendimento distinto em relação ao papel feminino.

A arte é outro elemento importante a ser destacado. Para começar, deve-se ressaltar que, nesse vasto continente, encontra-se uma produção artística enormemente variada, sendo, assim, impossível generalizar e indicar a existência de “uma arte africana”. Cada povo da África, como qualquer um do mundo, tem a sua produção artística, que reflete o seu conhecimento tecnológico, o seu cotidiano, a sua religiosidade e / ou outro aspecto cultural. Diversos itens artísticos, como a produção de cerâmica, estatuetas de ancestrais, animais, divindades, e outros objetos artesanais, eram intensamente comercializados entre diversos reinos e povos no passado. As famosas máscaras africanas, por exemplo, podem ser observadas em várias comunidades. De um modo geral, a confecção e o uso de máscaras podem ser relacionados a guerras, rituais religiosos, celebrações – como o nascimento –, entretenimento, colheitas, funerais, entre outros traços cotidianos. Essas máscaras são bastante diversificadas, isto é, o mesmo povo podia ter diferentes estilos, como em relação ao material (madeira, metais, marfim, tecidos, etc.), ao tamanho e ao seu significado. Na sociedade Gelede, presidida por mulheres, da cultura iorubá, sua confecção passava por vários rituais, como a escolha de quem iria produzi-las e a purificação dos artesãos. Portanto, essas produções artísticas demonstram a complexidade do patrimônio material e a riqueza de cada etnia. Contudo, muitas vezes, esses bens culturais foram vistos pelos colonizadores como peças exóticas, que deveriam ser meramente exibidas em museus, isto é, não enxergavam o seu real sentido e importância.

Além desse rico patrimônio material, também se destaca a cultura imaterial. Algumas sociedades africanas não utilizavam a escrita, portanto, suas narrativas são fontes históricas importantíssimas para compreender suas tradições e para a preservação da memória desses povos. Uma das principais fontes orais são os relatos dos *griôs* ou *griots*, que exercem um papel ativo até hoje. Os *griôs* são mulheres e homens contadores de histórias, que, muitas vezes, utilizam a dança e / ou a música para relembrar histórias antigas do seu povo. No passado, a sua importância era reconhecida pelos inimigos nas guerras, que poupavam sua vida para garantir a preservação da memória. No Brasil, inclusive, existe um projeto de lei “para proteção e fomento à transmissão dos saberes e fazeres de tradição oral”, que é conhecido como “Lei Griô”.



stevef710 / Creative Commons

Máscara de marfim, século XVI, retrata a rainha Idia, uma líder e guerreira do antigo reino de Benim (atual Nigéria). Essa arte impressiona pela sua qualidade técnica, expressividade e riqueza de detalhes, além de destacar a importância do papel das mulheres nas sociedades africanas.

Povos africanos no Brasil

A palavra “diáspora” foi originalmente utilizada para designar a dispersão dos judeus da Palestina para o mundo. Esse mesmo vocábulo vem sendo utilizado para referir-se aos deslocamentos dos povos africanos no interior do próprio continente ou fora dele. Esse deslocamento pode ser motivado por perseguições políticas e religiosas, guerras, entre outros fatores. A diáspora africana, entre os séculos XVI e XIX, trata-se de migrações forçadas devido a interesses econômicos de europeus, que visavam comercializar pessoas africanas como escravas. Grande parte desses escravizados se direcionou ao Brasil, onde a cultura desses povos contribuiu significativamente para a formação da identidade nacional.

Os bantos e os iorubás foram povos que migraram para o território brasileiro de forma expressiva no contexto de exploração da mão de obra africana. As palavras do nosso vocabulário, como *berimbau*, *quiabo*, *cochilo*, *caçula*, *quitute*, *moleque*, *fubá*, *caxumba*, entre várias outras, mostram como a Língua Portuguesa falada no país foi bastante influenciada por esses povos. Nossa culinária é outro exemplo dessa grande influência, como o *vatapá*, o *acarajé*, o *angu*, a *canjica* e o *caruru*.

As diversas práticas religiosas desses povos foram bastante recriminadas no passado. A sua sobrevivência ocorreu graças ao sincretismo entre elas próprias ou entre elas e outras crenças, como o catolicismo e o espiritismo. Essas práticas hoje são conhecidas como afro-brasileiras. Somente no século XX, após intensa luta dos movimentos negros, o *candomblé* e outras práticas religiosas foram reconhecidos como manifestações da cultura afrodescendentes e podem ser exercidas livremente, apesar da permanência de preconceitos. Além de todos esses exemplos da cultura afro-brasileira, deve-se destacar que diversos músicos e artistas brasileiros contemporâneos são herdeiros da tradição dos povos africanos, entre eles, podem ser citados o artista Mestre Didi, os integrantes do *Olodum*, os cantores e compositores *Carlinhos Brown* e *Margareth Menezes*, entre muitos outros que provam como a nossa cultura é rica e diversa.

EXERCÍCIOS APRENDIZAGEM



01. (UEPA–2015) A escravização era uma prática conhecida de longa data no continente africano antes da chegada dos comerciantes portugueses, no século XV, ávidos por adquirir ouro e trabalhadores escravos em troca de produtos como armas, tecidos e contas de vidro. No entanto, o comércio de cativos instituído pelos europeus diferia de práticas preexistentes no continente africano. Esta diferença deve ser identificada com a prática da escravidão

- A) interna dos Reinos Africanos, pela qual o contingente de servos do estado se dedicava à produção agrícola.
- B) resultante de guerras, que contrapôs os reinos africanos antigos às incursões militares estrangeiras.
- C) mercantilista, motivada pelo interesse dos europeus em adquirir escravos e ouro ao longo da costa africana.
- D) doméstica, praticada por povos tribais, e a de infieis, promovida quando da expansão muçulmana na África no século VIII a.C.
- E) religiosa, promovida pelas autoridades cristãs europeias interessadas em converter os pagãos.

02. (FGV-SP) Durante a Antiguidade e a Idade Média, a África permaneceu relativamente isolada do resto do mundo. Em 1415, os portugueses conquistaram Ceuta, no norte do continente, dando início à exploração de sua costa ocidental.

ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. *Toda a História*.

Acerca da África, na época da chegada dos portugueses em Ceuta, é correto afirmar que

- A) nesse continente havia a presença de alguns Estados organizados, como o Reino do Congo, e a exploração de escravos, mas não existia uma sociedade escravista.
- B) assim como em parte da Europa, praticava-se a exploração do trabalho servil que, com a presença europeia, transformou-se em trabalho escravo.
- C) a população que se concentrava no litoral e continente não conhecia formas mais elaboradas de organização política, daí a denominação de povos primitivos.
- D) os poucos Estados, organizados pelos bantos, encontravam-se no norte e economicamente viviam da exploração dos escravos muçulmanos.
- E) a escravidão e outras modalidades de trabalho compulsório eram desconhecidas na África e foram introduzidas apenas no século XVI, pelos portugueses e espanhóis.

03. (UFRGS-RS–2017) Assinale a alternativa correta sobre a história das diferentes sociedades africanas até o século XVI.

- A) O império Songhai, situado às margens do rio Níger, teve em sua capital Gao um importante polo mercantil que reunia mercadores oriundos da Líbia, do Egito e do Magreb.
- B) As sociedades da África equatorial, em função das condições geográficas e climáticas pouco propícias, eram formadas predominantemente por pastores de animais de pequeno porte, sendo praticamente inexistente na região o cultivo de produtos agrícolas.
- C) As sociedades de origem Bantu, localizadas na região da África meridional entre os séculos XII e XV, eram predominantemente nômades e coletoras, não organizadas em aldeias e com escasso desenvolvimento tecnológico.
- D) A África, marcada pela intensa difusão do cristianismo durante as Cruzadas, contou, entre os séculos XI e XV, com reduzida presença de elementos islâmicos na definição das variadas culturas existentes no continente.
- E) O estabelecimento da colônia portuguesa em Moçambique, no século XVI, definiu o início das rotas comerciais ligando a região oriental do continente africano, entre Madagascar e o Chifre da África, com a Europa e a Ásia.

04. (UDESC–2017) Apesar das conhecidas interferências provocadas pelos mais de 300 anos de contato, muitas vezes violento, com os povos europeus, até o início do século XIX, o continente africano contava com poucos territórios sob domínio externo.

A respeito do continente africano no período que antecede o século XIX, assinale a alternativa correta.

- A) Até o século XVII, as rotas comerciais, existentes nos reinos e impérios africanos, eram exclusivamente externas. As riquezas, como tecidos, plantas medicinais e, especialmente, ouro, só circulavam por via marítima.
- B) Até o século XVII, a imposição da condição de escravidão aos homens e às mulheres, na África, ocorria apenas entre os Iorubas.
- C) Os reinos africanos contavam com práticas de auxílio mútuo que garantiam crescimento e prosperidade. Eis porque inexistiam, até o século XIX, exércitos ou efetivos militares.

- D) A língua preponderantemente falada no continente africano era o Khoisan, proveniente da região sul, a partir do século XV, foi substituída pelas línguas francesa e portuguesa.
- E) No século XV, o continente africano apresentava grande diversidade. Politicamente, organizava-se em inúmeros reinos e impérios dentre os quais o dos Songai, Monomotapa, Congo, Daomé e o Ioruba. Grande parte destes povos recebia, direta ou indiretamente, influência da cultura árabe e da religião muçulmana.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



- 01.** (UERJ) “Eu gostaria que a palavra ‘raça’ não fosse utilizada para dizer que há diversidade humana. Ela acaba servindo para exagerar os efeitos das diferenças aparentes, ou seja, físicas. Não temos o direito de nos basear nas diferenças físicas – a cor da pele, o tamanho, os traços do rosto – para dividir a humanidade hierarquicamente, ou seja, considerando que existem homens superiores em relação a outros que seriam postos em uma classe inferior. Proponho não utilizar a palavra ‘raça’. Ela foi tão explorada por pessoas más que é melhor substituí-la pelas palavras ‘espécie humana’.”

JELLOUN, T. B. *O racismo explicado à minha filha*. São Paulo: Lettera, 2000.

Inquiridos os brasileiros não brancos sobre sua cor, no Censo de 1980, eles responderam que era:

“Acastanhada, alva, bem-morena, bronzeada, bugrezinha-escura, burro-quando-foge, cabocla, cor-de-canela, encerada, meio branca, morena-clara, morena-roxa, morena trigueira, mulata, pretinha, queimada, rosada, ruço, sarará, tostada, ... etc. num total de 136 cores declaradas”.

MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999.

No primeiro texto, a questão do racismo é tratada de forma teórica, enquanto no segundo apresenta-se informação sobre este assunto associada à realidade brasileira.

Com base na posição dos autores, é possível concluir que os conceitos sociais referentes a esta questão são passíveis de crítica pela seguinte razão:

- A) Têm origem em tensões psicológicas.
- B) Justificam-se por características biológicas.
- C) Provocam diferentes contextos históricos.
- D) Estão carregados de significados ideológicos.

- 02.** (PUC Minas) “[...] O Brasil é um país extraordinariamente africanizado. E só a quem não conhece a África pode escapar o quanto há de africano nos gestos, nas maneiras de ser e de viver e no sentimento estético do brasileiro. Por sua vez, em toda a costa atlântica, podem-se facilmente reconhecer os brasileiroismos. Há comidas brasileiras na África, como há comidas africanas no Brasil. Danças, tradições, técnicas de trabalho, instrumentos de música, palavras e comportamentos sociais brasileiros insinuaram-se no dia africano. É comum que lá se ignore que certo prato ou determinado costume veio do Brasil. Como, entre nós, esquecemos o quanto nossa vida está impregnada de África. Na rua. Na praça. Na casa. Na cidade. No campo. O escravo ficou dentro de todos nós, qualquer que seja a nossa origem. Afinal, sem a escravidão o Brasil não existiria como hoje é, não teria sequer ocupado os imensos espaços que os portugueses lhe desenharam. Com ou sem remorsos, a escravidão é o processo mais longo e mais importante de nossa história.”

COSTA E SILVA, Alberto da. O Brasil e a África e o Atlântico no século XIX. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 21, maio / ago, 1994.

O intercâmbio cultural entre o Brasil e a África se deu principalmente por meio:

- A) do comércio e da utilização do elemento africano como mão de obra no Brasil, associado a uma sociedade agrícola.
- B) da partilha da África, determinada na Conferência de Berlim, popularizando o continente como fornecedor de escravos.
- C) da cobiça desenfreada por especiarias e outros produtos, que incentivaram a intensa relação comercial entre os países.
- D) da organização política dos reinos africanos, que influenciaram a religiosidade e a organização social brasileira.
- 03.** Os maracatus são desfiles de natureza real, que se repetem no Nordeste do Brasil. Ao ritmo dos tambores, marcham o rei e a rainha sob enormes guarda-sóis, como na África, no meio de seus súditos. À frente dos soberanos, dança uma jovem que traz na mão uma boneca. Esta boneca chama-se calunga – e é um símbolo de poder, o lunga ou calunga, entre os pendes e outros povos de Angola.

Até recentemente – ignoro se isto continua a dar-se –, antes da saída do Maracatu, cada figurante ia até a boneca, tocava-a e fazia um gesto de veneração. Está aí o sinal de que o desfile, sob disfarce da festa, devia encobrir antigamente uma outra realidade, não só religiosa, mas também política, o que nos faz suspeitar de que o rei do Maracatu, no passado, era um rei africano,

a mostrar-se aos seus súditos no exílio e a chefiar, sem que os senhores disso suspeitassem, uma rede de ajuda mútua, uma comunidade que podia estar dispersa entre várias propriedades rurais e vários bairros urbanos, mas procurava, a seu modo e como lhe era permitido, preservar e continuar a África no Brasil.

SILVA, Alberto da Costa e.
Um rio chamado Atlântico. p. 162. [Fragmento]

O texto retrata uma festividade regional brasileira, de origem africana, indicando que

- A) o Maracatu é uma festa religiosa que se realiza todos os anos, na qual comunidades afrodescendentes procuram recordar seu passado de lutas nos quilombos.
- B) as festas dos escravos revelam um enorme sincretismo cultural por meio de desfiles religiosos em homenagem aos santos católicos e aos deuses africanos.
- C) em suas manifestações culturais, os escravos se apresentavam como poderosos senhores, como pode ser verificado em seus desfiles religiosos.
- D) embora escravos, os reis africanos continuaram, na América Portuguesa, a receber respeito e homenagens de seus súditos.
- E) a boneca calunga, símbolo de poder entre os povos angolanos, constitui uma representação de Nossa Senhora do Rosário nos Maracatus brasileiros.

04. (Mackenzie-SP-2017) Leia os textos a seguir:

9ZIN

"De Tarkala à cidade de Gana, gastam-se três meses de marcha um deserto árido. No país de Gana, o ouro nasce como plantas na areia, do mesmo modo que as cenouras. É colhido ao nascer do sol".

IBN AL-FAKIH apud SILVA, Alberto da Costa e.
Imagens da África: da Antiguidade ao século XIX.
São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 32.

"[Gana] é a terra do ouro. [...] Toda a gente do Magreb sabe, e ninguém disto discrepa, que o rei de Gana possui em seu palácio um bloco de ouro pesando 30 arratéis (cerca de 14 kg). Esse bloco de ouro foi criado por Deus, sem ter sido fundido ao fogo ou trabalhado por instrumento. Foi, porém, furado de um lado ao outro, a fim de que nele pudesse ser amarrado o cavalo do rei. É algo curioso que não se encontra em nenhum outro lugar do mundo e que ninguém possui a não ser o rei, que disso se vangloria diante de todos os soberanos do Sudão".

AL-IDRISI apud SILVA, Alberto da Costa e.
Imagens da África: da Antiguidade ao século XIX.
São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 37.

Os textos foram escritos por viajantes árabes ao observarem aspectos sobre o Reino de Gana, na África, durante a Idade Média europeia. Pela análise dos excertos, é correto afirmar que tal Reino

- A) causava espanto e admiração, tanto pelo desenvolvimento econômico como pelo poder teocrático politeísta de governante.
- B) causava estranhamento em seus visitantes, tanto pela quantidade exagerada de metais preciosos disponíveis como pelo poder autoritário do governante.
- C) provocava perplexidade nos viajantes, pois não compreendiam seu desenvolvimento em meio a um continente marcado pela inexistência de civilizações.
- D) desenvolveu-se sustentado pela riqueza do ouro e pela crença monoteísta, fator que o desqualificava perante os viajantes que ali passavam.
- E) impressionava seus visitantes, tanto pela opulência trazida pelo ouro como pela sua complexa organização política e social.

05. (UEPA) A assim chamada "Diáspora Africana", em direção a vários pontos do continente americano, ocorreu a partir do século XV, com o estabelecimento de entrepostos comerciais europeus, inicialmente ao longo da costa ocidental africana. As trocas comerciais ocorriam, nestes entrepostos, entre europeus, chefes tribais e representantes de reinos do interior do continente. Entre os "produtos" comercializados, como ouro, tecidos, armas de fogo, dentre outros, estavam homens e mulheres escravizados em guerras tribais ou em conquistas militares de reinos africanos.

A motivação econômica europeia pelo comércio de seres humanos reduzidos à escravidão, se baseava principalmente no(a):

- A) dinamização econômica das colônias americanas, condição básica para o desenvolvimento industrial das metrópoles.
- B) abastecimento de mão de obra aos proprietários de grandes propriedades rurais monocultoras nas colônias americanas.
- C) necessidade de produzir a acumulação primitiva de capital que alimentasse a engrenagem econômica mercantilista.
- D) crença da supremacia racial europeia frente aos povos de outros continentes, que poderiam ser reduzidos à mera condição de mão de obra.
- E) inserção da população escravizada, trazida para o Novo Mundo, no mercado consumidor colonial, abastecido pelos manufaturados metropolitanos.

- 06.** (Unesp–2016) Os diários, as memórias e as crônicas de viagens escritas por marinheiros, comerciantes, militares, missionários e exploradores, ao lado das cartas náuticas, seriam as principais fontes de conhecimento e representação da África dos séculos XV ao XVIII. A barbárie dos costumes, o paganismo e a violência cotidiana foram atribuídos aos africanos ao mesmo tempo em que se justificava a sua escravização no Novo Mundo. A desumanização de suas práticas serviria como justificativa compensatória para a coisificação dos negros e para o uso de sua força de trabalho nas *plantations* da América.

CLARO, Regina. *Olhar a África*. 2012 (Adaptação).

A partir do texto, é correto afirmar que a dominação europeia da África, entre os séculos XV e XVIII,

- A) derivou prioritariamente dos valores do islamismo, aprisionando os corpos dos africanos para, com o sacrifício, salvar suas almas.
- B) foi um esforço humanitário, que visava libertar povos oprimidos por práticas culturais e hábitos pré-históricos e selvagens.
- C) baseou-se em avanços científicos e em pressupostos liberais, voltados à eliminação de preconceitos raciais e sociais.
- D) sustentou-se no comércio e na construção de um imaginário acerca do continente africano, que legitimava a ideia de superioridade europeia.
- E) fundamentou-se nas orientações dos relatos de viajantes, que mostravam fascínio e respeito pelas culturas nativas africanas.

- 07.** (UFMG) Leia os versos.

Seiscentas peças barganhei

– Que pechincha! – no Senegal

A carne é rija, os músculos de aço,

Boa liga do melhor metal.

Em troca dei só aguardente,

Contas, latão – um peso morto!

Eu ganho oitocentos por cento

Se a metade chegar ao porto.

HEINE, Heinrich apud BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

- A) Identifique a atividade a que se referem esses versos.
- B) Cada uma das estrofes desenvolve uma ideia central. Identifique essas ideias.

SEÇÃO ENEM



- 01.** ^{D4WQ} (Enem–2017) No império africano do Mali, no século XIV, Tombuctu foi centro de um comércio internacional onde tudo era negociado – sal, escravos, marfim, etc. Havia também um grande comércio de livros de História, Medicina, Astronomia e Matemática, além de grande concentração de estudantes. A importância cultural de Tombuctu pode ser percebida por meio de um velho provérbio: “O sal vem do norte, o ouro vem do sul, mas as palavras de Deus e os tesouros da sabedoria vêm de Tombuctu”.

ASSUMPCÃO, J. E. África: uma história a ser reescrita. In: MACEDO, J. R. (Org.). *Desvendando a história da África*. Porto Alegre: UFRGS, 2008 (Adaptação).

Uma explicação para o dinamismo dessa cidade e sua importância histórica no período mencionado era o(a)

- A) isolamento geográfico do Saara ocidental.
- B) exploração intensiva de recursos naturais.
- C) posição relativa nas redes de circulação.
- D) tráfico transatlântico de mão de obra servil.
- E) competição econômica dos reinos da região.
- 02.** ^{79EE} (Enem–2016) A África Ocidental é conhecida pela dinâmica das suas mulheres comerciantes, caracterizadas pela perícia, autonomia e mobilidade. A sua presença, que fora atestada por viajantes e por missionários portugueses que visitaram a costa a partir do século XV, consta também na ampla documentação sobre a região. A literatura é rica em referências às grandes mulheres como as vendedoras ambulantes, cujo jeito para o negócio, bem como a autonomia e mobilidade, é tão típico da região.

HAVIK, P. Dinâmicas e assimetrias afro-atlânticas: a agência feminina e representações em mudança na Guiné (séculos XIX e XX). In: PANTOJA, S. (Org.). *Identidades, memórias e histórias em terras africanas*. Brasília: LGE; Luanda: Nzila, 2006.

A abordagem realizada pelo autor sobre a vida social da África Ocidental pode ser relacionada a uma característica marcante das cidades no Brasil escravista nos séculos XVIII e XIX, que se observa pela

- A) restrição à realização do comércio ambulante por africanos escravizados e seus descendentes.
- B) convivência entre homens e mulheres livres, de diversas origens, no pequeno comércio.
- C) presença de mulheres negras no comércio de rua de diversos produtos e alimentos.
- D) dissolução dos hábitos culturais trazidos do continente de origem dos escravizados.
- E) entrada de imigrantes portugueses nas atividades ligadas ao pequeno comércio urbano.

- 03.** (Enem) A África também já serviu como ponto de partida para comédias bem vulgares, mas de muito sucesso, como *Um príncipe em Nova York* e *Ace Ventura: um maluco na África*; em ambas, a África parece um lugar cheio de tribos doidas e rituais de desenho animado. A animação *O rei Leão*, da Disney, o mais bem-sucedido filme americano ambientado na África, não chegava a contar com elenco de seres humanos.

LEIBOWITZ, E. *Filmes de Hollywood sobre África ficam no clichê*. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br>>. Acesso em: 17 abr. 2010.

A produção cinematográfica referida no texto contribuiu para a constituição de uma memória sobre a África e seus habitantes. Essa memória enfatiza e negligencia, respectivamente, os seguintes aspectos do continente africano:

- A) A história e a natureza.
 - B) O exotismo e as culturas.
 - C) A sociedade e a economia.
 - D) O comércio e o ambiente.
 - E) A diversidade e a política.
- 04.** (Enem) Torna-se claro que quem descobriu a África no Brasil, muito antes dos europeus, foram os próprios africanos trazidos como escravos. E essa descoberta não se restringia apenas ao reino linguístico, estendia-se também a outras áreas culturais, inclusive à da religião. Há razões para pensar que os africanos, quando misturados e transportados ao Brasil, não demoraram em perceber a existência entre si de elos culturais mais profundos.

SLENES, R. Malungu, ngoma vem! África coberta e descoberta do Brasil. *Revista USP*, n. 12, dez. / jan. / fev. 1991-92 (Adaptação).

Com base no texto, ao favorecer o contato de indivíduos de diferentes partes da África, a experiência da escravidão no Brasil tornou possível a

- A) formação de uma identidade cultural afro-brasileira.
 - B) superação de aspectos culturais africanos por antigas tradições europeias.
 - C) reprodução de conflitos entre grupos étnicos africanos.
 - D) manutenção das características culturais específicas de cada etnia.
 - E) resistência à incorporação de elementos culturais indígenas.
- 05.** (Enem) A Lei 10 639, de 9 de janeiro de 2003, inclui no currículo dos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, oficiais e particulares, a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e determina que o conteúdo programático incluirá o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil, além de instituir, no calendário escolar, o dia 20 de novembro como data comemorativa do "Dia da Consciência Negra".

Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 27 jul. 2010 (Adaptação).

A referida lei representa um avanço não só para a educação nacional, mas também para a sociedade brasileira, porque

- A) legitima o ensino das ciências humanas nas escolas.
- B) divulga conhecimentos para a população afro-brasileira.
- C) reforça a concepção etnocêntrica sobre a África e sua cultura.
- D) garante aos afrodescendentes a igualdade no acesso à educação.
- E) impulsiona o reconhecimento da pluralidade étnico-racial do país.

06. (Enem) A identidade negra não surge da tomada de consciência de uma diferença de pigmentação ou de uma diferença biológica entre populações negras e brancas e(ou) negras e amarelas. Ela resulta de um longo processo histórico que começa com o descobrimento, no século XV, do continente africano e de seus habitantes pelos navegadores portugueses, descobrimento esse que abriu o caminho às relações mercantilistas com a África, ao tráfico negreiro, à escravidão e, enfim, à colonização do continente africano e de seus povos.

MUNANGA, K. Algumas considerações sobre a diversidade e a identidade negra no Brasil.

In: *Diversidade na educação: reflexões e experiências*.
Brasília: SEMTEC / MEC, 2003. p. 37.

Com relação ao assunto tratado no texto, é correto afirmar que

- A) a colonização da África pelos europeus foi simultânea ao descobrimento desse continente.
- B) a existência de lucrativo comércio na África levou os portugueses a desenvolverem esse continente.
- C) o surgimento do tráfico negreiro foi posterior ao início da escravidão no Brasil.
- D) a exploração da África decorreu do movimento de expansão europeia do início da Idade Moderna.
- E) a colonização da África antecedeu as relações comerciais entre esse continente e a Europa.

GABARITO

Aprendizagem

- 01. D
- 02. A
- 03. A
- 04. E

Propostos

- 01. D
- 02. A
- 03. B
- 04. E
- 05. B
- 06. D
- 07.
- A) O tráfico escravista.
- B) A primeira tem como ideia central o tráfico em si; e a segunda, sua alta lucratividade.

Seção Enem

- 01. C
- 02. C
- 03. B
- 04. A
- 05. E
- 06. D

Meu aproveitamento 

Acertei _____ Errei _____

Acertei _____ Errei _____

Acertei _____ Errei _____



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %